



**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Programa de Doutorado em História**

VANESSA PORTES GALVÃO GONZAGA

**À SOMBRA DO ENCARCERAMENTO:
o entorno das prisões**

Tese de doutorado
apresentada ao Programa de
Doutorado em História do
Instituto de História, para
obtenção do título de
Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Jacy Alves de Seixas

Uberlândia

Agosto/2013

Vanessa Portes Galvão Gonzaga

À sombra do encarceramento: o entorno das prisões

Tese de doutorado
apresentada ao Programa de
Doutorado em História do
Instituto de História, para
obtenção do título de
Doutora em História.

Uberlândia, 29 de agosto de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr. (a): Jacy Alves de Seixas – Orientadora- UFU

Prof.(a) Dr. (a): Josianne Francia Cerasoli – Unicamp

Prof.(a) Dr. (a): Frederico Osanan Amorim Lima – UFPI

Prof.(a) Dr. (a): João Marcos Alem – UFU

Prof.(a) Dr. (a): Christina da Silva Roquette Lopreato – UFU

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO

A prisionização secundária

O campo de investigação

CAPÍTULO 1: O CÁRCERE E SEU ENTORNO

1.1 A prisão

1.2 A organização do espaço urbano: segregação e controle social

1.3 Duas periferias, duas sociabilidades

1.3.1 A arquitetura panóptica do entorno prisional

1.4 O entorno da prisão e as novas ordens socioespaciais

CAPÍTULO 2: OS FILHOS DE ELIS:

A PRECOCE ENUNCIÇÃO DA TRAGÉDIA

2.1 Sombras e marcas da/na infância

2.2 Outras infâncias

2.3 A infância abandonada e estigmatizada

2.4 Fazer viver e deixar morrer: a infância pobre e as tipologias de poder

2.5 A infância roubada: uma subtração do ser lúdico

2.6 A enunciação da tragédia

2.7 Infância: o poço do ser

2.8 A infância e suas trágicas narrativas

2.9 A resiliência

2.10 A escola

CAPÍTULO 3: O ENCARCERAMENTO SUBJETIVO:

3.1 Piraesi e Kafka: um diálogo possível sobre as prisões metafísicas/subjetivas

3.2 A prisionização secundária

3.3 A reinvenção da presença no contexto de reclusão e isolamento

3.4 O sagrado e o profano misturando-se promiscuamente

3.5 Sentimentos que enclausuram

A humilhação

O ressentimento

3.6 Perdão: o sentimento que liberta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agradecimentos

*Quando o Senhor restaurou a nossa sorte,
e fez voltar os exilados de Sião das terras de Babilônia,
parecíamos sonhar:*

*Nossa boca se encheu de riso
e nossa língua, de canções.
Até entre os povos se comentava:
"Deus fez grandes coisas por eles!"*

*Sim, o Senhor fez grandes coisas por nós,
por isso estamos alegres.*

*Ah! Senhor, muda também agora a nossa sorte
como os córregos do deserto do Neguebe,
despertados pela chuva repentina!*

*Pois quem semeia com lágrimas,
colhe com gritos de alegria.*

*Quem vai, vai chorando,
a semear sua semente.
Ao voltar, voltará cantando,
a carregar o seu trigo.*

(Salmo 126, Escrituras Sagradas)

O Neguebe é um deserto do sul de Israel que, uma vez ao ano, quando caem as chuvas invernais, da noite para o dia se abre em flores, e, de súbito, vira um jardim: bilhões de sementinhas mortas e secas se abrem ante o derramar da chuva. Dorme deserto e amanhece jardim! Os céus se abrem, e tudo pode mudar!

Mas enquanto a chuva não vem, a vida vai sendo vivida, e lágrimas de perseverança vão irrigando os caminhos áridos onde foram lançados sementes de esperança! E, de repente, a sorte é restaurada. A boca se enche de riso e aprende a falar a linguagem do júbilo.

O final de uma tese é este momento, de trazer nos braços os feixes com alegria e gratidão. O percurso foi árido: abri mão de momentos preciosos com a família que jamais poderão ser compensados. Foram muitos os dias de angústia, de cansaço e culpa. Culpa por não brincar com os filhos, por não fazer o cafuné à noitinha, por beijar menos, não contar historinhas, dormir tarde e não conseguir acordar para acompanhá-los no futebol e nas festinhas. Todavia, espero que, quando eles crescerem, compreendam que este momento de ausência também foi uma demonstração de amor. Pois foi por meio desta escrita que tive o privilégio de me tornar mais humana!

Agradeço a Deus. Fez do meu Nogueira um bonito jardim!

Ao meu esposo. Paciente, amigo, amoroso. Porto seguro. Um oásis em terras áridas.

À minha mãezinha, Ester, fonte inspiradora para que eu chegasse até o fim.

Ao meu pai Anízio, pelo carinho.

Aos meus irmãos, Luciana, Leonardo e Marcinha, meus tesouros.

Ao meu cunhado Marcelo, que me ensinou a indignar-me!

Às minhas amigas Sheila, Tânia, Vanessa Salum, Elzimar e Lisa.

Aos meus colegas de turma, Gilmar e Frederico.

A Edeilson (*in memoriam*)

À diretora Kárita, à vice-diretora Nívia, à supervisora Diene e aos professores da Escola Municipal Profa. Irene Monteiro Jorge, especialmente Sara e Cristina, que me apoiaram e se fizeram “cúmplices” das minhas angústias.

Aos profissionais da Escola Municipal de Sobradinho, especialmente à diretora Neusa, pela compreensão da ausência.

À orientadora Jacy Alves de Seixas, por acreditar na minha capacidade.

À professora Christina Lopreato, pela postura humana.

A todos os amigos do *Café com Prosa* – esse ajuntamento de gente boa de Deus!

Às Elis e aos filhos de Elis,
as razões maiores desta pesquisa.

RESUMO

À sombra do encarceramento é um título sugestivo para esta tese. Sombras perseguem, escondem, ameaçam, dominam, e, por vezes, “assombram”. As sombras são também veículos que transportam magníficas imagens psicológicas: não gozam de boa reputação, são sempre associadas ao que é enganoso, perigoso, ameaçador. Em geral, carregam significações negativas, estranhas, invasivas. Andam sempre envoltas na suspeita e no medo. As sombras são misteriosas e sedutoras, escuras e inquietantes. Não inspiram confiança e não são boas companhias. Pensar na riqueza das metáforas e das histórias inventadas sobre as sombras trouxe-me inspiração para a escrita da tese. Que outra imagem poderia ser tão apropriada para representar (ou irrepresentar) os sentimentos que uma pessoa passa a experimentar a partir do encarceramento de um parente próximo? Ter um familiar na prisão é como estar na companhia ininterrupta de uma sombra: uma sombra maldita e amaldiçoada que persegue e não se afasta. É nesse sentido que esta pesquisa se dedica ao estudo do entorno prisional, desenhado pelas famílias que passam a residir nas proximidades dos presídios para continuarem mantendo o vínculo com o parente preso e, dessa forma, partilharem a prisão. Além disso, este estudo colabora com a compreensão das infâncias roubadas, cujas crianças se tornam vítimas e algozes nesse processo de encarceramento familiar. E termina, mostrando que o cárcere não acontece somente na prisão real, mas também, e sobretudo, na subjetiva. Ao narrarem o que se passa em suas subjetividades, esses familiares revelam sentimentos que têm o poder de enclausurá-los ou libertá-los. A humilhação e o ressentimento enclausuram. O perdão liberta.

Palavras-chave: Prisão, entorno prisional, famílias empobrecidas, criminalidade, infâncias, sentimentos.

ABSTRACT

In the Shadow of Incarceration” is an indicative title for this thesis. Shadows pursue, hide, threaten, dominate, and sometimes "haunt". Shadows are also vehicles that carry magnificent psychological images: they do not enjoy a good reputation, are always associated with that which is misleading, dangerous, threatening. In general, they carry negative, strange, and invasive meanings. They are always shrouded in suspicion and fear. Shadows are mysterious and seductive, dark and disturbing. They do not inspire confidence and are not good company. To reflect on the richness of the metaphors and the imaginary stories about shadows brought me inspiration for writing the thesis. What other image could be as appropriate to represent (or misrepresent) the feelings that a person comes to experience from the incarceration of a close relative? Having a family member in prison is like being constantly under a shadow: a damned and cursed shadow that stalks and does not withdraw. It is in this sense that this research paper decided to study the prison environment, made up of the families who reside near the prisons to maintain the bond with the imprisoned relative and thus share the prison (experience). Furthermore, this study contributes to the understanding of stolen childhoods, whose children become victims and perpetrators in the process of family incarceration. It finishes by showing that imprisonment does not only happen in the actual prison facility, but also, and especially, in the subjective. As they told of what goes on in their subjectivities, these family members reveal feelings that have the power to entrap them or to release them. Humiliation and resentment entrap. Forgiveness frees.

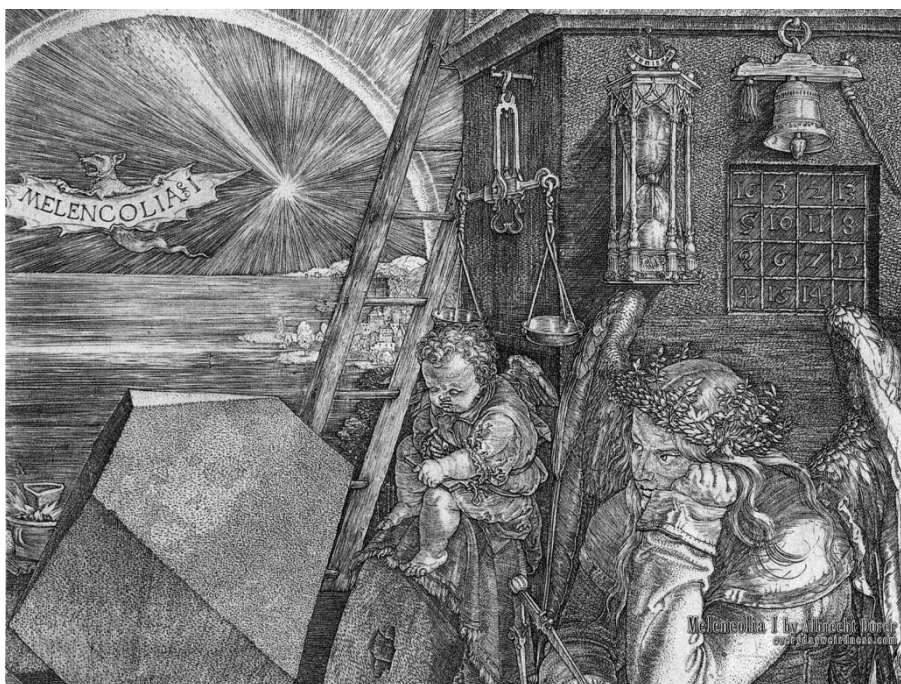
Keywords: Prison, prison environment, impoverished families, crime, childhood, feelings.

\

INTRODUÇÃO

A lista de desgraças que nos oprimem todos os dias é infinita... Tudo isto, bruscamente, me dá outra vida. Uma vida impossível de ser vivida, carregada de aflições cotidianas, de lágrimas contidas ou derramadas, de desespero sem partilha, às vezes abrasador, às vezes incolor e vazio. Em suma, uma existência desvitalizada que, embora às vezes exaltada pelo esforço que faço para continuá-la, a cada instante está prestes a oscilar para a morte. Morte vingança ou morte liberação, doravante ela é o limite interno do meu abatimento, o sentido impossível dessa vida, cujo fardo, a cada instante, me parece insustentável, salvo nos momentos em que me mobilizo para enfrentar o desastre. Vivo uma morte viva, carne cortada, sangrante, tornada cadáver, ritmo diminuído ou suspenso, tempo apagado ou dilatado, incorporado na aflição... Ausente do sentido dos outros, estrangeira, accidental à felicidade ingênua, eu tenho de minha depressão uma lucidez suprema, metafísica. Nas fronteiras da vida e da morte, às vezes tenho o sentimento orgulhoso de ser a testemunha da insensatez do Ser, de revelar o absurdo dos laços e dos seres. Minha dor é a face escondida de minha filosofia, sua irmã muda.

Julia Kristeva¹



Albrecht Dürer - Melancholia - 1514

¹ KRISTEVA, Julia. **Sol Negro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.15.

² Gravura de 1514 do pintor, gravurista e arquiteto alemão Albrecht Dürer (1471-1528), em que a melancolia é associada à alma criativa e ao temperamento dos gênios e grandes artistas.

“Carga de tristeza”, “dor intransferível”, “perda do gosto pela vida” são expressões de que Julia Kristeva se utiliza em *Sol Negro* para dar sentido à palavra melancolia. Em tempos de crise, ela se instala, “se impõe, é expressa, faz sua arqueologia, produz suas representações e seu saber”³. A melancolia nessa perspectiva é fruto de uma conjuntura social desfavorável, solo fértil para o chamado “humor negro”.

Em meio a emoções e sentimentos, a “lágrimas contidas ou derramadas”, a desesperos e aflições, enfim, a melancolia, esta pesquisa foi escrita. Quando ouvi pela primeira vez os testemunhos de meninos e meninas cujos familiares estavam na prisão sabia, intimamente, que nunca mais seria a mesma. Desde então, faço um esforço para que iras, amarguras e desesperanças não se transformem em entulhos na alma, em ressentimentos. A alma, uma vez intoxicada de lixos emocionais, pode se impermeabilizar. E uma vez impermeabilizada, poderá impedir o amaciamento que a humanidade precisa. Eis a razão desta pesquisa, eis porque escrevo!

À sombra do encarceramento é um título sugestivo para esta tese. Sombras perseguem, escondem, ameaçam, dominam, e, por vezes, “assombram”. As sombras são também veículos que transportam magníficas imagens psicológicas: não gozam de boa reputação, são sempre associadas ao que é enganoso, perigoso, ameaçador. Em geral, carregam significações negativas, estranhas, invasivas. Andam sempre envoltas na suspeita e no medo. As sombras são misteriosas e sedutoras, escuras e inquietantes. Não inspiram confiança e não são boas companhias. Apesar disso, não têm vida própria: “são apenas imagens do corpo e permitem reconhecer os traços do seu dono. Dependem do corpo, estão firmemente presas a ele. São imagens abstratas e imateriais: [...] são presas ao corpo e, no entanto, não se deixam capturar.”⁴

Pensar na riqueza das metáforas e das histórias inventadas sobre as sombras traz-me inspiração. Que outra imagem poderia ser tão apropriada para representar (ou irrepresentar) os sentimentos que uma pessoa passa a experimentar a partir do encarceramento de alguém próximo? Ter um familiar na prisão é como estar na companhia ininterrupta de uma sombra: uma sombra maldita e amaldiçoada que persegue e não se afasta.

³KRISTEVA, Julia. *Sol Negro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.15.

⁴CASATI, Roberto. *A descoberta da sombra*: de Platão a Galileu, a história de um enigma que fascinou as grandes mentes da humanidade. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

A metáfora da sombra procura ilustrar a vida de muitas pessoas que passam pelo drama de ter um parente próximo na prisão. Em agosto do ano de 2003, após ser aprovada num concurso público para o cargo de Orientadora Educacional na rede municipal de ensino – Escola Municipal Hilda Leão Carneiro, na cidade de Uberlândia/MG, passei a conviver, na ambiência da escola, em razão do cargo ocupado, com muitas famílias que passavam por situações de encarceramento de um parente próximo.

Mas foi no ano de 2007, quando fui remanejada para outra escola – Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge⁵ –, que essa convivência ganhou contornos diferenciados, mais estreitos, tendo em vista a confiança que muitas mães de filhos presos, esposas/companheiras, e até mesmo crianças passaram a depositar em mim para contarem o que sentiam e como assimilavam as práticas prisionais. Nas conversas informais com essas pessoas, em tom de desabafo, muitas buscavam conselhos ou, simplesmente, queriam ser ouvidas.

Num desses dias comuns, corriqueiros de ambiência escolar, dona Eli⁶, mãe de muitos filhos, com quatro estudando naquela escola, foi até a sala da Orientação Educacional. Assim que chegou à escola, em meados de abril do ano de 2008, para conversarmos sobre seu filho caçula, algo me chamou a atenção. Dona Eli estava ali, parada, sentada no banquinho de espera, com expressão embrutecida e gestos desmesurados. Um sorriso, apenas, de desapontamento: uma espécie de escudo atrás do qual ela parecia se esconder de si mesma seus sofrimentos, suas dores.

Diante dos fatos, esse sorriso-escudo pareceu-me apropriado frente aos olhares curiosos. Convidei-a para um momento de conversa na sala da coordenação pedagógica. O convite era para que Dona Eli pudesse contar como estava sua relação com seu filho caçula que, nos últimos meses, estava faltando às aulas e andando em companhia de adultos e adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas. Antes que lhe perguntasse qualquer coisa, algumas palavras foram pronunciadas: “ele é apenas um menino!” Pensei que se tratasse do filho caçula. Mas o “é apenas um menino” referia-se ao filho

⁵ Criada pela Lei Municipal n. 9.298 de 28 de agosto de 2006, a Escola Municipal Profa. Irene Monteiro Jorge situa-se no bairro Morumbi, na zona leste de Uberlândia/MG. Atende crianças do bairro e de outras localidades, como Joana Darc, Celebridade, Prosperidade, Dom Almir, Alvorada, Jardim Sucupira e Zaire Rezende.

⁶ Em abril de 2008 Dona Eli foi chamada à escola por causa do comportamento agressivo de seu filho caçula. Quando chamada, extravasou suas tristezas ao relatar a prisão e morte de seu filho mais velho. Alcoolatra e visivelmente depressiva, já havia perdido seus filhos menores para o abrigo onde permaneceram por três anos devido à negligência de cuidados.

mais velho, deixando vir à tona expressões de uma mulher “assombrada”, cujas memórias recentes faziam sofrer.

O que me impressionou nesta mulher foi seu “sorriso-escudo”. Dona Eli não chorava. Cada palavra pronunciada, cada narrativa compartilhada, expressava sentimentos diversos: tristeza, dor, ressentimento, amargura, desejos suicidas – sentimentos estes que a encarceraram existencialmente e que a deixaram prisioneira de si mesma; mas como uma defesa ou proteção, ela continuava a sorrir.

Dona Eli precisava agora lidar com a situação de encarceramento do filho caçula, por ter sido flagrado com um pacote de maconha na porta da escola⁷. Além disso, precisava adaptar-se às normas e regras do abrigo para menores infratores, no qual este menino passará, caso a pena seja rigorosamente cumprida, longos doze anos, até que complete a maioridade. Essa mãe, amputada subjetivamente pela perda temporária de um dos filhos terá de conviver com o luto, com a perda, a dor, a morte dilaceradora do seu outro menino. Nesses interstícios, que separam seu cotidiano dos dias de visita, sentimentos são aflorados, memórias são evocadas. É neste contexto escolar, de brincadeiras e molecagens, que dona Eli quer rememorar a alegria experienciada com seu filho-menino, cujo lembrar impede que ela, mãe, não se sepulte em vida.

Dona Eli é uma espécie de emblema ou símbolo de milhares de mães e de famílias que vivem à sombra do encarceramento de um parente. Foi ouvindo as histórias de muitas outras Elis, encarceradas subjetivamente pelo aprisionamento de seus filhos, esposos, companheiros e irmãos que esta pesquisa começou a se desenvolver. Foi convivendo na ambiência escolar com “filhos de Elis” que aflorou em mim um sentimento de perplexidade. Numa breve – porém profunda reflexão – me vi pertencendo, de alguma forma, a um espaço atravessado por problemas sociais e afetivos.

No exercício da escrita, ao avesso das obviedades, escolhi buscar compreender os sentimentos e os rearranjos sociais e emocionais dessas Elis, e não das famílias vitimadas, que sofreram com as ações delituosas e criminosas dos que agora se encontram na prisão. Tal escolha colocou-me, como historiadora, num lugar de

⁷Um dos graves problemas sociais do Bairro Morumbi, região leste de Uberlândia, é o tráfico e o consumo de drogas, principalmente entre jovens e adolescentes. Dentre as drogas ilícitas traficadas mais comuns, segundo relatos dos moradores, estão o crack e a maconha. Para o consumo, entre adolescentes e jovens pobres, o crack está em primeiro lugar, pois é uma droga barata e de fácil acesso. Muitas crianças na faixa etária dos quatro anos já começam a ser aliciadas por adultos para servirem de transportadores, os “aviões”, iniciando-se, assim, precocemente, no mundo do crime e da delinquência.

fronteira. Este lugar que José de Souza Martins⁸ conceitua como lugar de conflito, de confronto, de batalha, de guerra, de encontro dos diferentes. Fronteira-encontro dos **que** estão “do lado de cá” com os “do lado de lá”. Território “disputado de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.⁹

Nesse lugar-fronteira, entremeado por diferentes visões e definições do Outro, minha escolha metodológica conduziu-me para o lado mais difícil, do contrassenso, da oposição. Foi ouvindo o discurso do senador Reditário Cassol (PP-RO), no dia 6 de outubro de 2011, registrado no Portal de Notícias do Senado Federal, que me dei conta do lugar-fronteira em que eu me situava. De maneira rasa e simplificada, a polêmica em torno da concessão ou não do benefício auxílio reclusão¹⁰ aos familiares de sujeitos encarcerados, mostra o quão difícil foi trabalhar com a temática da pesquisa e optar colocar-se em um dos lados da fronteira:

Senadores, precisamos modificar um pouco da lei aqui no nosso Brasil, que venha favorecer sim as famílias honestas, as famílias que trabalham que lutam, que pagam imposto para manter o Brasil de pé e não criar facilidade para pilantra, vagabundo, sem vergonha, que devia estar atrás da grade de noite, e de dia trabalhar, e quando não trabalhasse de acordo, o chicote, que nem antigamente, voltar novamente é isso que nós precisamos fazer. É uma vergonha nacional se ver só família preocupada com assaltante, família preocupada com malandro.¹¹ (CASSOL, 2011)

Em seu discurso polêmico, o senador batizou o auxílio-reclusão como uma “facilidade para malandro”. Fervoroso defensor da extinção desse benefício previdenciário previsto na lei n.º 8.213/91, mas existente há 50 anos desde o extinto

⁸ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. Editora HUCITEC, São Paulo: 1997, p.12.

⁹ Ibid.

¹⁰ O artigo 80 da Lei nº 8.213/91 prevê como pressupostos à obtenção do benefício de auxílio-reclusão: a) o recolhimento do segurado à prisão; b) o não-recebimento de remuneração da empresa ou de benefício previdenciário; c) a qualidade de dependente do requerente; d) a prova de que o presidiário era, ao tempo de sua prisão, segurado junto ao INSS. Além desses requisitos, a Emenda Constitucional nº 20/98 alterou a redação do art. 201, IV, exigindo ser o segurado oriundo de família de baixa renda. Não é necessária carência de contribuições, tal qual ocorre no benefício de pensão por morte. O recolhimento à prisão deve ser demonstrado por meio de certidão do órgão prisional ao qual o segurado se encontra recolhido. A lei não faz distinção quanto à natureza da prisão (se cautelar ou decorrente de sentença condenatória com trânsito em julgado), nem quanto ao seu regime. A doutrina, porém, tem entendido que, nas hipóteses de regime aberto, descabe a concessão do benefício, em razão de se encontrar o segurado apto para o retorno ao trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>, Acesso em 14 dez. 2011.

¹¹ Disponível em <http://www.senado.gov.br/noticias/radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=145224>, Acesso em: 28 dez.2011.

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), posteriormente mantido pelo também extinto Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB), depois incluído na LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social (lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960) e mantido na Constituição Federal de 1988, ele expôs seus argumentos sem cerimônia:

É um absurdo que a família de um pai morto pelo bandido, por exemplo, fique desamparada, enquanto a família do preso que cometeu o crime receba o auxílio previdenciário de R\$ 862,60, valor maior até que o salário mínimo aprovado pelo Congresso Nacional, que é hoje de R\$545,00.¹²

O reverbério do senador na tribuna do Senado brasileiro não é solitário. Vem acompanhado de uma multidão de pessoas que com ele concordam e que, de diferentes formas, manifestam indignação, inconformismo e, por vezes, preconceito em relação a familiares de pessoas em reclusão prisional.¹³ *Bolsa-crime, bolsa-bandido, bolsa-crack, bolsa-marginal* são expressões utilizadas por aqueles que discordam da decisão do governo em conceder benefícios aos familiares de pessoas que cumprem pena de prisão.

Esta pesquisa – pela escolha de seus temas de investigação e pelas referências com que busca compreendê-los – situa-se do lado de lá da fronteira. Isto por uma razão simples: meu convívio cotidiano com crianças entre seis e doze anos em ambiência escolar. São elas que chegam à minha sala¹⁴: algumas enfrentando a situação de terem um parente próximo na prisão, em virtude de pequenos delitos cometidos; outros, com parentes presos por tráfico privilegiado¹⁵ e, em muitos casos, por crimes hediondos.

¹² Depoimento de Reditário Cassol, disponível em http://www.senado.gov.br/noticias/radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=145224

¹³ As políticas públicas do Ministério da Justiça para a Assistência à Família do Preso registrada no Plano Diretor do Sistema Penitenciário de 2008 também revelam a pouca ou minguada atenção a esses familiares. Segundo o relatório sobre a situação atual – Assistência à Família do Preso, nos Estados de Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe nenhum projeto é realizado, especificamente, de assistência à família do preso. Nos demais Estados, a assistência “é realizada através dos setores de serviço social e psicológico das unidades penais, não sendo focado exclusivamente na orientação e apoio aos familiares, restringindo-se apenas aos visitantes dos presos”. (DEPEN, 2008, p.18). Alguns Estados como Pará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Paraná, São Paulo e Espírito Santo têm avançado em suas políticas, oferecendo projetos e programas de assistência social e psicológica aos familiares de presos, porém, com resultados ainda precários quanto à orientação e amparo aos familiares. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE7CD13B5ITEMID2565B3B35976460E90DA50F35BD61402PTBRNN.htm>. Acesso em 28 dez. 2011.

¹⁴ Sala de Orientação Educacional.

¹⁵ O tráfico privilegiado, explícito pela Nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), refere-se ao crime por tráfico de drogas ilícitas, não possuindo natureza de crime hediondo (equiparado). Este artigo destina-se ao dependente químico que, para garantir seu vício, é instrumentalizado pelo traficante para a venda de

Esses meninos e meninas apresentam um traço em comum: comportamentos violentos na escola, embora alguns manifestem sua revolta sendo dispersos e desinteressados. Os finais de semana que passam em visita aos familiares no presídio, na maioria das vezes, refletem em dias de desassossego, em violência e revolta nas salas de aula. Muitas se queixam abertamente com os professores; outras, todavia, extravasavam sua tristeza, suas incertezas em choro e muita solidão. Observando o comportamento dessas crianças e convivendo com elas percebi o quanto a ausência do parente preso lhes afeta emocionalmente. Muitas se angustiam pelo afastamento do parente recluso; outras se sentem aliviadas por estarem apartadas, ainda que temporariamente, da presença de quem, de alguma forma, lhes causava dores e sofrimentos.

No contato com as famílias dos alunos atendidos, percebi que os dias de visita na prisão, a presença da polícia em rígidas vistorias em seus domicílios, a vigilância permanente, a vivência e a banalização das situações de ilegalidade (como o narcotráfico, a prostituição, a violência doméstica) eram fatores entrelaçados à miséria e à exclusão social, agravadas pela relação, mesmo indireta, com a prisão – o que colaborava, em alguns casos, com um desempenho escolar sem muito sucesso.

Relatos, testemunhos, memórias e histórias de vida generosamente compartilhadas ou, até mesmo, pequenas observações cotidianas no espaço escolar vieram amadurecer minhas interpretações sobre o entorno de uma prisão e, de maneira especial, sobre a vida desses sujeitos crianças e de suas famílias. Interpretações estas também compartilhadas por autores que analisaram as periferias urbanas, os espaços segregados e invisíveis, os lugares pobres e marginais das nossas cidades.

As entrevistas concedidas para a pesquisa se deram em contexto muito diferente do narrado por Michel Foucault ao criar o GIP¹⁶ – Grupo de Informações sobre as Prisões. No GIP, inquirição aos detentos tinha como propósito criar uma comunicação explícita entre os que estavam do lado de dentro das prisões com os que estavam do

entorpecentes. Disponível em: <<http://georgelins.com/2010/09/02/trafico-privilegiado-art-33-%C2%A74o-da-lei-de-drogas/>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

¹⁶O GIP – Grupo de Informações sobre as Prisões foi um movimento inédito surgido na França em 1971, que pôs em questão o regime penitenciário. Inicialmente pensado para ser um tribunal popular para discutir e apresentar aos franceses, à imprensa as condições e as razões do encarceramento de alguns militantes da esquerda proletária, este movimento é reestruturado por Michel Foucault, mudando totalmente o dispositivo a ser criado: propõe um movimento social que ponha em questão a própria situação penitenciária. A base de organização do GIP era instaurar as condições em que os prisioneiros pudessem, eles próprios, falar. Com isso, Foucault transformou a ideia de comissão de inquérito em grupo de informação, “o que insistia, ao mesmo tempo, sobre a experiência coletiva e sobre a tomada da palavra pelos detentos.”(FOUCAULT, Ditos e Escritos, 2006, p. XLII)

lado de fora. “Transmitir o que sabem e falar-se de prisão a prisão, de cela a cela”¹⁷ era a metodologia utilizada por Foucault, junto a outros intelectuais, advogados, familiares de prisioneiros, ex-detentos, médicos, militantes, enfim, àqueles que não mais toleravam o regime da prisão, para denunciar o que acontecia no universo prisional. Questionários eram aplicados e distribuídos regularmente às portas das prisões, e as denúncias registradas eram divulgadas a toda população.

Desta forma, a pretensão do GIP era extrair o máximo possível de informações sobre o que se passava nas prisões, “circulando de boca a orelha, de grupo em grupo”.¹⁸ Ao contrário, a técnica de investigação de que lancei mão para apreender parte do que se passa com as famílias dos aprisionados foi a sutileza, o comprometimento com a preservação da identidade de todos os que, de certa forma, mantêm uma relação com a prisão.

Se, para Foucault, o ideal seria que as famílias se comunicassem com os prisioneiros para que as informações sobre as prisões fossem as mais claras e precisas possíveis, nesta pesquisa o contexto foi praticamente o inverso. As informações coletadas por meio das entrevistas com as famílias precisaram ser sigilosas, longe da ambiência familiar do preso. Isto porque não eram as informações sobre o que se passava do lado de dentro da prisão que se tornava objeto de análise, mas o que acontecia do lado de fora, no tecido social e emocional do cotidiano dos familiares, no entrecruzamento com os fios das relações com os aprisionados e das marcas que esses familiares carregavam em sua subjetividade. Nesse sentido, as condições para o fornecimento das informações foram a preservação da identidade das pessoas envolvidas nos depoimentos e a garantia de que a imprensa não tomaria conhecimento de nenhuma informação. Por esta razão, todas as pessoas citadas nesta pesquisa foram identificadas por pseudônimos.

Das dez entrevistas concedidas para a pesquisa, as de dona Abigail e dona Lúcia¹⁹ me deixaram impressões especiais: Lúcia tem o esposo encarcerado, e Abigail seus dois filhos, um menor de idade. Ao estreitar os vínculos afetivos com essas mulheres, a começar pela ambiência escolar, ambas se dispuseram a compartilhar seus

¹⁷FOUCAULT, Michel. “Inquirição sobre as Prisões: Quebreiros a Barreira do silêncio. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Manoel de Barros Motta (org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.4.

¹⁸Ibid., p.7.

¹⁹ Todas as pessoas entrevistadas nesta pesquisa ou que relataram seus testemunhos não foram apresentados com seus nomes verdadeiros. Os pseudônimos foram utilizados para que a identidade das pessoas que testemunharam fosse preservada, tendo em vista o comprometimento que os relatos podem trazer a essas pessoas.

sentimentos e suas experiências a partir da prisão, longe da presença da família. A confiança que depositaram em mim foi imprescindível para que os registros e as interpretações de suas narrativas se constituíssem em material histórico fundamental para a tessitura da pesquisa.

Este procedimento me fez pensar sobre a responsabilidade do pesquisador e de sua metodologia ao buscar informações, selecionar fontes, fazer recortes temporais, interpretar discursos e intenções não verbais. Sem a confiança estabelecida entre quem narra, quem expõe sua vida, quem compartilha sentimentos com aquele que escuta, não haverá construções de significados que expressem o vivido, o sentido, o experienciado, esta mistura de ditos e não ditos. É como vejo o ofício do historiador: não estar alheio a nada, estar envolvido pela vida, “estar misturado com as pessoas e as coisas, para existir nelas, ser disfarçado [...], pois para fazer história não é necessário se afastar do mundo, das coisas, das pessoas, mas estar tão próximo delas que já não saibamos quando começa o eu e o outro, o eu e o eles”.²⁰

Para tanto, na tessitura da tese, coube a difícil tarefa de problematizar essas narrativas atravessadas por sentimentos traumáticos, recalcados, sofridos, humilhantes, de quem teve ou tem um parente próximo privado de liberdade, sem, contudo, violentar tais narrativas, “tecendo uma relação de alteridade com o sujeito que lembra”²¹. Desafio imenso, pois nessa tarefa, procurei também compreender aquilo que não é dito, não é proclamado, mas silenciado; aquilo que é, algumas vezes, negado e que se constitui, entretanto, como um móbil das atitudes, concepções e percepções sociais.²²

O tema em questão, bem como as problemáticas formuladas, me levou a pensar além dos limites e “objetivos” de um trabalho acadêmico e de minha função como intelectual, desafiando-me a dar visibilidade às experiências dessas famílias e indivíduos invisíveis, pois o “movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades para todos”.²³

Ao modo foucaultiano, trago como aprendizado das entrevistas e dos depoimentos espontâneos concedidos em lugares sigilosos, principalmente com as crianças, os equívocos a propósito do escondido, do recalcado, do não dito, que nas

²⁰ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.

²¹Ibid.

²²ANSART, Pierre. História e memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org). **Memória e (res) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Uberlândia: Ed. Da Unicamp, 2001.

²³SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo (PUC-SP), n.16, 1998.

palavras de Foucault, “permitem psicanalisar a baixo preço o que deve ser o objeto de uma luta, compreendendo o segredo como algo mais difícil de ser desvelado do que o inconsciente.”²⁴. Um ato de coragem desses sujeitos crianças e de seus familiares, que ao narrarem o que se passa nas profundezas de sua subjetividade, enunciam segredos onde deve reinar a “pedagogia do silêncio”.

Não me refiro a um silêncio que acalma, que aconchega, que emudece nossas vozes para ouvir o que se passa no interior do ser. Não é um silêncio que admoesta em consolação, em quietude. Refiro-me a um silêncio que se impõe pela força bruta, violenta, esmagadora. Silêncio que aniquila, que aprisiona e que ensina, com tal pedagogia, que calar é condição *sine qua non* para continuar a viver...

Nos campos de concentração alguns sobreviventes preferiam ficar em silêncio, nunca falando de Auschwitz, para outros, “a única razão de viver é não permitir que a testemunha morra”.²⁵ Nessa mesma perspectiva, para muitos meninos e meninas e familiares de pessoas encarceradas, este esforço sobre-humano de narrar experiências vividas e assimiladas pelas práticas prisionais é um ato de sobrevivência, de contestação, de coragem e de libertação.

Muitos não querem falar: outros, ainda que sob a imposição bruta do silêncio, se permitem testemunhar. Muitos fazem do silêncio sua relação de cumplicidade com as experiências vividas; para outros, estar silente é não correr os riscos das ameaças, das delações, dos constrangimentos e humilhações. E, para alguns poucos, o silêncio é o pior de todos os cárceres, e testemunhar é a única forma de se libertar dos sentimentos que enclausuram o ser e interrompem a vida. E todos eles nos ensinam de igual forma.

Em silêncio ou dando seu testemunho, esses sujeitos-crianças e suas famílias instigaram-me a conhecer os sentimentos partilhados, experienciados quando um parente próximo vai para a prisão. Além disso, saber de que forma esses sentimentos são determinantes na construção de novas experiências que as (re) orientam a novas vivências foram questões que instigaram, em grande medida, a pesquisa e a escrita desta tese. Para que essas inquietações comesçassem a ter um cunho histórico, respaldado em dados que permitissem pensar criticamente a relação entre baixo aprendizado e encarceramento de um parente próximo, além dos depoimentos e entrevistas com crianças e familiares de quem tem um parente preso, um questionário foi elaborado e

²⁴ FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Manoel de Barros Motta (org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.44.

²⁵ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)** Assmannn. São Paulo: Boitempo, 2008.

aplicado aos alunos da escola onde atuo como orientadora educacional e supervisora pedagógica.

O objetivo do questionário era saber se, de fato, havia um número significativo de crianças e adolescentes que tinham um parente na prisão. Aproximadamente quatrocentos questionários foram aplicados no ano de 2011. Alunos dos terceiros e quartos anos do ensino fundamental responderam autonomamente enquanto os dos primeiros e segundos anos foram auxiliados por suas professoras. O número de crianças que enfrentam a situação de encarceramento de um parente revelou-se desconcertante: 40,3%. Este número seria ainda maior se se perguntasse se a criança já enfrentou tal situação, uma vez que muitos parentes já se encontram em liberdade ou gozando de liberdade condicional.

São esses os sujeitos e temáticas da minha investigação: sujeitos-crianças e seus familiares que têm parentes próximos na prisão. A grande maioria advinda de famílias pobres, – que sobrevivem com uma renda mensal de até um salário mínimo²⁶, moram em favelas ou moradias precárias, sobrevivem de subempregos e atividades informais, da ajuda assistencial, da mendicância ou de certas atividades ilegais; ou seja, crianças, com “vestígios de uma inserção social caótica com sequelas afetivas que não podem ser desprezadas”.²⁷

Estas famílias são resultantes da combinação de fatores que historicamente “constituíram a periferia, o analfabetismo, o desemprego, o alcoolismo, o saneamento básico e a moradia precários, todos estes como elementos coadjuvantes da perpetuação e ampliação dos despossuídos e miseráveis no Brasil.”²⁸ Famílias pobres brasileiras que, ao terem um membro da família preso, também se prisionizam. Famílias que passam a interiorizar as práticas prisionais e a criar táticas para se adaptar à nova situação de reclusão de um parente. Uma prisionização secundária, cuja situação sócio-afetiva atinge não o recluso, mas as pessoas que com ele mantinham vínculos (in) afetivos antes do encarceramento e, em muitos casos, continuam a mantê-los depois do tempo de cárcere.

²⁶ Segundo notícia divulgada pelo Supremo Tribunal Federal, a nova lei – lei 12.383/2011 fixa o salário mínimo em R\$678,00. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-24/governo-reajusta-salario-minimo-para-r-678-partir-de-janeiro>. Acesso em 18 jun./2013.

²⁷ NEVES, Anamaria Silva. **Família no singular, histórias no plural: a violência física dos pais e mães contra filhos**. Uberlândia, Edufu, 2008, p. 26.

²⁸ Ibid.

A prisionização secundária:

A compreensão do termo “prisionização secundária” tem sua origem em um dos capítulos da obra *The Prison Community*, do autor norte-americano Donald Clemmer (1958,p.299). Clemmer trabalhou por mais de trinta anos na estrutura prisional dos EUA na função de diretor e fiscal no Departamento Penitenciário do Distrito do Governo de Columbia. A obra foi escrita no início de sua carreira carcerária, fruto de um estudo de três anos (1931-1934). Com a ajuda de sociólogos, psicólogos e psiquiatras, Clemmer desenvolveu o conceito de prisionização – um conceito relacionado ao termo sociológico de assimilação explicado por Thompson como “um processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocada, a ponto de se tornar característico dela”.²⁹

Para Clemmer, assim como utilizamos o termo americanização para descrever o maior ou menor grau de integração do imigrante ao esquema de vida dos Estados Unidos, podemos utilizar o termo prisionização para indicar adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar, dos costumes, dos hábitos e regras da cultura geral da penitenciária.³⁰ Para o autor norte-americano, a prisionização é um processo particular de assimilação da cultura prisional, sendo tal cultura entendida tanto formal quanto informalmente, ou seja, não apenas leis, normas administrativas e regimento interno compõem a cultura de uma penitenciária, mas sim, e principalmente, a informalidade da organização e manifestações sociais de seus membros.

Megan Comfort³¹ ampliou o conceito de prisionização, investigando a influência dos valores carcerários sobre os demais sujeitos da estrutura penitenciária. Para o autor, a prisionização secundária é um fenômeno de assimilação das práticas prisionais pelos sujeitos que indiretamente mantêm uma relação com a prisão, especialmente os familiares, os quais experienciam as práticas prisionais em razão dos novos modos de viver que a prisão impõe ao seu parente. Com isso, a prisão passa a gerenciar e a controlar não só o preso como também sua família e todos os envolvidos no processo prisional, diminuindo, assim, a capacidade de resistência às ordens do poder.

Todavia, estas famílias continuam invisíveis, e o fenômeno da prisionização secundária ainda não tem a visibilidade necessária para contribuir com os estudos

²⁹ THOMPSON, Augusto F. G. **A Questão Penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1979.

³⁰ CLEMMER, Donald. **The prison community**. New York: Rinehart, 1958.

³¹ COMFORT, Megan. In the Tube at San Quentin. The ‘Secondary Prisonization’ of women visiting inmates. **Journal of Contemporary Ethnography**, Vol 32 (1): 77-107. 2003.

envolvendo os familiares dos sujeitos aprisionados. Embora reconhecendo a grande presença de cientistas sociais, de historiadores e psicólogos voltados à compreensão da temática apresentada nesta pesquisa, constatam-se poucos estudos que conseguiram fazer entender as práticas sociais, culturais e afetivas dessas famílias, provavelmente pelas dificuldades enfrentadas no campo de estudo e no relacionamento com esses sujeitos que mantêm vínculos indiretos com a prisão.

No campo das políticas públicas voltadas ao atendimento e assistência à família do preso, a mesma lacuna pode ser observada. Um exemplo: ao responder minhas solicitações de informação endereçadas ao Departamento Penitenciário Nacional/MJ, a Coordenadora Geral de Reintegração Social e Ensino, via *e-mail*, assim responde:

Solicitei que fosse verificado no nosso acervo bibliográfico que traz algumas monografias e dissertações sobre o sistema se consta alguma produção que possa auxiliar na pesquisa. Infelizmente não detectamos nada relacionado à família do preso. O nosso foco, seja nas ações realizadas ou nos projetos financiados, é sempre a pessoa presa e/ou o servidor penitenciário, não alcançando os familiares. Entendo que todo e qualquer projeto de reintegração trará impactos para a família do preso, mas não temos acesso a esse processo e/ou resultado. (e-mail, 05 nov. 2010)

A resposta via *e-mail* confirma a importância e contribuição desta pesquisa. A riqueza dos testemunhos e as fontes utilizadas para este estudo poderão se tornar material “inspirador” para todo aquele que se interesse pela temática. Apesar da produção científica e dos projetos financiados não envolverem os familiares dos encarcerados, os dados estatísticos evidenciam a existência desses vínculos familiares. São as famílias que continuarão a manter o vínculo com seus parentes encarcerados e farão a ponte entre o mundo da prisão e o mundo da aparente liberdade.

O Instituto Elo possui um acervo rico de dados sobre o perfil dos egressos do sistema prisional (PrEsp/Uberlândia)³². Neste acervo, evidencia-se o vínculo familiar do encarcerado enquanto está na prisão. Em 2011, dos 343 egressos, 38% moravam com seus pais antes de irem para a prisão e 22% com seus cônjuges e filhos.

³² Disponível em <http://www.institutoelo.org.br/site/>. Acessado em abr/2011.

Tabela 1 – Pessoas que convivem com os beneficiários inscritos no PrEsp/Uberlândia – (Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional e vivem na mesma residência- 2011)

Atualmente o Beneficiário mora com		
	Frequência	Percentual
Pais	132	38%
Avós	9	3%
Sozinho	17	5%
Cônjuge	30	9%
Cônjuge e Filhos	74	22%
Filhos apenas	7	2%
Rua	2	1%
Abrigo	0	0%
Albergue	0	0%
Irmãos	9	3%
Outros	63	18%
Total	343	100%

Fonte: Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos

Pais, filhos e cônjuges são os principais vínculos que o sujeito aprisionado possui, embora nem todos continuem a manter contato depois do encarceramento. Apesar de em muitos casos haver um rompimento nas relações entre preso e familiar,

a família aparece como um elemento significativo no processo de penalização e execução penal. Repercute no cumprimento da pena, pois sua presença representa a manutenção dos vínculos sociais e é um recurso frente às limitações materiais, administrativas e jurídicas existentes na prisão.³³

³³ WOLF, Maria Palma. **Antologia de vidas e histórias na prisão**: Emergência e Injunção de controle social. Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2005, p.34.

O campo de investigação

Esta pesquisa foi realizada numa comunidade urbana da periferia do município de Uberlândia/MG³⁴, entre os anos de 2007 e 2013. A Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge e seu entorno é o espaço-foco da minha investigação. É neste espaço que trabalho desde 2007, como orientadora educacional, ajudando, sob o ponto de vista pedagógico, crianças em situações de risco (abandono material e intelectual, maus tratos, exposição ao crime e à prostituição) e também, em muitos casos, orientando pais e responsáveis no cuidado com os filhos.

A principal característica desta escola é localizar-se entremeada por três tipos de prisão (um presídio – Presídio Prof. Jacy de Assis, uma penitenciária – Penitenciária Pimenta da Veiga –, e um centro socioeducativo para menores infratores – CSEUB). Por causa da sua localização, atende a muitas crianças e adolescentes que têm parente recluso. A maioria veio de outras localidades. Instalaram-se com suas famílias ao redor de uma das prisões, a fim de continuar mantendo o vínculo afetivo com o parente que se encontra privado de liberdade.

Imagem 1 – Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge a aproximadamente 200m do CSEUB³⁵

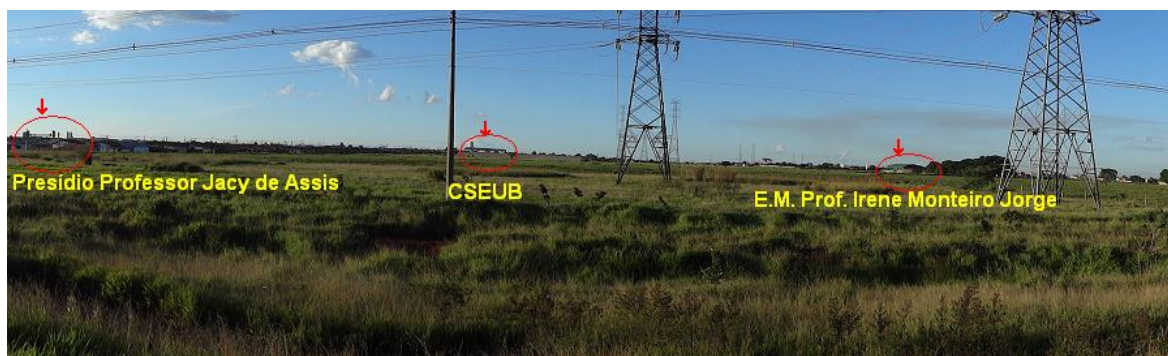


Fonte: acervo pessoal

³⁴ Esta periferia localiza-se no bairro Morumbi, antes denominado Conjunto Santa Mônica II. Surge na década de 1990 e era composto por três loteamentos integrados em 1995. Sua construção foi destinada a população de baixa renda e era formado por casas com 23m². Sua construção teve como objetivo central a expansão do perímetro urbano em direção à área rural do município, incorporando novos espaços à cidade, alimentando o processo de especulação imobiliária. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a09.pdf>>. Acesso em 22 mai/2012.

³⁵ Fotografia tirada em maio de 2012.

Imagem 2 – Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge no entorno do presídio Prof. Jacy de Assis e do CSEUB



Fonte: acervo pessoal

Minha experiência profissional – ao longo de seis anos em contato com esses sujeitos crianças que têm um parente encarcerado – instigou-me a buscar compreender quem eram esses meninos e meninas, qual a sua situação social, como se sentiam quando um parente próximo era encarcerado e como reagiam às práticas criminais parentais. Embora num primeiro momento minhas inquietações e questões se restringissem ao desenvolvimento escolar, que passava por profundas alterações quando as crianças enfrentavam a reclusão de uma pessoa da família, percebi que as interpretações pedagógicas não seriam suficientes para compreender essas questões que adentravam os muros escolares e os ultrapassavam.

Ao buscar compreender os problemas educacionais enfrentados por esses meninos e meninas, meu vínculo com os familiares dos encarcerados foi-se estreitando e instigando-me a conhecer o processo de subjetivação pelo qual passavam a partir do encarceramento de seus parentes, fossem eles irmãos, pais, tios ou avós.

A pretensão desta pesquisa é servir ao desvelamento desse microcosmo, de seu cenário social, à maneira como Norbert Elias fez para a comunidade de Winston Parva³⁶. Ao buscar compreender o que acontece na vida dessas pessoas cujos parentes

³⁶ Em seu ensaio *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Norbert Elias estuda uma pequena comunidade industrial urbana, de nome fictício de Winston Parva, no sul da Inglaterra, do século XX. Nele, o autor mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo de residentes instalados desde longa data num bairro relativamente antigo – os estabelecidos –, e ao redor dele, duas povoações formadas em época mais recente – os outsiders. A pretensão maior deste ensaio está em mostrar as relações de poder dos estabelecidos sobre os outsiders. Enquanto o primeiro grupo impunha seu arsenal de superioridade, fundamentando sua distinção e seu poder em um princípio de antiguidade: moravam em Winston Parva bem antes que os outros, encarnando valores da tradição e da boa sociedade, os outros – outsiders – viviam estigmatizados por todos os atributos associados à anomia, como delinquência, violência e

próximos encontram-se reclusos, percebi a possibilidade de fazer deste cenário de violência e estigmatização um referencial de compreensão de outras localidades, inclusive maiores, que vivenciam situações semelhantes.

Assim como em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, esta pesquisa pretendeu indicar que os problemas enfrentados em pequena escala em uma comunidade são inseparáveis dos apresentados por uma sociedade maior, como por exemplo, a de um país. Nesse sentido, o estudo aqui apresentado, embora muitas vezes se restringindo à comunidade local, não pode ser considerado, em nenhuma hipótese, um “vazio sociológico”³⁷, como se existisse isolada de outras espacialidades.

À semelhança do que Norbert Elias observou na comunidade de Winston Parva, Uberlândia também apresenta relações de poder entre os *estabelecidos* – aqueles que estão na cidade há mais tempo, participam das tradições, assimilam os valores da boa sociedade, e aqueles que, por estarem a bem menos tempo na cidade, vão sendo estigmatizados e lançados à margem. Nesses espaços de segregação social, esses *outsiders* vão ocupando os lugares ainda não habitados e irregulares da cidade. Mas não são apenas semelhanças que Uberlândia tem com a comunidade de Winston Parva. As diferenças também existem: esses *outsiders* da cidade uberlandense não são homogêneos em suas características econômicas, sociais ou educacionais. Ao contrário, diferenciam-se por sua renda, por sua (des)ocupação, pelo nível educacional, pela não participação nas tradições da “boa sociedade”, pelo local onde residem, e, sobretudo, se possuem algum vínculo com a prisão.

Esses *outsiders* a que me refiro não são nem vistos pelos *estabelecidos*. Há um muro invisível separando-os. Distantes do centro da cidade a, aproximadamente, 13 quilômetros, a maioria da população de Uberlândia nem sabe da sua existência. É nesta comunidade periférica da região leste de Uberlândia conhecida como bairro Morumbi³⁸,

desintegração. Para aprofundamento da obra, ver em ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

³⁷ Expressão usada por Norbert Elias em ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

³⁸ O bairro Morumbi foi construído de maneira irregular e inadequada: casas minúsculas conhecidas como casas-embriões, de 23 metros quadrados, foram entregues aos moradores, cujo projeto inicial era de dois cômodos (um banheiro e outro cômodo que fazia a função de quarto, cozinha e sala). Construídas em terrenos inadequados, essas casas foram entregues aos moradores sem infraestrutura no bairro, com duplicações ilícitas de matrículas de terras, fazendo com que uma CPI fosse apurada pelo poder legislativo municipal e que tramita até os dias atuais em terceira instância federal. Além disso, o bairro Morumbi e seu entorno foi construído em uma região de cova, área plana e côncava que em época de chuva concentra grandes quantidades de águas, principalmente no meio do bairro, provocando várias

que residem os sujeitos-objeto de minha investigação: famílias pobres, cujos parentes próximos encontram-se presos. Este bairro abrange outros bairros ainda não regulamentados pela prefeitura, conhecidos como *Grande Dom Almir*. Nesta espacialidade é onde se concentra a maior ocupação/invasão³⁹ de terrenos por famílias de “sem-tetos”. Ao longo dos trinta anos, o setor leste da cidade abrigou o conjunto de favelas/assentamentos urbanos/ e bairros irregulares⁴⁰: Dom Almir, Prosperidade, São Francisco, Joana D’arc, Celebridade⁴¹, Zaire Rezende.

Imagem 3 - Mapa da cidade de Uberlândia



Fonte: Cidade Digital. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>

enchentes que adentram as casas. Em época de seca, concentra grande quantidade de poeira que desencadeia vários problemas respiratórios aos moradores. Para um aprofundamento maior sobre o processo de urbanização da cidade de Uberlândia e do loteamento do bairro Morumbi sob condições irregulares, ler: Lutas e experiências dos moradores do bairro Morumbi: Um lugar para morar e a luta que se inicia. RODRIGUES, Henrique. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v.7, n.2, p.41-51, 2008.

³⁹ Os termos ocupação/invasão são utilizados de forma recorrente nas notícias dos jornais, nos discursos políticos, nas conversas com os moradores. Essas palavras vêm e vão, se misturando ou se separando, ora como sinônimos, ora como oposições, tendo como referência princípios da cidadania. Enquanto a ocupação faz referência ao direito constitucional de moradia, a invasão fere os princípios legais de inviolabilidade da propriedade privada.

⁴⁰ O conceito tríade favela/assentamento urbano/ bairros irregulares é utilizado para abranger as diversas formas de representação dessa espacialidade do setor leste uberlandense pelos diferentes agentes sociais que a ocupam.

⁴¹ Segundo os moradores, o nome desta favela foi criado em razão de dois fatos: uma crítica à novela exibida pela Rede Globo no mesmo período em que se começa a povoar essa espacialidade e também, pelo fato desse lugar ficar próximo a um condomínio fechado – Mansões Aeroporto, onde, na época, residia um grupo social elitista da cidade.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano/Diretoria de Pesquisas Integradas⁴², este conjunto de bairros conta com uma população em torno de 18 mil habitantes morando em, aproximadamente, 6.656 residências. Todavia, para além das estatísticas, essa espacialidade do bairro Morumbi⁴³ possui um número bem maior do que este, levando-se em conta a quantidade de pessoas que vão se instalando nesses locais irregulares conhecidos como favelas, sem infraestrutura, dividindo um pedaço de chão com a parentela instalada antes na cidade.⁴⁴

Entretanto, Uberlândia é apresentada como uma cidade sem favelas. Para o diretor da coordenadoria do IBGE, Cláudio Stenner, que participou da pesquisa “*Aglomerados Subnormais*”⁴⁵, o fato de o estudo ter apontado Uberlândia como uma cidade que não possui favelas pode ter ocorrido pelo critério do número de domicílios, uma vez que as comunidades que não possuem mais de 50 domicílios não foram contabilizadas. Segundo Stenner, o resultado do estudo foi apoiado em imagens de satélite, visita a campo e pesquisa nas prefeituras dos municípios.

⁴² Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1460.pdf>. Acesso em 17 abr.2012.

⁴³ Em 2010 o IBGE apresentou Uberlândia como uma cidade sem aglomerado subnormal, conhecido como favela. O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal “cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”. Para ser enquadrado como aglomerado subnormal, ainda de acordo com o Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010, o conjunto tem que ser “uma ocupação ilegal de terra e com urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e alinhamento irregular)”. A informação foi divulgada no dia 21 de dezembro, por meio de uma pesquisa inédita do instituto chamada “aglomerados subnormais”. Esses dados, todavia, entram em desacordo com a concepção de alguns especialistas: para Fernando Garrafa, arquiteto e urbanista da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), há, em Uberlândia, muitos locais com características do que se entende por “aglomerados subnormais”, tendo pouca qualidade de vida e necessidades básicas atendidas de maneira precária. Alguns destes locais, para o especialista, são ainda mais precários que as consideradas favelas em outras cidades do Brasil. O professor e geógrafo da UFU, Samuel do Carmo Lima, também compartilha da mesma opinião. Para este especialista, quando os termos são comparados com a realidade, fica claro que alguns bairros são favelas. Os bairros Dom Almir, Joana D’Arc, Zaire Rezende, Prosperidade, São Francisco e Celebridade, na zona leste de Uberlândia, são os mais citados pelos especialistas como os locais que poderiam ser considerados como favelas. Disponível em <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/especialistas-contestam-a-inexistencia-de-favelas/>>. Acesso em 23 abr 2012.

⁴⁴ Segundo pesquisa de Márcio Bonesso, intitulada “Cidade Média no Espírito de Metrópole: a arte de governar Uberlândia” – ao longo dos últimos vinte anos, muitas famílias foram se incorporando a essas novas micro-áreas do setor leste, oriundas de várias pobreza de diferentes bairros e de outras cidades do Brasil. Algumas chegaram de outros bairros da cidade sem os filhos, outras com toda família, algumas famílias chegavam das fazendas de cidades vizinhas por uma série de motivos – a maioria em razão da extrema pobreza. Alguns ônibus e, surpreendentemente, até carros do poder executivo e legislativo de algumas cidades situadas no norte de Minas traziam de tempos em tempos, em algumas épocas massivamente, as famílias pobres com suas mudanças.

⁴⁵ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051>. Acesso em 23 abr 2012.

Todavia, a ambiguidade do termo “favela” deixa transparecer as contradições que o define. Embora pretendendo descrever uma situação socialmente homogênea, segundo Luiz César de Queiroz Ribeiro, no prefácio da obra *Os condenados da cidade*, este termo “esconde fortes diferenças quanto ao papel dos territórios pobres na economia e na sociedade das grandes cidades brasileiras”.⁴⁶ Isto significa dizer que as favelas ocupam posições sociais diferentes. Exemplo disto são as favelas de São Paulo, hierarquicamente inferiores às do Rio de Janeiro. As favelas do Distrito Federal, por outro lado, revelam “forte precariedade urbana, enquanto no Rio de Janeiro a favela já alcança diferenças entre as posições sociais das favelas das áreas centrais e as localizadas na periferia”.⁴⁷

Imagem 4 – Dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e da Diretoria de Pesquisas Integradas relacionados à população do Setor Leste de Uberlândia no ano de 2012

População do Setor Leste em Revisão
(Fechando todos os Setores Censitários)

BAIRRO	Pop. Por Bairro	ÁREA (Km²)	Nº De Domic.	POPULAÇÃO																				
				SEXO		FAIXA ETÁRIA																		
				Masc.	Fem.	Menos de 1 Ano	01 a 04 Anos	05 a 09 Anos	10 a 14 Anos	15 a 19 Anos	20 a 24 Anos	25 a 29 Anos	30 a 34 Anos	35 a 39 Anos	40 a 44 Anos	45 a 49 Anos	50 a 54 Anos	55 a 59 Anos	60 a 64 Anos	65 a 69 Anos	70 a 79 Anos	80 a 89 Anos	90 a 99 Anos	100 Anos ou mais
Tibery	18.631	3.37	6.788	9.052	9.579	239	962	1.179	1.262	1.482	1.757	1.692	1.712	1.362	1.333	1.296	1.113	990	746	533	678	267	27	1
Santa Mônica	35.737	5.74	14.456	17.270	18.467	421	1.451	1.779	2.016	2.898	4.266	4.107	3.396	2.706	2.517	2.570	2.313	1.746	1.269	844	1.016	370	49	3
Segismundo Pereira	18.537	3.18	6.273	8.994	9.543	222	909	1.143	1.292	1.506	1.821	1.677	1.627	1.396	1.452	1.384	1.285	942	640	464	582	174	20	1
Umuarama	3.736	1.33	1.754	1.727	2.009	33	107	127	157	345	551	443	312	201	195	247	281	273	167	113	115	59	10	0
Custódio Pereira	9.551	2.82	3.395	4.660	4.891	109	478	654	655	695	904	962	856	740	623	670	609	515	397	253	312	101	17	1
Residencial Integração *	14.374		4.953	7.401	6.990	275	1.185	1.504	1.544	1.401	1.405	1.388	1.267	958	906	712	600	437	301	209	214	60	8	0
Demais Bairros do Setor Leste**	18.430		6.656	9.307	9.123	270	1.100	1.455	1.527	1.632	1.560	1.739	1.848	1.581	1.425	1.241	934	716	497	332	425	133	15	0
Morumbi	18.004	3.83	5.677	8.968	9.036	300	1.202	1.627	1.737	1.875	1.659	1.481	1.505	1.482	1.463	1.122	862	584	390	302	324	75	13	1
Totais	137.000	20.27	49.952	67.379	69.638	1.869	7.394	9.468	10.190	11.834	13.923	13.489	12.523	10.426	9.914	9.242	7.997	6.203	4.407	3.050	3.666	1.239	159	7

Fonte: IBGE, 2010.

* Bairros Não Aprovados(Ainda sem lei que delimita o Bairro Integrado)

** População do Bairro Integrado ainda não provado denominado Aclimação somado com a população dos Bairros Integrados: Alto Umuarama, Jd. Ipanema, Morada dos Passaros e Mansões Aeroporto

* - Fonte da área: Base cartográfica municipal - DPI

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Diretoria de Pesquisas Integradas

⁴⁶ WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: REVAN, 2005, 2ed., p.15.

⁴⁷ Ibid.

No caso específico de Uberlândia, o termo favela nem ao menos é pronunciado pelos gestores responsáveis pelo processo de urbanização da cidade. Para o secretário municipal de Habitação, Felipe Attiê, não há favela em Uberlândia, apenas áreas de habitação precária e que, segundo ele, já foram regularizadas, faltando apenas uma pequena parte para ser atendida com infraestrutura, cuja efetivação aconteceria no primeiro semestre de 2012.⁴⁸

Todavia, a confiabilidade nas estatísticas e nos discursos políticos se fragiliza quando se sabe, por meio de observações e visitas a estes espaços, que há um número bem maior de domicílios em área de ocupação ilegal ou de urbanização fora dos padrões vigentes dos contabilizados pelos dados do IBGE/2010. Visitar essas espacialidades, onde prevalece a “lei do mais armado” em razão do tráfico de drogas que comanda a vida desses moradores, não é uma atividade que se faz sem correr riscos e, por esta razão, dificilmente serão contados como população por agentes dos órgãos governamentais que, sequer, chegam perto destas residências. Seus moradores continuam quase invisíveis para o poder público e para a grande maioria dos moradores da cidade.

Quem anda pelas ruas, guetos e becos⁴⁹ dessas espacialidades sabe que não basta assinar escrituras para que essas áreas, conhecidas pelos especialistas como favelas, deixem de ser irregulares e passem a ser chamados de “bairros”. Quem vive nessas localidades reconhece as características da favelização, mas muitos sentem, à flor da pele, o peso da estigmatização do termo. Preferem dizer que moram em algum bairro a afirmarem que residem em favelas. Os depoimentos dos moradores à reportagem do Jornal Correio de Uberlândia em janeiro de 2012 mostram como o mesmo local pode ganhar interpretações diferenciadas, e muitas pessoas que residem nestes lugares acabam por não reconhecer o lugar onde moram como local de estigma e abandono.

Em janeiro de 2012, esta reportagem esteve em uma localidade periférica da região leste de Uberlândia, conhecida como bairro São Francisco, que possui as características descritas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – de

⁴⁸ Disponível em <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/especialistas-contestam-a-inexistencia-de-favelas/>> Acesso em 23 abr 2012.

⁴⁹ A palavra beco, para a população residente nos bairros e favelas da região leste de Uberlândia refere-se ao local onde se trafica, consome, empacota e gerencia drogas ilícitas, principalmente o crack e a maconha. Segundo depoimento confidencial em novembro de 2010 de um ex-aluno da escola (antes aviãozinho, agora gerente do tráfico) há, aproximadamente, trinta “bocas de fumo” espalhadas só na região leste.

um aglomerado subnormal, conhecido como favela, para ouvirem a opinião dos moradores acerca do local onde vivem. Segundo a reportagem, dos dez moradores entrevistados, sete afirmaram que veem o local onde moram como uma favela: “Não temos infraestrutura. Falta luz, esgoto e água. Tudo é irregular, conseguido por meio do conhecido ‘gato’⁵⁰. Onde moramos era um lixão, que foi invadido.”⁵¹ Outra moradora, não reconhece o bairro onde vive como favela: “Tenho tudo o que quero aqui e não me falta nada. Estou feliz com a situação”.⁵²

A ambiguidade desses depoimentos fez-me refletir sobre a multiplicidade de definições que damos a termos como pobreza, miséria, delinquência, exclusão marginal e congêneres. Vários são os organismos internacionais e as instituições governamentais e não governamentais que forjam concepções acerca dos termos mencionados. A pluralidade de definições repercute, sobremaneira, nas metodologias de mensuração, nos modos de explicação e nas políticas públicas, principalmente de países seguidores das recomendações de agências financiadoras, como o Banco Mundial⁵³ e o [Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento](#) – BIRD.

Apesar do fato de os termos relacionados à miserabilidade e à pobreza tenham se tornado uma preocupação internacional, a discussão em torno da conceituação dos mesmos ainda gera controvérsias, e não há consenso acerca do entendimento da questão no meio das análises e das investigações científicas. Ser pobre em países de industrialização avançada não tem a mesma interpretação do “ser pobre” nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.⁵⁴ Por ser um assunto que interessa a diferentes governos, agências multilaterais e grupos da sociedade civil, a definição e

⁵⁰ O “gato” é uma gíria usada para classificar uma ligação clandestina. No caso da energia elétrica, as ações para apropriação ilícita da energia elétrica são desenvolvidas de duas maneiras básicas: por meio da ligação direta na rede elétrica no poste e da manipulação do medidor (também conhecido como “relógio”), fazendo com que esse registre consumo menor do que o real. O usuário que se vale dessa prática obtém uma vantagem indevida a partir da apropriação da energia sem o pagamento correspondente. Muitos moradores da região leste utilizam este recurso porque alguns bairros ainda não foram regulamentados pela prefeitura e, por isso, não recebem o benefício de rede elétrica. O “gato” também é um recurso clandestino para a obtenção de água.

⁵¹ Depoimento à reportagem do Jornal Correio de Uberlândia de Aparecido Garcia de Melo, 57, morador do bairro São Francisco, 1º jan/2012). Disponível em <Acesso em 02 maio/2012.

⁵² Depoimento à reportagem do Jornal Correio de Uberlândia de Luciene Santos Aleixo, 48, também moradora do bairro São Francisco, 1º jan/2012. Disponível em <Acesso em 02 maio/2012.

⁵³ O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital. O Banco é composto por duas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O Grupo Banco Mundial abrange estas duas e mais três: Sociedade Financeira Internacional (SFI), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI).

⁵⁴ TOWNSEND, P. **The International Analysis of Poverty**. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

conceituação de pobreza, miséria, pobre, exclusão acaba por não ser consensual entre os países, e a confusão técnica criada pelas escolhas dos pontos de corte de renda em diferentes lugares do mundo geram confusão e ambiguidade.

Em 05 de maio de 2011, em entrevista concedida ao *Jornal O Globo*, a então ministra de Desenvolvimento e Combate à Fome, Tereza Campello, anunciou que o Brasil tem 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, o que representa 8,5% da população. A identificação de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza é feita pelo IBGE, a pedido do governo federal, para orientar o programa “Brasil sem Miséria”, lançado em 2011, pela presidente Dilma Rousseff.

Segundo a reportagem, a delimitação do número de brasileiros que vivem em condição de extrema pobreza foi fundamentada nos dados preliminares do Censo Demográfico de 2010. A linha de pobreza foi estabelecida em R\$70 per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar, ou, R\$ 2,33 por dia. Assim, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerada extremamente pobre.

Todavia, o fenômeno da pobreza, da miserabilidade e da exclusão social precisa ser compreendido para além das estatísticas que o definem. Contudo, há pessoas que apesar de não ter nenhum rendimento, não se enquadram na linha de extrema pobreza. Para calcular as pessoas sem rendimento que, de fato, se incluem na linha de miséria, o IBGE considerou os seguintes critérios: residência sem banheiro ou com uso exclusivo; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica; em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade. Pessoas que vivem com um dólar por dia, segundo definição de “pobre” para o Banco Mundial, ou com um pouco mais de R\$2,00 segundo o IBGE, vegetam pelas ruas das cidades, dormem no chão, dificilmente saem de seu bairro e muitos gastam seu dólar ou real em alguma droga que ofereça um pouco de ilusão para se esquecerem da vida que levam.

Nesse sentido, pobre, pobreza, miséria, exclusão expressam contradições e ambiguidades apresentadas em torno das suas definições. Mas, quem define as definições? Quem padroniza a pobreza, a miséria? A quem pertence o direito de caracterizar os miseráveis, determinar quem faz parte do grupo dos excluídos e

marginalizados? A quem compete dizer que “este é pobre” ou “aquele faz parte dos que estão abaixo da situação de extrema pobreza”? Que raciocínio pode explicar o fato de quem vive com R\$2,33 por dia seja considerado “extremamente pobre” e o que vive com R\$2,34 não o seja? A compreensão para tais questionamentos talvez esteja no que Toni Morrison disse: “a definição pertence aos definidores, e não aos definidos”.⁵⁵

Por esta razão, esta pesquisa, longe de buscar definições para o que venha a ser considerado “famílias pobres”, procura compreender *a priori* como essas famílias vivem, como constroem suas moradias, quais histórias levam consigo e de que forma elaboram suas táticas de sobrevivência. Assim, famílias que vivem em moradia precária, de lona e papelão, sem saneamento básico ou com uma infraestrutura clandestina; famílias que trabalham em subempregos ou são desempregadas, sem rendimento ou com um rendimento que não supre suas necessidades básicas de existência passam a ser consideradas, nesta pesquisa, como “pobres”.

São famílias que dependem unicamente de serviços públicos; o lazer se restringe ao que a cidade proporciona gratuitamente, e isso se o que for oferecido estiver ao alcance de sua locomoção. A alimentação é precária, a escolarização da maioria foi interrompida por circunstâncias relacionadas à falta de expectativa na continuidade dos estudos ou à necessidade de ajudar na renda da família.

⁵⁵ MORRISON, Toni. **Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination**. New York: Vintage Books, 1990.

Imagem 5 - Fotos de barracos do bairro São Francisco em abril de 2012⁵⁶



Fonte: acervo pessoal

Em abril de 2012, visitamos esses locais marginalizados, empobrecidos e comandados pelo tráfico de drogas. A justificativa para ganhar a confiança dos moradores e, assim, “adentrar” esses lugares foi a de que precisávamos conhecer aquela realidade para ajudarmos nossos alunos a buscarem condições melhores de vida no bairro onde residem. Quando adentramos alguns locais conhecidos como “beco” – local onde se produz, embala e comercializa drogas ilícitas –, alguns “soldados”⁵⁷ apareceram. Ficaram a uma pequena distância, acompanhando nossos gestos, nossas falas e, de certa forma, curiosos e desconfiados de nossa presença.

⁵⁶ Para tirar fotografias em alguns locais foi preciso estabelecer um vínculo de confiança entre o morador “dono do pedaço” e o “fotógrafo”. Ganha credibilidade pessoas que possuem um convívio com esses moradores, ainda que não residam no bairro/favela. É o caso, por exemplo, dos profissionais da escola que, apesar de a maioria não residir nessas espacialidades, trabalham e contribuem para a educação dos filhos desses moradores, como eles assim afirmam e, em razão disso, podem “circular” nesses lugares.

⁵⁷ Gíria usada pelos traficantes para o segurança da boca de fumo.

Imagem 6 - Foto do beco: lugar conhecido pelos moradores como ponto de venda de drogas ilícitas, especialmente o crack e a maconha⁵⁸



Fonte: acervo pessoal

Mesmo sob desconfiança daqueles que nos acompanhavam sob um olhar inquiridor, foram bastante gentis ao nos deixar entrar em seus domicílios e a fotografar esses espaços. Apesar de não ter sido a primeira vez a adentrar nos barracos, principalmente quando encaminhava algum aluno em casa por estar doente ou em disciplina, nesse momento, o motivo que me levava a conhecer esses lugares, chefiados por alguma quadrilha de traficantes, incluía a minha curiosidade e a necessidade em agregar dados à pesquisa.

É difícil descrever a sensação que tive quando me vi próxima e, ao mesmo tempo, tão distante desses moradores. Enquanto caminhava entre becos fétidos, ruas esburacadas estampando encanamentos de esgotos clandestinos, lixos acumulados no entorno de seus domicílios, fazia um esforço para me imaginar no lugar daquelas pessoas que se misturavam ao caos naquele cenário de ilegalidade, abandono e

⁵⁸ Foto tirada em abril de 2012.

desolação. Medo, constrangimento, impotência, estranhamento foram os sentimentos que iam aflorando e aumentando a indignação.

Uma indignação não só pelo cenário de miséria, de exclusão social e moral, mas também por saber que a maioria da população uberlandense sequer sabe de sua existência. Isto me fez pensar na imensidão de discursos que são construídos em torno destes sujeitos empobrecidos, análogas às interpretações que surgiram sobre o Holocausto, especialmente nos campos de concentração:

Se Auschwitz acontecesse hoje, passaria no noticiário da televisão. Um canal mostraria a limpeza dos campos e a boa educação dos guardas. Um jornalista espião se espantaria com a existência de chaminés incongruentes num lugar destinado a libertar pelo trabalho. À noite, então, na cidade, em nossos jantares de amigos discutiríamos um pouco, tomando um bom vinho. O que entra no discurso público das pessoas civilizadas é muito diferente do que aconteceu no mundo daqueles que se debatem na lama da realidade. É lá que devemos ir.⁵⁹

É lá que devemos ir. Estar ali, neste pequeno cenário-paradigmático de tantas outras realidades mundiais que compartilham as mesmas experiências, fez-me pensar no que Foucault certa vez disse sobre a “indignidade de falar pelos outros”⁶⁰. Por mais que nós, intelectuais, nos aproximemos destas espacialidades abandonadas e desoladas pelo poder público, não pertencemos a estes cenários. Por isso, o exercício da alteridade, por mais substancial, não consegue alcançar a profundidade da experiência daquele que vive à flor da pele o abandono, a estigmatização, a exclusão.

⁵⁹ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.152.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.9.

Imagem 7 - Fotos de barracos da favela Prosperidade em abril de 2012



Fonte: acervo pessoal

Todavia, no decorrer da pesquisa, a indignidade de falar pelos outros que Foucault nos ensina e da qual me apropriei não inibiu a dignidade de falar por mim mesma. Falo em meu próprio nome. Registro a minha perplexidade, às vezes em tom de desabafo ou tristeza, outras, de denúncia. Mas que fique registrado com clareza de que, nesses cenários apresentados de miséria, violência, exclusão e desolação não é uma maioria que se associa ao banditismo, à violência, ao tráfico ou a qualquer outro tipo de ilegalidade.

Muitas pessoas são reféns da miséria, do abandono, das leis que regem o tráfico de drogas – armado, violento, que cobra com a própria vida o descumprimento das leis que o regem. José, pai de dois alunos da escola, em sua bicicleta adaptada para que seus filhos estejam abrigados do sol e da chuva, serve como exemplo de outros pais que lutam para que seus meninos e meninas estejam a salvo dos perigos.

Imagem 8 - Fotos de uma bicicleta adaptada/ maio de 2012

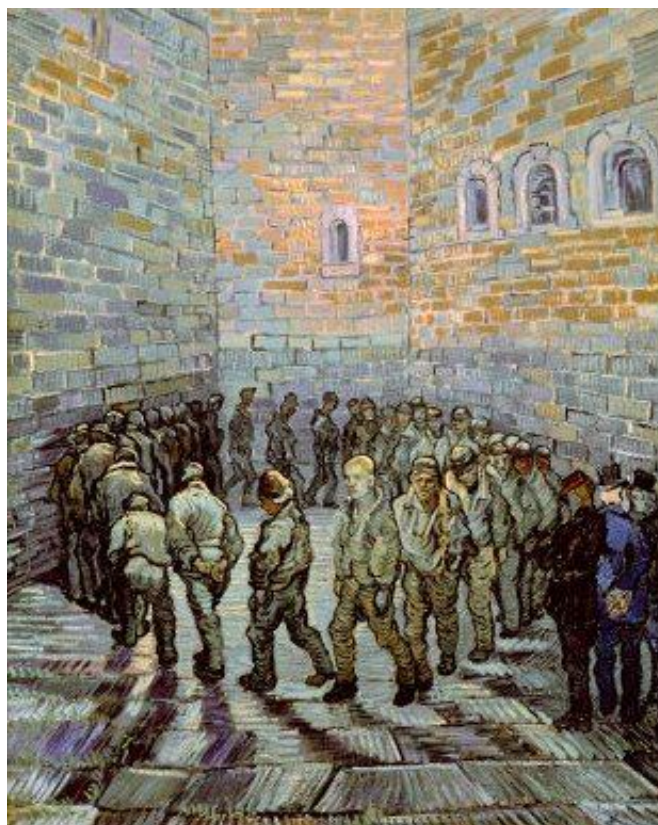


Fonte: acervo pessoal

A engenhoca é apenas um mimo de um pai que, mesmo com privações materiais, consegue oferecer o que há de melhor aos filhos! Pobreza, miséria, descaso governamental não são sinônimos de desafeto e de abandono de pais aos filhos. Que este exemplo seja uma referência para interpretar a pesquisa que, embora demonstrando um vínculo estreito entre miséria e delinquência, não considera a miséria como geradora de delinquentes nem mesmo a delinquência como um fenômeno exclusivo dos "miseráveis".

CAPÍTULO 1: O CÁRCERE E SEU ENTORNO

Publicam-se poucas informações sobre as prisões; é uma das regiões escondidas de nosso sistema social, uma das caixas-pretas de nossa vida. Temos o direito de saber, nós queremos saber.
Michel Foucault⁶¹



Van Gogh - Pátio de Exercícios - 1889⁶²

⁶¹ FOUCAULT, Michel. Manifesto do GIP. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.2.

⁶² Este quadro foi pintado por Van Gogh a partir de uma gravura mostrando a prisão de Newgate, em Londres, feita por Gustave Doré. Com as figuras, facilitou-se o modo de como perceber o tema, como a alusão aos presídios, aos sentimentos de medo, depressão e angústia, dentre outros temas sombrios. A tela *Pátio de Exercícios* é predominantemente descritiva por retratar a realidade de locais de detenção típicos daquela época. As cores predominantes na tela de Van Gogh são as cores frias, como a preta, a cinza e a marrom, sugerindo um ar de tristeza e afirmando ainda mais a angústia e o sofrimento. O enquadramento da cena foi realizado de cima para baixo, fazendo com que os homens parecessem menores, tendo juntamente com isso o seu valor diminuído e a falta de importância recebida por parte deles em relação aos outros homens. É evidente a predominância da sombra, sugerindo um lugar pouco iluminado e com alguns focos de luz. A obra de Van Gogh foi uma séria crítica sobre a tristeza e melancolia das pessoas que estão encarceradas, sendo uma realidade vivida dentro de sua própria época. Essa falta de liberdade expõe também os sentimentos vazios e clamor pela libertação de uma alma presa a um corpo limitado.,

1.1 A prisão

Nas palavras de Dostoiévski⁶³, a prisão constitui um mundo especial, que não se parece nada com o outro, com “suas leis especiais, os seus trajes, as suas regras e costumes, uma casa de mortos de além-túmulo, e uma vida [...] como não existe em lugar algum, e pessoas singulares.”⁶⁴. Dostoiévski conheceu este mundo especial das prisões na Sibéria. Durante quatro anos cumpriu pena de prisão e trabalhos forçados e suas experiências de privação, de sofrimento, de sujeição, de solidão, de superação, de adaptação em convivência com outros presos constituíram-se em material para a escrita do romance – *Memórias da Casa dos Mortos* – publicado em capítulos entre 1860 e 1862 na revista *Mundo Russo*, oito anos depois de cumprida a pena.

Dostoiévski narra, em forma de testemunho, as condições às quais os prisioneiros estavam submetidos no presídio siberiano. No romance que, na verdade, é parte de sua história de vida, Dostoiévski descreve em detalhes o cotidiano na prisão, como se relacionava com outros presos, quem eram esses prisioneiros e quais crimes haviam cometido. Neste romance, o autor não só expõe a vida no cárcere, mas perscruta a alma de cada prisioneiro buscando enxergar o homem, a humanidade por detrás do crime cometido.

Este romance do final do século XIX evidencia as novas formas de punição que já se aplicavam desde o século XVIII. De uma “arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos”⁶⁵, esta arte de fazer sofrer é agora discreta e não coloca em cena “o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo”⁶⁶. A função de punir se reconfigura nos meios e modos de manipular o corpo na emergente sociedade moderna europeia. Elimina-se o espetáculo, mas não a dor. O corpo, não mais publicamente supliciado, é agora adestrado e exercitado, de onde se retiram as forças e a

Pode sugerir, de forma implícita, uma ironia em relação ao governo, que não permitia muito espaço para a apresentação de ideias com segurança e apoio. A partir da análise feita sobre a obra, vê-se que Vincent Van Gogh sentiu-se em plena liberdade na hora de retratar sua própria falta de liberdade e a dos outros, revelando sua opinião quanto aos presídios e asilos. Disponível em <http://nelmezzodelcamin.blogspot.com.br/2012/05/resenha-patio-de-exercicios.html>. Acessado em mai/2012.

⁶³ Em 1849 Fiódor Dostoiévski foi preso por questões políticas devido ao seu engajamento na luta da juventude democrática russa pelo combate ao regime autoritário do Tzar Nicolau I. Cumpriu quatro anos de prisão e trabalho forçado em um presídio na Sibéria, onde permaneceu até 1854.

⁶⁴ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias da Casa dos Mortos**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

⁶⁵ FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁶⁶ Idem, p.12.

capacidade de revolta e resistência. Uma nova moral é inaugurada: um corpo dócil e uma alma supliciada. Não se trata, como afirma Foucault, de uma alma cristã, mas uma alma que nasce antes “de procedimentos de punição, de vigilância, de castigo e de coação.”⁶⁷

A obra de Dostoiévski é importante, pois revela essa nova economia punitiva, que investe sobre o corpo não mais para supliciá-lo, mas para adestrá-lo, discipliná-lo, docilizá-lo, privá-lo do seu principal bem: a liberdade. Sonhar em alcançá-la, ansiar em cumprir a pena de estar “acorrentado às paredes”, segundo Dostoiévski,⁶⁸ é uma ilusão necessária para não morrer ou enlouquecer.

Nessa nova moral e ética que aprisiona a alma, o exercício da justiça não mais responsabiliza o indivíduo pelo crime cometido, de modo que a pergunta da justiça não é mais se o acusado cometeu o crime, mas quem é aquele que o cometeu. Não se pune mais um crime, uma infração, mas uma individualidade psicológica, uma alma criminal que nasce inserida numa tecnologia política do corpo.

Esta tecnologia política do corpo é, para Foucault, a própria disciplina e seus dispositivos. Ela opera por meio da submissão dos corpos, do controle dos gestos, da vigilância exaustiva, da correção dos comportamentos, de mecanismos de constrangimento físico e psicológico, enfim, de uma vasta técnica de poder que progressivamente se estende e se intensifica. A prisão passa a ser, para Foucault, o instrumento central na articulação e disseminação desta tecnologia política do corpo, a forma de punição considerada a mais eficaz para produzir corpos dóceis e úteis.⁶⁹

Na prisão nas regiões remotas da Sibéria, como define Dostoiévski, essa forma de punição se materializava nos trabalhos forçados, muitos dos quais eram realizados sob o clima gélido e lugares inóspitos como forma de intensificar o castigo. Além disso, as relações de poder exercidas sobre os presos, a disciplina imposta com horários rígidos e regras inflexíveis, o sofrimento moral e tormentoso de não ficar só um minuto,

⁶⁷ Idem, p. 28.

⁶⁸ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias da Casa dos Mortos**. Porto Alegre: L&PM, 2008, p.113.

⁶⁹ Não é propósito deste capítulo historicizar as prisões. Sobre o surgimento da prisão enquanto instituição normalizadora, ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, Petrópolis, Ed. Vozes, 2000. Esta obra constitui-se em material imprescindível para quem deseja se aprofundar na temática. Nesta obra, publicada originalmente em 1975, Michel Foucault analisa a trajetória da prisão em meio a um estudo minucioso da formação histórica das sociedades dos séculos XVII a XIX. *Vigiar e Punir* constitui-se, assim, uma das principais referências para a compreensão das instituições prisionais na modernidade. Foucault concebe a prisão como um instrumento eficaz de ação e transformação incidindo sobre as pessoas, seus corpos e a construção das subjetividades, tal como a escola, o exército ou o hospital – instituições estas denominadas por ele de “instituições de sequestro”, uma vez que a clausura não pretende propriamente excluir o sujeito recluso, mas, sobretudo, incluí-lo num sistema normalizador.

as humilhações sofridas, desde os insultos e espancamentos até a oferta de sopas com baratas, faziam parte desta tecnologia política de adestramento do corpo.⁷⁰

Das prisões siberianas do século XIX aos tempos atuais quase nada mudou. A prisão continua a não abdicar de suas tradicionais funções – as relações de poder e submissão, o isolamento, o silêncio, a convivência forçada, os espancamentos, o assédio sexual e moral, a contaminação por doenças, as ameaças de delação – tudo isso continua a fazer parte do sistema disciplinar carcerário, gerando e alimentando dor e sofrimento aos detentos e àqueles que, de alguma forma, mantêm uma relação com a prisão. Todavia, essas funções da prisão analisadas por Foucault como clássicas foram, por muitos séculos, veladas, escondidas e intencionalmente esquecidas pelos órgãos responsáveis pela gestão das penitenciárias – as denúncias acabaram por vir daqueles que testemunharam suas experiências no cárcere.

Por isso, para Foucault, “saber o que é a prisão, o que se passa lá dentro, o que é a vida dos prisioneiros e dos detentos, como funcionam os regulamentos internos, o controle médico, os ateliês, como se sai dela e o que é ser um daqueles que dela saiu”⁷¹ constituíram-se questões a serem conhecidas, compreendidas e, sobretudo, compartilhadas por toda sociedade. Todavia, as informações sobre o que se passava no interior da prisão, segundo Foucault, não seriam encontradas em relatórios oficiais nem nas justificativas elaboradas pelo sistema judiciário. Ao contrário, deveriam ser endereçadas “àqueles que, por uma razão qualquer, tem uma experiência da prisão ou uma relação com ela.”⁷² Por isso muitas análises feitas por Foucault sobre o sistema penitenciário foram elaboradas com base em protestos e visitas a presídios, não só franceses como também norte-americanos⁷³.

O GIP procurou facilitar o acesso a tais informações, não por meio de relatórios oficiais, mas interrogando “os detentos, os ex-detentos, suas famílias, todos os usuários da prisão.”⁷⁴ Seu objetivo era tornar conhecida a realidade das prisões, “dar a palavra àqueles que têm uma experiência da prisão, fazendo com que as experiências

⁷⁰ Michel Foucault pesquisou assuntos relacionados ao desenvolvimento do poder no Ocidente, quando elaborou seus estudos sobre a microfísica do poder. Ele analisou as realidades situadas entre séculos XVII e XIX, especialmente na Europa. Desde 1970 até sua morte, em 1984, a biopolítica se tornou um eixo central de seu pensamento. Para aprofundamento do conceito, a obra de Foucault, *Microfísica do Poder*, é uma importante referência. Ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. Manifesto do Gip. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.2.

⁷² Idem, p. 2.

⁷³ Foucault visitou a prisão de Attica, no Texas, em 1974.

⁷⁴ FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

vivenciadas pelos detentos se transformassem em saber comum e em prática coordenada, [...] experiência individual em saber coletivo, em saber político”.⁷⁵ Pretendia-se que o GIP fosse um movimento que oferecesse visibilidade à situação de encarceramento em algumas instituições penitenciárias, ouvindo as reivindicações que emergiam das sublevações dos detentos e, dessa forma, chamasse a atenção para a condição intolerável das prisões.

Para Foucault, o GIP permitiu aos detentos saber o que havia do lado de fora: um movimento que se interessava por seu destino, um movimento que não era simplesmente filantropia cristã ou leiga, mas de contestação política da prisão. Em suas críticas e denúncias sobre a situação de encarceramento, Foucault considerava a prisão uma instituição incapaz de produzir alguma coisa boa, alguma virtude humana. Em entrevista com J.K. Simon, editada em fita magnética depois de uma visita à prisão de Attica, em abril de 1972, Foucault assim se pronuncia:

Então, naturalmente, a questão que nos colocamos é a seguinte: o que a máquina produz? Para que serve essa instalação gigantesca e o que é que sai dela? Na época em que se concebeu Auburn e a prisão de Filadélfia, que serviram de modelos (com pouquíssimas modificações até o momento) às grandes máquinas de encarceramento, acreditava-se que efetivamente a prisão produzia alguma coisa boa: homens virtuosos. Mas sabe-se hoje, e a administração tem perfeita consciência disto, que a prisão não produz nada desse gênero. Que ela não produz absolutamente nada. Que se trata unicamente de um truque de mágica, de um mecanismo inteiramente singular de eliminação circular.⁷⁶

Dostoiévski também, sob outros pontos de vista, expôs a inoperância das prisões e de suas práticas desde o século passado. Para ele,

[...] os presídios e o sistema dos trabalhos forçados não melhoram os delinquentes, aos quais apenas castigam, mas põem a sociedade a salvo das suas ulteriores tentativas de praticarem danos e proveem à sua própria tranquilidade. O presídio e os trabalhos forçados não fazem mais do que fomentar o ódio, a sede de prazeres proibidos e uma terrível leviandade de espírito no presidiário. [...] Este sistema rouba ao homem a sua energia física, excita-lhe a alma, debilita-a, intimida-a, depois apresenta-nos uma múmia moralmente seca, um meio louco, como obra da correção e do arrependimento.⁷⁷

⁷⁵ Idem, p.4.

⁷⁶FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão de Attica. In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.134.

⁷⁷ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Memórias da Casa dos Mortos**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Assim como Dostoiévski, Foucault também denunciou a ineficácia da instituição prisional quando a caracterizou como um dos instrumentos do "processo de eliminação", não só quando encarcera, mas também quando liberta – pois reenvia à sociedade pessoas trituradas, esmagadas subjetivamente. A sociedade, por sua vez, dá continuidade a esse processo, pois acaba por excluir os que da prisão saíram e, de modo infalível, elimina-as novamente, devolvendo-as à prisão. Assim, a prisão:

[...] é também um dos instrumentos do processo de eliminação. A prisão é a eliminação física das pessoas que saem dela, que morrem nela, às vezes diretamente, e quase sempre indiretamente, uma vez que elas não podem mais encontrar um emprego, não tem nenhum meio de subsistência, não podem mais reconstituir uma família. E, à força de passarem de uma prisão a uma outra, de um crime a um outro, elas acabam por serem de fato eliminadas fisicamente.⁷⁸

A socióloga Alba Zaluar, em *Condomínio do Diabo*⁷⁹, registra fragmentos de uma entrevista com um prisioneiro em que este descreve a prisão. Ao relatar as péssimas condições da prisão, a má administração da casa, os maus-tratos recebidos dos funcionários, as humilhações e privações sofridas, principalmente daqueles que não recebem visita da família, a autora conclui:

A prisão, concebida pelos reformadores progressistas do sistema penal no século XIX como lugar de meditação e arrependimento interior, nos moldes de outra instituição total – o convento medieval – não parece cumprir suas funções de regeneradora dos homens que para ali são encaminhados pelo Judiciário. Na visão dos criminosos de Cidade de Deus que já passaram ou não por ela, a prisão é, de fato, o lugar onde se completam os circuitos da revolta por ser pobre, do aprendizado do crime e da aquisição de vícios pelo ócio.⁸⁰

Carvalho Filho, em *A Prisão*, ao escrever em forma de denúncia sobre esta instituição, afirma:

Depois de mais de 200 anos de experiências, prevalece o sentimento de que a prisão não recupera, degenera. Limpa ou imunda, transbordando de pessoas ou adequadamente ocupada, próxima ou distante, pública ou privada, a prisão é vista como um mal, muitas vezes inútil. [...] O cárcere é uma instituição totalitária, que, com o passar do tempo, deforma a pessoa e

⁷⁸FOUCAULT, Michel. Sobre a prisão de Attica. In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.139.

⁷⁹ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

⁸⁰Idem.

acentua seus desvios morais. Os Códigos costumam assegurar aos presos direitos que não são inerentes à perda da liberdade, mas eles vivem num mundo em que desaparecem os valores que existiam em seu meio, desde a opção sexual até qualquer outra iniciativa pessoal que não se enquadre nos estreitíssimos limites de um regulamento que tem por objetivo castrar, inibir. A condição de encarceramento pode até ser melhorada, mas, na essência, a prisão continuará a mesma, um atentado à condição humana.⁸¹

Em entrevista concedida para esta pesquisa em março de 2010, dona Abadia, moradora há dezessete anos no bairro Morumbi, em Uberlândia, que ajuda na organização dos moradores atendendo às reivindicações relacionadas à infraestrutura e segurança do bairro e fazendo mediação entre polícia e bandido, tendo uma filha que passou pela prisão, testemunha a ineficácia da instituição carcerária:

Eu estou aqui há 17 anos e toda vez que sai um preso, ele sai pior. Ele volta pra dentro de casa, ele tem medo de ficar andando e quando ele sai não existe um tratamento pra ele deixar as drogas. Falta droga em qualquer lugar do mundo, mas lá dentro não falta. Eu entendo que alguns casos são crônicos, não pode deixar sem droga. Isso eu tô te falando porque eu presencio, eu vejo. Nós temos casos aqui que quando o preso vem de lá a mulher não pode nem sair na porta de casa. Ele sai, trabalha, volta, mas fica ali trancado. Parece que se acostumou naquele mofinado ali, entendeu? E aquilo reflete nos filhos. O marido de uma vizinha aqui é ex-penitenciário. Ele não deixava ela nem conversar com a gente aqui. Ele saía do serviço e ficava ali trancado, naquele sistema prisional. Esse sistema que não pode isso não pode aquilo, tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, ele traz pra dentro de casa, porque ele não tá preparado e as famílias, por amar ,ficam sujeitas àquilo. O preso não é preparado lá dentro da cadeia pra voltar. A gente que tá aqui, no dia-a-dia, a gente vê certas coisas... O preso, quando sai da colônia penal , eu acho que de cem, um muda. Lá é uma fábrica de fazer bandido.⁸²

Se a prisão não cumpre o papel de “regeneradora”, ao contrário, alimenta a violência e o ódio, degrada ainda mais o prisioneiro, por que ainda continua a ser a principal forma de punição? Resistindo por tantos anos, privando da liberdade e adestrando corpos, a prisão, embora em aparente fracasso, continua sendo um extraordinário sucesso. Foucault, desde abril de 1975, se fazia este questionamento: “Como, eu me perguntei, uma estrutura que foi tão censurada pôde resistir por tanto

⁸¹CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A Prisão**. Coleção Folha Explica.

⁸²Depoimento da moradora Dona Abadia, concedido à pesquisa em março de 2010.

tempo?”⁸³. “Depois de um século e meio, ela se mantém sempre de pé. Aliás, ela é verdadeiramente um fracasso? Ou não seria, antes, um sucesso, e justamente pelas mesmas razões pelas quais a acusam de fracassar? De fato, a prisão é um sucesso.”⁸⁴.

Essa forma de punição que adentra o corpo e encarcera a subjetividade se mantém com êxito graças à sociedade de delinquentes criada inclusive pela prisão. São os delinquentes que sustentam a estrutura do poder daqueles que o dominam. E estes que detêm o poder, segundo Foucault, “se servem da ameaça da criminalidade como álibi contínuo para endurecer o controle da sociedade”. Em outras palavras, aqueles que detêm o poder incentivam a recrudescência da criminalidade. Isso acontece por meio de estratégias e de dispositivos que alimentam o medo na população (principalmente por meio da mídia), fazendo com que a sociedade apele cada vez mais às medidas policiais e de “segurança”.

O medo, então, é o imperativo maior que se impõe. Ele escancara o desamparo e o abandono pelas instituições que, outrora, a “população” confiava que os protegiam. O desalento se dissemina, a desconfiança a alimenta, a vida qualificada se degrada e os reduz à condição de vida nua, como definiu Agamben⁸⁵, isto é, à crua materialidade biológica, agravada numa sociedade cada vez mais individualista, que não mais oferece governabilidade e proteção, muito menos às pessoas excluídas, marginalizadas e empobrecidas.

Dados recentes do *International Centre for Prison Studies*⁸⁶ revelam estatisticamente o sucesso do encarceramento: o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de população carcerária, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, com 2.297.400 presos, China, com 1.620.000 encarcerados e Rússia, cuja população carcerária é de 838.500 presos. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – o Brasil completou em novembro de 2010, a marca dos 500 mil presos. De acordo com os dados do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN –⁸⁷, do Ministério da Justiça, no ano de 1990 havia aproximadamente 90 mil presos no sistema penitenciário

⁸³ FOUCAULT, Michel. A prisão vista por um filósofo francês. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.152.

⁸⁴ Idem, , p.157.

⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Bointempo, 2004.

⁸⁶ Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/info/worldbrief/wpb_country.php?country=214>. Acesso em 23 nov. 2011.

⁸⁷ Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>, acessado em 23 nov.2011.

brasileiro, ou seja, houve crescimento de 450% da população carcerária brasileira até o ano de 2010, tornando o Brasil campeão do mundo em crescimento prisional.

Este vertiginoso crescimento nas taxas de encarceramento é denominado, por Loic Wacquant, como “hiperinflação carcerária”⁸⁸. Um fenômeno decorrente da “política de tolerância zero”⁸⁹ que, transformada em emblema pelo prefeito Giuliani, de Nova York, aumentou vertiginosamente a população carcerária que se expandiu em escala internacional. No Brasil o fenômeno da hiperinflação carcerária adquire proporções ainda maiores, por razões diversas e muito diferentes das observadas em Nova York. Isto acontece de maneira intensificada num mundo sem emprego, com um número cada vez mais significativo de pessoas postas à margem de qualquer mercado de trabalho, sem recursos ou assistência social – consideradas como “lixo humano”, segundo expressão de Zygmunt Bauman⁹⁰. Por ser um país marcado pelas disparidades sociais, pela pobreza, e que, historicamente, nunca conseguiu consolidar uma política de bem-estar consistente capaz de amenizar as desigualdades sociais, o Brasil tem

⁸⁸ WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

⁸⁹ O Tolerância Zero baseou-se em dois eixos: o endurecimento da política de *Broken Windows* (Janelas Quebradas), com repressão a qualquer transgressão à lei - desde atravessar a rua fora das esquinas, jogar lixo na rua, pichação ou mendicância –, e a reorganização e descentralização do Departamento de Polícia. A reestruturação foi ampla: conceitos de gerenciamento de empresas foram incorporados, assim como tecnologias avançadas para armazenamento e troca de informações, reduzindo a burocracia. Paralelamente, iniciou-se uma forte repressão à violência e corrupção policial. Desenhado pelo estrategista Jack Maple, o sistema de segurança foi baseado em quatro passos: mapeamento informatizado e ampla comunicação dos dados criminais; rápida distribuição das forças policiais; táticas eficazes de combate; e constante acompanhamento e avaliação do desempenho. Mesmo tendo tido sucesso na redução da criminalidade, o programa de segurança implantado em Nova York foi alvo de muitas críticas e questionamentos. Alguns pesquisadores defendem que o fenômeno não se deveu unicamente às reformas policiais e da política de segurança, mas também a fatores sociais, econômicos e culturais, como o fortalecimento da economia e a consequente queda do desemprego; o encolhimento do mercado de crack e heroína e até o aumento do número de abortos. Outros apontam o alto custo de uma política de tolerância zero para os direitos humanos: ao se “cortar o mal pela raiz”, reprimindo até as “incivilidades” que perturbam o “bom cidadão”, surge um sistema repressor policial-penal que criminaliza a miséria, abrindo espaço para o preconceito racial e a brutalidade policial. Apesar do sucesso na redução da criminalidade nos últimos 15 anos, o programa de segurança implantado em Nova York foi – e continua sendo – muito criticado. Um ponto chave das críticas é a construção de um Estado policial-penal em detrimento de investimentos na área social e com consequências marcantes na área dos direitos humanos. Com a expansão do já grande Estado Penal, o direito penal acaba sendo usado como um disciplinador das classes consideradas mais “incivilizadas”, desordenadas ou diferentes – geralmente, as minorias dos cárceres como controle social para disciplinar os pobres nas novas leis impostas pela revolução industrial. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/82>>. Acessado em 28 fev. 2012. No Brasil, a existência de grande número de populações favelizadas e de populações que vivem sob o controle do narcotráfico, especialmente em estados como Rio de Janeiro, faz com que surja e se fortaleça as milícias – um termo criado recentemente no Rio de Janeiro associado a práticas ilegais. Geralmente são grupos formados em comunidades urbanas de baixa renda, como conjuntos habitacionais e favelas, sob a alegação de combater o crime narcotráfico, porém mantendo-se com os recursos financeiros provenientes da venda de proteção da população carente e cobrança de pirataria na rede de informação.

⁹⁰ BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

fortalecido um Estado penal, no qual a criminalidade passa a ser alçada à condição de principal inimiga da ordem nacional (e internacional).

Todavia, a prisão não enclausura a todos da mesma forma, ao contrário, “é evidente que é segundo a classe à qual se pertence, segundo as possibilidades de fortuna, segundo as posições sociais que se obtém a justiça. A justiça não lhe é atribuída do mesmo modo.”⁹¹. Georg Simmel em *Filosofia do Amor*,⁹² ao criticar a sociedade que estabelece padrões diferentes de tratamento em decorrência do dinheiro e prestígio, já advertia, em 1892:

As pessoas felizes, de fato, sempre têm razão, e a lei tão cruel que quer que se dê a quem possui e que se tome de quem nada tem não conhece executora mais severa do que a “boa sociedade”. Esta, que em toda parte só enforca ladrõezinhos, também só despeja toda a sua indignação virtuosa sobre pobres mulheres de rua, mostrando pudor apenas em função da condição melhor ou pior das prostitutas. Isso porque a sociedade vê no infeliz seu inimigo – e não está errada nisso. Porque esse infeliz, o indivíduo desfavorecido por culpa sua ou não, sobre o qual pesa um juízo de exclusão equitativo ou não, será responsabilizado pela coletividade, por não ter obtido melhor posição em seu seio. Ele a detestará, e ela o detestará em troca, lançando-o mais baixo ainda. Do mesmo modo que o feliz possuidor recebe em acréscimo, além dos benefícios diretos da sua situação, um prêmio de felicidade devido ao fato de a sociedade respeitá-lo, elevá-lo ao pináculo e conceder-lhe por toda parte a prioridade, também o infeliz será, em acréscimo, punido por sua desgraça, porque a sociedade trata-o como inimigo nato. Pode-se observar todos os dias que o abastado escorraça o mendigo em cólera, como se fosse um erro moral por ser pobre, como se isso justificasse, pois, a indignação virtuosa [...].⁹³

Embora o artigo de Simmel foque a questão da prostituição no início do século XIX, em que a sociedade fazia distinção entre os tipos de prostituição – “mais indulgente” para com a prostituição “mais refinada”: mais intolerante para com a prostituição de “baixo nível”, ou seja, de rua e de bordel, o autor estabelece uma comparação entre o indivíduo socialmente desfavorecido e a prostituta de calçada: ambos são “punidos”, excluídos pela boa sociedade. Assim como resta à prostituição miserável um juízo e tratamento diferenciados por parte da sociedade, o indivíduo

⁹¹ FOUCAULT, Michel. Um problema que me interessa há muito tempo é o do sistema penal. . In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.35.

⁹² SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.3.

⁹³ Ibid.

abastado, feliz e respeitado, é colocado em posição superior em relação aos pobres e mendigos.

A realidade social analisada e denunciada por Simmel no final do século XIX não traz (des) encantamentos. Em mais de um século, a assertiva do sociólogo alemão está ainda mais atual, mais intensa e cruelmente mais verdadeira. Dados do Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos⁹⁴ confirmam a distribuição da justiça segundo os níveis de renda e fortuna:

Tabela 2 – Beneficiários por Renda Própria inscritos no PrEsp/Uberlândia - 2011

Beneficiários		
Renda Própria	Frequência	Percentual
Até de 1 SM	35	10%
De 1 a 2 SM	160	46%
Mais de 2 a 3 SM	21	6%
Mais de 3 a 4 SM	12	3%
Mais de 4 a 5 SM	6	2%
Mais de 5 SM	6	2%
Sem Rendimento	72	21%
Não respondeu	33	10%
Total	345	100%

Fonte: Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos

Os dados mostram as condições econômicas de quem passou pela prisão. Dos 345 egressos do sistema prisional atendidos pelo PrEsp/Uberlândia, 46% possuem renda mensal de um a dois salários mínimos, sendo que na segunda maior porcentagem – 21%, estão aqueles que não possuem nenhum rendimento. Como se pode verificar, 67% da população carcerária atendida neste período refere-se a pessoas com baixo ou nenhum rendimento econômico.

Esses dados ajudam-nos a entender a relação de causalidade entre crime e pobreza analisada por Foucault: segundo ele, “os grandes delinquentes, os grandes criminosos não representam 5% do conjunto dos prisioneiros. O resto é a delinquência

⁹⁴ Dados divulgados pelo Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos entre janeiro e julho de 2011, em parceria entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), por meio da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), agosto de 2011, p.18.

média e pequena. Essencialmente, pessoas de classes pobres.”⁹⁵. Todavia, a sutileza dessa relação de causalidade sobre o delinquente e a delinquência está no fato de que, ao invés de expressarem atributos específicos de indivíduos que infringem a lei, tais representações expressam atributos de uma situação social: “o lugar onde mora, o tipo de trabalho que tem, sua religião é que vão definir esta pessoa como propensa a atos delinquentes.”⁹⁶. E não só é colocada em suspeição a classe trabalhadora, como também ela se coloca enquanto grupo social de onde provêm os delinquentes, assumindo para si as razões que fundamentam tais representações.

Para a sociedade, de maneira geral, a delinquência justifica-se pela origem social e familiar daquele que cometeu o crime. Em outras palavras, interpreta-se que “o caminho para o crime começa na família, na relação de emprego, no local de moradia, ou seja, nas formas pelas quais esses grupos sociais realizam sua existência.”⁹⁷. Por esta razão, a nova estratégia do aparelho penal tem como alvo a família da classe trabalhadora que, contraditoriamente, está sem trabalho, desprotegida socialmente, condenada à “desqualificação, invisibilidade e inutilidade sociais, à exclusão da divisão social do trabalho e a viver em uma economia da pobreza alimentada com as práticas de um capitalismo predatório das drogas e dos roubos.”⁹⁸.

A prisão, no entanto, não produz e reproduz a figura do delinquente apenas entre os que estão diretamente submetidos a ela: estende suas múltiplas implicações à própria família do preso, fabricando delinquentes ao fazer cair na miséria e estigmatização social a família do detento. Deixa órfãos filhos, amargura mães e enviúva esposas de maridos vivos. A prisão não deixa de afetar “a família do detento e, reciprocamente, de afrouxar os vínculos e fragilizar as relações afetivas com os próximos (separação da companheira ou esposa, ‘colocação’ das crianças, distanciamento dos amigos etc.)”⁹⁹

Esses prisioneiros, indivíduos pobres privados de liberdade, são a viva reprodução do modelo excludente, violento e criminalizante da sociedade. São os produtos sociais da falência do Estado, sujeitos emergentes das desigualdades sociais e econômicas, e a prisão, neste sentido, representa um dos mais importantes instrumentos do poder: um território que produz processos e atitudes de submissão (voluntária ou

⁹⁵ FOUCAULT, Michel. Inquirição sobre as prisões: quebrems a barreira do silêncio .In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.9.

⁹⁶ RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime, a ordem pelo avesso**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, 2ed.

⁹⁹ _____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

não), dominação e servidão que se estendem também às famílias dos prisioneiros. De acordo com Carvalho Filho,

Os familiares são tratados como cúmplices e submetidos a revistas humilhantes, o que estimula o afastamento paulatino. As relações afetivas anteriores são praticamente destruídas pelas barreiras impostas pela segregação. Os vínculos externos do detento são escassos e, ainda assim, combatidos.¹⁰⁰

Essas famílias, por serem submetidas à humilhação, à exclusão social e a um processo de interiorização das práticas prisionais – denominado de “prisionização”, acabam por se tornar invisíveis, uma vez que passam a ser estigmatizadas por sua nova identidade – uma identidade tributária daquele que está preso: são indivíduos doravante reconhecidos como o “pai do bandido”, a “mãe do delinquente”, o “tio do traficante”, o “irmão do assassino”, o “filho do bandido” etc. Ou seja, não só o preso adquire uma nova identidade na prisão, mas todos aqueles que estão de algum modo ligados à vida desse prisioneiro.

Convivendo com essas famílias em razão das relações construídas na ambiência escolar, percebi os estigmas que elas carregam, as marcas deixadas pelo preconceito daqueles que, embora tão próximos geograficamente, estão longe em suas relações sociais por se sentirem ameaçados pela presença de uma pessoa que tem um parente na prisão. Em um dos depoimentos espontâneos¹⁰¹ concedidos em lugares sigilosos, longe de olhares inquiridores, dona Maria que tem um neto na escola, cuja mãe está presa desabafa:

Eu queria que a família fosse menos considerada culpada do filho tá daquele jeito. A família hoje é culpada, não só pelas autoridades, mas também por alguns agentes. Eles acham que a mãe vai ali é pra poder seduzir o filho, vai cair na onda deles, então eles ficam tão rígidos com a família que aquilo prejudica. Só quem frequenta uma penitenciária, quem convive aqui no meio é que sabe. (Depoimento ago 2010)¹⁰²

O depoimento de dona Maria nos ajuda a compreender a extensão da punição à família pobre, a qual se torna campo de intervenção de um Estado-penitenciário,

¹⁰⁰ CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **A Prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

¹⁰¹ Os depoimentos espontâneos a que me refiro no decorrer da pesquisa referem-se a conversas informais que se diferenciavam das entrevistas. Enquanto as entrevistas seguiram um roteiro semidiretivo, os depoimentos aconteceram sem hora marcada, sem direcionamento, sem intenção de pesquisa.

¹⁰² Depoimento de Dona Maria, de cinquenta e três anos, avó de um aluno do 3º ano do ensino fundamental. Neste depoimento, dona Maria pediu para falar reservadamente em uma sala da escola, narrando os constrangimentos e a vergonha por ter uma filha na prisão.

repressor e policialesco, pois lhe é estendida a culpa na medida em que o preso é responsável também por “deformar” as pessoas de seus vínculos consanguíneos e afetivos. Ao afrouxar os vínculos e fragilizar as relações afetivas (quando existem), a prisão de um parente, na maioria das vezes, também aumenta e intensifica a pauperização da família:

Os efeitos pauperizantes do penitenciário não se limitam apenas aos detentos, e seu perímetro de influência estende-se bem além dos muros, na medida em que a prisão exporta sua pobreza, desestabilizando continuamente as famílias e os bairros submetidos a seu tropismo. De modo que o tratamento carcerário da miséria (re)produz sem cessar as condições de sua própria extensão: quanto mais se encarceram pobres, mais estes têm certeza, se não ocorrer nenhum imprevisto, de permanecerem pobres por bastante tempo, e, por conseguinte, mais oferecem um alvo cômodo à política de criminalização da miséria. A gestão penal da insegurança social alimenta-se assim de seu próprio fracasso programado. (WACQUANT, 2002, p.145)¹⁰³

Dados do Instituto Elo sobre o perfil dos inscritos no PrEsp/Uberlândia mostram a situação familiar dos que passaram pelo sistema prisional. Dos 342 egressos, 14% são os únicos provedores da família. Apenas 12% (40 pessoas) dos 345 egressos recebiam benefício governamental (auxílio reclusão)¹⁰⁴. Todavia, 69% tem filhos, e 98% destes estão na escola, ou seja, são dependentes. Isto significa dizer que as pessoas que estiveram presas mantiveram seus vínculos com parentes, especialmente filhos, pais e cônjuges.

¹⁰³ WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

¹⁰⁴ De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps), o INSS pagou 29790 benefícios de auxílio-reclusão na folha de janeiro de 2011, em um total de R\$18.707.376. O valor médio do benefício por família, no período, foi de R\$627,98. É um benefício legalmente devido aos dependentes de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social. Ele é pago enquanto o segurado estiver preso sob regime fechado ou semiaberto e não receba qualquer remuneração da empresa para a qual trabalha, nem auxílio doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço. Dependentes do segurado que estiver preso pode perder o auxílio-reclusão desde que o segurado obtenha sua liberdade, fuja ou sua pena progrida para o regime aberto. Pela legislação, os dependentes têm que apresentar a cada três meses, na Agência da Previdência Social, a declaração do sistema penitenciário atestando a condição de preso do segurado. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=922>>. Acessado em 15 fev 2012.

Tabela 3 – Egressos do sistema prisional inscritos no Presp/Uberlândia que se constituem como únicos provedores da família– 2011

É o único provedor da família		
	Frequência	Percentual
Sim	48	14%
Não	294	86%
Total	342	100%

Fonte: Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos

Tabela 4 – Egressos do sistema prisional inscritos no Presp/Uberlândia que recebem benefício governamental

Beneficiários		
Recebe Benefício Governamental	Frequência	Percentual
Sim	40	12%
Não	305	88%
Total	345	100%

Fonte: Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos.

Para dona Amélia, esposa de um homem que atualmente está preso em regime fechado, o auxílio reclusão serve para pagar as despesas com os três filhos e com os gastos que ela tem por ele estar preso. Segundo ela, essas despesas são para a “sacolinha”:

Além das despesas com advogado, toda quarta-feira eu deposito a sacolinha e não fica menos de R\$ 20,00. Nessa sacolinha a gente manda bolacha, a gente manda um pão, uma margarina, manda um tempero, porque a comida de lá é muito ruim. Não é bem feita. Mas aí a gente manda os produtos de higiene pessoal e de limpeza pra todos da cela. E esses produtos são de quinze em quinze dias [...]. ficam doze homens numa mesma cela, e aí não dá pra mandar só pra meu esposo. Tudo que eu levo eu levo pra todos também. No dia de visita no domingo, levo seis quilos de comida, levo refrigerante, doce. Então, as despesas são pagas também com o auxílio reclusão. (Depoimento out 2010)

O depoimento de dona Amélia não só enfatiza a necessidade do auxílio-reclusão para os familiares, mas também a tentativa desta mulher de continuar sendo o vínculo entre o lado de dentro e o lado de fora da prisão. Além de ter de conviver com as rígidas vistorias em seu domicílio, com a vigilância constante e uma ação policial intensiva e ostensiva no bairro onde mora, dona Amélia também sofre dessa nova penalogia, pois ao isolar fisicamente os presos do mundo exterior, a prisão coloca sob pressão os vínculos desses familiares. Isto pode favorecer a perda de contato e a ruptura dos relacionamentos.

Na maioria das prisões brasileiras, continuar mantendo o vínculo com o preso requer da família sacrifício e superação de constrangimentos e coações. Visitar o preso, passar pela vistoria (que exige, na maioria dos presídios brasileiros, agachar três vezes sem roupa íntima na frente de policiais), suportar os olhares inquiridores, ficar horas a fio numa fila debaixo de chuva ou sol forte à espera da visita, assumir as despesas do detento (fornecimento de roupas, roupas de cama, remédios, produtos de higiene), são situações que as famílias vão assumindo/assimilando das práticas prisionais e intensificando o processo de prisionização secundária.

Além dessas questões, as despesas com o detento incluem as viagens dos familiares que moram longe do presídio onde está o parente. Muitos viajam longas distâncias para visitar seu familiar preso e, por isso, essas visitas se tornam cada vez mais raras e menos frequentes. Com algumas exceções, a maioria dos presos fica no Estado em que mora – uma política adotada pelo sistema estadual de controle de detentos no Brasil. Todavia, a distância acaba sendo um problema mesmo dentro dos limites de um mesmo Estado, especialmente ao se levar em conta a situação econômica da maioria dos presos e de suas famílias.

Apesar do esforço de muitos familiares de continuar mantendo o vínculo com seu parente preso, de viajar distâncias, de passar por situações humilhantes e constrangedoras, de submeter-se a regras e normalizações a fim de garantir a segurança de seu parente na prisão, não há, no Brasil, nenhuma política consistente de atendimento à família do preso que ajude na prevenção do crime visando o retorno deste ex-detento à sociedade e muito menos de garantir que a família não se exponha à pobreza e à criminalidade. O objetivo, ao contrário, nos dizeres de Wacquant (2001, p.86), é

[...] ‘isolar grupos considerados perigosos e neutralizar seus membros mais disruptivos mediante uma série padronizada de comportamentos e uma gestão aleatória dos riscos, que se parecem mais com uma investigação operacional ou reciclagem de “detritos sociais” que com trabalho social.’ (WACQUANT, 2001, p.86)¹⁰⁵

Assim, os familiares de pessoas reclusas no sistema prisional tornam-se, para a sociedade, co-autoras dos crimes cometidos por seus parentes, sobretudo daqueles que persistem em manter o vínculo social e afetivo. Essa representação punitiva da sociedade manifestada pelo Estado na pessoa de suas autoridades, pelos agentes penitenciários, pelos advogados e pelas pessoas que convivem com esses familiares é desenhada pelo que Foucault chamou de panoptismo da sociedade moderna: sociedade em que o poder, nas palavras de Albuquerque Júnior, já não pressupõe um centro, um olhar de cima, mas que, ao contrário, “se espalha por todo o corpo social, em que organiza toda uma pirâmide de olhares.”¹⁰⁶

Nos EUA, por exemplo, o programa *Crime Reports*¹⁰⁷ e o *Crime Mapping*, no País de Gales, oferecem uma visualização geográfica de crimes cometidos pela população. É um tipo de programa que, como tantos outros que espetacularizam a criminalidade, faz do sensacionalismo uma fonte de lucros necessários à manutenção de empresas de comunicação. Nos dizeres de Bauman, “o combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá um excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível”.¹⁰⁸ Tornar o acontecimento mais atrativo ao consumidor é o grande desafio midiático:

[...] os comunicadores tentam ganhar expectativa e diversão pintando a criminalidade como algo inaudito, enigmático, sinistro, extraordinário e misterioso. O acontecimento criminal é grotesco; suscita um agradável estremecimento de horror, faz possíveis a complacência e a altivez moralizantes do não criminal, que pode destacar-se do autor do fato punível.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

¹⁰⁷ Disponível em: <www2.nbc4i.com/news/crime/reports>, Acessado em 07 out. 2011.

¹⁰⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.126.

¹⁰⁹ CERVINI, Raúl. Incidencia de las “mass media” en la expansión Del control penal em latinoamerica. **Revista brasileira de ciências criminais**, São Paulo, ano 2, n.5, p. 37-54, janeiro-março 1994.

Essa espetacularização que escancara o criminoso e o crime cometido, acaba por determinar as políticas que serão exigidas pela população e assistidas pelos políticos. É assim que a construção social da notícia, mediatizada pelo poder econômico e político, engendra atitudes e valores, ou seja, elementos de juízo, para que se crie um sentimento de insegurança absolutamente seletivo. Isso significa dizer que é por meio dessa espetacularização que se determina o que se deve temer, proporcionando um medo desproporcional em relação à criminalidade.

Transformar crimes dramáticos e hediondos em numerosos e corriqueiros legitimam a adoção de leis ancoradas em políticas criminais repressivas que não atingem os delitos de grande porte, mas visam a criminalidade de rua.¹¹⁰ A população mais empobrecida é, portanto, culpabilizada pela criminalidade. Dessa forma, o sentimento coletivo de insegurança volta-se contra essa população, legitimando um Estado-espetáculo¹¹¹ que cria esterótipos do criminoso e da prisão um campo de concentração de “pobres, negros e estrangeiros”.¹¹²

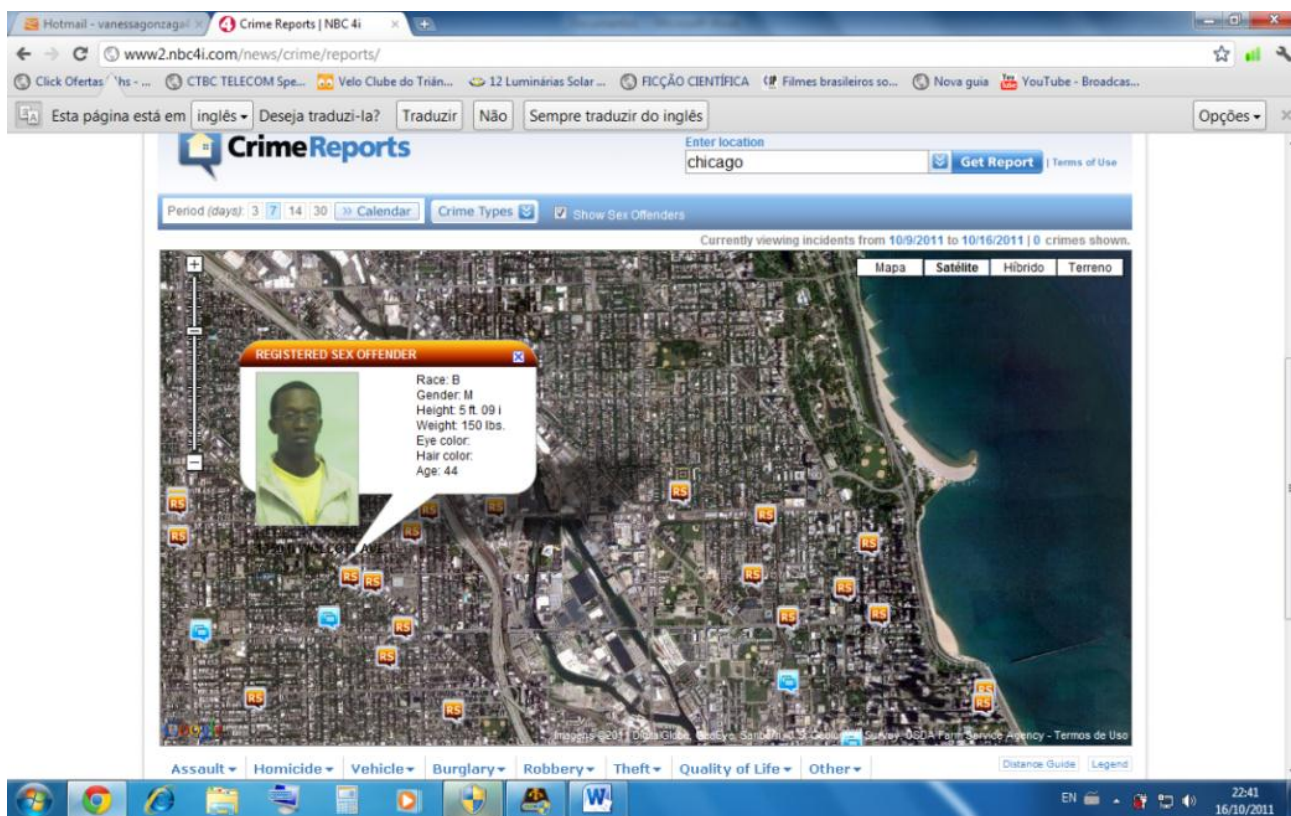
Nesse programa *Crime Reports*, os dados sobre o crime e o criminoso estão disponíveis ao público. Quem se interessar, opta pela localidade que pretende investigar, o período e os tipos de crime mais comuns naquela região. Dependendo do crime, além do relatório sobre a raça do criminoso, idade, sexo, número do processo e data do crime ou infração, uma imagem da pessoa é adicionada ao banco de dados. Muitos americanos, quando procuram casas para comprar ou alugar, acessam o site em busca de informações sobre o índice de criminalidade da localidade onde desejam morar.

¹¹⁰ HÜGEL, Carlos. La patología de la comunicación o el discurso sobre criminalidad en los medios masivos. In: FONT, Enrique A.; GANÓN, Gabriel E. H.; SAGARDUY, Ramiro (orgs). **Criminología crítica y control social**. Orden o justicia. p. 39-49. Rosario: Juris, 2000.

¹¹¹ O termo faz referência à sociedade do espetáculo, criado por Guy Debord na década de 1960, como sendo uma cultura onde tudo é vivido a partir de representações, de simulacros, sendo que só existe o que é transmitido pelos meios de comunicação de massa. Para aprofundamento do termo ver: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

¹¹² BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Imagem 9 – Programa Crime Reports



Fonte: www.crimereports.co

Este aparato tecnológico de controle e de espetacularização que permite identificar crime e criminoso – em sua maioria negros e imigrantes – numa espacialidade definida, confere, ao encarceramento e à vigilância, novos contornos em todo o mundo. O Brasil não é uma exceção. A violência policial, sob o crivo de um Estado Penitenciário, ganha espaço e relevância social. Todavia, enquanto os EUA, por exemplo, expande seu sistema carcerário devido ao extraordinário aumento da população confinada, dotando-o de sofisticados equipamentos eletrônicos e dispositivos arquitetônicos de enclausuramento, o Brasil, segundo Loic Wacquant, apresenta um dos piores sistemas prisionais do mundo. Nas palavras do sociólogo francês, é apavorante o estado das prisões brasileiras, que mais se parecem, segundo o autor,

[...] com campos de concentração para pobres ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciais servindo para alguma função penalógica – dissuasão, neutralização ou reinserção. O sistema penitenciário brasileiro acumula, com efeito, as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo, mas levadas a uma escala digna do

Primeiro Mundo por sua dimensão e pela indiferença estudada dos políticos e do público: entupimento estarrecedor dos estabelecimentos, o que se traduz por condições de vida e de higiene abomináveis, caracterizadas pela falta de espaço, ar, luz e alimentação [...], negação de acesso à assistência jurídica e aos cuidados elementares de saúde, cujo resultado é aceleração dramática da difusão da tuberculose e do vírus HIV entre as classes populares; violência pandêmica entre detentos, sob forma de maus-tratos, extorsões, sovas, estupros e assassinatos, em razão da superlotação superacentuada, da ausência de separação entre as diversas categorias de criminosos, da inatividade forçada [...] e das carências da supervisão.¹¹³

Foucault não viveu tempo suficiente para presenciar a calamidade do sistema prisional dos nossos dias, mas se vivo estivesse, não se surpreenderia com a refinada engenharia de vigilância, de controle e de contenção que se agigantou no final do século XX e tomou proporções ainda mais colossais neste início de milênio, alcançando não só os detentos, mas toda a sociedade por meio de uma criativa e infindável tecnologia de adestramento e vigilância.

Para PASSETTI¹¹⁴, isto acontece porque vemos intensificada a sociedade da disciplina e do controle, em que se imagina poder vigiar e disciplinar a todos – agora não mais pelas torres de vigilância arquitetadas por Jeremy Bentham no século XVIII, mas por todos os meios midiáticos eletrônicos, dentre eles, a televisão (o de maior alcance), os bancos de dados, a Internet, os telefones celulares e congêneres.

Assim, a pergunta de Michel Foucault: “somos todos suscetíveis de ir para a prisão: com que direito nos impedem de saber o que ela realmente é? Ela é um dos instrumentos do poder, e um dos mais desmedidos. Com que direito o poder faz segredo sobre ela?” continua atual, instigando pesquisadores a compreenderem a problemática das prisões, sobretudo, sobre seu entorno.

¹¹³ WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001

¹¹⁴ PASSETTI, Edson. **Anarquismos e Sociedade de Controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

1.2 A organização do espaço urbano: segregação e controle social

Para cada sociedade, seu espaço. Ou, antes: sua espacialidade característica. [...] O espaço está longe de ser um mero “palco” da vida social, um simples “receptáculo” das relações sociais, de resto sem maior relevância para além dessa condição de suporte material. O espaço é um produto das relações sociais, mas ele, uma vez produzido de tal ou qual maneira concreta (ou mesmo já enquanto projeto de transformação), influencia e até mesmo condiciona os seus produtores.¹¹⁵

A análise de Marcelo Lopes de Souza em *A Prisão e a Ágora*¹¹⁶, longe de afirmar um determinismo geográfico, pretende mostrar como o espaço produzido pela sociedade exerce sobre ela, de muitos modos, um efeito de condicionamento. Em outras palavras, a forma como o espaço é organizado em seu sentido material pode influenciar na maneira como as pessoas vão construir sua sobrevivência. Determinados espaços, embora produzidos, também produzem ações, sentimentos, ideias, valores, corporalidades. Se nesses espaços produzidos houver possibilidade de mobilidade e acesso a benefícios, se se puder usufruir de lazer, conforto e segurança, essas ações, ideias, sentimentos e valores terão grande chance de predisposição à inclusão, à integração e ao bem estar sociais. Mas se não puder oferecer uma ambiência de proteção, de conforto e acesso a benefícios, o contrário também poderá ser verdadeiro.

Nesse sentido, o espaço é, para além de um mero “palco da vida social”, uma expressão da própria sociedade; e a forma de organização do espaço pode fazer com que haja inclusão e bem estar social, como também pode haver segregação, violência, e estigmatização. Esse processo de segregação – tanto social quanto espacial – segundo Teresa Pires do Rio Caldeira¹¹⁷ é uma característica importante das cidades, pois é ela que revela como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade.

Ao explicar o significado dos guetos norte-americanos de Nova York ou Chicago e das periferias urbanas francesas e inglesas, Loic Wacquant mostra como acontece de formas diferenciadas a circulação nessas espacialidades sociais – algumas

¹¹⁵SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹¹⁶ SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹¹⁷CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

para a exclusão e marginalização, outras sem “portar as insígnias da desqualificação social.”¹¹⁸ No Brasil, todavia, a “organização das nossas grandes cidades segue um modelo que combina proximidade física e distância e separação sociais, pois cada um sabe exatamente o seu lugar no espaço social”¹¹⁹

Em *Cidade de Muros*¹²⁰, Caldeira analisa a arquitetura paulistana no início do século XX, agregando elementos interpretativos importantes em torno da segregação social no espaço urbano de São Paulo. Segundo a autora, ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano em São Paulo: por tipos de moradia (do final do século XIX até os anos 40); a forma centro-periferia (dos anos 40 até os anos 80), onde grupos sociais estão separados por grandes distâncias – classe alta e média em bairros centrais, com boa infraestrutura e os pobres, em precárias e distantes periferias; e, por último, a forma dos enclaves fortificados (a partir dos anos 80), onde diferentes grupos sociais estão próximos, mas separados por muros e tecnologias de segurança, com a tendência de não circularem ou interagirem em áreas comuns. Estes enclaves são espaços privatizados fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho, e a justificativa deste novo padrão de segregação espacial é o medo do crime violento.

Em sua análise sobre a construção dos espaços sociais e geográficos associada ao elemento de segregação, a autora incorpora a compreensão de algumas práticas sociais vivenciadas na cidade paulista: grande fluxo de migrantes nordestinos, pressão política de movimentos de moradores da periferia em busca de melhores condições de vida, organização dos movimentos sociais autônomos a partir dos anos 70, mudança na qualidade de vida na periferia resultante da ação política de seus moradores, a democratização política forçando transformações na ação do Estado (como a legalização das propriedades na periferia, processo contra incorporadores imobiliários que vendiam terras sem a infraestrutura exigida) etc.

Embora o estudo de Teresa Caldeira atenha-se à cidade de São Paulo, suas análises contribuem para uma compreensão importante sobre outras espacialidades.

¹¹⁸Ibid.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ O objetivo principal de sua análise constitui-se em refazer o mapa cognitivo da segregação social na cidade paulista. Para tanto, a autora debruçou-se em indicadores geográficos, demográficos e socioeconômicos, tecendo uma construção de ideias e interpretações em torno da temática da organização do espaço urbano. E nesta “atualização de referências”, revisitou fontes já estudadas e ofereceu outra interpretação, um novo olhar, marcando, assim, a originalidade de sua pesquisa.

Uberlândia, por exemplo, é uma cidade que vem seguindo a ordem de crescimento e segregação da cidade paulista. Com quase setecentos mil habitantes, Uberlândia se destaca na região do Triângulo Mineiro não só por ser polo comercial e de prestação de bens e serviços, mas também pela forma como seus espaços são arquitetados.

1.3 Duas periferias, duas sociabilidades

A forma centro-periferia tão prevalecente em São Paulo até os anos 80 também fora vivenciada pelos uberlandenses. Quem visita a cidade não visualiza a segregação. Embora com um crescimento populacional diferente, com bem menos habitantes se comparada a São Paulo, Uberlândia acompanha as transformações espaciais, inclusive no que se refere ao que a autora denomina de “enclaves fortificados”. Esses enclaves são espaços fisicamente demarcados e isolados por muros e grades, arquitetonicamente construídos para o interior, e não em direção à rua. Isso faz desses espaços um lugar de conforto, de lazer, com arborização planejada e sistema de segurança sofisticado.

Essa nova periferia demarcada por muros que protegem as propriedades de luxo é destinada às famílias com altos rendimentos, em que o conforto e a qualidade de vida dependem do dinheiro que podem pagar. Uma periferia que se auto-segrega em consequência da crescente disseminação da criminalidade e da busca de segurança.

Todavia, a “outra” periferia possui outras sociabilidades. Além de ser construída ou ocupada longe do centro da cidade, apresenta quase sempre uma infraestrutura com funcionamento precário. São nas favelas e nos bairros empobrecidos, especialmente da região leste de Uberlândia, que se podem encontrar os problemas mais agravantes, como o alagamento das ruas em época de chuva, a falta de serviços públicos, como asfalto, escola, coleta de lixo etc., e uma concentração exacerbada do tráfico de drogas de varejo. Segundo pesquisa realizada em 2009 pelo Instituto de Geografia da UFU¹²¹, a região da Grande Morumbi apresenta um número elevado de homicídios cujas causas estão, em grande medida, relacionadas ao acerto de contas com traficantes:

¹²¹SANTOS, Márcia Andréia Ferreira & RAMIRES, Júlio César de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. **Sociedade & Natureza**, 21 (1): 131-145, Abr 2009.

Todos os moradores entrevistados¹²² afirmaram que o principal problema presente no bairro Morumbi é a violência, que pode ser entendida como o uso e o tráfico de drogas, homicídios e roubos, fatores que trazem preocupações aos moradores, pois geram o medo devido à sensação de insegurança na qual eles vivem.¹²³

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de História da UFU (Revista Tempo e Vivências) as favelas uberlandenses têm uma trajetória social parecida com as das grandes cidades¹²⁴, sendo o lugar de residência do migrante recém-chegado; e sua posição geográfica, como nas demais cidades, tem a ver com o fato “de o poder de segregação das nossas elites econômicas e intelectuais [...] concretizar-se por outras instituições sociais que prescindem do isolamento territorial dos pobres.”¹²⁵ Este fato colabora com a crescente estigmatização das favelas e dos bairros empobrecidos – lugares estes reverberados por uma “cultura do medo” com a qual “muitos segmentos das elites justificam o movimento de abandono da cidade e de auto- isolamento social, hoje traduzido pela multiplicação dos condomínios fechados e seus congêneres.”¹²⁶

Favela, então, nessa localidade uberlandense, além da estigmatização, passa a ser sinônimo de território controlado por tal ou qual quadrilha de traficantes de drogas, vinculadas a alguma organização (facção) local, fazendo com que a liberdade dos moradores que vivem nessas espacialidades de exclusão passe a ser restringida pelas “leis” impostas por chefetes e tiranetes do tráfico de varejo: toque de recolher, “lei do silêncio” etc.

A situação se agrava pelo fato de essas espacialidades estarem localizadas no entorno prisional. A imagem abaixo mostra na cor vermelha a localização do presídio Prof. Jacy de Assis, na cor laranja as principais favelas, na cor lilás o CSEUB e na verde a Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge:

¹²²Para a realização do artigo intitulado “Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros”, de Márcia Andréia Ferreira Santos, além do levantamento bibliográfico da temática em questão foram realizadas entrevistas focalizadas nos vocábulos “violência” e “medo”. As entrevistas foram realizadas em 2005, com 15 moradores.

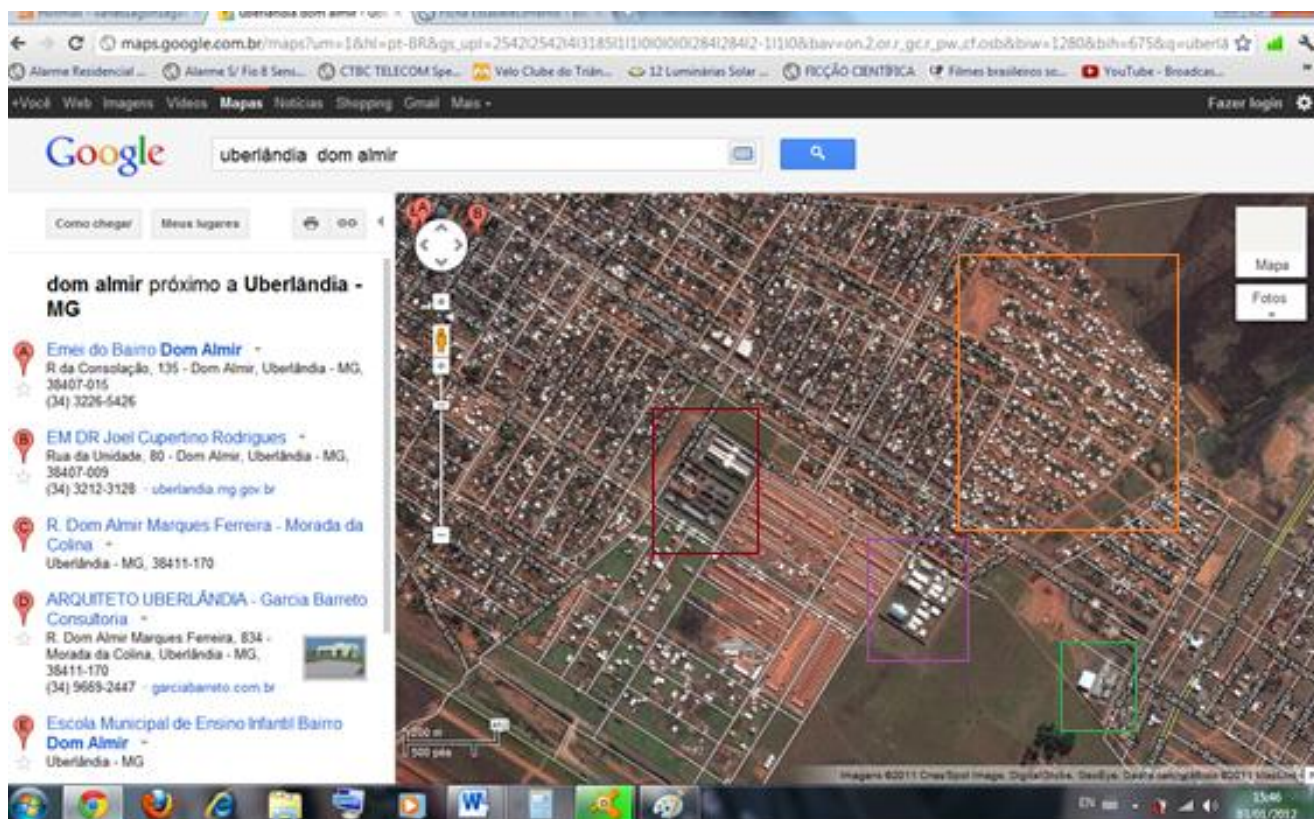
¹²³Ibid. p. 141

¹²⁴ Além dessas características, as favelas da região leste de Uberlândia passam a ser habitadas por migrantes pobres que possuem um parente preso e que, após o encarceramento, tentam manter o vínculo afetivo. As favelas estão a poucos metros do presídio Prof. Jacy de Assis e no entorno do CSEUB. Alguns bairros recentemente construídos, como o Jardim Sucupira (março de 2011), está a 7m de distância do presídio.

¹²⁵ WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: REVAN, 2005, 2ed., p.15.

¹²⁶ Ibid.

Imagem 10 –Imagem satélite da Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge e CSEUB



Fonte: Google Earth

Quem adentra as ruas, nos espaços destinados a essa população de baixa renda, especificamente as que se concentram na região leste da cidade, percebe as marcas do que denominamos de exclusão social. Apesar de existirem algumas iniciativas governamentais, municipais e comunitárias de combate à criminalidade nessas regiões periféricas, como por exemplo, o Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo,¹²⁷ o Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco – GEPAR¹²⁸ e algumas ONGs

¹²⁷ Fica Vivo é um programa do governo estadual de Minas Gerais que atende jovens de 12 a 24 anos expostos à criminalidade e homicídios na comunidade onde moram. O objetivo é prevenir os jovens da criminalidade dando-os a oportunidade de participarem de cursos, esporte, oficinas culturais, cursos profissionalizantes e na constituição de uma rede de ações que gerem acessos coletivos para os jovens vulneráveis. O programa conta com a parceria da Polícia Militar e Civil de Minas Gerais, Polícia Federal, Ministério Público, Prefeitura de BH e Contagem, UFMG, SEBRAE, Câmara de Dirigentes Lojista, Organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidade local.

¹²⁸ O GEPAR- Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco baseia-se no policiamento comunitário e na repressão qualificada de combate ao tráfico de drogas. Tanto o Fica Vivo quanto o GEPAR atuam no bairro com o objetivo de reduzir os altos números de crimes violentos, sobretudo de

que prestam serviços voluntários e os programas municipais, é fato que, nestes espaços, a política social ainda é insuficiente para promover o bem estar dessas pessoas, com medidas preventivas que incentivem a educação, a cultura, o lazer e até mesmo a (re) integração social.

É certo também que muitos desses adolescentes e jovens que participam desses programas de prevenção à criminalidade oscilam entre participar ou servir aos chefes do tráfico e habitar instituições de reclusão, como o CSEUB. Para Acácio Augusto¹²⁹, essas medidas preventivas não passam de modulações de encarceramentos. E é no interior dessas modulações de encarceramentos onde estão “as políticas sociais de intervenção no espaço que operam um chamado combate à violência urbana e à criminalidade por meio de ações ambientais”.

É evidente que o número de pessoas atendidas por esses programas é quase insignificante devido às necessidades vivenciadas por esses moradores. Quase todas as famílias que moram nessas localidades periféricas são numerosas, com baixa escolaridade, não nucleares, com raríssimos casos em que o filho convive com pai e mãe juntos. Há uma grande incidência de filhos de presidiários ou ex-presidiários ou de crianças que, de alguma forma, estão inseridas num contexto de prisão de um parente próximo.

Muitas dessas famílias sobrevivem da mendicância. Quando empregados, trabalham em subempregos, explorados, tendo que prestar serviços com alta carga horária, saindo de casa muito cedo e chegando muito tarde. Isto favorece a delinquência infanto-juvenil, pois muitas crianças e adolescentes passam a ser “aliciados” por adultos, parentes ou vizinhos, fazendo desses meninos e meninas um frágil alvo para o tráfico, a prostituição e o mundo da criminalidade.

Essa, contudo, é a visão de quem está “do lado de fora”, pois não somos atingidos por essas diferentes fontes de informações sobre a violência, a criminalidade e a pobreza da mesma maneira. E isso se reflete, segundo Alba Zaluar¹³⁰,

[...] “nas nossas concepções acerca delas. A classe social a qual pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos constituem

homicídios. A Polícia Civil reforça o discurso da criminalidade nesses bairros, classificando-os como “o anel da criminalidade” de Uberlândia,

¹²⁹ Disponível em http://cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm23_186.pdf. Acessado em 18jun/2013.

¹³⁰ ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência.”

Todavia, a visão dos que estão “do lado de fora”, olhando de outro ângulo, mais distante, porém mais “confortável”, é que viver nessas periferias, nessas espacialidades é conviver com a miséria, a violência, a exclusão e a insegurança. Estar nessas localidades é correr riscos, é estar de “cara com a morte”, é ser alvo fácil de balas perdidas, de assaltos à mão armada, é arriscar-se nas fronteiras da criminalidade e de todos os tipos de ilegalidade. É sofrer dos estigmas causados pelos estreitos vínculos entre a criminalidade e os claros sinais de miséria social e moral.

Neste cenário de insegurança, medo e desolação, a cidade de Uberlândia abre-se a multifacetadas gestões dos dispositivos de segurança pública. Dispositivos estes compostos, segundo Foucault, ao ser citado por Agamben:

por um conjunto heretogêneo que implica discursos, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...]. disse que o dispositivo tem natureza essencialmente estratégica, que se trata, como consequência, de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para orientá-las em certa direção, seja para bloqueá-las ou para fixá-las e utilizá-las. O dispositivo está sempre inscrito no jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados.¹³¹

Nesse sentido, Uberlândia conta com uma refinada rede de dispositivos de segurança: se até os anos 90 o planejamento urbano se configurou por meio de dispositivos disciplinares que, além de separar a população em pobre/rica-periferia/centro, também criava regiões de diásporas negras, como o famoso bairro Patrimônio e de migrantes pobres, como a região leste, no início do século XXI a cidade passa a contar com as tecnologias de segurança privada. Essas tecnologias, contudo, foram desdobradas em tecnologias de segurança mais baratas utilizadas também para atender as populações de baixa renda.

¹³¹ AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p.28.

Nesse contexto, a mídia jornalística com foco na segurança pública, os agrupamentos policiais, a consolidação do saber técnico-científico e artístico-esportivo da Universidade Federal de Uberlândia sobre estudos e gestões corporativas de controle das taxas médias de criminalidade por índices estatísticos, a atuação de grandes corporações empresariais e ONGs que ligam sua marca à responsabilidade social e a consolidação de programas e políticas públicas municipais, estaduais e federais, formam importantes elementos dos dispositivos de poder.

1.3.1) A arquitetura panóptica do entorno prisional

A arquitetura panóptica dessas espacialidades do entorno prisional desenha a paisagem marcada pelos diversos elementos dos dispositivos e agrava os sentimentos de insegurança destes que estão “do lado de fora”, observando, estabelecendo juízo de valores, “definindo os definidos”, segundo Toni Morrison¹³². Ao adentrar nessas espacialidades dos bairros construídos no entorno prisional percebe-se um panoptismo que se estende para além dos muros prisionais. Se na prisão a Torre Central pode controlar e vigiar uma multiplicidade de reclusos, esta mesma torre adentra os muros domiciliares, e os moradores passam a se comportar como se estivessem sob vigilância permanente.

Dessa forma, esses moradores do entorno prisional são submetidos e sujeitados a um estado de visibilidade permanente, e essa vigilância se constitui um meio de controle ou uma tecnologia disciplinar eficiente. Nesses espaços, a sociedade disciplinar ainda não suplantou a sociedade de controle. Ambas coexistem.

¹³²MORRISON, Toni. **Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination**. New York: Vintage Books, 1990.

Imagens 11 e 12: Bairro Jardim Sucupira no entorno do presídio Prof. Jacy de Assis¹³³



Fonte: acervo pessoal

São nessas espacialidades periféricas e marginais que a figura do “delinquente” se torna necessária e central. Desloca-se a preocupação tradicional em explicar o comportamento do criminoso para investigar o processo pelo qual algumas pessoas passam a ser rotuladas como criminosas. José Ricardo Ramalho analisa a evidente ligação entre criminalização e pobreza:

¹³³Fotos tiradas em abril de 2012.

O delinquente e a delinquência transcendem à situação carcerária. Uma análise cuidadosa das características atribuídas aos delinquentes na sociedade brasileira pode constatar que não só a delinquência abarca a vida de determinados indivíduos presos como infratores da lei, como também se estende pelos grupos mais pobres da população, e que constituem a classe trabalhadora brasileira. Os atributos pelos quais se define o delinquente, na verdade, são expressão dos preconceitos afirmados com relação a certos grupos sociais. A “biografia” do delinquente é, pois, na verdade, a biografia comum a todos os membros destes grupos sociais. Costuma-se dizer que são as condições de pobreza da classe trabalhadora, em geral ocupando a periferia das grandes cidades, e composta em boa parte por pessoas vindas de áreas rurais, que permitem o aumento crescente da criminalidade e da delinquência; a situação em que vive esta população (baixos salários, insalubridade, habitação inadequada) levaria os indivíduos a “optar” pela delinquência.¹³⁴

Ramalho continua suas análises sobre a importância que a delinquência se configura na sociedade, assumindo uma função de utilidade tanto econômica quanto política de manutenção e sucesso das prisões. Além de servir ao exercício de um controle mais rígido sobre os grupos sociais mais pobres, a delinquência também favorece a descompressão do mercado de trabalho. Segundo Ramalho, crime e criminoso desempenham um papel social relevante para a manutenção do sistema social, uma vez que

[...] o crime alivia o mercado de trabalho de uma parte da população sobrando, atenua a concorrência entre os trabalhadores e impede, até certo ponto, que o salário baixe do nível mínimo; por outro lado, a luta contra o crime dá trabalho a outra parte da mesma população. O delinquente vem a ser, pois, um desses fatores que estabelecem o saudável equilíbrio e abrem uma perspectiva de ocupações úteis.¹³⁵

Este lado obscuro e, por vezes, desconhecido da utilidade econômica e política da delinquência favorece o controle social, abre espaço para novas medidas de segurança e transforma os grupos empobrecidos em alvo da desconfiança social, justificando, assim, as ações cada vez mais repressoras e policiaesca, cuja finalidade é combater a criminalidade e “restaurar (ou preservar) a ordem”. Todavia a “desordem”,

¹³⁴RAMALHO, José Ricardo. **O mundo do crime, a ordem pelo avesso**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

¹³⁵ Ibid.

muitas vezes, nada mais é que a formação de novas ordens socioespaciais que, segundo Marcelo Lopes de Souza

[...] se misturam, promiscuamente e de modos variados, com a “ordem” dominante e legal, seja por meio da corrupção de policiais e de outros representantes da “ordem” estatal, seja por meio da lavagem de dinheiro, seja ainda por meio da enorme tolerância do Estado para com a “desordem” perpetrada diretamente pelas elites urbanas com o objetivo de, enquanto moradores, se protegerem dos efeitos indesejáveis da “ordem” por elas comandada e da qual se beneficiam¹³⁶

Essas novas ordens socioespaciais constituem-se, assim, numa engrenagem confusa e promíscua que liga o bandido pobre a certos policiais pela corrupção e que o deixa prisioneiro e refém da quadrilha a qual lhe deve lealdade. São nessas novas ordens socioespaciais criminosas que o bandido se submete à hierarquia da organização, torna-se condenado sem julgamento e se transforma em bode expiatório que paga com a própria morte os crimes desta gigantesca e desconhecida rede criminosa organizada.¹³⁷

Esta relação promíscua entre bandido e policial, entre bandido pobre e chefes do tráfico se assemelha ao que Primo Levi¹³⁸ denominou de “zona cinzenta”:

[...] aquela da qual deriva a “longa cadeia de conjunção entre vítimas e algozes” em que o oprimido se torna opressor e o carrasco, por sua vez, aparece como vítima. Trata-se de uma alquimia cinzenta, incessante, na qual o bem e o mal, e, com eles, todos os metais da ética tradicional alcançam o seu ponto de fusão.¹³⁹

É nesta zona cinzenta o lugar onde o abuso sistemático do poder se torna possível, onde traficantes, bandidos pobres e policiais se misturam numa rede criminosa organizada, fazendo de reféns trabalhadores honestos e eles próprios, numa infundável trama de ambiguidades que “abriga em si o suficiente para confundir nossa necessidade de julgar”¹⁴⁰.

¹³⁶SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹³⁷ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

¹³⁸LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

¹³⁹AGAMBÉN. Giorgio. **O que resta de Aushwitz: o arquivo e a testemunha**. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹⁴⁰LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. Trad. Luiz Sérgio Henriques. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

1.4 O entorno da prisão e as novas ordens socioespaciais:

Esse desenho do banditismo urbano que o próprio bandido desconhece, deixa impunes os grandes criminosos, a saber, os chefes do tráfico que não inclui o tráfico de varejo. Nessas novas ordens socioespaciais, esses chefes do tráfico, para uma parte da população que vive sob seu comando, podem ser comparados aos bandidos sociais que Hobsbawm descreve: “são eles heróis, talvez até mesmo líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados.”¹⁴¹ Apesar de heróis, esses bandidos pobres têm, para alguns autores, semelhanças muito tênues entre cangaceiros e lampiões das primeiras décadas do século XX. Verdadeiros facínoras, esses homens eram destemidos e perversos, roubavam, matavam, ameaçavam, possuíam um arsenal bélico mais avançado que o de seus opositores, extorquiam, corrompia oficiais militares e autoridades civis, sequestravam vítimas que se tornavam reféns em troca de dinheiro para facilitar novos crimes.

Em entrevista concedida à Adélia Miglievich e Mauro Petersem Domingues, publicizada na revista eletrônica Sinais¹⁴², a antropóloga Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, analisa as semelhanças entre os métodos dos cangaceiros e dos traficantes. Segundo a autora, essas semelhanças são tênues. Assim como no sertão, onde os cangaceiros era minoria, nas favelas, a maioria dos moradores não é composta por marginais. Todavia, tanto no sertão quanto nas favelas o regime de terror é imposto pelos bandidos (cangaceiros e traficantes) – ambos ditando regras e se alimentando à custa do medo coletivo.

No cangaço, o fascínio dos sertanejos pelos cangaceiros existia, pois entrar para um bando de homens que se gabavam por sua coragem e arrogância dava-lhe prestígio e oportunidade de ascensão social. Era uma vereda que o levava ao dinheiro rápido e “sangrento”, conquistado por meio de violência e morte. Assim como no cangaço, o tráfico de drogas nas favelas e comunidades empobrecidas da contemporaneidade é um caminho pouco seguro para aqueles que o trilham. Com uma diferença: a lei do mais valente é substituída pela lei “do mais armado”.¹⁴³ Todavia, ao serem presos, esses

¹⁴¹ HOBSBAWM, E. J. **Bandidos**. Trad. De Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

¹⁴² **SINAIS - Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 276-289. Acessado em 23/11.2011.

¹⁴³ ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

bandidos pobres que vivem de ilegalidade, quase sempre relacionados ao tráfico de drogas, fazem de suas famílias reféns dessa organização criminosa ao submetê-las às práticas criminosas. Algumas por não terem escolha, outras por serem também cúmplices dessas práticas ilegais.

Dona Silvana, assim que “seu menino”, como ela assim descreve, fora preso por gerenciar o empacotamento e distribuição da maconha e do crack em sua casa, passou a manter uma relação de cumplicidade com os chefetes do tráfico para propiciar segurança a seu filho do lado de dentro da prisão. Em entrevista concedida para a pesquisa em março de 2011, dona Silvana narra, em tom de desabafo, a troca de serviços com os chefetes do tráfico. Lavar roupa, cozinhar e cuidar da faxina rende-lhe alguns trocados que lhe ajuda a comprar remédios, gás de cozinha e obter alguns favores, como segurança no bairro para ela e seus outros filhos.

Dona Silvana é uma referência paradigmática de inúmeras famílias que por não receberem a proteção do Estado para as suas necessidades básicas de sobrevivência, apelam para o poder do tráfico – organizações criminosas que funcionam como defesa social e fazem coisas que o Estado não faz. A existência de um “estado” dentro do Estado permite que a sociedade concentre seus esforços no combate policaresco e repressor, negligenciando, assim, outros setores de necessidade, tais como saúde, educação, moradia etc.

Este investimento no combate policaresco situa os inocentes numa linha de fogo e violência que mata mais que as drogas em si. Inúmeras pessoas morrem todos os dias, em razão do tráfico, num combate armado e belicoso. Esse tipo de combate às drogas leva à criação de grupos armados, e que acabam sempre caminhando na direção da prática de outros crimes muito mais graves e hediondos. Essas medidas policiarescas e repressoras de combate ao tráfico revelam a indesejabilidade da legalização das drogas, uma vez que, legalizadas, traria perdas financeiras irreparáveis não só aos traficantes, mas também a milhares de policiais que ganham muito mais com a ilegalidade do que com a execução de suas tarefas precípuas, a saber, a manutenção da ordem nas relações humanas e a proteção da população.

Desta forma, a presença constante do aparato policial repressivo, o controle que certas quadrilhas de traficantes de drogas exercem nestas espacialidades, as novas “ordens” comandadas por chefes do tráfico de drogas de varejo onde prevalecem o toque de recolher e a lei do silêncio fazem com que a população que mora no entorno de uma prisão adquira um modo de vida diferente, especialmente se em convívio com

alguém que já esteve preso ou com familiares de quem tem ou teve um parente na prisão.

Em Uberlândia, a relação entre a polícia e a comunidade local se configura por meio das imagens e ideias que se cristalizam em cada uma das partes da relação. Os preconceitos, os estereótipos, as memórias vão tecendo a intrincada trama de experiências concretas e diárias na vida dessas pessoas que moram ou trabalham nessas espacialidades do entorno prisional. Para a maioria da sociedade, a população que mora nas proximidades de um presídio coaduna com a marginalidade, a delinquência, as ilegalidades, pelo fato residirem nesses espaços segregados geográfica e socialmente. Ao tornar-se inevitável a convivência com os que “optaram” pela vida criminosa, a maioria da população que reside neste entorno de clausura, repressão, medo, violência e crime acaba por adquirir novos hábitos de vida e a sofrer dos estigmas que vinculam crime e criminoso à população pobre.

No entorno de uma prisão, a convivência entre policiais, bandidos e trabalhadores honestos é cotidiana, e todos acabam por viver num clima muito perto do que Alba Zaluar chama de “guerra declarada” que envolve todos, bandidos ou não. Neste espaço social, ou antes, nesta espacialidade, bandidos e trabalhadores honestos compartilham do mesmo território de miséria social e moral.

Para a polícia, as pessoas que moram nessas localidades dos presídios estão sempre em suspeição, e o fato de muitas morarem no entorno prisional para manterem o vínculo com o parente preso contribui para que se formule sérios equívocos sobre essa população, generalizando seu pertencimento ao mundo da marginalidade, do banditismo e da violência. O discurso que se elabora para justificar as ações da polícia são o da desorganização familiar, da promiscuidade, da ausência de moral e bons costumes, da violência decorrente do meio social perverso e criminoso de onde essas pessoas advêm.

Todavia, apesar desses discursos que nos ajudam a interpretar a forma como a polícia tece suas relações repressivas e de contenção ao crime e à violência para com essa população que mora no entorno prisional, é sabido que a polícia também, por medo ou corrupção, acaba por se submeter à organização criminosa nessas espacialidades. A lei do toque de recolher e a lei do silêncio penetram, invadem, contagiam as ações dos policiais que, em depoimento para a pesquisa em agosto de 2011, testemunharam as dificuldades de convivência com essa população empobrecida.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Em agosto de 2011 dois policiais da região leste de Uberlândia, responsáveis pela ronda do bairro Morumbi e seu entorno, cederam uma entrevista para a pesquisa.

Segundo os policiais, “a região é comandada pelo tráfico de drogas e pelo tráfico armado¹⁴⁵. Diferenciar bandidos de cidadãos honestos é uma tarefa muito difícil quando se está em combate”. Para os policiais, quando entram, por exemplo, nos lugares onde se está tendo o conflito, a tensão é muito grande, e, por isso, “todos acabam levando a repressão”.

Segundo depoimentos de moradores do entorno prisional, de pessoas que trabalham em escolas nessas especialidades e até mesmo de policiais, não é fácil residir ou trabalhar em meio a muros altíssimos, cercas elétricas, torres de vigilância, cancelas, guaritas, movimento de camburões, barulhos de sirene, risco de balas perdidas¹⁴⁶ em troca de tiros entre policiais e bandidos ou entre gangues rivais em busca de território para o tráfico de drogas. Nesse entorno, quem está do lado de fora da prisão acaba por se tornar refém do encarceramento alheio, até mesmo para aqueles que não têm nenhuma relação (direta ou indireta) com o cárcere.

Ao ouvir as queixas de moradores que vivem no entorno do presídio Prof. Jacy de Assis e do CSEUB, pior do que estar cercado por todas as questões acima pontuadas é ouvir todos os dias, e de maneira ininterrupta, os gritos, os gemidos, os xingamentos dos que estão do “lado de dentro” e a revolta, a angústia dos que estão “do lado de fora”, familiares que, de alguma forma, tentam manter o vínculo com o seu parente encarcerado. Enquanto ouvia dos moradores as situações por eles vivenciadas no entorno prisional, tentei colocar-me no lugar daquelas pessoas. Práticas do dia a dia que fazemos sem darmos o devido valor ou a atenção necessária - como ouvir música, dormir sossegadamente, conversar com amigos, esticar-se numa rede para ler um livro ou descansar, almoçar na varanda em dias ensolarados – passaram por uma breve, mas

¹⁴⁵ Segundo pesquisa de doutoramento de Márcio Bonesso, cujo artigo inicial da pesquisa intitula-se “Cidade Média no Espírito de Metrópole: a arte de governar Uberlândia, o tipo de nomeação das facções criminosas juvenis na cidade de Uberlândia como o Primeiro Comando Morumbi - PCM - é um tipo de nomeação que nos últimos anos vem se tornando comum nos muros da cidade, não só do bairro Morumbi. Em outros bairros, outras nomenclaturas também são pichadas nos muros das casas: PCL – Primeiro Comando Lagoinha, PCS – Primeiro Comando Saraiva, PCU – Primeiro Comando Uberlândia. Em vários muros de distintos bairros, a investidura da sigla PCC – Primeiro Comando da Capital também aparece como espectro que ronda a segurança pública da cidade. Nos últimos anos, a mídia também relatou uma série de prisões de supostos bandidos com estatutos do PCC. Apesar da discordância entre analistas de segurança pública e a Polícia Militar sobre a presença do PCC na cidade, é fato que os relatos dos moradores das periferias, técnicos sociais de segurança pública e ex-detentos engrossam as suposições sobre a atuação do PCC, espetacularizadas pela mídia televisiva e jornalística.

¹⁴⁶ Em dezembro de 2010, um aluno da Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge, aos dezesseis anos, foi atingido no abdome por uma bala de revólver em frente ao presídio Prof. Jacy de Assis enquanto soltava fogos de artifício na véspera do ano novo. Veio a falecer minutos depois. O inquérito de investigação terminou em março de 2012, o que ficou provado que o tiro veio do presídio. Disponível em: <http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2011/01/02/50988/menor_e_morto_por_bala_perdida.html>, Acessado em 19 jun/2012.

profunda reflexão. Se em meio a tudo isso o pano de fundo fosse gritos e gemidos de pessoas encarceradas? Como me sentiria? Como reagiria e quais sentimentos seriam aflorados? Se ao abrir a janela me deparasse com muros, cercas elétricas, movimentos de policiais, de bandidos e de familiares agonizados?

Ainda que este exercício de alteridade não chegue perto do que seja esta realidade, o que constatei foi que, para além das prisões literais do complexo repressivo prisional, há outras prisões “que vão se formando, menos ou mais involuntariamente, em meio a um ambiente cada vez mais desnorteante”.¹⁴⁷ Esses moradores, bandidos ou não, familiares de prisioneiros ou não, estão, de alguma forma, condenados a usufruírem pouco da convivência social. A paisagem panóptica dá o testemunho de que a estética e a lógica do enclausuramento não se restringem, em absoluto, aos “condomínios fechados” denominados por CALDEIRA¹⁴⁸ de enclaves fortificados.

Diferente, portanto, desses condomínios exclusivos de quem pode pagar pela “clausura”, ou seja, das prisões que as elites constroem para si, o espaço do entorno prisional é uma outra prisão, não só metafórica, mas real, uma vez que esses moradores também estão cercados dos mesmos aparatos de vigilância e controle da paisagem interior da prisão.

Todavia,

É nesse cenário opressor, nesse espaço de segregação moral, nesse campo definido de fora como o campo da criminalidade, que os trabalhadores urbanos de baixa qualificação arrumam e enfeitam suas casas, educam seus filhos, inventam estratégias de sobrevivência, montam organizações vicinais para reivindicar melhorias no bairro e para tornar alegre o seu lazer. A convivência com os que optaram pela vida criminosa é inevitável, mas a experiência da violência é diária e constante e vai muito além daquilo que delimita como o mundo do crime. Ela perpassa hábitos diários da vida familiar, está presente nas rotinas da opressão de classe, seja pela presença do aparato policial que se comporta de maneira caracteristicamente repressiva diante da população pobre, seja pelo quadro de miséria que desfila sempre pelas ruas e casas de seu bairro, seja pela imagem construída por certa imprensa do criminoso e do crime, vinculando-o sempre a esta população pobre.¹⁴⁹

¹⁴⁷SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a Ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

¹⁴⁸CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.

¹⁴⁹ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

Imagem 13 – Rua dos Bacuparis, bairro Jardim Sucupira, paralela ao CSEUB e ao presídio Prof. Jacy de Assis – Parte A



Imagem 14 - Rua dos Bacuparis, bairro Jardim Sucupira, paralela ao CSEUB e ao presídio Prof. Jacy de Assis – Parte B



Fonte: acervo pessoal

Essa imagem que relaciona crime e criminoso pobre, como sabemos, é alimentada, em grande proporção, pelo poder midiático. Um poder que, historicamente, tem tido inequívoca vocação para projetar certa imagem à população acerca das famílias pobres – imagem que estreita a relação entre pobreza, violência e criminalidade – e conta com criativas e infindáveis maneiras de se desenhar no imaginário das pessoas. Todavia, do “lado de lá”, do lugar onde estão os que vivenciam à flor da pele a imagem construída pela imprensa acerca do criminoso e do crime, vinculando-o sempre a esta população pobre, outras vozes são ecoadas:

Uma coisa que eu acho muito errado: a “dona imprensa”. A “dona imprensa” não tem que ficar falando que o que assaltou é um cachorro, que é um sem vergonha, que é um vagabundo. Eu acho isso errado, e ela faz isso só com o pobre. Ela tem que falar que foi preso, tem que ser punido, tem que ser julgado. Mas ficar falando: *Olha o vagabundo, olha o cara do palhaço, olha o troféu*, isso não. Gente, o cara que tá lá e saiu, ele é na rua o troféu! A imprensa usa da desgraça alheia pra se promover. Fazendo isso ela tem ibope e o repórter que alimenta isso passa a andar de carrão, ele tem uma empresa que veste ele pra ficar bonito.¹⁵⁰

O depoimento de dona Joice, que há dezoito anos reside no bairro Morumbi, na cidade de Uberlândia, não é uma avaliação do caráter antissocial das práticas consideradas, seja juridicamente, seja nas concepções sociais como criminosas. Também não se trata de um desabafo para provar a maior ou menor incidência de crimes nessa localidade, nem tampouco a correlação entre criminalidade e pobreza. Longe de qualquer abordagem patologizante, o depoimento desta moradora mostra apenas o que Foucault nos alertou enquanto intelectuais: que as massas não necessitam de nós para saber; ao contrário:

essa consciência, há muito tempo que eles a possuem, mas ela não tem os meios de se expressar. O conhecimento, as reações, as indignações, a reflexão sobre a situação penitenciária, tudo isso existe, no nível dos indivíduos, mas ainda não aparece.¹⁵¹

Isto quer dizer que essa população, embora empobrecida e, por vezes, marcada pela privação absoluta e pelo abandono, “não são meros objetos de políticas públicas que fazem com que percam o estatuto de sujeito: sujeito que não pensa além do que

¹⁵⁰ Depoimento de uma moradora do bairro Morumbi concedida em entrevista em outubro de 2010.

¹⁵¹ FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

permite o instinto de sobrevivência, não cria cultura, não reage. Não se revolta.”¹⁵². Ao contrário, essas pessoas sabem o que falam, e, mais ainda, quando precisam “se calar”. Elas conhecem a realidade de exclusão em que estão inseridas, e elas mesmas escolhem a forma como querem interpretar a vida delinquente ou honesta.

Escolha, destino, sina? Consequência de uma vida sob o signo da pobreza ou circunstância trágica da vida? Para Alba Zaluar, as interpretações acerca das fatalidades que acometem a pessoa pobre que entra no mundo do banditismo têm várias nuances: o que era considerado sina ou destino passa a dar espaço à liberdade de escolha individual – o que diferencia moralmente os pobres entre os que gostam de trabalhar e os que não gostam, entre os trabalhadores e os vagabundos.¹⁵³

Para a antropóloga, esses que “optaram” pelo banditismo

não são reformistas, nem revolucionários. Não lutam por relações mais justas entre ricos e pobres, fortes e fracos. Suas ações podem ser interpretadas como uma mistura de resistência à sociedade capitalista sob a forma de recusa ao trabalho destinado à população pobre a participação num dos mais rendosos comércios de que se tem notícia na sociedade capitalista. Mas de pobres revoltados a membros menores de uma gigantesca rede de crime organizado, estes bandidos pobres ainda tem longo percurso a fazer e repetem em si mesmos todas as ambiguidades do bandido anotadas por Hobsbawn.

Se não são reformistas nem revolucionários, quem são eles? Que tipos de crime cometem? Quais as suas ambiguidades? Ao analisar os dados divulgados nos últimos anos pelo DEPEN, constatei que o perfil dos presos no Brasil varia de região para região, mas numa perspectiva geral, a maioria cumpre pena por furto simples, furto qualificado ou roubo simples, e são ainda os crimes mais cometidos na atualidade. Isto significa dizer que quase metade dos presos do Brasil está atrás das grades por ter cometido roubo. Mas um dado interessante é que o tráfico e uso de entorpecentes (classificado como crime contra a saúde pública), um fenômeno da década de 60, é o crime que mais cresceu nas últimas décadas, triplicando o número de condenações, fazendo desse crime a segunda maior razão para as prisões. Dados do Instituto Elo –

¹⁵² ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

¹⁵³ Ibid.

Departamento de Monitoramento de Projetos¹⁵⁴ mostram que, assim como na maioria das cidades brasileiras, em Uberlândia o roubo e o tráfico ilícito de drogas constituem os tipos de delitos mais cometidos pela população carcerária:

Tabela 5 – Tipos de delitos cometidos

Tipos de Delitos Cometidos 1		
Tipificação	Frequência	Percentual
Roubo	147	42,6%
Latrocínio	0	0,0%
Furto	51	14,8%
Tráfico Ilícito de Drogas	90	26,1%
Homicídio	12	3,5%
Tentativa de Homicídio	3	0,9%
Estupro	4	1,2%
Atentado violento ao Pudor	1	0,3%
Estelionato	1	0,3%
Falsificação de documentos	2	0,6%
Porte e posse ilegal de armas	12	3,5%
Outros	18	5,2%
Não respondeu	4	1,2%
Total	345	100,0%

Fonte: Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos.

Na região leste, especificamente, segundo depoimentos de policiais que fazem a ronda na região¹⁵⁵, cerca de 70% dos crimes refere-se ao tráfico ilícito de drogas, ficando em segundo plano os homicídios – estes, ou por razões passionais ou por questões relacionadas a dívidas do tráfico ou delação. Nesse sentido, os delitos cometidos nessa região referem-se, sobremaneira, ao tráfico de drogas. Por esta razão, torna-se importante compreender quem são essas pessoas que praticaram ou praticam este delito, tendo no tráfico de drogas de varejo sua principal ocupação.

Mas quem são esses que veem no tráfico de drogas de varejo uma oportunidade para se ascenderem socialmente e, assim, “livrarem-se” da miséria de onde a maioria advém? Conseguem, de fato, se enriquecer? Adquirem poder, reconhecimento social, ainda que às avessas? Esses são, em sua maioria, crianças e adolescentes, que desde muito cedo aprendem, inclusive em família, a lidar com o crime do tráfico de drogas e outros tipos de ilegalidade. Segundo Alba Zaluar, é muito recente o fato de crianças se

¹⁵⁴ Dados divulgados pelo Instituto Elo – Departamento de Monitoramento de Projetos em parceria entre a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), por meio da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), agosto de 2011, p.18.

¹⁵⁵ Em setembro de 2011 dois policiais que trabalham na Patrulha Escolar na região leste, em Uberlândia, concederam uma entrevista para a pesquisa. O objetivo era que relatassem a rotina dos policiais que trabalham nesta região e dos moradores que vivem no entorno prisional.

envolverem neste crime específico, e “é a própria família que inicia a criança no crime para explorá-la na autoria de crimes pelos quais ela não poderá ser imputada, mas que renderão um bom dinheiro para o adulto que assim a explora.”¹⁵⁶

Mas nem sempre esses meninos e adolescentes são inseridos nos ilegalismos do tráfico de drogas de varejo com o consentimento familiar. Muitas vezes é por presenciar as atitudes em casa que começam a aprender e a se envolver neste caminho, muitas vezes sem volta. Em agosto de 2010 uma mãe de um ex-aluno da escola que atualmente está preso por tráfico de drogas, em entrevista assim relatou:

Meu esposo era muito violento. Misturava bebida com droga e chegava em casa brigando muito, falando que ia matar todo mundo. Meu filho via aquilo, e sempre ficou revoltado. Com cinco anos ele aprendeu a fazer o que o pai fazia. Ele só tinha cinco anos! Ele lembra, eu não sei se ele esqueceu, mas até um tempo atrás ele se lembrava de tudo o que ele via o pai fazer: chegar em casa bêbado, doidão... Quebrava tudo, uma confusão! (Dona Izabel, 2010)

O depoimento de dona Izabel, moradora há dezesseis anos no bairro Morumbi, na cidade de Uberlândia, confirma o que Zaluar também concluiu ao analisar o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. De acordo com as entrevistas da antropóloga com moradores da favela carioca, nos dias de hoje são os menores que começam a dominar o mundo do tráfico, “pois os mais velhos estão presos, têm o nome marcado e são conhecidos da polícia ou vivem fugindo.”¹⁵⁷

O que se pode perceber é que essas crianças e adolescentes, alvos fáceis de traficantes de drogas, por ser inseridos desde muito cedo na criminalidade, vão adquirindo certa banalização pelas ilegalidades, tornando-se até mais cruéis do que seus pais o foram. Em abril de 2011, Rogers Marlon Wendel, um jovem voluntário na Missão CENA¹⁵⁸ que trabalha com os marginalizados da região do centro de São Paulo, conhecida como Cracolândia¹⁵⁹ ou Boca do Lixo, esteve na escola onde trabalho para conversar com os meninos e meninas entre seis e doze anos sobre os perigos das drogas e a relatar o que vivenciou na Cracolândia, ajudando pessoas que se tornaram

¹⁵⁶ ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

¹⁵⁷ Ibid. p.75.

¹⁵⁸ CENA – Comunidade Evangélica Nova Aurora

¹⁵⁹ O termo **cracolândia** é derivado de “crack”, uma droga feita de cocaína e bicarbonato de sódio. Cracolândia é um local onde dependentes químicos do crack costumam se reunir para utilizar, trocar e comercializar a droga. A cracolândia mais famosa é a existente numa área do centro de São Paulo, entre as avenidas Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líberty e Mauá. Disponível em <http://www.infoescola.com/drogas/cracolandia/> Acessado em 18jun/2013.

dependentes do crack, excluídas e abandonadas. Quando terminou, perguntamos ao jovem quais eram as impressões que os meninos haviam deixado, e ele assim disse:

Fiquei assustado. Não que eu desconhecesse a realidade de crianças inseridas diretamente no tráfico de drogas ou sofrendo pelas consequências de um mundo de tráfico à sua volta, mas pela irônica liberdade e ciência com que abordavam o tema. Para elas, aquela realidade é a única realidade possível e então, deve ser encarada como possibilidade. Isso me assustou. Crianças que não sabem sonhar com outra possibilidade, pois não conhecem de perto alguém que teve alguma outra. Como se acreditassem que o destino está traçado e por tal acreditar, com poucos anos de vida, cambaleiam perrengues, desiludidas e cansadas de lutar por outro destino. Não há, para muitos deles, caminho de vida que não passe pela encruzilhada da droga, do tráfico e eles, crianças, encaram com naturalidade o “curso da vida”. (Rogers Marlon Wendel)¹⁶⁰

Ainda que as impressões do jovem refiram-se, especificamente, à inserção desses pequeninos no tráfico de drogas de varejo, não é apenas o envolvimento neste tipo de ilegalidade podem tornar as crianças e adolescentes insensíveis, violentos e, até mesmo, cruéis. O cotidiano de abandono, de maus tratos, a independência prematura e o afastamento da vigilância parental são fatores que contribuem sobremaneira para que suas infâncias sejam interrompidas, “roubadas” e perversamente substituídas por uma dura luta pela sobrevivência.

Nesta luta, ciclicamente vão reproduzindo o que gerações passadas vivenciaram. Muitas destas crianças foram concebidas na adolescência de seus pais, envoltos na trama do tráfico de drogas, do banditismo, da violência, da vida desregrada e miserável. Quando chegam à escola, reproduzem com grande intensidade as ambivalências de um cenário familiar complexo, onde versões de amor e abandono são protagonizadas por pais adolescentes “sem terra, sem casa, sem trabalho, sem alimento”, [...] os quais terão agora que enfrentar “situações diárias que ameaçam não só seus corpos – território último do despossuído – mas, simultaneamente, seus vínculos e subjetividades.” (VICENTE, 1998, p.54)¹⁶¹.

¹⁶⁰Rogers Marlon Wendel é um jovem de vinte e oito anos que participa ativamente de organizações e movimentos sociais que trabalham a questão da juventude, inclusive as relacionadas ao tráfico e dependência de drogas.

¹⁶¹VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

Muitos depoimentos de crianças e adolescentes que chegaram a mim nesses últimos quatro anos, além das observações em atendimento aos pais na ambiência escolar, tornaram-se importantes para que tal assertiva se configurasse como um dado científico e histórico. Muitas sofrem o abandono, a violência, os maus-tratos, o abuso sexual, enfim, meninos e meninas que são “combatidos e combalidos pelas forças materiais e imateriais dos adultos” ¹⁶². Em sua maioria, fazem parte de uma rede interminável de assujeitamentos: enquanto crianças são vítimas e quando se tornam adultas, reproduzem a vida pueril de maus tratos agora como algozes. Uma outra configuração de “zona cinzenta” , onde vítimas e algozes se confundem, se misturam e ambigualmente se revelam.

¹⁶²PASSETI, Edson. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

CAPÍTULO 2: OS FILHOS DE ELIS: A PRECOCE ENUNCIAÇÃO DA TRAGÉDIA

“ ... querer conhecer mais sobre a trajetória histórica dos comportamentos, das formas de ser e de pensar das nossas crianças, é também uma forma de amá-las todas, indistintamente melhor.”
Mary Del Priore¹⁶³



Figura: Jogos Infantis – Pieter Bruegel - Kunsthistorisches Museum, Viena.¹⁶⁴

¹⁶³PRIORE, Mary Del. (Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 17.

¹⁶⁴Mais de oitenta jogos são identificados neste quadro renascentista, e um olhar atento permite perceber que a obra mostra crianças sem expressão facial, trajadas como adultos, que deixam muito cedo as brincadeiras para ingressar em um mundo de trabalho e responsabilidade. Contudo, elas estão dedicando-se a jogos e brincadeiras, numa postura que, aparentemente, contradiz a sisudez dos rostos e vestimentas. E pode indicar, numa primeira análise, o limite estreito entre ser criança e deixar de sê-lo.

2.1 Sombras e marcas da/na infância

A concepção de infância ou, as concepções de infância são construções históricas e culturais elaboradas há poucos séculos e, como sabemos, não são universais. Os estudos históricos que se utilizaram de fontes historiográficas como a iconografia religiosa e leiga da Idade Média, os diários de família, os dossiês familiares, cartas, registros de batismo e inscrições em túmulos, inauguraram os primeiros trabalhos sobre a infância, com destaque para os de Philippe Ariès, os quais apontaram o lugar e a representação da criança na sociedade dos séculos XII ao XVII.

Philippe Ariès é considerado o precursor da história da infância. Em sua obra *História social da criança e da família*,¹⁶⁵ publicado pela primeira vez na França em 1960, chegando ao Brasil nos anos 70, Ariès elabora uma tese firmada numa cronologia linear específica para o surgimento da noção de infância: o século XVII. Em seus estudos, o autor irá mostrar como as crianças com mais de sete anos, neste período histórico abrangendo os séculos XII ao XVII, foram tratadas: reconhecidas como pequenos adultos se vestiam como os adultos, tinham uma participação ativa em festas e reuniões, não eram excluídas das conversas vulgares e das brincadeiras grosseiras do mundo adulto nem eram censuradas dos jogos sexuais. Isto acontecia, segundo Ariès, porque não havia uma ideia de infância em que se acreditasse na possibilidade da existência de uma inocência pueril, ou na diferença de características entre adultos e crianças.

Para o historiador, a construção do sentimento de amor pelas crianças foi, durante muitos séculos, despercebido, sufocado, chegando mesmo a não existir. Antes do século XVII, a trajetória da criança era marcada pela discriminação, marginalização e exploração. As crianças eram submetidas e preparadas para suas funções dentro da organização social, e o desenvolvimento e aprimoramento de suas capacidades acontecia com base nas relações que mantinham com os mais velhos.

A partir dos sete anos a criança estaria apta para ser inserida na vida familiar e no trabalho. Os registros de Ariès mostram séculos sombrios, com um índice altíssimo de mortalidade e de práticas de infanticídio. As crianças doentes, frágeis, geniosas, eram abandonadas e substituídas por outras sem nenhum sentimento, na intenção de

¹⁶⁵ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

conseguir um espécime melhor, mais saudável, que pudesse corresponder às expectativas familiares e de uma sociedade que estava se organizando em torno de uma perspectiva utilitarista da infância. Só no século XVII, segundo o historiador, mudanças significativas com relação ao cuidado com a criança vão acontecer. A interferência dos poderes públicos e a preocupação da Igreja em não aceitar passivamente o infanticídio deram origem a medidas para salvar as crianças da mortalidade precoce.

Segundo os estudos de Ariès, a partir do século XVII, afeição e privacidade passam a ser as duas principais ideias que nortearão o significado de infância. A família burguesa começa a ter uma nova maneira de olhar e entender a infância, num contexto onde a fecundidade passou a ser controlada, as condições higiênico-sanitárias tiveram uma considerável melhoria, e os índices de mortalidade começaram a recuar. Nessa época, a criança passou a ser vista como sujeito infantil, carente de mimos e afetos e merecedora de proteção. Segundo Ariès, a família nuclear, conservadora, torna-se símbolo da continuidade parental e patriarcal, marcando a relação pai, mãe e criança. Os pais começam a se encarregar de seus filhos e, por consequência, surge a necessidade da imposição de regras e normas nesta nova forma de educar, para esta também nova sociedade que emergia – a sociedade moderna.

Com a evolução das relações sociais que se estabelece na Idade Moderna, a criança passa a ter um papel central nas preocupações da família e da sociedade. Ao perceber a criança como um indivíduo, diferente do adulto, a sociedade se organiza com base nesses laços afetivos que, segundo Ariès, tendem a ser fortalecidos. Os adultos começaram a entender “a particularidade da infância e a importância tanto moral como social e metódica das crianças em instituições especiais, adaptadas a essas finalidades.”

¹⁶⁶A escola passa a ser vista como lugar de socialização: um cenário de competências sociais e morais que deveria ajudar a criança a enfrentar o universo dos adultos, sendo considerada, neste momento histórico, como um indivíduo social, dentro da coletividade.

A proposta de educação e moralização das crianças surge como forma, também, de combater a papirização, considerada agora como prejudicial, pois tornava as crianças mimadas e mal-educadas. Educar com o intuito de que esses pequeninos se tornassem pessoas honradas, homens racionais, passa a ser a tarefa dos colégios. A criança deixa de ser divertida e agradável para se tornar “educável”. De uma inexistência sentimental

¹⁶⁶ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981, p.193.

para uma aproximação afetiva entre pais e filhos, surge o sentimento de amor pelas crianças.

2.2 Outras infâncias...

Sem negar a contribuição dos estudos historiográficos de Philippe Ariès para a compreensão do que seja infância no decorrer dos séculos, especificamente na passagem da Idade Média para a Moderna, o delineamento cronológico quanto ao início do sentimento de amor pela infância foi muito criticado por outros autores. Segundo Corazza,

[...] há unanimidade em reconhecer que Ariès não somente abriu um novo caminho de pesquisa [...] como estabeleceu um grupo de categorias para trabalhar este novo objeto “infância – como as de ‘descoberta’, ‘invenção’, ‘conceito’, ‘natureza’, ‘consciência’, ‘sensibilidade’, ‘sentimento’ -, as quais, se foram e prosseguem sendo constatadas, refutadas, revisitadas, por isso mesmo, incitaram a produção discursiva que constitui esse novo campo epistemológico.

Uma das críticas mais contundentes sobre o trabalho de Ariès refere-se às fontes historiográficas por ele utilizadas. Para muitos autores, se extrapolarmos os documentos da intimidade dos quais Ariès lançou mão para compreender o surgimento da infância e do sentimento de amor por ela, e analisarmos os documentos públicos da época (legislação, relatórios, notícias na imprensa) – documentos estes que vão além das questões de foro individual, mas incidem sobre questões sociais, encontraremos outras infâncias.

Moysés Kuhlmann Jr., em sua obra *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*,¹⁶⁷ aponta novas interpretações para a infância em períodos anteriores, contrapondo-se à proposição de Ariès. O autor critica a percepção generalizante e linear de Ariès acerca do assunto, uma vez que a pesquisa do historiador francês se fundamentaria em fontes de famílias abastadas, sem levar em consideração as fontes históricas populares, com poucos registros, devido à precariedade das condições econômicas.

Na perspectiva de Kuhlmann Jr, a história apontada por Ariès é uma história de meninos ricos, confirmando uma educação diferenciada às duas infâncias: a da criança

¹⁶⁷ KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

pobre e a da criança rica. Para este autor, a percepção da infância pelos adultos existia em idades mais remotas. Havia a preocupação com sua sobrevivência, sua educação, sua religiosidade, com os cuidados com o seu corpo, com sua alimentação, sua aprendizagem. Nos dizeres de Kuhlmann Jr,

O sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram. Em livros escritos pelos historiadores Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon (...), fartamente ilustrados com pinturas e objetos, arrolam-se os mais variados testemunhos da existência de um sentimento da especificidade da infância naquela época.¹⁶⁸

Sarat também critica a historiografia de Ariès sobre o surgimento da infância com um marco definido – o século XVII. Para a autora, a infância sempre existiu, inclusive em algumas sociedades primitivas que já haviam iniciado os processos de separação de atividades de adultos e criança:

A infância, como uma fase da vida humana, tem sido discutida sob vários enfoques. Muito além de ser apenas um período definido biologicamente como parte do início da vida, a infância é uma construção cultural, social e histórica, definida em cada período por diferentes representações. Nesse sentido, podemos apontar que, desde Platão, que via na infância um período de ausência de racionalidade e considerava a criança “de todos os animais o mais intratável, na medida em que seu pensamento, ao mesmo tempo cheio de potencialidades e sem nenhuma orientação reta ainda, o tornava o mais ardiloso, o mais hábil e o mais atrevido de todos os bichos” (PLATÃO apud GAGNEBIN, 1997, p.85), passando por Santo Agostinho, que via a infância como um “mal necessário”, até chegarmos aos períodos em que ela passa a fazer parte das preocupações da sociedade adulta, temos um longo caminho.¹⁶⁹

Nesse sentido, apesar da contribuição da historiografia internacional para a história da infância, incluindo-se a de Philippe Ariès, não se pode negar que ela nos serve de inspiração, e não de bússola, como afirma Mary Del Priore na apresentação do livro *Histórias da criança no Brasil*¹⁷⁰. Para a autora,

¹⁶⁸ KUHLMANN, JR. M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998, p.22.

¹⁶⁹ Ibid. p.2.

¹⁷⁰ PRIORE, Mary Del.(Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

Não poderíamos tampouco incorporar as teses de um epígono americano de Ariès, Lloyd de Mause, para quem a história dos pequenos seria apenas um catálogo de barbáries, maus tratos e horrores. No que diz respeito à história do Brasil, encontramos de fato, passagens de terrível sofrimento e violência. Mas não só. Os relatos de naufrágios da Carreira das Índias retratam dolorosas separações entre pais e filhos. Os testamentos feitos por jovens mães no século XVII não escondem a preocupação com o destino de seus “filhinhos do coração”. Os viajantes estrangeiros não cessaram de descrever o demasiado zelo com que, numa sociedade pobre e escravista, os adultos tratavam as crianças. As cartas desesperadas de mães, mesmo as escravas analfabetas, tentando impedir que seus rebentos partissem para a Guerra do Paraguai, sublinhavam a independência e os sentimentos que se estabeleciam entre umas e outros.¹⁷¹

Comparando a historiografia internacional com a do Brasil, é possível afirmar que não podemos compreender a infância no singular. Não existe uma única infância, universal, modelar. Existem infâncias, ainda que se considere o mesmo tempo-lugar. Não existe somente a infância rica e a infância pobre, pois as crianças não podem ser categorizadas apenas por sua condição social e econômica.

O livro organizado por Mary Del Priore – *História das crianças no Brasil*¹⁷² – nos apresenta uma variedade de infâncias, com histórias bastante diversificadas sobre as crianças brasileiras: a da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império, a das crianças nas embarcações portuguesas no século XVI, da criança esquecida das Minas Gerais, das crianças de elite durante o Império, das crianças escravas, das aprendizes de guerra, das crianças criminosas, das crianças indígenas, das crianças operárias, das crianças carentes, das crianças trabalhadoras, das crianças dos canaviais, enfim, das crianças que estão em toda parte: “ (...) seu destino é variado. Há aquelas que estudam, as que trabalham, as que cheiram cola, as que brincam, as que roubam. Há aquelas que são armadas e, outras, simplesmente usadas. Seus rostinhos mulatos, brancos, negros e mestiços desfilam na televisão, nos anúncios da mídia, nos rótulos dos mais variados gêneros de consumo.”¹⁷³

Mas, ainda que as categorizemos desta forma, são apenas crianças. Elas sonham, brincam, confabulam, sentem medos, têm esperanças, às vezes se entusiasmam, por hora desistem. Se pobres ou ricas, trabalhadoras ou criminosas, operárias ou indígenas, não se limitam aos rótulos que lhes damos. Nesse sentido,

¹⁷¹Ibid. p. 11.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ PRIORE, Mary Del.(Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p.7.

apesar desta pesquisa lançar mão de uma categoria específica – crianças pobres cujos pais ou parentes próximos estão na prisão –, não se deve esquecer de que elas são, sobretudo, crianças.

2.3 A infância abandonada e estigmatizada

O foco deste capítulo é a esta infância: crianças maltratadas, exploradas, abandonadas. Crianças que todos os dias sofrem diferentes formas de agressão, sobretudo de seus familiares. Crianças que desde a tenra idade são expostas a situações de perigo e de algum tipo de ilegalidade. Crianças que vivenciam sentimentos diversos ao ter um parente próximo, querido ou não, na prisão. Crianças que também passam a assimilar as práticas prisionais depois do encarceramento de seu parente, com maior rigor se for o pai, a mãe ou o irmão. Crianças que, de maneira precoce, deixam de ser crianças.

Ocupo-me em abordar trajetórias de crianças que, em sua maioria, ao terem um parente próximo recluso, enfrentam situações de risco, de maus tratos, de isolamento, submetidas às ações totalitárias, tanto da família quanto do Estado, conforme o sentido dado por Hannah Arendt¹⁷⁴, destituídas dos direitos que deveriam fazer de seu universo “um mundo eminentemente infantil, um mundo onde realidade e o caráter lúdico da convivência com os outros se encontrassem entrelaçados em uma unidade indissociável”.¹⁷⁵ Mas, ao contrário, essas crianças, cujas vidas estão desnudadas de todo tipo de proteção, ainda que garantidos os direitos por Lei, dão testemunho, em forma de trágicas narrativas, de que suas vidas foram relegadas à condição de meras vidas, de zoé.

Minha experiência profissional como pedagoga, ao longo de anos de contato e convívio com essas crianças, instigou-me a buscar compreendê-los em sua subjetividade – quem são esses meninos e meninas, como se sentem quando um parente próximo é encarcerado e como reagem às práticas criminais parentais. Embora num primeiro momento minhas inquietações se restringissem ao desenvolvimento escolar, que apresentava profundas alterações quando enfrentavam a reclusão do parente próximo,

¹⁷⁴ ARENDT, Hannah. Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão. In: **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54**. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 347-380.

¹⁷⁵ ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: **O massacre dos inocentes**. São Paulo, 2008.

percebi que as interpretações pedagógicas não seriam suficientes para compreender essas questões que não só adentravam a escola, mas também ultrapassavam seus muros.

O título do capítulo faz referência à história de dona Eli – mãe de seis filhos, mulher sofrida pela perda temporária de seu menino de apenas seis anos. Ao ser flagrado com drogas na porta da escola, a criança foi encaminhada ao abrigo para menores infratores. Esta mulher também é marcada por outra perda, esta, sem volta: a de seu “outro menino”, morto a pauladas depois de sair do presídio, aos dezoito anos, também vítima do tráfico de drogas.¹⁷⁶ Dona Eli não sofre sozinha, mas estende suas dores aos outros filhos que também terão que conviver com o luto e com a reclusão do irmão.

Filhos de Elis – eles representam os milhares de sujeitos-crianças que sofrem com o encarceramento de um parente próximo, e passam a assumir, junto aos adultos, a prisionização secundária: assimilam as práticas e dispositivos prisionais, perturbam-se com a situação de reclusão, banalizam as ilegalidades e desenvolvem comportamentos os mais diversos possíveis, como agressividade, apatia, bloqueios na aprendizagem, inquietação, indiferença, cinismo. Além desses comportamentos, esses sujeitos-crianças desenvolvem sentimentos diferenciados: tristeza, medo, abandono, inconformismo. Sentimentos que, na fala de muitas crianças, são enunciados pelo termo “tragédia”.

Essas crianças levam para a ambiência escolar parte de suas vivências familiares, de seus credos, de seus medos, de suas angústias, de suas alegrias, de seus fracassos ou sucessos. Assim, reinventam suas experiências a partir da convivência com colegas e professores. Isto faz da escola um espaço privilegiado para se compreender os discursos produzidos em torno desta infância pobre¹⁷⁷, inserida precocemente numa trama perversa de ilegalidades, maus tratos, abandono, abuso sexual e moral.

Dezenas de testemunhos de crianças que chegaram a mim nesses últimos seis anos, além das observações em atendimento escolar como orientadora educacional, instigaram-me a tentar compreender esta rede interminável de assujeitamentos: enquanto crianças, são vítimas e quando se tornam adolescentes ou adultas, reproduzem

¹⁷⁶ Este acontecimento foi informado a mim pela mãe, dona Eli, em situações de conversa na Sala de Orientação Educacional, em março de 2008. O filho mais velho havia sido morto ao sair do Presídio Jacy de Assis, em dezembro de 2007.

¹⁷⁷ O termo “infância pobre” será utilizado ao longo do capítulo, fazendo referência às crianças empobrecidas que, para além da destituição de bens materiais e simbólicos, são carentes de afetos, de proteção e amparo. Isto porque, nem sempre, a criança que é desprovida de bens materiais e culturais o é de carinho, cuidados e de uma ambiência familiar que a proteja.

os maus tratos agora como algozes. Outra configuração de “zona cinzenta”, retomando a noção-metáfora de Primo Levi, onde vítimas e algozes se confunde, se misturam e ambigualmente se revelam.

Frente a essa realidade, algumas questões se impuseram: quais os discursos produzidos socialmente sobre esta infância pobre, esta criança que tem um parente recluso, envolvendo-a nesta rede de assujeitamentos sem fim? Quais os significados destes discursos que procuram excluir essas crianças do convívio social e justificar, por meio da ambiência em que vivem e dos parentes que possuem a indignidade de não serem como as demais? Como esses discursos produzem tipos de saberes, inclusive os pedagógicos, que não só instituem certo tipo de criança como também nos ensinam como devemos lidar com elas e quais estratégias visam governá-las e discipliná-las?

Refletir sobre a infância dessas crianças pobres, marcadas pelas experiências adversas de vida e de morte, de miséria, de abandono, de maus tratos e perversidades, estigmatizadas quando um parente próximo vai para a prisão, levou-me a romper com interpretações que me conformavam aos discursos dominantes sobre esta infância. Por isso, assumi outro registro: saindo “em busca de novas perspectivas, coloquei-me num outro ponto focal e eduquei-me para olhar de outra maneira aquilo que eu não podia ver senão com as velhas e confortáveis lentes”.¹⁷⁸

2.4 Fazer viver e deixar morrer: a infância pobre e as tipologias de poder

Uma das grandes contribuições de Michel Foucault para esta pesquisa foi a compreensão de dois conceitos fundamentais: biopolítica e tanatopolítica. Enquanto a primeira refere-se ao cálculo e gestão do poder sobre a vida, a outra diz respeito ao cálculo e gestão do poder sobre a morte. No primeiro volume de *História da Sexualidade*,¹⁷⁹ Foucault escreve que nos tempos da Roma Antiga aparece uma figura importante: o *pater familias* (o mais alto estatuto familiar na Roma Antiga; sempre uma posição masculina) que exercia o *pater potestas* (o poder do pai, o poder de um chefe de família, não só pai de seus filhos, mas pai de sua mulher, de seus escravos e de todos aqueles que a ele se submetiam e se subjugavam). Esses subjugados colocavam a sua vida e a sua possibilidade de morte nas mãos desse indivíduo, o *pater familias*. O poder que ele exercia dava-lhe autoridade de administrar a morte e a vida do outro.

¹⁷⁸ BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e Maquinarias**, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

¹⁷⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber** (1976) Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

Com o passar do tempo, este poder foi-se transformando num poder absurdo e, por isso, questionado pela sociedade jurídica em sua interioridade, deixando, então, de existir enquanto radicalidade de ação contra a vida do outro nas formas de governo democráticas. Uma vez que devesse ser feito para o bem, esse poder passou a se realizar no sentido de preservar a vida do outro. Em outras palavras, este poder sobre a morte, iniciado na sociedade moderna, dá lugar, na contemporaneidade, ao poder sobre a vida. Não é mais a gestão da morte do outro que entra em vigência, mas o que pode ser feito com a vida do outro. Uma maneira sutil de gerir os modos de vida. E são os mecanismos de controle sobre esta vida que irão permitir que o poder se exercite. A cultura, a educação, a medicina, a indústria da imagem, da alimentação, a estética, o uso que fazemos da nossa sexualidade, a ordem dos discursos, o governo, as instituições (quaisquer que sejam), a maneira como controlamos, dentro de uma estrutura social, a existência dos nossos pobres, tudo isso vai se inserindo numa vasta rede de relações e dispositivos que Foucault chamou de biopoder.

Se na tanatopolítica o *pater familias* tinha autoridade sobre seus subjugados, podendo fazer uso do *gladio*, da espada, para decidir sobre a morte do outro, na biopolítica este poder decidirá sobre a vida, sobre a gestão desta vida. É na biopolítica que a vida passa a ser calculada e administrada pelo poder. Essa vida, pertencente e capturada pela biopolítica, passa a ser tratada como valor ou desvalor, dependendo de que vida está sendo gerida.

Todavia, mesmo que a biopolítica seja o cálculo que o poder faz sobre a vida, ainda há, na contemporaneidade, a gestão sobre a morte. A tanatopolítica não foi eliminada, mas sutilmente reconfigurada. Apesar de Foucault ter iniciado a elaboração da teoria da biopolítica em sua obra *História da Sexualidade*, e não ter podido continuá-la: faleceu antes de terminar a pesquisa, Giorgio Agamben retomou a discussão da tanatopolítica em *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*¹⁸⁰. Em suas análises, apresenta um caminho interessante para se pensar a tanatopolítica nos dias atuais. Para o filósofo italiano, não é qualquer vida que estará subjugada pelas relações de poder. O cálculo que o poder faz sobre a vida é um cálculo muito específico sobre um tipo de vida: é a vida que se isola da política, descontextualizada da polis, a vida *zoé*, a mera vida.

¹⁸⁰AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 .

Essa mera vida, a vida nua, são as apresentações, as aparições de uma corporeidade que não entrou na esfera política. Um corpo que vive dentro da nossa cultura, mas estranhamente isolado e não pertencente a ela. São os que estão dentro, mas ao mesmo tempo fora, são os “hiatos” da existência, aqueles que chamamos de “excluídos”. A tanatopolítica é a gestão da morte dessa vida nua, dessa vida *zoé*.

Ao longo da história, essa mera vida sempre foi manipulada, controlada, gerida, para deixar viver ou morrer. Todavia, administrar esta vida para a morte não tem, na contemporaneidade, as mesmas significações daquelas presentes nas sociedades antigas. As formas de eliminação desta vida são sutis, não inscritas juridicamente: não precisamos assinar nenhum documento que autorize a morte do outro. Não há responsáveis; eles são invisíveis. Deixamos morrer, todos os dias, as crianças famintas, os mendigos na rua, os bandidos nas prisões, os loucos nos manicômios, os doentes nos hospitais, os soldados em guerra, os chefetes¹⁸¹ do tráfico, a prostituta da esquina. Meras vidas. Vidas geridas pelo exercício do poder que visa a aniquilação do outro, mas sem o comprometimento com tal aniquilação. Esta vida nua, portanto, é uma produção específica das relações de poder, e não um dado natural. Para Agamben,

Nem sequer a criança é vida nua: ao contrário, vive em uma espécie de corte bizantina na qual cada ato está sempre já revestido de suas formas cerimoniais. Podemos, por outro lado, produzir artificialmente condições nas quais algo assim como uma vida nua se separa de seu contexto: o muçulmano em Auschwitz, a pessoa em estado de coma etc. [...]. O humano e o inumano são somente dois vetores no campo de força do vivente. E esse campo é integralmente histórico, se é verdade que se dá história de tudo aquilo de que se dá vida. Porém, nesse *continuum* vivente se podem produzir interrupções e cesuras: o "muçulmano" em Auschwitz e o testemunho que responde por ele são duas singularidades desse gênero.¹⁸²

É o *homo sacer* que Agamben apresenta como a figura que carrega dentro de si a vida nua, a mera vida isolada dentro do seu próprio modo de existir. Uma vida que não cabe mais dentro da cidade, mas habita ao seu redor. Continua sendo humano, mas um

¹⁸¹ Chefetes, na linguagem do tráfico, refere-se a chefes sem prestígio ou de autoridade limitada. É a parte inferior de uma rede organizada e hierarquizada de traficantes.

¹⁸² Entrevista com Giorgio Agamben. [Revista do Departamento de Psicologia, UFE](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011), vol. 18 no 1. Niterói Jan/Jun 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011>. Acessado em 27 jun/2012.

humano isolado da ordem, desintegrado da *polis*. Ao ser lançado para fora da cidade por alguma penalidade sofrida, o *homo sacer* está condenado à exclusão dentro da *civitas romana*, ou seja, condenado a viver fora da sociedade, mas ao redor dela. Não pode ser sacrificado, morto, pois já é considerado sacro (impossibilitado de conviver com os outros).

Mas quem define o humano e o inumano? Quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas? São dispositivos de poder que se alimentam, nesta sociedade democrática e profana, de uma ordem de discursos que transforma os meros viventes em figuras manipuláveis, subjugadas, descartáveis, sem valor e, portanto, dignas de morrer. Se, então, a vida nua, *zoé*, se separa de seu contexto de *bios*, mesmo que artificialmente, quem são esses da mera vida? Para Agamben, todos somos *homenes sacer*. Figuras passíveis de morte. Todavia, não é apenas a morte do outro que assisto como espetáculo, mas a possibilidade da minha própria morte.

O sentimento banalizado é de que estamos desprotegidos. A ordem convencional, artificial, inventada pelos homens tendo em vista um bem comum – a preservação da vida – está confusa. O poder de estado de proteger e o poder de polícia de matar – o *pátria potesta* – e o dever de defender a vida se misturam de forma promíscua. Pensar numa proteção da vida é uma ilusão que nos agrada e uma esperança necessária para que a vida em sociedade não se torne insuportável.

A infância pobre está inserida neste contexto de desproteção e isolamento. Os discursos elaborados para assisti-la não são suficientes para ampará-la. Há um flagrante insucesso das instituições “em fazer prevalecer seus objetivos discursivos, o que as reduz ao que são efetivamente: instâncias de produção de sujeitos dependentes e tutelados sobre os quais deita o poder sua voracidade e intolerância.”¹⁸³ E são as infâncias de crianças pobres que entrarão “mais facilmente dentro da mira coletiva e do olhar moralizador da comunidade.”¹⁸⁴ Estas infâncias ficam numa relação de forças e de ajuste de poder: de um lado, grupos profissionais e saberes que lidam com a infância e, de outro, a família, nomeada e instituída, em primeira instância, para protegê-la e ampará-la. Mas, o que fazer, quando nenhuma dessas relações de força, em que o poder

¹⁸³ ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: **O massacre dos inocentes**. São Paulo, 2008.

¹⁸⁴ Ibid.

se exerce, é capaz de oferecer a essas crianças os direitos que lhes são garantidos em lei? Seus testemunhos dão evidência das marcas do abandono e do cenário de desproteção/isolamento e maus tratos que muitas vivenciam. É possível amenizar a dor e fazê-las superar o momento que estão vivenciando?

Segundo Anthony Lake, Diretor Executivo do Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância, centenas de milhões de crianças vivem hoje em favelas urbanas, muitas delas sem acesso a serviços básicos. São vulneráveis a perigos, como a violência e exploração, a lesões, doenças e morte. Para o diretor executivo, a infância está vivenciando um estado de penúria e privação que aflige desproporcionalmente as crianças e as famílias mais pobres e desprotegidas. Além disso, essas crianças que vivem em condições tão desfavoráveis

são a comprovação de uma ofensa moral: o fracasso de garantir seus direitos de sobreviver, prosperar e participar da sociedade. E cada criança excluída representa uma oportunidade perdida – porque, quando não consegue garantir às crianças urbanas os serviços e a proteção que permitiriam seu desenvolvimento como indivíduos produtivos e criativos, a sociedade perde as contribuições sociais, culturais e econômicas que essas crianças poderiam gerar. Precisamos fazer mais para alcançar todas as crianças mais desfavorecidas, onde quer que estejam vivendo, em todos os lugares em que são excluídas e deixadas para trás. Haverá quem pergunte se conseguiremos bancar esse esforço, especialmente em uma época de austeridade em orçamentos nacionais e redução nas alocações de ajuda. Mas, se superarmos as barreiras que vêm privando essas crianças dos serviços de que precisam, e que são seus por direito, teremos muitos milhões de crianças a mais crescendo com saúde, frequentando a escola e vivendo vidas mais produtivas. Será que não conseguiremos bancar esse esforço?¹⁸⁵

A pergunta calorosa de Anthony Lake é, na verdade, a pergunta de milhares de pessoas que anseiam por um mundo mais justo, mais solidário, menos desigual, mais tolerante, sobretudo com nossas crianças. A vulnerabilidade a que são expostas, todos os dias, como vítima ou algoz do crime e da violência, escancaram a ofensa moral coletiva. Essas crianças, todavia, têm nome. Elas carregam uma história, cada uma escrita com a caligrafia do seu abandono, dos maus-tratos sofridos, dos sentimentos recalçados, das experiências de desamparo e solidão.

¹⁸⁵Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf

Apesar de saber que existem centenas de milhares de crianças sofrendo em todo o mundo, conforme relatório do Unicef –, seja por fome, pela pobreza imensurável, pela violência sofrida ou, mesmo, praticada, seja pela exploração do trabalho infantil, seja pelo abandono de quem deveria protegê-las, nesta pesquisa, suas narrativas são audíveis. Seus testemunhos mostram o quão desprotegidas elas estão.

Para as crianças que tem um parente próximo na prisão, de maneira mais grave se for o pai ou a mãe, o sofrimento acontece duplamente: primeiro, por serem desprovidas de bens materiais, de lazer, de uma ambiência de proteção e conforto e, segundo, por terem de lidar com sentimentos, os quais, nem sempre, estão preparadas para enfrentar. Algumas conseguem, mas, outras, terão de conviver com os danos e traumas sofridos. Seus sofrimentos serão como sombras e marcas a assustar ou estigmatizar.

2.5 A infância roubada: uma subtração do ser lúdico

Segundo Passetti, no Brasil do século XX, ao mesmo tempo em que se escancarava a crueldade contra a infância, se legitimava a intervenção do Estado para protegê-la. Foi o século no qual

muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis.(...) A dureza da vida levou os pais a abandonarem cada vez mais os filhos e com isso surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para elevá-las às dimensões de problema de Estado com políticas sociais e legislação específicas.¹⁸⁶

Foi o século que as crianças e adolescentes pobres se transformaram em problema social. Coube ao Estado brasileiro governamentalizar a vida desses sujeitos gradativamente e, sobretudo, com prioridade, por meio de políticas especiais. Se a partir dos anos vinte a caridade misericordiosa e privada, praticada quase sempre por instituições religiosas, cedeu lugar às ações governamentais como políticas sociais, foi só no início dos anos noventa que se instituiu uma lei que regulamentou os direitos das crianças e dos adolescentes, inspirada pelas diretrizes fornecidas pela Constituição

¹⁸⁶PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas. In: **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priorie (org). São Paulo: Contexto, 2004, p.347.

Federal de 1988: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Não há dúvidas que o ECA é a mais avançada legislação¹⁸⁷ para a criança e o adolescente que se criou no Brasil. Uma legislação que trouxe avanços significativos em relação à anterior.¹⁸⁸ Foi a partir da criação deste Estatuto que se inaugurou no país uma forma diferente e nova de se perceber a criança e o adolescente. Uma nova concepção de direitos e deveres pautada na doutrina de proteção integral.

Pela primeira vez, a criança e o adolescente são considerados sujeitos diferentes dos adultos, com direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, colocados (nos termos do direito) a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É também a partir do ECA que a criança e o adolescente ganham a prioridade do direito à convivência familiar e comunitária. Os avanços do novo Estatuto em relação ao Código do Menor são expressos não mais por meio da política da infância dos abandonados e delinquentes, mas através da priorização das medidas de proteção socioeducativa; da garantia do devido processo legal e da defesa ao adolescente a quem se atribua a autoria de ato infracional; da municipalização do atendimento e da integração e articulação das ações governamentais e não-governamentais na política de proteção.

Os termos “criança e adolescente” substituem o termo “menor”: uma tentativa de apagar qualquer referência ao direito penal do menor e à carga discriminatória que se produziu em torno dos sujeitos menores de idade que cometeram atos infracionais. A expressão: – Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – substitui o princípio da “situação irregular”. Uma doutrina que, segundo Saliba,

¹⁸⁷ O ECA foi inspirado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da ONU, em 20 de novembro de 1989. PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas. In: **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priorie (org). São Paulo: Contexto, 2004, p.347.

¹⁸⁸ A legislação anterior refere-se ao Código de Menores, instituído em 1979. “O Código de Menores atualizou a Política Nacional do Bem-Estar do menor, formalizando a concepção ‘biopsicossocial’ do abandono e da infração e explicitou a estigmatização das crianças pobres como ‘menores’ e delinquentes em potencial através da noção de ‘situação irregular’ expressa no artigo 2º.” PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas. In: **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priorie (Org). São Paulo: Contexto, 2004, p.364.

tem como principais características: a divisão da categoria infância em criança-adolescente e menores, sendo os menores entendidos como os excluídos da escola, de saúde e da família; a criminalização da pobreza, tendo como consequência as internações, como privações de liberdade, pelo motivo de carência de recursos materiais e financeiros; não-observância dos princípios básicos do direito e até mesmo constitucionais; tendência a patologizar as situações de natureza estrutural e econômicas; extrema centralização de poder na figura do “juiz de menores”, possibilitando um poder discricional; considerar a infância com objeto-proteção.¹⁸⁹

Uma doutrina que, de acordo com os estudos de Saliba¹⁹⁰ sobre o ECA, permitia que qualquer juiz declarasse em situação irregular a criança e o adolescente que enfrentassem qualquer tipo de dificuldade na vida. A criança e o adolescente são vistos, a partir da Constituição de 1988 e do ECA, como sujeitos de direito, em situação de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do País.

A gestão das crianças e, sobretudo, dos adolescentes, com a criação do Estatuto, passou a ser praticada também, como os demais dispositivos disciplinares e de controle, no campo de relações de poder. Práticas não apenas controladoras, corretoras e normalizadoras, mas também disciplinares, investindo nos corpos, produzindo modelos de proteção social e de segurança desses novos “cidadãos”.

Se os princípios jurídicos estão baseados em regimes de verdade¹⁹¹, e que estes são imanentes às práticas médicas, pedagógicas, econômicas, culturais, sociais e

¹⁸⁹ SALIBA, Maurício Gonçalves. **O olho do poder**: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.24

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Foucault não se preocupa em definir o que é verdade e o que não é, mas questiona por que algumas coisas são consideradas verdades enquanto outras não. Traz as características do nosso próprio regime de verdade. Segundo Foucault, cada sociedade possui seu próprio regime de verdade, ou seja, cada sociedade acolhe um tipo de discurso como verdadeiro. Esse discurso escolhido não está isento de um interesse político ou econômico. Jogos de verdade são o conjunto de regras de produção de verdade, o conjunto de procedimentos que conduzem a um determinado resultado, que pode ser considerado – em função de seus princípios e de suas regras de procedimento - como válido ou não. Quem fala a verdade são indivíduos livres, os quais entram em consenso e estão inseridos em uma determinada rede de práticas e de instituições coercitivas. É também lugar de enfrentamento social e debate político, encarado sob a forma de “lutas ideológicas”, cada lado defendendo seu ponto de vista sem se interrogarem sobre como cada discurso, lado do debate, “constituiu historicamente como experiência - que permitem o homem pensar-se quando se identifica como louco, doente, desviado, trabalhador, como quem vive com quem fala, ou ainda como homem de desejo”. Em Foucault, jogos de verdade são onipresentes, pois são a partir desses que se constroem concepções de possibilidades da constituição dos objetos de conhecimento assim como da possibilidade de modos de subjetivação dos indivíduos. Jogos de verdade não se tratam da descoberta do que é verdade, mas das regras que possibilitam a construção da fala (do discurso) de um

políticas, uma infinidade de operadores qualificados para disparar práticas de governo sobre as crianças e adolescentes através do poder disciplinar e da biopolítica (gestão da vida) passam a ser acionados. O objetivo da intervenção dessas práticas de governo é, como alertou Foucault, tornar os corpos dóceis, produtivos e sadios, expandir as habilidades e a vida, elegendo a família como segmento privilegiado de ação sobre as crianças e os adolescentes.

Essas práticas de governo, porém, não são homogêneas; ao contrário, muitos especialistas responsáveis pelas políticas de proteção às crianças e adolescentes se posicionam de forma divergente, principalmente quando o assunto refere-se à proteção da criança sem a retirada do convívio das famílias de origem. Estas e outras discordâncias relacionadas à gestão da infância e da adolescência apontam para o embate de forças no âmbito dos discursos e das práticas de poder e subjetivação. Se para Foucault não há poder sem liberdade, sem contestação, pode-se dizer que as resistências são efetuadas com base nas mesmas malhas onde se efetua a dominação.

Não há como negar o marco histórico da aprovação do Estatuto frente ao horizonte jurídico anterior. Mas não se pode imputar a um conjunto de leis o poder revolucionário para mudar a realidade de milhares de crianças e adolescentes considerados em “situação de risco”¹⁹². Apesar dos avanços do ECA, condenando qualquer atentado, por ação ou omissão, aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, há ainda uma enorme distância entre o garantido em lei e a sua efetivação prática. Ainda são constantes as denúncias de tortura de adolescentes em conflito com a lei nos centros socioeducativos e outras instituições de internamento – o que revela as relações de poder exercidas sobre o corpo sob a forma de suplício, como apontam os relatórios de direitos humanos nacionais e internacionais do Fundo nas Nações Unidas para a Infância (UNICEF).¹⁹³

sujeito sobre o que é verdadeiro ou falso em relação a certo objeto. [Disponível em: http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/jogos-de-verdade.html](http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/jogos-de-verdade.html). Acessado em 01 abr/2013.

¹⁹² De acordo com o Art. 98 do ECA, a criança e o adolescente estão sob situação de risco quando e sempre que qualquer um de seus direitos fundamentais esteja sendo violado, ameaçado ou esteja sem acesso a eles. A violação, ameaça ou inacessibilidade a esses direitos pode ocorrer por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável. Os Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente estão definidos no Art. 227 da Constituição Federal, sustentada na Doutrina da Proteção Integral, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança _ ONU: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária., ser mantido a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

¹⁹³ Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf

Além das denúncias de tortura contra crianças e adolescentes como principal modo de punição utilizado na atual realidade brasileira por aqueles que deveriam protegê-los, hipoteticamente, pelo ECA, há ainda a prática de suplício pelo extermínio de adolescentes pobres por policiais e grupos paramilitares¹⁹⁴. Milhares de crianças são espancadas, aliciadas, violentadas simbólica e fisicamente, desprotegidas, desnutridas e abandonadas. Essas crianças e adolescentes, se pobres, ganham atenção especial das políticas públicas sob o estigma de serem futuros delinquentes, bandidos em potencial e, portanto, uma ameaça à sociedade. São vistas como vítimas ou algozes de um sistema político-econômico e social que as mantém numa situação de vulnerabilidade, traduzindo-se em medo ou compaixão.

2.6 A enunciação da tragédia

Os novos números divulgados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), datados de dezembro de 2011, dão conta de que o Brasil fechou o ano com um total de 514.582 presos em seu sistema prisional. Diante deste número e considerando a última estimativa populacional do IBGE de 2010, de 190.755.799 habitantes, calcula-se uma nova taxa relativa de presos por número de habitantes: 270 para cada 100 mil no país. Deste número, não se tem estatística sobre os familiares destes presos, nem mesmo sobre os filhos dependentes que uma grande parcela de presidiários deixa aos cuidados de outros parentes ou mesmo de instituições assistenciais.

Este número exacerbado de 514.582 presos não pode expressar os muitos percursos de ilegalidade, os ressentimentos, os sentimentos suicidas, o inconformismo, a vergonha, a violência, o arrependimento, as táticas de fuga, os vínculos esfacelados com familiares, enfim, não dão conta das muitas histórias que cada pessoa traz em sua subjetividade a partir do encarceramento. O número expressa a invisibilidade de cada pessoa agregada à estatística. Por isso, para além das estatísticas, são algumas das histórias destas crianças que tem vínculo com um parente próximo preso que serão relevantes para a compreensão da precoce enunciação da tragédia.

É evidente que, a partir do encarceramento de um parente próximo, sobretudo dos pais, as crianças que deles dependem se tornam vulneráveis em diversas situações,

¹⁹⁴ Para aprofundamento da questão do extermínio de adolescentes pobres no Brasil, ver Sudbrack, U. G. (2004). O extermínio de meninos de rua no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 22-30.

mais ainda quando existe um vínculo afetivo e de convivência entre eles. De acordo com a maioria das pesquisas, com ênfase nas de cunho psicológico e sociológico, o encarceramento dos progenitores acarreta, em grande parte dos casos, separações traumáticas para a criança. Se pobres, terão suas condições materiais de existência ainda mais desprovidas de recursos, situação mais grave nos casos em que o progenitor, pai de família, agora preso, era quem garantia o sustento do lar.

Além das privações materiais e afetivas, o estigma é outro fator que atinge os familiares dos presos, inclusive suas crianças. A condição de presidiário em que o familiar se encontra é estendida às famílias. A palavra estigma, na atualidade, ainda faz alusão ao que significou na Grécia Antiga: uma marca maldita, um sinal de ameaça, uma identidade deteriorada por uma ação social. Para Goffman¹⁹⁵, os estigmas são estabelecidos pela sociedade com base em um modelo de categorias tidas como ideal. A partir deste modelo, as pessoas vão sendo catalogadas conforme os atributos considerados comuns e naturais pelos membros dessa categoria. Quem não se enquadra em tais categorias ou não possui os atributos desejáveis são considerados nocivos, indesejáveis, incapazes e, nos dizeres do autor, desacreditados. Quem demonstra atributos incomuns ou diferentes é pouco aceito pelo grupo social, que não consegue lidar com o diferente. Agindo assim, a sociedade limita e delimita a capacidade de ação dos sujeitos estigmatizados, marca-os como desacreditados; determina assim os efeitos maléficos que este sujeito pode representar. Quanto mais visível a marca, o estigma, menos possibilidade tem este sujeito de reverter, nas suas inter-relações, a imagem formada pelo padrão social.

As crianças que possuem um parente próximo na prisão, principalmente se forem seus pais ou irmãos, também se inserem nesse processo de identificação e estigmatização. Passam a assumir a identidade do parente preso, a carregar consigo a marca maldita e o descrédito social: são reconhecidas como o irmão do traficante, o filho do assassino, o sobrinho do bandido. No caso específico das crianças com as quais lido na ambiência escolar, este estigma, apesar de doloroso, é também compartilhado por muitas outras crianças – o que, de certa forma, permite que se sintam menos

¹⁹⁵Goffman faz referência ao termo “estigma” pelos gregos. O estigma era a marca de um corte ou uma queimadura no corpo e significava algo de mal para a convivência social. Podia simbolizar a categoria de escravos ou criminosos, um rito de desonra etc.. Era uma advertência, um sinal para se evitar contatos sociais, no contexto particular e, principalmente, nas relações institucionais de caráter público, comprometendo as relações sociais. Para maior aprofundamento, ler GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

constrangidas e mais à vontade para contarem sobre o que assimilam a partir do encarceramento.

Na escola aqui pesquisada 40,3% das crianças possuem um parente próximo na prisão (pai, mãe, irmão ou tio) e muitas outras já tiveram algum parente recluso – o estigma que aparece vem disfarçado muitas vezes de proteção e cuidado, rotulando esses meninos e meninas como futuros marginais ou bandidos em potencial. Relatar essas narrativas é a contribuição que espero dar aos pesquisadores que também compartilham as angústias e a indignação para com essa infância roubada e subtraída dos direitos que, em lei, lhe foram/são garantidos.

2.7 Infância: o poço do ser

Na tessitura deste capítulo e, de modo mais específico, no registro das narrativas destas crianças, Gaston Bachelard trouxe-me um importante apoio teórico. Para o escritor francês, para além de uma infância cronológica que se refere a uma fase da vida humana, a infância é também simbólica, e esta “não é uma coisa que morre em nós e seca, uma vez cumprido o seu ciclo. Não é uma lembrança. Ela é o mais vivo dos tesouros e continua a nos enriquecer sem que o saibamos...”¹⁹⁶ Para Bachelard, a infância vê, simbolicamente, o Mundo ilustrado, “com suas cores primeiras, suas cores verdadeiras”. A infância “permanece em nós como um princípio de vida profunda, de vida sempre relacionada à possibilidade de recomeçar”¹⁹⁷.

Por isso, pensar no significado *permanente, durável, vivo e imóvel* desta infância torna-se ainda mais interessante e, ao mesmo tempo, mais trágico. Se, conforme Bachelard, “é na infância que se conhece a infelicidade pelos homens”, será também por meio dela, nos seus devaneios, que haverá a possibilidade de reimaginá-la. Mas quem ajudará a criança traumatizada, estigmatizada, sofreda, abandonada, impossibilitada de devanear? Se na perspectiva bachelardiana a infância nunca abandona suas moradas noturnas, quem visitará o adulto nas noites sombrias e escuras, cujas infâncias lhe foram roubadas?

Para Gaston Bachelard, toda infância é, naturalmente, fabulosa. E, tomando a expressão do autor, não são com as fábulas fósseis, com os fósseis de fábulas que os

¹⁹⁶BACHELARD, Gaston. Os devaneios voltados para a infância. In: **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.130.

¹⁹⁷ Ibid. p.119.

avós contam que vive a imaginação da criança: é nas suas próprias fantasias, “é no seu próprio devaneio que a criança encontra as suas fábulas, fábulas que ela não conta a ninguém.”¹⁹⁸ Então, se a fábula é a própria vida, que diferença faz se uma história inventada por uma criança é um acontecimento ou pura imaginação? Tanto uma quanto a outra evocam o mesmo sentido: a própria vida. Contudo, a fábula tem uma linguagem própria, e para redescobrir a linguagem das fábulas, segundo Bachelard, “é necessário participar do existencialismo do fabuloso, tornar-se corpo e alma de um ser admirativo, substituir diante do mundo a percepção pela admiração. Admirar para receber os valores daquilo que se percebe.”¹⁹⁹

Foi nessa perspectiva bachelardiana que busquei compreender o “existencialismo do fabuloso”. Se crianças são seres fabulosos porque criam suas próprias histórias, que linguagem poderia decifrá-las e interpretá-las? Que valor as crianças agregam a cada história contada ou inventada? Para o escritor francês, compreender as linguagens, “acolher na sua atualidade pessoal a poesia dos devaneios de infância é naturalmente muito diferente dos exames objetivos, tão úteis dos psicólogos da criança. Mesmo deixando falar livremente as crianças, mesmo observando-as sem censura, enquanto elas têm total liberdade de seu jogo, mesmo escutando-a com a terna paciência de um psicanalista de crianças, não se atinge necessariamente a pureza simples do exame fenomenológico”.²⁰⁰

É preciso ir além... Conforme muito bem salienta o autor, é necessário abrir mão de métodos comparativos, tornar a criança incomparável, assim como a mãe vê o seu próprio filho!²⁰¹

Todavia, para Bachelard, somos demasiado instruídos para permitir um olhar menos objetivo e desobrigado de qualquer método comparativo. Nos seus dizeres nós, adultos, empanturramos as crianças de sociabilidade, “preparamo-la para sua vida de homem no ideal dos homens estabilizados. Instruímo-la também na história de sua família”²⁰² e, tragicamente, empurramos no espremedor essa infância-massa para que a criança siga direitinho o caminho dos outros. Em nossa objetividade, por métodos científicos e racionais, tentamos explicar os fenômenos que acometem a infância em suas complexas e profundas nuances. Pretensão demasiada de intelectuais e acadêmicos

¹⁹⁸Ibid. p.113.

¹⁹⁹BACHELARD, Gaston. Os devaneios voltados para a infância. In: **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.101-102.

²⁰⁰Ibid. p.101.

²⁰¹Ibid, p.101-102.

²⁰² Ibid. p.102

que acreditam chegar à compreensão do que se passa na subjetividade humana, quanto mais na subjetividade da infância!

“Crianças, nos são mostradas tantas coisas que perdemos o senso profundo de ver!”²⁰³. Essa é a advertência de Bachelard , que revela um caminho a ser compreendido: “a infância é o poço do ser”.²⁰⁴ Poço, lugar de mistérios, de escuridão, de segredos incontidos, de águas longínquas... Lugar-poço de onde não se espera nada, mas que pode fazer brotar a água que refresca a vida e acalma o ser.

Para conseguir compreender a linguagem das crianças nas narrativas que se seguem, mergulhei no mais profundo do meu ser. Procurei resgatar a infância que permanece em mim como um princípio de vida profunda, conforme sugere Bachelard²⁰⁵, para que, a partir deste olhar-infância me fosse possível exercitar o senso profundo de ver. Ver com outras lentes o invisível, o incontido, o que facilmente não se revela. Ver o mundo em suas cores primeiras, o mundo ilustrado, com suas cores verdadeiras. Ver sem os olhos do adulto míope que escolheu não enxergar.

Se é verdade, então, que “uma criança coexiste conosco numa zona de vizinhança ou num bloco de devir, numa linha de desterritorialização que nos arrasta a ambos – contrariamente à criança que fomos, da qual nos lembramos ou fantasmamos, a criança molar da qual o adulto é o futuro”,²⁰⁶ é nesse devir-criança, marcado pela singularidade do encontro entre as temporalidades da infância e da vida adulta que pretendo me situar. Por isso, o interesse em tentar compreender essa infância marcada pelo estigma – o estigma de ter um parente na prisão – perpassa minha própria infância e ultrapassa as temporalidades: nos anos setenta, meu primo mais velho, filho de um tio com uma mulher com qual ele não se casara, era muito agressivo, mas demasiadamente rejeitado. Iniciou-se nas drogas com apenas dez anos, e sempre se envolvia em situações que o levavam à prisão. Seu pai não se importava, e sempre dizia que queria vê-lo apodrecer na cadeia para que ele aprendesse a lição.

Meu pai era quem o acolhia. Sempre. Ia de bom grado ao presídio todas as vezes que ele era preso. Pagava fiança e não se importava em ajudá-lo. Quando adulto, casou-se e tornou-se pai de dois filhos. Quando ia preso, poucos da família se organizavam para cuidar dos meninos e amparar a mãe, sobretudo financeiramente. Suas idas e

²⁰³Ibid, p.122.

²⁰⁴ Ibid. p.109

²⁰⁵ **Ibid. p.114**

²⁰⁶DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. IV. São Paulo: Editora 34, 1997.

vindas da prisão despertaram em mim sentimentos diversos, mas o maior deles sempre foi o da compaixão.

Além deste primo, eu também convivía com algumas crianças que, ou não conheciam seus pais, ou os tinham na prisão. A convivência com essas crianças se dava porque elas moravam com suas mães-prostitutas, cujos bordeis se localizavam no entorno de onde eu morava. Minha casa era a única da rua, e além de um bar e algumas oficinas, era cercada por muitos bordeis. Todas as noites vislumbrava o movimento dos homens com suas prostitutas, as bebedeiras, a presença intensa da polícia a vigiar e a controlar os que se exaltavam ou se envolviam em alguma briga. Eram muitas as prostitutas que tinham filhos, muitos dos quais não conheciam o pai ou tinham o pai na prisão.

Minha mãe nunca me impediu de com eles brincar. Ao contrário, dizia que o meu amor deveria ajudá-los. Vez ou outra ela levava uma criança pra dentro de casa, dava banho, comida, às vezes o deixava dormir. Os gestos amorosos de meu pai e de minha mãe são devaneios profundos e indeléveis que jamais irão se apagar. Encontrando-me com a criança que outrora fui, recordo-me da compreensão que tinha do distanciamento entre a minha infância e a desses meninos, entre a minha história e a do meu primo, rejeitado pelo próprio pai. Indignação – este era o sentimento que me movia ao perceber a dureza da vida daquelas crianças que sonhavam com um destino melhor. Lembro-me de adentrar aqueles bordeis sujos, iluminados por uma penumbra vermelha que dava sentido àquela ambiência, mas também abrigava um universo infantil, paralelo, escondido da vigilância policial e dos que poderiam denunciar.

Ainda que compreendendo o distanciamento entre as infâncias, estes meninos eram, para mim, apesar dos estigmas que insistiam em marcá-los – pobres, desamparados, filhos de prostitutas com presidiários – simples crianças, exatamente como eu! Continuo a ouvir a advertência de Bachelard: “Ai de quem não pode se lembrar de sua infância, reabsorvê-la em si mesmo, como um corpo no seu próprio corpo, um sangue novo no sangue velho: está morto desde que ela o deixou.”²⁰⁷

Viver de novo a criança que fui, cultivar a criança que habita em mim é condição metodológica *sine qua non* para ousar pensar e escrever sobre as trágicas narrativas das crianças que passaram por mim, seja em que temporalidade for. Porém “só podemos ser tocados pelos objetos aos quais nosso desenvolvimento e nossa história

²⁰⁷BACHELARD, Gaston. Os devaneios voltados para a infância. In: **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.130.

nos tornaram sensíveis, pois lhe atribuímos um significado particular ²⁰⁸ Nesse sentido, a criança que coexiste em mim, bem como os devaneios da minha própria infância constituir-se-ão em uma nova forma de ver o profundo e o velado que significam essas infâncias roubadas, com as quais tive o privilégio e, ambigualmente, a agonia, de conviver.

2.8 A infância e suas trágicas narrativas

Na minha infância tive um olhar carinhoso e atencioso para com as crianças que não tinham família ou que eram rejeitadas pela vizinhança, por alguma questão moral que, na época, eu não compreendia. Lembro-me de sair bem cedo aos sábados, ir à dispensa que meu pai tinha em casa e apanhar vários tipos de alimentos para levar a uma família que morava em uma carreta de caminhão. Não existia a presença da mãe nesse lugar. Viviam o pai com seis crianças. O ambiente era sujo: roupas velhas e esparramadas, comidas estragadas e muito lixo tiravam o sentido de “lar”. Lembro-me que a mãe estava presa e o pai era alcoólatra. Os filhos ficavam abandonados, e foi assim que eu os conheci. Quando chegava com os alimentos, também fazia questão de arrumar a “casa”. Lavava a louça num tambor de água improvisado, organizava aquele lugar e lembro-me de até flores levar para enfeitar aquela ambiência que eu julgava triste e desamparada.

Eu tinha, aproximadamente, nove anos. Minha mãe só veio saber disso quando me tornei adulta. Eu também gostava de ir ao cemitério, lavar túmulos, sobretudo nas valas onde só existiam crianças enterradas. Ficava ali, horas, imaginando o que teria causado a morte daquelas crianças. Suas fotografias nas lápides faziam-me pensar que sofrimentos tiveram e o que teriam feito para merecerem um destino tão triste e tão antecipado. Por morar nas proximidades do cemitério, ficava sempre à espera de algum cortejo para dividir as flores com aquelas crianças mortas. Eu pensava que a infância deveria ser igual para todas as crianças. O amor que tive dos meus pais, a ambiência de carinho e cuidado, os privilégios que desfrutei por ter uma casa, uma escola, uma família, despertavam em mim um olhar compassivo para com aquelas que não tiveram o mesmo destino. Esse olhar, que não só vê, como também interpreta a vida, tornou-me

²⁰⁸ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.125.

sensível às crianças que, eu sabia, haviam sido subtraídas das alegrias e das maravilhas de uma infância saudável.

A escolha pela profissão de pedagoga trouxe-me, mais uma vez, a possibilidade de convivência com as várias infâncias. Em 2007 fui trabalhar numa escola periférica – Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge – a qual situei, geográfica e socialmente, na introdução desta tese. Foi nesta instituição escolar que comecei a conviver com crianças que moravam no entorno prisional. Muitas dessas crianças tinham um pano de fundo em comum: algum parente próximo estava preso e isso fazia com que o desempenho na escola fosse afetado e, não raro, manifestado em sala de aula ou na relação com os colegas. E todas, de alguma forma, sofriam.

Ao serem retiradas da sala de aula para momentos de conversa, comecei a escutar essas crianças que passaram a não me considerar apenas uma pedagoga, mas um adulto em quem confiavam para acolher suas narrativas e experiências. As narrativas das crianças cujos parentes próximos estavam presos chegaram a mim em situações espontâneas, em momentos de conversa informal, quando eu as levava para um lugar mais tranquilo e reservado, longe do movimento e da agitação tão característicos das escolas. Era a maneira que eu tinha para conquistar a sua confiança, como se cada conversa fosse um segredo compartilhado, que pudesse e devesse ser revelado para amenizar o sofrimento e dividir a responsabilidade por saberem demais.

A casa, a rua, os “becos” onde essas crianças circulam permitem que, metaforicamente, esses espaços sejam associados aos campos de concentração, cujo legado é o de não nos esquecermos, nem da infância nem da vida nua.²⁰⁹ Muitas dessas crianças que compartilharam suas narrativas foram ou ainda estão sendo assistidas por instituições de proteção e amparo, como o Conselho Tutelar ou a Casa da Família.²¹⁰ Outras são deixadas ou abandonadas à própria sorte. E são seus testemunhos, suas

²⁰⁹ AGAMBEN, Giorgio. **O que resta em Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. São Paulo, Boitempo, 2008, p.17.

²¹⁰ A Casa da Família faz parte de um programa de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Oferece serviços de assistência psicossocial com caráter preventivo através de orientação, acompanhamento e encaminhamento para a rede de atendimento às necessidades básicas. Busca contribuir com a redução da situação de risco tais como: violência intrafamiliar, abuso sexual, dependência química, negligência em relação à criança e ao adolescente, jovens, mulher, idosos, e pessoas portadoras de deficiência. Oferece também os benefícios do Bem Social Núcleo de Atendimento Assistencial: CadÚnico, Bolsa Família, Tarifa Social DMAE, Tarifa Social CEMIG, Pró-Pão, emissão de carteira de trabalho, solicitação de 2ª via de certidão de nascimento, casamento e óbito, encaminhamento para isenção de taxa de confecção de carteira de identidade, guia de fotos para emissão de documentos. Disponível em <<http://agendasaudefudi.wordpress.com/2011/10/23/bem-social-casa-da-familiacras-morumbi-%E2%80%93-secretaria-de-desenvolvimento-social-prefeitura-municipal-de-uberlandia/>>. Acessado em 27 jun/2012.

corporeidades, suas histórias e vivências que enunciam a situação-limite em que vivem, dando sentido ao que chamaram de “tragédia”. Chegar às crianças, conhecer suas histórias e seus sentimentos foi um percurso difícil, tendo em vista que quase nunca conversam, expressam ou escrevem sobre si mesmas. Na maioria das vezes, o que conhecemos delas se faz pelo viés de alguma instituição assistencial ou disciplinar e, não raro, pela mídia sensacionalista que produz e faz circular imagens do vínculo estreito entre infância, pobreza, criminalidade e abandono.

Dar nome a essas crianças, possibilitar que, pelo exercício da linguagem, elas saiam do anonimato, dialogar com suas experiências que chamam de “trágicas” quando passam a enfrentar o encarceramento de um parente próximo é uma estratégia da qual a pesquisa lançou mão “não só como crítica a uma história que por vezes tem privilegiado as políticas e as estatísticas, mas também como uma responsabilidade ética que sinaliza para a desconstrução do estigma.”²¹¹

Diferente, portanto, de pesquisas que, conforme Foucault “utilizam o arquivo como ‘um poder de escrita’, constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina”²¹², o convívio com essas crianças, os laços afetivos construídos na ambiência escolar, a experiência de narrarem suas trajetórias de vida, seus percursos de assimilação das práticas prisionais, seus processos de subjetivação tecidos por imensos rearranjos de experiências e sentimentos sofridos fez de mim uma testemunha privilegiada, embora, por vezes, confusa entre o distanciamento necessário e o vínculo afetivo estabelecido com essas crianças. Fato este que, por certo, interferiu na minha maneira de pensar e interpretar o que elas chamam de “tragédia”.

As narrativas que se seguem são todas de crianças “reais”. Para além dos rótulos que as damos, são, sobretudo, crianças. Suas infâncias não se limitam às experiências que contam. Suas narrativas são apenas fragmentos do que experienciam enquanto crianças. De tão trágicas e sofridas, podem despertar no leitor um questionamento sobre a veracidade do que vivenciam ou vivenciaram. Todavia, se toda infância é fabulosa, fantasiosa, como assim escreve Bachelard, e se são as crianças os seres fabulosos, capazes de encontrar nos seus próprios devaneios suas fábulas – “fábulas que ela não conta a ninguém” – uma narração fabulosa, fantasiosa não significa que não tenha um significado, uma vez que, conforme Bachelard, “a fábula é a própria vida”. E são essas

²¹¹ BERNAL, Elaine Maria Bueno. **Arquivos do abandono**: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960). São Paulo: Cortez, 2004, p.14

²¹² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 32ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987, p.156-157.

fábulas narradas em tom de testemunho, que ousou compartilhar e me imponho a buscar compreender. Todavia, o registro dessas narrativas repousa sobre “a consciência aguda de que aquilo que pode – e deve – ser narrado não é essencial, pois o essencial não pode ser dito”. A isso chamo de “enunciação”.

Lucas

Lucas é um menino de oito anos. Está no terceiro ano do ensino fundamental. Gosta de ir à escola e está participando de um coral infantil organizado por uma das pedagogas da escola. Tem uma voz rouca, e por causa dos elogios dos professores e dos próprios colegas, diz que será radialista. Nos momentos de recreio, de interação em sala de aula e no convívio durante as atividades escolares, percebi que este menino, apesar de agressivo, era tímido e educado. Tinha dificuldades de se relacionar socialmente, mais evidente quando o chamavam de baleia – um apelido do qual não gostava, pois significava, para os colegas, que ele era grande e gordo. Sempre estava disposto a conversar sobre seus sentimentos. Às vezes se mostrava triste, quieto, mas em outros momentos era como se um furacão saísse de seu interior e o levasse a destruir quem por ele passasse.

As reações agressivas de Lucas podem ser entendidas como “estratégias adaptativas de evitação” – expressão utilizada por Cyrulnik ao se referir às diferentes formas de manifestação que a criança assume quando está em sofrimento. Comportamentos diferenciados, com oscilações frequentes de humor, podem acontecer a essas crianças e adolescentes diante de acontecimento traumático. Lucas oscilava muito em seu comportamento e humor, cumprindo as estratégias de evitação que o autor descreve:

pode embotar para não pensar, empenhar-se em desligar, evitar as pessoas, os lugares, as atividades e até as palavras que evoquem o horror passado, ainda vivo em sua memória. E, como a criança nunca pôde expressar tanta tristeza, porque era muito duro e obrigavam a se calar, ela nunca aprendeu a controlar essa emoção, a lhe dar uma forma humana, socialmente compartilhável. Então, submetida a um afeto ingovernável, ela alterna o embotamento com as explosões de cólera, a gentileza anormal com uma agressividade repentina, a aparente indiferença com uma hipersensibilidade extrema.²¹³

²¹³ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.124.

Oferecer a Lucas uma forma humana, socialmente compartilhável para lidar com suas emoções não é uma tarefa pequena para profissionais que, como eu, não recebeu capacitação profissional para compreender o que se passa no íntimo de cada criança e adolescente que convivem na ambiência escolar. Em um dos momentos de conversa, feitas de uma maneira mais espontânea a partir de temas como futebol e brincadeiras preferidas, Lucas contou sobre seus sonhos, suas dificuldades, seus medos e conflitos. Como outras crianças, gosta de futebol, das aulas de artes e da merenda escolar. Aos oito anos Lucas não aprendeu a juntar as palavras, como ele assim diz sobre seu processo de alfabetização. Assim que se alfabetizar, sua avó materna o matriculará nas aulas de bateria promovidas pela Polícia Militar na ONG Ação Moradia. Adora doce, mas por estar acima do peso, sua avó o impede de comê-los. Tem medo do escuro e gosta de frequentar a Igreja Evangélica Assembleia de Deus: um lugar que considera bom porque ensina “não matar, nem roubar, nem ser ladrão”.

Lucas morava com a avó materna, doente, com depressão causada, segundo ela, pelo relacionamento destruído pelas traições, violência e alcoolismo do marido. Mas sua maior dor, afirma ela, “é ter um filho desaparecido, outro filho preso por tráfico de drogas e uma filha moradora de rua e usuária de crack, paciente da psiquiatria e presa por furto.” O pai biológico de Lucas está preso desde o seu nascimento. A avó relata que omite cartas que Lucas recebe do pai na prisão, embora estas sejam carinhosas e muitas incluem pedidos de perdão. Lucas nunca viu o pai, mas diz sentir sua falta e desejar conhecê-lo. Ao ser perguntado sobre o que deseja na vida, diz: “sonho em comer leite condensado”.

Lucas tem uma infância perpassada pelos conflitos familiares de tios, avós e mãe. Ao ser perguntado sobre o que o tio faz, o menino brinca como se estivesse jogando o jogo de adivinha. Deu cinco chances de resposta, por não querer confessar. Quando ouviu “vendedor”, disse ter acertado. Neste jogo de adivinhações, Lucas deu-me mais chance para acertar o tipo de comércio do tio. Cortou as respostas erradas dizendo: “vendedor de drogas”, e contou que o outro tio morreu por causa das drogas aos dezessete anos.

Alguns dias antes da conversa, Lucas estava desconsolado porque sua mãe havia sido presa e por ter recebido uma carta de seu pai afirmando que logo estará em

liberdade. Lucas ainda fica receoso de conhecer o pai por causa das palavras da avó: “quero poupar o menino de aborrecimentos, pois o pai é um vagabundo e nunca deu nada pra ele”. Mas o ressentimento da avó pelo pai de Lucas não é só devido ao fato dele não ajudar com as despesas de Lucas, mas porque, segundo ela, a filha começou a usar crack assim que ele foi para a prisão. Segundo a avó de Lucas, “a mãe estava grávida e buscou nas drogas o alívio para superar as dores da separação.” A avó culpa o pai de Lucas pelo destino trágico da filha.

As cartas²¹⁴ que o pai manda da prisão, mesmo que nunca o tendo conhecido, trazem um consolo para Lucas. Sempre que uma carta chega Lucas a lê com sorrisos: diz ter muita vontade de se encontrar com o pai. As cartas são carinhosas. Há pedido de perdão em quase todas. O desejo do pai em conhecer o filho, o arrependimento que exprime pelas escolhas erradas e por ter contribuído com o destino da esposa amenizam a dor que Lucas sente por não ter tido a oportunidade de conviver, em família, com o pai e a mãe.

²¹⁴ Esta carta foi gentilmente cedida pela avó de Lucas, em 2011, com autorização para a pesquisa, desde que não fosse divulgado o nome do pai e o sobrenome do filho.

Imagem 15 – Carta de um pai a seu filho da prisão

Patrocínio 01 de junho 2011

Olá! Filho; como vai você? Espero q' quando está lhe fizer presente possa lhe encontrar bem com PAZ, SAÚDE e muita HARMONIA em sua vida. meu filho, este ano filho eu Ganho a minha Liberdade e eu vou te visita estou com muita saudade de você, a minha pena já está quase no final e Deus tio. Fala pra ele q' eu mandei um Grande Abraço a' ele. Seu Avô Sô. Avô; Filho eu venho através desta lhe pedi desculpas p'ra não ser aquele pai q' um dia você sonhou, eu sei q' eu errei tanto com você quanto com a sua mãe eu só peço q' um dia você possa me desculpas p'ra todo sofrimento q' eu fis você passa com muita Fé em Deus Espero um dia q' você possa me perdoar. pelos os meus erros Dei um tiro no escuro, me Afastei de tudo e todos tive medo da vida, q' eu vivia, perdi todas as pessoas q' eu amava, hoje só tenho lembranças q' eu quando em meu coração como eu danava, tudo pra ter tudo q' eu perdi p'ra minhas faltas de Responsabilidade e Criancisse. Hoje eu me arrependo p'ra todas as besteiras q' eu fis. mais com Deus a Gente Aprende ~~uma~~ a ser uma nova pessoa, Espero pode q' um dia eu posso está ao seu lado lhe rever da aquele abraço bem Apertado, hoje eu tenho Vengonha de todas as burradas q' eu fis na vida, mais de Grato em Grato, vou construindo a minha vida e Levantado a cabeça. e Sôo em frente, eu Hoje

Filho Renasci novamente tenho uma vida boa com Deus no coração; Filho que Deus lhe abençoe hoje, amanhã e sempre. e lembre-se que após das besteiras que eu fiz eu sempre vou te amar...
Obs. eu lhe peço humildemente desculpas por tudo que eu fiz, você passa um dia que você possa me perdoar. E também eu lhe peço se tem condições de você está mandando uma foto pra mim eu posso está enviando como estou este tempo todo mais por favor. me mande uma foto do meu filho e tudo que eu lhe peço. você e a sua família fique com Deus pois você merece...

01/06/12
B.

Fonte: acervo pessoal

Lucas, apesar dos cuidados da avó, sofre com as agressões físicas e verbais. Por algumas vezes esta avó esteve na escola nos anos de 2011 e 2012 para conversarmos sobre o comportamento de Lucas, e o que ela sempre dizia era: “Esse menino é a minha desgraça. Não quero cuidar de neto nenhum. Se não dei conta de cuidar dos meus filhos, como posso cuidar desse menino?” Lucas tem consciência da rejeição da avó. Até os seis anos a mãe o criou, mas em virtude da dependência química, o abandonou. Algumas vezes ele a visitou no Hospital Psiquiátrico ou na casa do tio, mas ela sempre o agredia e dizia não querer vê-lo. Nesses dias de conversa, Lucas demonstrou tristeza e disse que também não gostaria mais de vê-la. A decisão veio por causa das agressões que sofreu, mas, também, segundo relato de Lucas, porque “não aguento ver a mãe feia, sem dentes e com uma magreza que dá dó”.

Atualmente Lucas mora com o tio, “vendedor de drogas”. O semblante de medo é visível. Seu tio já passou pela prisão várias vezes. O corpo tatuado com a figura de um palhaço com cara de caveira comunica as possíveis atrocidades cometidas e o envolvimento com facções criminosas: o palhaço e a caveira são signos urbanos que o identificam como assaltante de bancos, ou com aqueles que já tenham cometido latrocínio ou homicídio de policial. Nas palavras de Lucas, “a tatuagem é o CGC para

entrar no tráfico”. Essa expressão é comum entre os traficantes, para se referir a uma marca que os identifiquem como membros de alguma facção criminosa.

Suponho que Lucas não saiba o que seja um CGC, mas consegue decifrar com propriedade o que isso significa para o mundo da criminalidade. Ele não fala muito no tio, mas diz ficar bem quietinho em casa porque não sabe do que o tio é capaz. A avó não cuida mais dele, e a única pessoa capaz de “protegê-lo” é o parente mais próximo que lhe causa medo e insegurança.

De acordo com o art. 19 do ECA: “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, não sendo isso possível, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.²¹⁵ Sob este ponto de vista, Lucas representa o grito de socorro de milhares de crianças e adolescentes obrigados a morar com um parente próximo, não importando se seus direitos fundamentais são respeitados ou não. Um atentado ao que lhe fora, por lei, garantido. Lucas, assim como tantas outras crianças, não só convive com um membro da família dependente de substâncias entorpecentes, como presencia as situações de criminalidade, especialmente as que se referem ao tráfico de drogas.

Uma infância roubada. Da escola para casa o percurso é demasiado curto para ele. Desejava que fosse mais longe para prolongar o encontro com o tio. Lucas não tem quem o ampare. Não há instituição, filantrópica ou não, que o proteja. Seus laços afetivos estão esfacelados, confusos. Pais separados, ambos presos por delitos diferentes, mas unidos num único destino: o desamparo de seu menino. Qual será o seu futuro? Continuará a rede de assujeitamentos? Repetirá as escolhas e experiências dos seus pais e parentes? Haverá alguma política que o proteja do poder simbólico que o coloca na situação de mera vida, *zoe*?

²¹⁵ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 19, cap.III, Seção 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 20 jan.2013.

Miriam

Miriam, aos nove anos, também sofre com a prisão dos irmãos. Seus pais se conheceram quando eram adolescentes. Em entrevista concedida a mim, em agosto de 2010, dona Josefa, mãe de Miriam contou que ela e seu esposo saíram do Piauí em busca de melhores condições de vida. Chegaram a São Paulo sem trabalho, sem dinheiro e com “muito entusiasmo para começarem a vida”, como ela assim afirmou. No tráfico de drogas viram uma oportunidade para ganharem dinheiro rápido, envolveram-se em tramas complexas de ilegalidades até chegarem a Uberlândia, foragidos, com quatro filhos pequenos e a esposa grávida de gêmeas. Miriam é uma das gêmeas. Demonstra muita dificuldade de aprendizagem. Aos nove anos não aprendeu a ler, mas sabe decifrar com sobriedade os maus tratos da vida. Esta menina, fragilizada e entristecida, ao responder como estava se sentindo, pois não conseguia ficar em sala de aula, assim se expressou:

Eu sei por que a minha cabeça e o meu estômago estão doendo: eu não aguento mais pensar. ²¹⁶Meu irmão mais velho está preso, dizem que ele matou um homem, mas é mentira; ele não faz essas coisas, e meu outro irmão menor foi preso domingo por causa de droga. Você é minha amiga, eu **preciso contar**²¹⁷. Eu sei onde está a droga e o dinheiro enterrado. Meu irmão enterrou quando me trouxe para a aula de dança, dois ficaram vigiando e ele enterrou no terreno aqui pertinho debaixo das pedras escondido no matagal.²¹⁸

A criança faltou dois dias seguidos, sendo que não é seu costume faltar às aulas. Quando retornou à escola, a primeira coisa que fez foi perguntar quando podíamos conversar de novo. Fomos para um lugar reservado e perguntei o que estava acontecendo. A resposta foi enfática: “Tragédia!”. O olhar era de uma tristeza profunda. Narrou novamente a prisão dos irmãos, contou que o irmão de oito anos frequenta a casa de um traficante que ela chama de “chefe”, e mesmo eu não querendo ouvir o nome, fez questão de explicitá-lo, como se precisasse aliviar a dor ou compartilhar o medo de saber demais. Disse também que a mãe bate no irmão quando chega com

²¹⁶ Ao dar este testemunho, Miriam se expressa com muita ansiedade no olhar, no tom de voz e nos gestos. Teatraliza a situação que narra, riscando no chão uma espécie de “mapa” onde a droga estava enterrada.

²¹⁷ Destaque em negrito meu.

²¹⁸ Miriam é aluna do projeto “Se Liga”, do Instituto Ayrton Senna, um projeto cuja finalidade é avançar as crianças que estão em distorção idade-série.

cheiro de droga, pois na casa do “chefe” as pessoas trabalham embrulhando bala “que é das boa”.

A seguir, a menina pegou três sementes de laranja e ensinou com detalhes como é o processo de empacotamento da droga. Segundo ela, o traficante é muito bom, dá uma ajuda de custo para a mãe, que diz ser grata a ele, que é “bom para seus filhos”, principalmente quando estes vão para a prisão. A gratidão, todavia, vem acompanhada de assujeitamentos. A mãe, prisioneira dos ilegalismos dos filhos, se sujeita às regras e à disciplina dos que estão do lado de fora da prisão: prepara comida coletiva, presta serviços de faxina e consente em manter seus outros filhos menores em contato com aqueles que prometem garantir a sua proteção. É notória a atitude de sujeição de dona Josefa mãe de Miriam, à facção que diz protegê-la. Quando chega à escola com alguma roupa nova, cheirando a cremes hidratantes e a perfume de flores, é porque “recebeu o pagamento”, como ela mesma diz.

Miriam assimila a revolta, grita a tristeza e revela as ilegalidades que cercam todos da família. Os dois irmãos são envolvidos no tráfico armado, e o mais novo já assumiu uma “gerência”²¹⁹. Nas palavras de Miriam:

Ele já está ganhando o valor de um salário mínimo, um pouco mais de seiscentos reais. Ele está feliz, porque pode comprar suas roupas e tênis de marca. Ele não ajuda a minha mãe com as despesas, e sabe que a qualquer hora ele pode ir preso, porque já foi várias vezes. Eu queria muito que ele fosse preso, porque eu estou com muito medo da polícia levar a minha mãe. Eu estou com ódio dele. Se ele for preso, não vão achar mais droga na minha casa. Esses dias a polícia veio aqui, mas meu irmão estava fugido. Ele tinha matado um cara e fugiu pra outra cidade. Mas eles acharam droga aqui, debaixo da botija, e só não prenderam a minha mãe porque ela não estava aqui. Queriam me levar para o Conselho Tutelar, mas eu chorei muito e disse que não sabia da droga, e que minha mãe era quem cuidava de mim. Minha casa é arrastada²²⁰ e a polícia já sabe que tem droga aqui.

Nesses seis anos (de 2007 a 2012), acompanhando o desenvolvimento escolar de Miriam, muitas situações revelavam sentimentos ambivalentes: tristeza pela prisão do irmão e, às vezes, desejo de que ele fosse novamente preso. Amor e saudade quando um dos irmãos ia preso, e ódio quando cometiam algum crime e colocavam a mãe em

²¹⁹ Gerente, na linguagem criminoso, é aquele que é o braço direito do traficante-chefe. É responsável pela cobrança e pelo “acerto de contas” de quem deve ao tráfico.

²²⁰ Casa marcada, visada pela polícia.

situação de risco. Em todo esse período, o envolvimento dos irmãos de Miriam no tráfico de drogas tomou proporções cada vez mais sérias: o que antes era motivo de pequena preocupação: “ele **só** trafica, ele não usa”, comprometeu o seu desempenho na escola e trouxe profundas perturbações emocionais.

No final do ano de 2012, Miriam não se importava mais em falar sobre a situação da família. Os fatos antes narrados às escondidas, em ambiência sigilosa, tornaram-se o grito de socorro em todas as conversas na sala, para todos os que quisessem ouvir, manifestando revolta e inconformismo diante de cada situação de ilegalidade na família. Além dos irmãos, passou a contar sobre o pai que nunca fora preso, mas que foi o responsável por colocar todos da família nessa ambiência criminosa:

Tia, meu pai tinha uma empresa de moto-táxi. Mas era empresa de mentirinha. Era só pra entregar drogas. Hoje ele não tem mais essa empresa, mas quer continuar mandando lá em casa. Eu não dormi nada à noite. Meu pai tentou matar a minha mãe, até amanhecer. Aí ligaram para o meu irmão, e ele disse que se ele encostar a mão na minha mãe é um homem morto. E ele mata mesmo, porque ele já é um grande traficante.

Devido às possíveis ilegalidades praticadas pela família de Miriam, a polícia está em constante vigilância²²¹. O Conselho Tutelar também já havia sido acionado pela vizinhança, em forma de denúncia anônima. Para Miriam, entretanto, dona Josefa, sua mãe, é a única que pode oferecer proteção e amparo neste caso de envolvimento dos irmãos com os traficantes e a prisão. Esta situação que coloca dona Josefa numa linha tênue entre proteção e desamparo, faz com que sua família seja alvo das intervenções disciplinares e de controle; abre-se um espaço para o julgamento moralizante da sociedade em relação ao que esta mãe significa para seus filhos. Isto porque a “proteção é uma referência a uma formação política pautada em modelos hegemônicos, a uma sociedade ‘cientificamente planejada’, em que cada movimento, cada comportamento, é enquadrado em padrões tecnicamente regulados.”²²² Por esta razão, uma mãe que seja

²²¹ Esta informação baseia-se numa conversa informal que tive com policial na ambiência da escola, no ano de 2010, num dia de festividade, em que a Patrulha Escolar se fazia presente. O referido policial informou que o bairro onde mora Miriam estava sendo autuado, mais especificamente a rua onde a menina mora, pois as investigações já estava apuradas, confirmando o envolvimento dos irmãos com o tráfico de drogas.

²²² NASCIMENTO, Maria Livia do e SCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estudos de Pesquisas em Psicologia**, v. 5, n. 2, Rio de Janeiro, dez.2005. Disponível em:

conivente com o tráfico, que se submete às regras e disciplinas de traficantes e faz barganhas para garantir a proteção dos filhos presos não é digna, aos olhos da sociedade, de ter a guarda dos outros, menores, que estão sob sua tutela.

Em janeiro de 2013 recebi a informação de que esta mãe havia sido presa. Míriam e seus irmãos menores estão agora sob a tutela do pai. O que será destes meninos sem a mãe que, apesar das conivências com o tráfico, era quem despertava neles sentimentos de proteção e amparo?

Rafael

Rafael tem nove anos. É aluno da escola desde que entrou no primeiro ano do ensino fundamental. Em 2012 fazia o quarto ano. De família numerosa, possui dois irmãos envolvidos com o tráfico de drogas. Sua mãe não convive muito com ele, pois trabalha longe de casa e só pode vê-lo nos finais de semana. É cuidado pela avó materna. Sempre chega à escola com algum objeto novo: celular, material escolar, dinheiro, tênis e roupas novas. Faz questão de dividir o que leva com os colegas. É afetuoso com todos, embora vez ou outra manifeste expressões de violência.

Certo dia Rafael chegou a mim e disse: “Tia, meu pai está preso. Estou com saudades...” Sem o que dizer, perguntei: “Há quanto tempo ele está preso e por qual motivo?” O menino me disse, sem expressar comoção, que o pai estava na prisão há seis anos. E continuou: “Tia, ele matou um homem, mas era **só** uma faca de serrinha”. Se há seis anos o pai estava preso, Rafael conviveu pouco com ele. Mas o que é visível em Rafael é a banalização da ilegalidade. Apesar de saber da procedência dos objetos que ganha, não questiona e não se intimida em usá-los. Dizer que o pai matou um homem com uma faca de serrinha ameniza, para o menino, a gravidade do ato cometido.

Elisa

Elisa é uma menina do 2º ano do ensino fundamental. Está aprendendo a ler. É muito carinhosa com todos, e demonstra com facilidade os seus sentimentos. Tem um sorriso constante, mesmo quando as piores coisas lhe acontecem. Certa vez, quando

brincava no recreio, Elisa me viu passar e deu um grito: “Tia, eu preciso te contar uma coisa”. Sua expressão era de felicidade. Perguntei a ela o que tinha pra me contar e ela disse:

Meu padrasto, no domingo, esfaqueou a minha mãe. Ele deu sete facadas nela. Eles estavam num bar, mas de repente, ele pegou o braço dela e levou ela pra casa. Ele me trancou no quarto e foi com a minha mãe pro quintal. Lá ele deu as facadas e depois fugiu. A polícia já está procurando ele. O médico disse que minha mãe levou quase todas as facadas no tal do fígado, e o fígado nasce de novo. Então, ela não vai morrer. (agosto de 2012)²²³

Algumas semanas depois voltei a conversar com Elisa. Outra expressão estranha de alegria: “Tia, minha mãe disse que agora vamos morar perto do cadeião, porque lá a gente vai estar mais segura.” A ambiência familiar de Elisa só lhe oferece riscos. A mãe é usuária de crack e deve dinheiro ao tráfico. O padrasto quer se vingar da mãe, e afirmou que Elisa será a sua vingança. Nas semanas em que a mãe estivera internada, a tia assumiu a responsabilidade pela menina e advertiu a escola de que ninguém, além dela, poderia buscá-la. Temia a presença do padrasto foragido nas redondezas da escola.

Elisa é carinhosa, gosta de beijos, de abraços. Parece exprimir sua carência, material e afetiva, presenteando alguém com alguma flor ou algum bilhetinho de amor. A doçura procura disfarçar os constrangimentos e a insegurança na qual vive. Às vezes chora. Quando a mãe estava longe chorava sempre. Mas ela tem uma alegria diferente, um desejo pela vida. Elisa, apesar da família que possui e dos riscos que corre, é uma criança. Gosta de ir para a escola e está muito animada porque aprendeu a ler.

Que futuro terá Elisa? Continuará entusiasmada pela escola e pela vida diante de tamanha tragédia?

Stéphani

Stéphani é uma menina de seis anos. Não se sabe quase nada sobre a vida dela. Mora com os avós e demonstra uma profunda tristeza no olhar; não são todas as crianças que falam com as palavras. Stéphani fala com os olhos. Certa vez, pedi à professora para dar uma aula diferente para as crianças sobre a família. A relação do

²²³ O crime narrado por Elisa foi destaque em um programa de televisão que notifica os crimes que acontecem na cidade de Uberlândia e região.

“eu” com a família é conteúdo curricular dos primeiros anos do ensino fundamental. Ao planejar a aula, escolhi imagens que poderiam simbolizar diferentes tipos de família: alegre, triste, pobre, rica, comunitária (como a dos abrigos), família grande, pequena. Também escolhi uma imagem de pessoas presas para significar as famílias separadas. Ao mostrar a imagem, Stéphanie levantou a mão e disse para todos os colegas de sala que seu pai estava preso, mas que morrera na prisão. Perguntei-lhe o motivo da morte e ela, sem demonstrar emoção, respondeu: “Minha mãe levava comida todos os dias pra ele, e num desses dias, ela colocou veneno na comida, e ele morreu”.

Para muitos, o relato de Stéphanie pode parecer fantasia, um conto fabuloso para camuflar os desejos reprimidos, como o da morte do pai. Ainda que o seja, não deixa de representar sua própria vida, conforme expressão de Bachelard. Mesmo não havendo nenhuma veracidade no que afirma, a morte subjetiva já existe em forma de desejo ou de acontecimento. Se para os historiadores faz-se necessário, em seu ofício, “partir de constatações bem concretas, tiradas na maior parte das vezes das fontes documentais com as quais trabalham”²²⁴, conforme Mary Del Priore, e, também, segundo a autora, devendo “contar também com sua observação crítica da realidade para relatar sua própria história”, é no pensamento de Bachelard que pude encontrar uma possível compreensão desta infância: a que se faz melhor por meio “de devaneios do que por meio de fatos”²²⁵. O que, para as crianças, na maior parte das vezes, são a mesma coisa.

Michele

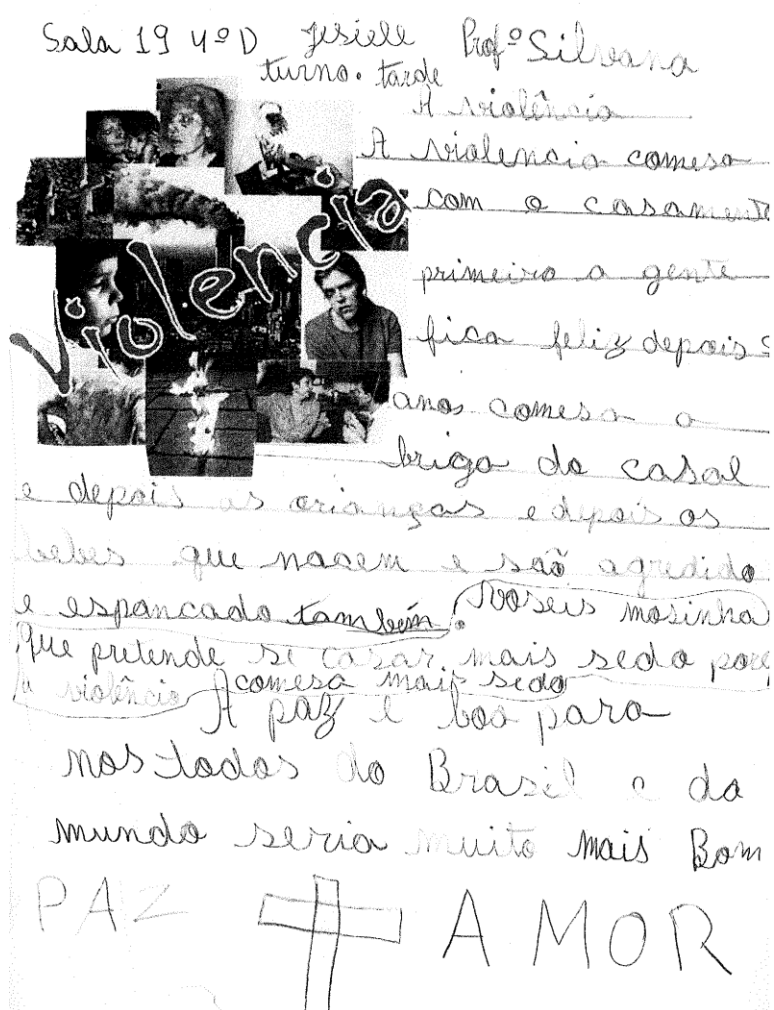
Michele, de dez anos, é uma menina tímida, introvertida, com muita dificuldade em aceitar qualquer tipo de autoridade. Não mora com o pai biológico, mas com o padrasto. De vez em quando visita o pai que mora em outra cidade. A mãe teve dois filhos com o atual marido. Michele sofre violência doméstica: o padrasto a espanca por qualquer motivo. Segundo depoimentos de vizinhos e da própria mãe, ele já foi preso várias vezes, mas sempre é solto e retorna para a família mais violento. A mãe de Michele também sofre das agressões do marido, mas não aceita nenhuma interferência policial ou tutelar.

²²⁴PRIORE, Mary Del.(Org). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto,2004, p.12.

²²⁵BACHELARD, Gaston. Os devaneios voltados para a infância. In: **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.119.

Michele não gosta de conversar, mas sempre me procura para dar “tchau”; eu a beijo, mas ela não consegue retornar a afeição. Seus gestos carinhosos só se expressam quando escreve bilhetes ou cartas. Em todas elas pede para eu levá-la para a minha casa. Em uma das atividades de sala, uma professora solicitou uma produção de texto com o tema “Violência”. Michele escreveu:

A violência começa com o casamento. Primeiro a gente fica feliz, mas depois de alguns anos começa as brigas do casal, e depois das crianças e depois dos bebês que nascem e são agredidos e espancados também. Vocês, mocinhas, que pretendem se casar mais cedo, a violência também começa mais cedo. A paz é boa para nós todos do Brasil. (Michele, aluna do 4º ano do ensino fundamental.)



De onde vem essa desconfiança em relação à conjugalidade e à maternidade? As razões alegadas por Michele foram processadas a partir da sua própria experiência em família. Ela não almeja constituir uma família porque não gosta do que vê em casa. A relação do pai com a mãe, marcada pelo abuso e agressões físicas, esgarça o ódio e abre uma ferida emocional que poderá criar uma profunda cratera de inafetividade em sua subjetividade. “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”²²⁶ Este é o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente que, no caso de Michele e de muitas outras crianças, nunca fora efetivado. Por isso, narrar essas infâncias e contrapor ao que lhe fora garantido, em lei, foi uma maneira da qual esta pesquisa lançou mão para escancarar este cenário social brasileiro onde estão as muitas “Micheles” destituídas de seu direito a uma infância saudável.

Gabriel

Gabriel tem nove anos e estuda no segundo ano do ensino fundamental. Não conviveu com a mãe, que o abandonou assim que ele nasceu. Ficou sob os “cuidados” do pai biológico desde os dois anos. Foi nessa idade que Gabriel começou a ser abusado sexualmente pelo pai. Segundo a Conselheira Tutelar que cuidou do caso, o pai o obrigava a ter intimidades sexuais com a irmã de cinco anos. A sexualidade precoce de Gabriel aflorou a partir das experiências sexuais que foi obrigado a ter com a irmã e, não raro, também com o pai.

Depois de denúncias, o pai foi preso. Mas as marcas deixadas pelo abuso sexual que se estendeu por mais de cinco anos ainda assombram o seu presente. Gabriel e sua irmã foram para um abrigo, o que o ECA denomina de “família comunitária”. Os dois irmãos foram adotados por um casal que não puderam ter filhos. Mas pelo fato de os irmãos continuarem a ter “intimidades sexuais”, tiveram de optar por uma das crianças. Gabriel, por ser o mais novo, foi o escolhido²²⁷.

²²⁶ Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 5º, Título I, Das Disposições Preliminares. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 20 jan.2013.

²²⁷ Essa decisão é garantida também pelo ECA no artigo 28, parágrafo 4º : “Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. Estatuto da

Esse menino, adotado por uma nova família, sente saudades da irmã, mas diz ser muito feliz com o novo pai: “Ele é muito bom pra mim, e o que eu mais gosto é quando ele me leva para pescar.” Vez ou outra, Gabriel demonstra agressividade e indisciplina. Várias vezes foi encontrado no banheiro com intimidades sexuais com os meninos. Sua história ainda o assombra. Gabriel conseguirá superar os maus tratos sofridos? Nos dizeres de Boris Cyrulnik,

A suspensão dos maus tratos não é o fim do problema. Encontrar uma família adotiva depois de perder a sua é apenas o início da questão. ‘E agora, o que vou fazer com isso?’ Não é porque o patinho feio encontra uma família cisne que tudo está resolvido. A lesão está escrita em sua história, gravada em sua memória, como se o patinho feio pensasse; ‘É preciso bater duas vezes para provocar um traumatismo’. O primeiro golpe, no real, provoca a dor do ferimento ou a dilaceração da falta. O segundo, na representação do real, faz surgir o sofrimento de ter sido humilhado, abandonado. ‘e agora, o que vou fazer com isso? Lamentar-me todos os dias, procurar me vingar ou aprender a viver uma outra vida, a dos cisnes? (...) Mas, ao se tornar cisne, poderá pensar nele de maneira suportável?’²²⁸

Esta resposta só Gabriel poderá encontrar. As lembranças do abuso sexual e do abandono sofridos estarão gravadas, para sempre, em sua memória. Porém, é preciso refutar os discursos que afirmam que meninos abandonados pelos pais e adotados por outra família se tornarão delinquentes. Esses discursos de causa e efeito possibilitam que meninos como Gabriel sejam apontados como “clientes potenciais da FEBEM²²⁹ e, posteriormente, da Detenção e da Penitenciária.”²³⁰ “Tornar-se cisne”, conforme expressão de Cyrulnik, superar os traumas, conseguir continuar sua vida apesar do sofrimento será um dos desafios que Gabriel enfrentará ao longo de sua vida. Mas, talvez, o maior deles será transformar o estigma social em possibilidade para a resiliência.

Criança e do Adolescente, art. 28, cap. III, SeçãoII, ([Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009](#)). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.. Acessado em 20 jan.2013

²²⁸ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.3-4.

²²⁹ A antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor) foi substituída pela Fundação CASA. A mudança de nomenclatura se deu por meio da Lei Estadual 12.469/06, aprovada pela [Assembleia Legislativa](#) de São Paulo em dezembro de 2006, teve por objetivo adequar a instituição ao que prevê o ECA e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

²³⁰ ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: **O massacre dos inocentes**. São Paulo, 2008, p. 197.

Karina:

Karina tem apenas sete anos; adora a escola e a professora. Tem bom relacionamento com todos. A contação de histórias é o seu momento predileto. Interage com a história, demonstra alegria por estar com os colegas e está aprendendo a ler. Foi num desses dias de contação de histórias que a criança olhou para a professora e disse: “Você sabia que minha mãe pegou fogo”? Assustada, a professora perguntou: “E ela está bem?” A menina com o mesmo tom de voz respondeu: “Não, ela morreu. Meu pai deu umas facadas nela, depois pôs fogo e ela morreu toda queimada. E agora meu pai está preso”.

Fantasia ou não, deixou a professora assustada – não só pelo conteúdo da narrativa, mas pelo tom de voz em que conta. A banalização revela a tragédia precocemente vivenciada e “facilmente” incorporada. O que leva crianças tão pequenas a assimilarem as práticas criminais como se fosse algo costumeiro e corriqueiro? Por que algumas crianças reagem assim, como uma defesa para suportarem a gravidade da tragédia enunciada? Em que adulta Karina se transformará? Conseguirá superar sua infância maltratada e “os pueris sofrimentos de uma *infância endurecida* que oprime a psique de tantos adultos?”²³¹

Pedro

Pedro é uma criança triste. Não conversa com os colegas e está sempre de cabeça baixa. Tem seis anos e está no primeiro ano do ensino fundamental. Certa vez, em uma aula de Arte, o professor solicitou um desenho depois de trabalhar o tema: “A importância da família”. A criança fez o seguinte desenho²³²:

²³¹ BACHELARD, Gaston. Os devaneios voltados para a infância. In: **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.94.

²³² Para Boris Cyrulnik, a partir dos oito anos a criança, para vencer o trauma, “comandar a representação de sua perda e descobrir um outro fator de resiliência: a encenação do acontecimento traumatizante, pelo desenho, pela narrativa, pelo jogo ou pelo teatro”. Ver: CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.118.



Ao ser perguntado sobre a imagem do meio (representada pela figura do “diabo”) a criança disse ser do seu pai. Assim que falou, debruçou-se sobre a carteira e começou a chorar. “Meu pai está preso. Ele ficará muito tempo lá”. O professor o abraçou e perguntou se ele queria falar alguma coisa sobre o que ele estava sentindo. Ele disse: “Meu pai foi preso, mas eu não gosto dele. Eu tenho medo dele. Ele é um diabo. Eu não quero que ele volte pra casa.”.

Para Pedro, ter o pai na prisão é experimentado e enunciado como um alívio. Mas, por que ele chora? O choro demonstra a ambivalência dos sentimentos: medo e saudade, alívio e tristeza. Terá esse menino uma família que o acompanhe e o proteja nesse período de ausência parental? Podemos nos perguntar quem efetivará o artigo 4º do ECA: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. E no parágrafo único, a garantia de prioridade compreende: “a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias”.²³³

Bruno

Bruno tem oito anos. É uma criança esperta e violenta. Depois de uma das agressões foi encaminhado para a sala de orientação educacional. Ao ser agressivo com sua professora, desabafa: “Meu pai foi preso”. O desabafo vem como um alívio,

²³³Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 4º, Título I, Das Disposições Preliminares. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm..Acessado em 20 jan.2013

tentando tirar de si as dores que invadem o corpo, gravam na mente e arraigam no coração a “tragédia”, como ele disse. Enquanto fala, gesticula, tentando arrancar os dedos da mão como se fossem sua própria história de vida. Com o pai preso, apesar da saudade, diz ter ficado “aliviado”, pois agora ele não mais baterá na mãe e nem gastará todo o dinheiro com pinga e crack.

Bruno também é um paradigma de muitos meninos que convivem com a ambivalência do alívio e da tristeza ao ter um parente próximo querido na prisão. Apesar de encontrar no encarceramento do pai a única saída para a segurança da mãe, convive com a saudade e a tristeza, o alívio e o vazio.

Jadson

Jadson, de doze anos, é um aluno com distorção idade-série. Participa de um programa de aceleração de escolarização por causa das reprovações sucessivas. Mesmo tendo consciência da importância dos estudos, diz que “não poderá terminar a escola porque terá de ir embora pra São Paulo morar com a tia”. Seu irmão foi preso por se envolver com o tráfico armado. Diz sofrer com a separação do irmão, mas se vê acuado por também já estar envolvido na criminalidade e não ter mais como “sair desta parada”. Iniciado cedo demais nos ilegalismos, Jadson ostenta no olhar uma expressão de angústia, tristeza e ansiedade. Teme ser pego pelos policiais, mas afirma ser “esperto na malandragem”.

Contou com detalhes a “firma” da qual é chefe. Em 2012 fui a sua casa porque ele deixara de ir à escola. Sua mãe contou que ele, realmente, fora morar com a tia em São Paulo. Pensei que essa pudesse ser a melhor decisão da família para Jadson, uma vez que ele já estava bastante envolvido com o tráfico de drogas. Mas, em conversa confidencial com a sua irmã, ela contou que Jadson estava trabalhando com um grande traficante em São Paulo. Com apenas doze anos esse menino conhece todas as bocas de fumo do bairro e dos territórios vizinhos e sabe das artimanhas de uma quadrilha criminosa. Seu destino já está traçado por pessoas que prometem “ajudá-lo”. Qual será a sua sina? A sua sorte, a morte precoce ou a prisão?

Reginaldo

Reginaldo tem 11 anos. Descobriu aos nove que foi adotado. A mãe adotiva nunca quis que ele soubesse, mas a tia contou. Sempre que perguntamos sobre o motivo por, às vezes, ficar violento, ele diz:

Eu odeio aquela mulher, eu odeio minha mãe biológica, porque ela tentou me matar três vezes. Ela não me quis, ela tentou me matar tomando uma bebida. A minha mãe, que não é parente dela, me quis, e eu quero ficar rico para jogar na cara “daquela muié...

Este menino expõe com intensidade e sinceridade seus traumas existenciais. Sua revolta ecoa um grito de socorro. Se pudesse elaborar a sua fala, talvez se expressasse como Cyrulnik apontou:

“como sou obrigado a me contar minha própria história para descobrir quem sou, e como vocês não são capazes de ouvi-la, vou em meu foro íntimo detalhar incessantemente a imensa provação que governa secretamente meu projeto de existência, como um mito das origens encenando diante de um único espectador, eu mesmo. Irei tornar-me autor-ator de meu destino e única testemunha autorizada de minhas lutas. A opinião de vocês não me interessa, pois vocês não têm a chave do espetáculo que represento diante de seus olhos.”

O aluno apresenta um bom desenvolvimento escolar, é caprichoso com as atividades, mas às vezes expõe toda a sua fúria num comportamento agressivo. A mãe biológica esteve presa algumas vezes. A mãe adotiva é presente, preocupada e, segundo ela, não quer “que ele venda picolé.” Quando foi à escola para saber do comportamento do menino, ela me confessou estar muito preocupada porque ele estava querendo vender esses picolés: “a dona dos picolés está buscando meu menino em casa. Eu não quero ver meu filho preso e morto. Ele foi só um dia, e ela o buscou. Ele ganha “quarenta reais por dia, mas é um dinheiro maldito”.

A preocupação da mãe de Reginaldo com a “venda do picolé” deve-se ao fato de que os carrinhos de picolé são disfarces da criminalidade para a venda de drogas. O dinheiro é trocado e, por isso, justifica a quantidade de moedas que se arrecada na venda da droga (geralmente a pedra de crack). A fácil locomoção e muitas crianças em volta são álibis fáceis para enganar a polícia e fazer circular com maior liberdade a “droga gelada”.

Mas Reginaldo quer ser autor de sua própria história. A vingança contra a mãe biológica é a principal motivação para tentar superar a rejeição sofrida. Quem serão seus tutores de resiliência para ajudá-lo a metamorfosear seus sentimentos e transformar a vingança em resiliência?

Elisabeth

Elisabeth tem 10 anos. A mãe foi presa. Quando chegou à escola, na semana da prisão da mãe, perguntei como estava se sentindo. A menina disse que estava bem, a princípio, que a mãe não tinha culpa, mas depois confessou: “Minha mãe jogou droga na casa do vizinho para ele levar a culpa; só que a polícia descobriu que a droga era da minha mãe.” A avó é alcoólatra, e a irmã mais velha, a única maior de idade (fez dezoito anos há pouco tempo), é quem está com a guarda de Elisabeth e do irmão mais novo.

Elisabeth estava no abrigo com o irmão. Assim que a mãe foi para a prisão, uma das tias ficou com as crianças. Mas quando soube que o irmão estava usando drogas, desistiu de ficar com eles. As reclamações da tia começaram a se agravar e sempre que ia à escola dizia: “a Beth é custosa, a qualidade de vida caiu...”. Alguns dias depois, a menina chegou ensanguentada na escola por causa da agressão da tia. Depois da agressão, colocou Beth para fora de casa – o que já tinha feito com o irmão caçula.

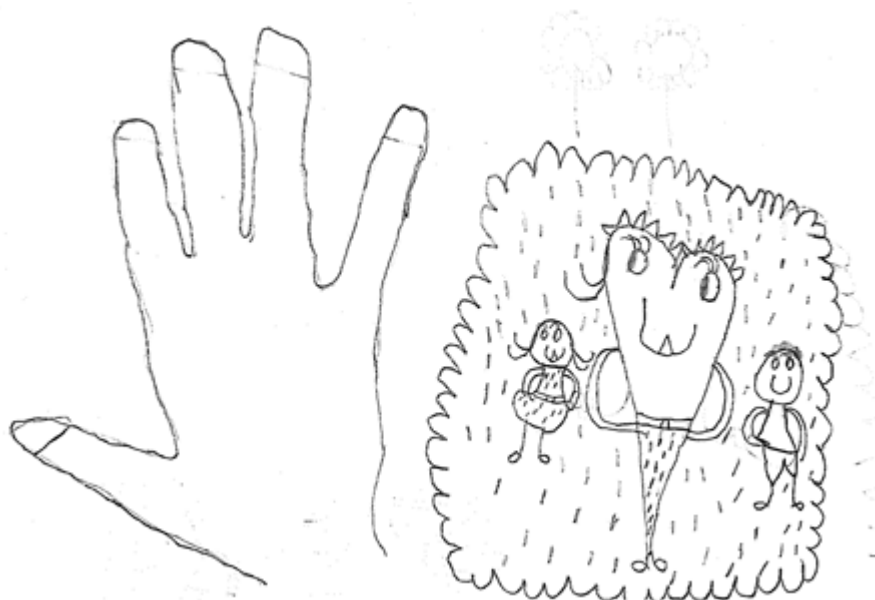


No desenho com a representação da família não há a presença da mãe. Só ela e os dois irmãos representam sua família. Isto pode significar que Elisabeth talvez não

tenha ainda a figura de apego, tão importante para seu processo de resiliência. Ao excluir seus prováveis tutores adultos, esta menina poderá se adaptar à circunstância de abandono. Todavia, “adaptação não são fatores de resiliência, pois permitem uma sobrevivência imediata mas detem os desenvolvimentos e, muitas vezes, preparam uma cascata de provações.”²³⁴ Terá Elisabeth condições de se tornar resiliente, uma vez que precisa se adaptar rapidamente para conseguir sobreviver diante do abandono?

Amanda

Amanda tem sete anos e expressa uma grande doçura no olhar. É meiga, carinhosa, mas muito triste. O pai foi para a prisão, e, depois disso, não para de chorar na escola. Seus desenhos, feitos nos momentos de aula, exprimem a tristeza e a saudade. Em todos eles, há a representação da água como expressão do próprio choro. Infância, “poço do ser”, conforme expressão bachelardiana, que precisa se encher das águas que de si brotam para não se transformar em vazio e escuridão!



Amanda está vivenciando momentos traumáticos separada de seu pai. Para Cyrulnik, há dois golpes que compõem um traumatismo: o primeiro, no real, a partir do

²³⁴ CYRULNIK. Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.156.

trauma real que o indivíduo carrega dentro de si, por meio da provação, da dor, do sofrimento, da humilhação, da perda; e um segundo, na representação do trauma e no discurso dos outros sobre a pessoa depois do acontecimento.

É no discurso social que precisamos tentar entender o efeito devastador e aniquilador do trauma. Os preconceitos, os estigmas, as elaborações morais poderão impedir as transações necessárias entre o psiquismo, o real e o social. Amanda enfrentará quais discursos? Diante da sua dor ao ter o seu pai na prisão, que ela representa tão sensivelmente por meio de desenhos, bilhetinhos de amor e muito choro, haverá figuras de apego que a ajudem a superar a voracidade dos julgamentos do seu entorno?

Vânio e Valéria

Vânio e Valéria são irmãos. Vânio tem oito anos e Valéria dez. Seus pais, desde a adolescência, estiveram envolvidos na criminalidade. O pai de Vânio teve uma infância marginal: se envolveu precocemente em tramas ilegais, como o roubo e o furto, e passou por várias instituições socioeducativas para menores infratores. Os pais de Vânio e Valéria foram presos, por delitos diferentes, e em períodos diferentes. A mãe, quando Vânio tinha apenas três anos, e o pai quando completou sete. Pouco tempo antes da prisão, o pai das crianças começou um relacionamento com dona Lúcia: uma senhora quase vinte anos mais velha, divorciada, mãe de três filhos jovens. Esta mulher assumiu a criação dos meninos quando o pai foi preso. Segundo ela, em entrevista concedida a mim em meados de 2010, não suportava ver a avó das crianças encaminhá-los à mendicância nos sinaleiros da cidade.

Dona Lúcia ensinou os meninos a chamá-la de mãe e passou a cuidar deles. Num dia, depois que Vânio tinha tomado banho, ela foi vesti-lo e disse: “Agora, a mamãe vai te vestir a camisinha”. Segundo ela, depois de pronunciar a palavra “camisinha”,

o menino ficou desesperado, e ficava gritando: ‘ camisinha não, camisinha não. Aí eu falei ‘camisa’, e ele melhorou. E perguntou: ‘ que camisa?’ Quando eu mostrei pra ele a camisa (ela tinha até botão) eu perguntei por que ele chorou quando eu disse a palavra ‘ camisinha’. Ele falou que camisinha era o que a mãe colocava nos homens quando eles iam dormir com ela. E eu pensei: ‘ meu Deus, na cama junto com essas crianças!’ Essas crianças tiveram o que o pai deles também teve. O avô dos meninos abusava sexualmente do filho – pai dos meninos. A Valéria também é uma menina que me deu muito trabalho.

Eu fui procurar psicólogo pra ela, porque eu não sabia tratar com eles. A Valéria sabe tudo sobre sexo. Um dia ela me fez uma pergunta e eu fiquei assim... não tive resposta pra dar pra ela. Fui procurar saber o que ela estava me perguntando. Fui até o postinho de saúde e perguntei para a doutora numa consulta, e ela me perguntou por que eu estava fazendo aquela pergunta. A doutora mandou eu levar a menina no psicólogo para ver se ela havia sido agredida sexualmente. Foi por isso que eu quis assumir esses meninos e dar uma vida pra eles totalmente diferente da que eles tiveram.²³⁵

O pai estava preso até o ano de 2011. Vânio expressa mais a sua angústia por causa da prisão do pai que Valéria. Dona Lúcia os levava aos domingos para visitar o pai, mas percebeu que a ambiência da prisão “não estava fazendo bem para os meninos”. Deixou de levá-los. A compreensão que dona Lúcia teve sobre a assimilação prisional por parte das crianças coincide com o que os profissionais da escola perceberam quando as crianças passavam o final de semana no presídio. Da última vez em que Vânio viu o pai, chegou à escola muito assustado e violento. Corria pelo pátio desesperadamente. O olhar era vazio. Não conseguia conversar com ninguém, não ficava na sala e fugia de quem dele se aproximasse. Ficava agitado e, por vezes, se aquietava em algum canto para chorar.

As cartas enviadas da prisão demonstram o desejo do pai de estar ao lado dos filhos, a preocupação para que sejam comportados e obedientes e a promessa de felicidade quando novamente estiverem juntos.

²³⁵ Entrevista com dona Lúcia concedida gentilmente no ano de 2010. A entrevista foi realizada em sua casa, no horário em que estávamos sozinhas, longe da interferência dos filhos, a pedido dela.

Feliz dia das Crianças

minha, querida filha
Eu não tenho tudo, eu não sou
tudo, mas através de minha simplicidade
eu te ofereço meu amor, carinho, respeito e tudo
de melhor que há em mim.

Porque você e seu irmãozinho são os melhores,
São tudo em minha vida
Neste dia, o qual se comemora o dia das crianças
te desejo todas as bênçãs de Deus em tua vida
Você é uma criança escolhida por Deus, o qual
Deus nunca vai abrir mão de você, Então
minha querida filha seja forte e corajosa, mansa,
paciente, humilde, você é muito especial para Deus
para seu pai e para seu irmãozinho, todos nós
te amamos, e nosso futuro nós aguarda, Deus
nunca vai nos abandonar, toda vez que você
vai dormir pede para o papai do céu te guardar, te
proteger você e teu irmãozinho estão morando de saudade
de estar ao lado de vocês e voltando a ser feliz.

Olha sempre seja essa menina, linda,
obediente, educada, humilde de coração, sempre ao lado de
seu irmãozinho sempre ajudando o outro e obedecendo e
amando a mamazinha de um beijo bem
agradeça nela e ao teu irmãozinho e fala
que o papai ama muito

todos vocês... Agora me responde você tá bem?
Porque eu te peço não vamos desistir, não vamos da
essa gostinho para aqueles que querem ver o novo
projeção, porque vamos lá, teria em nome de Jesus Cristo

meu coração está
forte por vocês
meu coração está
de seu irmãozinho

29/10/2010

S T O O S S D

Ubatuba 29 de outubro às 16:15 horas fim
de Tarde

Saudações, pequenino meu querido filho
quero que está ao chegar em tua maezinha te
encontre firme e forte ao lado de tua irmãzinha
na mais perfeita paz do nosso Senhor Jesus Cristo
eu estou morando de saudade de vocês e gostaria
de saber sobre você na escola, continue sendo
esse menino educado, carinhoso, prestativo e obediente
com as professoras na escola e com a mamãe em
casa, eu estou morando de saudade e gostaria
muito de receber uma foto sua?

Filho eu sinto muito triste em saber que
não posso estar ao seu lado para compartilhar
todos os momentos, mas eu peço para Deus me
conceder essa maravilhosa oportunidade de estar ao seu
lado e nunca mais sair do seu lado te amo
filho...

de seu pai que sempre vai te amar

Sulamericana

Em 2012 Messias, o pai das crianças, se separou de dona Lúcia e assumiu, novamente, a guarda deles. Lúcia ficou muito entristecida, não só pelo sentimento de

ingratidão por parte do ex-companheiro, mas pela preocupação com os meninos que, segundo ela, já eram considerados seus próprios filhos. Assim que saiu da prisão e retomou o contato com as crianças, Messias começou a tratar Valéria de forma diferente, elogiando muito a menina, comprando maquiagens, roupas curtas e sensuais. Dona Lúcia conta que ele estava “vidrado na menina”, e temia o que poderia acontecer com ela.

Infâncias frágeis, infâncias desprotegidas. Vânio e Valéria não são os únicos a vivenciarem o abandono e a desproteção. Se a proposição de Boris Cyrulnik sobre a capacidade de resistir ao trauma estiver certa, poderá haver uma possibilidade desses meninos de encontrarem lugares de afeto, de atividades e de palavras que a sociedade dispõe, às vezes, em torno do ferido. Estes meninos poderão encontrar os tutores de resiliência que os ajudarão a retomarem o desenvolvimento inflectido pelo ferimento.²³⁶ Mas, conseguirão fazer desta experiência amorosa e cuidadosa de dona Lúcia uma possibilidade para superarem os danos sofridos?

As histórias contadas sobre estas crianças e, também, por elas mesmas, levantam questões para os adultos que não encontrarão respostas prontas e fáceis. Haverá para algumas dessas crianças a possibilidade de retomarem o curso de suas vidas com superação do trauma; outras, todavia, não conseguirão encontrar recursos internos capazes de construir um estilo comportamental e um temperamento para lidarem com a adversidade. Mas, o que diferenciara uma da outra? Todas as crianças poderão se tornar resilientes? A proposta aqui não é aprofundar o conceito de resiliência, mas apresentar algumas noções que nos ajudem a pensá-la como uma das possibilidades de superação dos traumas e das experiências de sofrimento.

2.9 A Resiliência

Resiliência é um conceito que a Psicanálise tomou emprestado da Física e da Engenharia. Para as ciências exatas, o termo significa “capacidade de um material para receber uma energia de deformação sem sofrê-la de modo permanente.”²³⁷ Nas ciências humanas, resiliência é entendida como a capacidade que alguns indivíduos apresentam

²³⁶ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.156.

²³⁷Yunes MAM, Szymanski H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: Tavares J, organizador. *Resiliência e educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

de superar as adversidades da vida. Está associada à ideia de que o indivíduo, quando enfrenta uma situação de perda, de trauma, de conflito, enfim, um dano sofrido, é capaz de absorvê-lo e de se recuperar. Esta noção está relacionada à capacidade apresentada por sujeitos ou povos, para retomar, de forma produtiva e criativa, o processo de desenvolvimento após ou durante o momento em que estão vivenciando situações ou ambientes traumáticos.

A resiliência não é um conceito homogêneo entre os estudiosos; para Junqueira²³⁸, por exemplo, deve ser compreendida a partir de uma perspectiva dinâmica, pois o sujeito pode ser resiliente em determinada situação e não em outra. Isto porque cada um possui uma capacidade de maior resiliência em alguns momentos ou situações, ao invés de considerá-lo resiliente num sentido único. A resiliência, para este autor, não se refere a uma adaptação à situação traumática ou a uma superação de seus efeitos, mas, sim, a um processo mais complexo que envolve diferentes elementos.²³⁹

Para Pesce²⁴⁰, resiliência é o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento saudável do indivíduo. O autor elenca três situações como promotoras de maior resiliência: as características da personalidade, coesão e bom relacionamento familiar, presença de suporte externo promovendo estratégias de *coping*²⁴¹ da criança, principalmente do grupo de pares, escola e comunidade.

Para Boris Cyrulnik, resiliência é “a arte de navegar na tormenta”. É a capacidade de apresentar uma nova atitude perante um sofrimento. E são os apegos seguros que tornarão possível aproveitar cada oportunidade de apoio, de ajuda. São, portanto, tutores de resiliência. Esse conceito, entre todos os autores, possui um ponto em comum: a figura do apego ou a rede de apoio disponível ao indivíduo em seu processo de desenvolvimento. São estes dois elementos que serão imprescindíveis para

²³⁸ Junqueira, M. F. P. S. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, 19: 227-235.

²³⁹ Para Junqueira, algumas destes elementos referem-se à inteligência, habilidade de comunicação, resolução de tarefas, facilidade de relações interpessoais, capacidade de auto-regulação afetiva, de planejamento e organização pessoal, presença de figuras de suporte ou redes de apoio. Para aprofundamento da temática, ler: Junqueira, M. F. P. S. & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. **Cadernos de Saúde Pública**, 19: 227-235.

²⁴⁰ Pesce, R.P.; Assis, S. G.; Avanci, J.Q. ; Santos, N. C.; Malaquias, J. V.; Carvalhaes, R. (2005) Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. **Cad. Saúde Pública**, 21: 436-448.

²⁴¹ Para as ciências da saúde, estratégias de *coping* ou enfrentamento são esforços cognitivos e comportamentais para lidar com situações de dano, de ameaça ou de desafio quando não está disponível uma rotina ou uma resposta automática. Apenas esforços conscientes e intencionais são considerados estratégias de *coping*. Para aprofundamento da temática, ler ANTONIAZZI, Adriane Scmazzon; DELL'AGLIO, Débora Dalboscoand BANDEIRA, Denise Ruschel. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estud. psicol.** (Natal) [online]. 1998, vol.3, n.2 [cited 2010-09-08], pp. 273-294.

a superação ou adaptação quando a calamidade, a perplexidade, o trauma ou a adversidade chegar. Crianças não são sujeitos resilientes sozinhos, mas são um potencial para sê-lo:

Para estudar a resiliência é preciso um prazo longo. Quando observamos alguém durante uma hora ou quando convivemos com a pessoa durante três anos, podemos prever suas reações. Mas, quando estudamos o longo prazo de uma existência, podemos prever... surpresas!²⁴²

Edilson é uma destas surpresas. Em entrevista concedida a mim em 2010, contou-me sobre sua trajetória de vida e como superou os danos sofridos. Seu testemunho faz-me pensar no que Cyrulnik escreve: “jamais conseguiremos liquidar nossos problemas, sempre resta deles algum vestígio, mas podemos dar-lhes uma outra vida, mais suportável e, às vezes, até bonita e com sentido.”²⁴³ Edilson conseguiu dar à sua história uma “coloração particular”. Tornou-se grato àqueles que o ajudaram e foi capaz de produzir esperança em meio ao caos:

Eu vim de uma família desestruturada, emocionalmente e psicologicamente. Meu pai era um alcoólatra, minha mãe era uma católica, veneradamente uma católica. Eu tinha também uma irmã sem nexos, não sabia o que queria da vida. Aos 7 anos eu aprendi a beber cachaça com meu pai. Na mesa, eu aprendendo a escrever meu nome, e ele bebendo pinga. Eu aprendi com ele ali dentro de casa... Olha que exemplo! E a fumar droga também. Quando ele descobriu, ele quis impor uma autoridade encima de mim e eu entendi que ele não tinha nenhuma pra falar comigo. Aí deu o primeiro confronto. Ele me agrediu fisicamente, ele me deu um soco no olho. Naquele momento ali eu resolvi que eu ia sair de casa e não ia voltar nunca mais. E foi o que eu fiz. Aos 8 anos eu peguei a mochila que eu carregava o material da escola, joguei em cima da cama, coloquei umas roupas e fui pra rua. Na rua eu conheci um traficante que me adotou com amor, com dedicação, carinho, respeito. Mas em troca eu tinha que vender droga pra ele, fazer pequenos assaltos, gerenciar o mundo do crime. Aos 15 anos eu já sabia manusear bem uma arma, já sabia vender droga, já sabia falar bem a língua dos bandidos e eu montei um império pra mim. Agora eu não preciso mais trabalhar pra ele; eu vou montar um negócio pra mim. Foi quando eu fui pra São Paulo, capital, e montei um império pra mim com 80 pessoas. Dez vendiam droga, dez assaltavam um banco, dez assaltavam um mercado. Eu tinha também três casas de prostituição, cada casa com oito meninas. Tudo lucrativo. Tráfico de armas. Tudo o

²⁴² Ibid. p. 12

²⁴³ Ibid. p. 12.

que existe hoje, ha trinta anos atrás, eu fiz. E ganhava muito dinheiro... (depoimento oral, mai 2010)

A história de vida de Edilson²⁴⁴, apesar de trágica, não é única. Assim como Edilson, muitas crianças também foram ou são maltratadas por suas famílias e encontram na figura do traficante “proteção”, “apoio” e “segurança”, mesmo que mais adiante compreendam que fora preciso barganhas, humilhações e muita sujeição às regras do tráfico para continuar sobrevivendo. Na entrevista, Edilson expôs com orgulho e satisfação o que havia acontecido em sua vida para que ele se livrasse do “inferno” onde estava. Aos dezoito anos foi preso, aos vinte e dois anos contraiu o vírus HIV e, depois disto, conforme suas próprias palavras, “abandonou o império do tráfico”. Voltou a morar na rua, experimentou o que havia de pior na sociedade, inclusive a prisão. Depois de vinte anos sem ter notícias da família, ligou para a mãe que ainda estava viva e ela pediu para que voltasse. O pai já havia falecido e isso foi importante para que ele tomasse a atitude.

Muito doente, viciado em álcool e crack, fez da mãe sua co-dependente. Ela cuidou, alimentou, deu-lhe um teto, sujeitou-se a comprar as drogas, mas quando já não suportava suas agressões, o deixou. Com os nervos e a saúde atrofiados por causa do uso do crack, Edilson não conseguia mais comer, não tomava banho, enfim, passou a morar debaixo de uma árvore a poucos metros de casa. Um dia, um homem que o conheceu ainda criança o viu naquelas condições, o acolheu, o levou para casa, deu banho, comida e o encaminhou a uma casa de recuperação para dependentes químicos.

Há dezesseis anos Edilson mora nesta instituição, agora trabalhando como coordenador da ONG, afastado dos vícios, segundo testemunho, ajudando aqueles que passaram pelos mesmos problemas. Uma enunciação do que se chama de “resiliência”. Sua atitude de sair ainda tão pequeno de casa, assumir os riscos da rua e enfrentar as ilegalidades, foi uma maneira sensível que Edilson encontrou para romper com sua história de “lagarta”. Transformou-se numa borboleta. Agora ele conta a si mesmo sua história elaborada juntamente com a história que lhe contam sobre ele mesmo.

A metáfora da borboleta é sugestiva: ela esvoaça num mundo aéreo, não tem mais nada a compartilhar com a lagarta que rasteja no chão. No entanto, saiu dela e continua sua aventura. Mas sua passagem pela crisálida operou uma metamorfose. A

²⁴⁴Ex-traficante e usuário de drogas, há doze anos coordena uma ONG (CEAMI/Uberlândia) que atende dependentes químicos e detentos que cumprem pena alternativa.

partir de então, a resiliência mudou de universo.²⁴⁵ Mas nem todos têm a mesma sorte de Edilson. Crianças e adolescentes continuam abandonados, inseridos na trama perversa do tráfico de drogas, do banditismo, dos roubos, da violência desmesurada, vitimizados e, ambigualmente, culpados pelo vício e pela hierarquia criminosa dos quais muitos fazem parte.

Muitos destes meninos e meninas não encontrarão figuras de afeto capazes de ajudá-los a superar o dia da perplexidade ou adaptar-se ao dano sofrido. E assim vão pagando com a própria vida qualquer atitude de insubmissão, traição ou delação, pois é na delinquência que muitos se refugiarão para dizer: eu existo! Isto porque, para Cyrulnik, “ em um meio sem leis nem rituais, uma criança que não fosse delinquente teria uma esperança de vida muito breve. O fato de colocar seu talento, sua vitalidade e sua capacidade de se virar a serviço da delinquência prova que ela é sadia em um meio doente.”²⁴⁶ Nesse sentido, a delinquência torna-se um valor de adaptação, um recurso à sobrevivência, uma atitude de preservação da autoestima e uma maneira, ainda que às avessas, de reelaborar sua história com os recursos que dispõe.

Kátia

Kátia e Lúcia são irmãs. Kátia tem doze anos e Lúcia dez. Seus irmãos têm catorze, oito, seis, três e o caçula apenas um. Todos são de pais diferentes. A mãe tem problemas com alcoolismo, e as filhas não sabem dizer se ela é usuária de crack, embora já tenha aparecido na escola com comportamentos típicos de que seja. A mãe tem trinta e um anos. Perdeu dois filhos. Vivem em extrema pobreza. A casa é uma das poucas da rua que ainda não sofreu nenhuma modificação, nenhuma melhoria na infraestrutura.

Kátia é uma menina muito reservada. Quando conversa sobre assuntos de sua família fala pouco, não sai do lugar, tem poucos movimentos, e é de uma profunda tristeza. Quando não está falando da família, conversa, brinca, é espontânea e demonstra atitudes amorosas. Procura expressar seus sentimentos escrevendo bilhetinhos para a professora que sempre a leva para casa (você é minha estrela, traz mais eu pra cá, desenha a mão na folha, diz que ama, cita todos da casa da professora). Kátia nunca

²⁴⁵ CYRULNIK. Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.114.

²⁴⁶ Ibid,

desenhou a família, mas expressa alegria quando está com a família da professora. Não gosta de conversar com a mãe quando vai para a casa dela.

Em uma das vezes quando foi levada para um final de semana na casa da professora, sentaram do lado de fora da casa, que se localiza em frente a uma praça. Kátia conseguiu perceber vários usuários de droga que conversaram e trocavam “os bagulhos” publicamente. Sem que a professora lhe perguntasse nada, começou a narrar com minúcias como é o mundo do tráfico. A menina já sabe quem é o gerente que comanda as bocas de fumo e a distribuição do crack e da maconha no bairro onde mora, bem como nas favelas vizinhas. Em seu testemunho, demonstrou conhecimento de como funcionam as leis que regem o tráfico: “ninguém de um bairro pode bater em outro sem a permissão do gerente que comanda o tráfico naquele território”.

Kátia conta que o gerente é forte. Ser “forte”, no mundo da criminalidade, significa ter poder. Poder por ter dinheiro e por comandar a vida dos moradores. Nas palavras de Kátia, “o gerente é a pessoa mais forte: ele sabe atirar, ele tem arma e todos têm que obedecê-lo”. Os irmãos pequenos de Kátia ficam grande parte do tempo na rua, principalmente o de seis anos. Eles já conhecem, inclusive o de três anos, todos os tipos de droga: conhecem os que usam, onde moram, chamam cada um por nome. Compreendem e já fazem uso da linguagem e gírias praticadas pela bandidagem. Seus irmãos são trancados dentro de casa pela mãe, mas prendê-los não é suficiente para garantir que fiquem em casa. Isto porque é o “gerente” quem efetivamente decide se as crianças ficarão na rua ou não:

O gerente manda tirar meus irmãozinhos de casa. Ele fala que são crianças e tem que liberar. Todo mundo tem que obedecer. Minha mãe não namora o gerente, mas o obedece. (Kátia, 12 anos)

Kátia não conhece o pai, nunca o viu, nem por fotografia. Diz/imagina que ele mora em São Paulo. Foi embora após ter sido flagrado molestado a irmã. Foi linchado pela comunidade e preso, mas já está em liberdade. A mãe tem um namorado, servente de pedreiro, que é bastante agressivo. A menina conta que ele bate na mãe por ciúmes, embora a ajude em casa; que já tentou matá-la e que vai matar a mãe. Kátia afirma que se ele matar a mãe, ela vai matá-lo; vai crescer para matá-lo.

Um dia ele bateu muito na minha mãe. Eu e a Lucinha jogamos vassoura e o que tivesse para mandar nele. Eu liguei para a polícia, mas ele fugiu. Depois voltou e continua a namorar a minha mãe. Ele não vive com ela dentro de casa. Minha mãe nunca foi presa, mas já foi várias vezes denunciada no Conselho. Os vizinhos falam que minha mãe deixa os meus irmãos na rua o dia todo, jogados e abandonados. (Kátia, 12 anos)

A polícia vistoria com frequência a casa de Kátia. Ela relata que o irmão de oito anos já foi estuprado quatro vezes (inclusive, por outro menino/irmão de doze anos). Segundo o relato da professora, é um aluno triste, não aprende, está na aula de reforço e não desenvolve a aprendizagem. O "buraco" é o lugar onde acontecem os estupros. Sua irmã mais velha dá muito trabalho para a mãe. Já chegou várias vezes drogada em casa. A irmã namora um amigo do gerente. Fuma cigarro, vai para a escola, falta às aulas para ficar fumando do lado de fora e para ficar com os meninos. O desejo da irmã mais velha, segundo Kátia, é ficar maior para se prostituir.

Kátia sabe muito. Lucinha nem tanto, ou se sabe não conta. Kátia vivia na rua porque nunca queria voltar pra casa. Os irmãos mais novos ficam muito fora de casa, e o de seis anos já sabe tudo sobre as leis que regem o tráfico. Os vizinhos dizem que este menino será o próximo gerente. A mãe não tem autoridade sobre nenhum dos filhos, e o desejo de Kátia é que a mãe quebre as pernas dos irmãos para eles não irem para a rua e fiquem longe "desse povo". O de três anos pede dinheiro pra todos da rua:

se minha mãe não quebrar as pernas dele e ele continuar a ficar na rua, eu já falei que vou quebrar. O Conselho disse que se minha mãe não cuidar dos meus irmãos ela vai ser presa, e eu não quero ficar sem a minha mãe. Eu não gosto que ela beba. Eu não quero isso pra mim. Eu peço sempre pra minha mãe pra mudar de lá, mas ela não consegue vender a casa. Eu não vou continuar lá, nem que seja pra morar com a Patrulha Escolar. (Kátia, 12 anos)

A mãe da menina não trabalha, vive de doações da comunidade, incluindo os vizinhos, os comerciantes e a igreja. Também recebe "Bolsa Família"²⁴⁷. Na casa todos

²⁴⁷ O programa Bolsa Família (PBF) foi criado pelo Governo Federal através da Lei Nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. É um programa de transferência de renda criado com a intenção de melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres do Brasil. O Programa já atende a 12,3 milhões de famílias, nos municípios brasileiros. É um programa de transferência condicional de renda, ou seja, os beneficiados recebem dinheiro do governo federal e, em troca, devem atender a algumas exigências. Só podem participar do programa de famílias cuja renda per capita mensal é inferior a 120 reais. Os interessados são cadastrados pelas prefeituras, e o governo federal decide se concede ou não o benefício. O Governo exige

trabalham: Lucinha cuida dos irmãos e faz comida, Kátia lava as louças e ajuda a lavar as roupas, a irmã mais velha também faz a comida. Ela conta que o “gerente” quer namorar a irmã: “ela não aceitou, e ele já prometeu um monte de coisas pra ela. Mas ela já tem um namorado, que é inclusive amigo do gerente.”

Kátia não gosta da irmã mais velha. Lucinha não diz que não gosta, mas também não afirma que gosta. A irmã morava com a avó, e há um ano apenas está morando com a mãe e os irmãos. Todos os irmãos, com exceção da mais velha, frequentam a igreja. Ela diz que o pastor e a esposa pegam os meninos. Às vezes a mãe leva, e às vezes, eles vão sozinhos. Kátia nunca faltou à igreja. O pastor e a esposa disseram não querer levar mais os irmãos mais novos porque chutam, mordem e não querem mais obedecer.

Esta menina já presenciou vários tipos de violência: já viu a cabeça de um homem ser cortada e chutada por causa de dívida no tráfico. Já sabe da luta travada entre a mídia sensacionalista e as facções criminosas: “Quando a televisão vai no lugar, só sai o que ‘eles’ deixam sair na reportagem”. Ela mora perto de algumas bocas de fumo. A plantação de soja nas proximidades do bairro serve como lugar de matança dos que se endividaram com o tráfico.

Lá eles matam e enterram. Quem cava dos buracos ganha dez reais. Os usuários são os que fazem os buracos. O policial ‘Cheradão’ vai muito lá na rua de casa. Às vezes vai ele e mais uns três na viatura. O Cheradão usa droga, e quando tem muita gente na rua, ele pega a droga e pisa em cima. Ele toma a droga dos meninos pra ele cheirar. Esses meninos são os helicopterozinhos. Não fala mais aviãozinho, porque eles são bem menorzinhos. Eles levam as malas com cento e cinquenta pacotinhos de brita²⁴⁸. Cada mala, se perder, tem que pagar trezentos reais. Se ele não pagar ele tem que prestar serviço para o gerente. Esse serviço tem que ser de acordo com o valor. A cor da embalagem da brita ‘vareia’. A do Morumbi é azul e a do Celebridade é preta. Tem outras cores: amarelo, preto, azul, verde. Cada cor representa um território. (Kátia, 12 anos)

A história de Kátia também não é solitária. Quantas crianças hoje, no mundo, vivenciam as situações de abandono, de perigo, de medo e isolamento? Se o que

da família beneficiada que todas as crianças com idade entre seis e quinze anos tenham frequência escolar mínima de 85% e aquelas que estão em idade de vacinação têm de ter a carteira em dia. Por sua vez, as gestantes devem fazer o exame pré-natal. O descumprimento de alguma dessas exigências leva, teoricamente, à exclusão do programa. As famílias atendidas pelo PBF recebem um benefício mensal, que pode variar de R\$22,00 (vinte e dois reais) a R\$ 200,00 (duzentos reais) e, em contrapartida, assumem o compromisso de manter as crianças e adolescentes de seis a dezessete anos na escola e fazer o acompanhamento de saúde de crianças menores de sete anos, grávidas e mães que estão amamentando.

Disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/bolsa_familia/13.html. Acessado em 08 abr/2013.

²⁴⁸ Gíria usada pelas facções criminosas significando a pedra de crack.

propicia a resiliência, em primeiro lugar, é um ambiente de afeto, principalmente na primeira infância, terá esta menina condições de superar seus medos e traumas e tornar-se resiliente?

2.10 A escola

Conforme abordagem foucaultiana, a escola é uma instituição disciplinar, de controle, de vigilância. Ela se sustenta por meio da disciplina que, para Foucault, pode ser definida como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”.²⁴⁹ Assim como a prisão, o hospital, o manicômio, a escola também impõe sobre o corpo obrigações, limitações e proibições. A intenção é docilizá-lo para torná-lo submisso, utilizado, transformado e aperfeiçoado.²⁵⁰

Na escola, esse dispositivo de poder denominado, por Foucault, como disciplinar utiliza-se de uma infinidade de métodos minuciosos e, às vezes, até sutis, para cumprir com a finalidade que se propõe. O olhar hierárquico, o castigo normalizador, o exame compõem o poder disciplinar e suas técnicas minuciosas e, por vezes, até íntimas, definindo “um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica do poder’”.²⁵¹

A rede de micropoderes pulverizados nas relações cotidianas da escola vai abrangendo alunos, pais e todos os funcionários, além de uma infinidade de dispositivos – como o currículo, a avaliação, o planejamento, as políticas públicas, os projetos e as inspeções. Não correr no recreio, falar na hora adequada, não levantar-se da cadeira durante a aula, cumprir o tempo prescrito para cada tarefa, não demorar no banheiro, não olhar para o lado para conversar com o colega, fazer todas as atividades propostas, usar o uniforme, fazer fila, são algumas das formas de disciplina aplicadas ao aluno no cotidiano escolar. Um gesto, um olhar, um psiu, um grito, uma palavra mais severa, a batida do apagador, o encaminhamento à sala de orientação educacional, as advertências e suspensões compõem o repertório do professor ao exercer o seu poder disciplinador com o intuito de garantir a normalidade que deve existir na instituição escolar.

²⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987, p.118.

²⁵⁰ *Ibid.*, p.118.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 120.

Nessas relações de convivência, Michel de Certeau evidencia a produção de práticas – individuais ou coletivas – no âmbito do cotidiano: um cotidiano que o autor toma como escopo conceitual as noções de “tática” e “estratégia”. Enquanto as estratégias referem-se àquilo que se tenta capturar, marcar os corpos, submeter uma coletividade a uma mesma forma de pensamento e comportamento de captura instaurada pelo Estado a partir de seus agentes (prisoniais, educacionais, médicos, jurídicos etc.), as táticas são as fugas, as ações esquivas, o comportamento desviante. Tanto as táticas quanto as estratégias compõem o cenário da vida cotidiana. Mas são as práticas individuais pensadas como táticas que dão evidência a uma nova forma de agir frente às estratégias. Nesse sentido, Certeau levanta uma questão importante:

se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política.²⁵²

Se existem os dispositivos de poder, pensados e praticados por meio de uma multiplicidade de formas e maneiras de agir sobre os indivíduos que se pretendem docilizados e utilizados, também existe uma multiplicidade “de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano”²⁵³. Procedimentos minuciosos e mudos, mas que revelam a criatividade dispersa, a bricolagem, os desvios, as fugas, as maneiras múltiplas e diversas de se driblar as imposições e de se produzir os próprios usos daquilo que é imposto – ainda que dentro de um campo de tensões, no qual circulam mecanismos disciplinadores e de vigilância.

A escola é uma instituição disciplinadora, que padroniza comportamentos, linguagens e conhecimentos. Mas é o espaço também onde circulam as táticas daqueles que não se conformam, dos que resistem, dos que encontram nas brechas oportunidades de uma ação “antidisciplinar”. As crianças são sujeitos, por natureza, táticos e habilidosos na arte da bricolagem. Sua diversão está na fuga, nos pequenos momentos quando conseguem escapular das amarras de algum adulto. Lucas, Miriam, Rafael, Elisa, Stéphanie, Michele, Gabriel, Karina, Pedro, Bruno, Jadson, Reginaldo, Elisabeth,

²⁵²CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.41.

²⁵³ Ibid. p.41

Amanda, Vânio, Valéria e Kátia são crianças, e como todas as outras, estão sempre bricolando, tentando encontrar meios para burlarem alguma regra, alguma imposição, algum momento de controle que, para elas, são as horas chatas e pouco lúdicas.

Todas elas frequentam a escola e convivem com a disciplina, a norma, o controle, a vigilância. A maioria delas gosta de estar na escola. Não tanto pelos conhecimentos que irão adquirir, pelas aprendizagens que construirão no decorrer do ano letivo; muito menos pela disciplina e controle que terão que se sujeitar; mas pelas brincadeiras, pela merenda, pelas horas divertidas que passarão com colegas, pelos momentos de fuga quando conseguem se distrair, além de burlar alguma regra imposta ou, até mesmo, algum sentimento que a deixa triste, solitária, agonizada, sofrida.

Muitas delas andam grandes distâncias, a pé ou de bicicleta, debaixo de sol ou de chuva, até chegarem à escola. Nem todas são acompanhadas pelos pais ou por algum responsável. É comum vê-las sozinhas, ou na companhia de outra criança, no percurso entre a casa e a escola. Um percurso que, apesar dos perigos - desde o trânsito agitado nas proximidades até pessoas mal intencionadas que, vez ou outra, costumam molestar alguma criança desacompanhada ou aliciá-la para o mundo da criminalidade – também propicia um sentimento de liberdade, de autonomia, de coragem e até mesmo de alegria.

Elas não se percebem como sujeitos docilizados, disciplinados, normatizados – esta é uma construção do adulto que a vê com todas essas categorizações. Ao contrário, elas se veem como crianças, explorando um mundo desconhecido e nem sempre atrativo – o mundo “escolar”. Um mundo considerado para Cyrulnik como sendo a primeira grande prova social que a criança terá de enfrentar. Um enfrentamento que acontece, segundo o autor, provido de um capital histórico e psíquico que ela já adquiriu por meio de um temperamento modelado pelo apego precoce que lhe ensinou respostas emocionais e comportamentais preferenciais. Este capital histórico e psíquico assimilado pelas crianças, oriundo de seus próximos e impregnado em sua memória vai, aos poucos, escapando “à modelagem parental para submeter-se à da escola, que molda as crianças muito mais do que se imagina.”²⁵⁴

Assim, escapando à “modelagem” parental, conforme Cyrulnik, essas crianças vão se submetendo à escola, mas, por meio de táticas criativas, também vão elaborando desvios e fugas para escaparem da voracidade e do poder dos adultos. Às vezes querem ser vistas, outras, desejam tornarem-se (ou manterem-se) invisíveis. A escolha para uma

²⁵⁴ CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo Martins Fontes, p.54.

ou outra dependerá dos conflitos que enfrentam, dos momentos que experienciam, dos sofrimentos que as afligem. É nessa perspectiva que a resiliência pode ser considerada também uma tática, um desvio, uma forma de ajudá-las a sobreviver em meio aos múltiplos dispositivos disciplinares e “sequestradores”²⁵⁵. Pode se tornar em recurso desviante ao oportunizar à criança – especialmente aquelas em situações de risco e vulnerabilidade – momentos para compartilharem suas narrativas, enfrentarem seus medos, oferecendo ambiência de proteção e, sobretudo, oportunizando a escuta para que, através do conhecimento do que enfrentam ou enfrentaram, seja possível reconstruir a vida.

A resiliência, segundo Cyrulnik, é “mais eficaz quando a criança, mais bem instrumentada graças ao desenho, à fala ou à encenação, consegue comandar a forma que deseja dar à expressão de sua infelicidade.”²⁵⁶ Desenhos, encenações, ampliação do vocabulário são instrumentos aperfeiçoados na ambiência escolar, possibilitando trazer novos significados à criança que enfrenta situações de sofrimento. Mas quanto menos instrumentalizada estiver, mais à mercê da imediatez do mundo psíquico dos outros ela estará.²⁵⁷ Para o autor,

a representação de sua tragédia passada e de seus sonhos de futuro depende agora da reação dos espectadores, da opinião dos juízes e dos estereótipos do discurso social. Se o outro lhe diz que seu trauma não existe, que ela fez por merecer ou que está perdida, acabada e que nunca poderá se recuperar, o trauma se torna arrasador, pois impede qualquer processo de reparação ou até de cicatrização. É no discurso social, portanto, que se deve tentar compreender o efeito devastador do trauma, tanto quanto nos discursos íntimos da criança.²⁵⁸

A escola, então, pode se tornar um espaço privilegiado de promoção da resiliência. Mas também pode ser uma rede de riscos e ameaças ao futuro dessas crianças quando não são ouvidas e, por vezes, passam a ser desacreditadas e culpabilizadas por seus destinos. A partir do momento que uma criança narra um acontecimento marcado pelo sofrimento, ela poderá conhecer “destinos diferentes conforme os circuitos afetivos, historicizados e institucionais que o contexto social

²⁵⁵ Para Foucault, instituições (como a prisão, o hospital e a escola) são instituições de sequestro, uma vez que são espaços que moldam a conduta, disciplinam o comportamento e o formatam o pensamento. Para aprofundamento, ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 1987.

²⁵⁶ _____. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.119.

²⁵⁷ Ibid.

²⁵⁸ Ibid.

dispõe em torno do ferido.”²⁵⁹ Ainda que essa criança traumatizada passe a construir uma personalidade amoral, de traços psíquicos de identificação com o agressor, de desconfiança constante e de dificuldades escolares – quadros que, para Cyrulnik são incontestáveis, “poderá haver uma espantosa variabilidade conforme a maneira pela qual a criança atingida é acolhida por seu grupo e sua cultura, pois nenhum sofrimento é irremediável, todos são transformáveis quando se oferecem tutores de resiliência. Isso não quer dizer que o tormento seja desprezível, porém, uma vez que ele existe, será preciso fazer alguma coisa dele, não se pode, afinal, ficar à mercê da desgraça.”²⁶⁰

“Ficar à mercê da desgraça”: expressão que descreve a situação das escolas quando recebem esses meninos e meninas que vivenciam situações de violência extremas. O encarceramento de um parente próximo é apenas uma destas situações, com a qual a escola não está preparada para lidar. Um “horror” que não se restringe ao fato de o pai, a mãe, o irmão ou um tio estarem agora na prisão, mas também pelos acontecimentos que giram no entorno deste acontecimento. Na maioria das vezes, a prisão vem acompanhada de ilegalidades, violência, perseguição, riscos, desproteção – tanto em relação ao preso quanto à sua família. As crianças são as maiores vítimas, pois ainda estão no processo de construção de suas emoções, de representação dos traumas e reelaboração das situações traumatizantes e, não raro, ficam à mercê das decisões e julgamentos dos adultos, nem sempre preparados para protegê-las.

Por esta razão, a escola deve proteger estas crianças que chegam em situação de risco, de abandono, maus tratos ou vulneráveis por causa do sofrimento que passaram ou ainda passam. Os recursos de que a escola dispõe para oportunizar esta proteção são ínfimos e de poucos resultados. A denúncia ao Conselho Tutelar – órgão não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente – é a ação mais eficaz, embora seja lenta e nem sempre garantindo o acolhimento.

Além da denúncia, a escola precisa oportunizar momentos de escuta para que a criança ferida relate sua experiência e busque, no adulto, a ajuda necessária. A criança ferida, segundo Cyrulnik, aprende, num primeiro momento, a relatar para si mesma, silenciosamente, o dano sofrido. Mas se este acontecimento não for narrado e socializado, ele pode “inchar, se reforçar, ocupar toda a vida psíquica e cortar do mundo a criança ferida. Portanto, o relato de suas experiências é um processo pelo qual ela é

²⁵⁹ CYRULNIK. Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.122.

²⁶⁰ CYRULNIK. Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo Martins Fontes.

obrigada a passar para não delirar.”²⁶¹ É no exercício da escuta que se inicia o trabalho de resiliência, e a ferramenta que permite esse trabalho chama-se “narração”. Alguém que narra e outro que escuta – eis o princípio do trabalho da resiliência.

Nesse sentido, encontrar ouvintes pode ser um dos caminhos para saber quem poderá ser um tutor de resiliência. O que se dispõe a ouvir o trauma ou o dano sofrido torna-se “co-autor do discurso íntimo dos feridos de alma. Quando os fazemos calar nós os deixamos agonizar na parte ferida de seu eu, mas, quando os escutamos como se recebêssemos uma revelação, podemos transformar sua narrativa em mito.”²⁶²

Mas, engana-se quem pensa que ouvir é uma tarefa fácil. Ao contrário, nem sempre o ouvinte fica à vontade diante daquilo que escuta. Às vezes quem se dispõe a ouvir não sabe lidar com tais narrativas, e, não raro, fica constrangido ou torna-se validador de juízos diante dos acontecimentos de horror e atrocidades que lhe foram confiadas. Se para Walter Benjamin “a arte de narrar está em vias de extinção”, e “são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”²⁶³, ousar dizer que, mais do que narrar, a habilidade de escutar está desaparecendo. Muitas crianças querem narrar, mas há quem se dispõe a escutá-las, a dar credibilidade em suas narrativas e a acreditar em suas fábulas? E quanto à escola? Pode-se dizer que existem momentos para a escutatória? ²⁶⁴Seus profissionais estão preparados para ouvir e acolher no interior de um projeto pedagógico estas narrativas?

É possível constatar que nem sempre existe, nesses espaços escolares, uma disposição ou um entendimento sobre a importância da escuta. Segundo Cyrulnik, a maneira como as crianças agredidas ou que estão em um momento de sofrimento exprimem suas lembranças depende muito da maneira como os adultos as fazem falar. As perguntas feitas às crianças para que consigam narrar o acontecimento traumático ou o dano sofrido exige do adulto uma sensibilidade e um bom senso, pois ainda que a fala da criança seja precisa, o que se diz a ela pode modificá-la. São nos circuitos de sua cultura que a criança pode socializar sua tragédia. Todavia,

se a cultura não dispõe em torno da criança ferida nenhuma possibilidade de expressão, o delírio lógico e a passagem ao ato

²⁶¹ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.132.

²⁶² CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo Martins Fontes, p.44.

²⁶³ BENJAMIM, Walter. O narrador (1936). In: **Walter Benjamin – obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

²⁶⁴ Expressão criada por Rubem Alves. Disponível

em: <http://rubemalves.locaweb.com.br/hall/wwwpct3/newfiles/escutatoria.php>. Acessado em 11 abril/2013.

fornecerão tranquilizações momentâneas: o extremismo intelectual, a delinquência política ou os impulsos psicopáticos manifestam-se regularmente quando se obriga essas crianças a se manter prisioneiras de seu passado. Mas, quando lhes é oferecida uma possibilidade de expressão, veem-se surgir marginais criadores. Aliás, todo criador é forçosamente marginal, uma vez que põe na cultura algo que, antes dele, ela não tinha. Ora, essas crianças brutalizadas, vítimas de incesto ou de maus-tratos, já fizeram esse trabalho de marginalização. As crianças feridas têm a escolha entre a passagem ao ato ou a inovação cultural. A cultura ambiente é que as orientará.²⁶⁵

A escola é um dos campos de promoção da cultura e, por esta razão, uma de suas funções sociais é oportunizar momentos criativos para poderem se expressar e, assim, fazer das atividades lúdicas e artísticas momentos privilegiados de orientação para a resiliência. Além disso, a escola poderá ser o espaço onde a criança compartilhará suas histórias, como vítimas ou algozes, dando a elas um “passado pensado”. Quando se trata de crianças com parentes reclusos, as ilegalidades, as contravenções, as táticas são elementos que tecem as tramas que envolvem a prisão e, por isso, a escola precisa oferecer a convicção de que tais crianças são também “responsáveis pelo que lhe aconteceu, permitindo a elas tornarem-se sujeitos de seu destino, autor de seus atos e não objeto jogado de um lado para outro, fustigado pelas circunstâncias, submisso.”²⁶⁶

Davi e Estrela são irmãos, e o pai está preso. Quando Davi narra o acontecimento pelo qual seu pai foi encaminhado à prisão, ele constrói a seguinte narrativa: o pai estava num bar, já alcoolizado, e em meio a uma briga, esfaqueia a cabeça do adversário. O homem não morre, mas o pai dos meninos, por ser pego em flagrante, é preso imediatamente. Davi conta que o pai estava jogando sinuca, e o homem, sem mais nem menos, o agride e manda uma paulada na cabeça dele. Ele, para se defender, joga a faca na mesa, mas a faca acerta sem querer a cabeça do homem. Estrela, por sua vez, repreende o irmão e conta outra versão para a história: o pai brigou e por estar de “cabeça quente”, conforme as palavras da menina, ele esfaqueou o homem que o xingou e o agrediu com uma paulada. A polícia chegou na hora do acontecimento e o levou preso.

Para Cyrulnik, a criança que não consegue assimilar o ato criminoso do pai – por vê-lo como um totem – precisa assumir a culpa necessária para se libertar, pois o fato de sentir culpa “permite às crianças feridas significar para si mesmas que não são passivas,

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ CYRULNIK. Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.

e podem mudar os seus destinos.” São os sentimentos de culpa que estabelecerão as relações necessárias de redenção e expiação. Para o autor, “sentir culpa é dar a si mesmo a prova de que não é um monstro (...) é plantar em si mesmo a convicção íntima de ser profundamente moral.”²⁶⁷ A linguagem judaico-cristã elaborada por Cyrulnik traz significações de expiação e redenção que não considero adequadas para o significado que a escola e seus profissionais precisam dar às crianças que vivenciam situações de ilegalidade na família e sofrem com o destino daqueles que cometem crimes. Assumir a culpa por aquilo que não cometeram é uma exigência perversa e descabida, mas esta criança poderá ser compreendida se, a partir de suas narrativas, seja possível ajudá-la a dar outro significado ao que lhe aconteceu.

A escola precisa ser um campo de ajuda na promoção deste novo significado. Mas se seus profissionais não souberem acolher a criança nesse processo de ressignificação do acontecimento traumático, esta poderá se sentir ainda mais ameaçada e desprotegida. Qualquer olhar inquiridor ou atitudes de exasperação frente ao acontecimento poderá fazer com que a criança mergulhe ainda mais no seu universo íntimo e se esconda dos apontamentos de juízo daqueles que poderiam ser seus tutores de resiliência. É preciso, todavia, que a escola e seus profissionais estejam preparados ou dispostos ao exercício da escuta. Quando a criança se dispõe a falar, muitas emoções emergem e, não raro, ela não consegue expor com clareza o que está sentindo e não é capaz de emitir nenhum juízo sobre o acontecimento. Por isso, é preciso se ter cuidado quando se está diante de uma criança em sofrimento, pois

quando o depoimento de uma criança não corresponde à representação esperada pelo adulto, este tende a desqualificar a criança, dizendo que seu testemunho não é fiável. Nesse caso, o adulto que está provocando os distúrbios que descreve. Impedindo a criança de expressar o que constitui uma imensa parte de seu mundo íntimo, ele acarreta uma clivagem de personalidade, uma divisão do eu em duas personalidades que se ignoram.²⁶⁸

Estas duas personalidades são as que irão fazer com que a criança tenha atitudes de adaptação ao comportamento adulto: dependendo da reação do adulto diante do que narra, ela pode criar um mecanismo que a informará o que pode ser dito e o que não

²⁶⁷ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.143.

²⁶⁸ Ibid.

será aceito. Nas palavras de Cyrulnik, a criança se adapta à patologia do adulto. Dito de outra forma,

a criança traumatizada se adapta, por meio da clivagem, à impossibilidade dos adultos de ouvir um depoimento fora da norma. Sua personalidade aprende a se desenvolver em duas direções diferentes. A primeira se tece em torno dos tutores de desenvolvimento afetivamente e socialmente oferecidos pelos adultos. E a segunda se faz em segredo, na intimidade de um mundo mental recusado pelos adultos.²⁶⁹

Na perspectiva de Cyrulnik, a escola poderá ser um campo de promoção da resiliência. Não é o único, mas constitui um espaço privilegiado porque seus profissionais lidam com essas crianças todos os dias, e o tempo de convívio pode favorecer momentos de observação e acolhimento. Segundo o autor, estes momentos devem ser contínuos, tornando-se a primeira malha necessária para reatar o vínculo após o ferimento. A segunda malha é representada pela família e pelas instituições, e a terceira acontece quando a sociedade oferece a essas crianças a possibilidade de se socializar. Passando por estas três malhas, a criança exercerá sua resiliência pelo resto de sua vida. Todavia, nem sempre ela pode contar com essas malhas. Quando se trata, por exemplo, de crianças que enfrentam o encarceramento de seu parente querido, os laços familiares com frequência se esgarçam. As outras instituições, como a escola, não as acolhem, muitas vezes por inquirir seus próprios juízos sobre aqueles envolvidos com a criminalidade e sobre seus parentes.

Segundo Cyrulnik, encontrar a figura de apego, um tutor de resiliência que dê sentido ao trauma vivenciado, pode dar à criança um sentimento de libertação, e isto pode possibilitar que ela tenha um apetite pela vida. Feridas afetivas podem se transformar em grande felicidade. Se vencerem o traumatismo poderão fazer coabitar doravante o horror e a poesia, o desespero e a esperança, a tortura gelada e o calor humano.²⁷⁰ Profissionais da escola, em geral, podem ser candidatos a tutores de resiliência. Mas “se só podemos ser tocados pelos objetos aos quais nosso desenvolvimento e nossa história nos tornaram sensíveis, pois lhe atribuímos um significado particular”,²⁷¹ não será muito fácil, num mundo individualista e inafetivo

²⁶⁹ CYRULNIK, Boris. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.143.

²⁷⁰ _____. **Falar de amor á beira do abismo**. São Paulo: Martins fontes, 2006.

²⁷¹ _____. **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.143.

como o que estamos vivenciando, encontrá-los. O professor, por certo, poderá ser um tutor de resiliência, uma figura de apego na qual a criança se refugiará para conseguir superar seus sofrimentos. Todavia,

“é espantoso contatar o quanto os professores subestimam o efeito de sua pessoa e superestimam a transmissão de seus conhecimentos. Muitas crianças, mas muitas mesmo, explicam em psicoterapia o quanto um professor modificou a trajetória de suas existências por uma simples atitude ou por uma frase, anódina para o adulto, mas perturbadora para a criança. Os professores, em compensação, não têm consciência desse poder. Quando interrogados sobre o sucesso escolar de seus alunos, quase nunca atribuem a si o mérito por isso. Com frequência explicam o sucesso por uma espécie inerente ao aluno: ‘ Ele tinha uma cabeça boa’. ‘ Ele assimilava bem’, ‘ Ele era estudioso’..., como se a criança tivesse uma espécie de qualidade escolar à qual eles fossem alheios, um bom terreno onde cresceram os conhecimentos plantados por eles. (...) É por isso que os professores que acreditam na resiliência exercem um efeito de resiliência superior aos que não acreditam nela. Mesmo quando eles não trabalharam o conceito, o simples fato de estarem convencidos dela constrói uma representação íntima que se exprime por indícios que a criança percebe como informações materiais, evidentes para ela.” ²⁷²

Se estes professores tem potencial para se tornarem tutores de resiliência, figuras de apego para as crianças em estado de sofrimento, também podem se tornar figuras de risco, pessoas que intensificarão a gravidade dos traumas por suas atitudes de omissão, de inquirição, de agressividade ou de incompreensão. Os gestos, os olhares, a maneira como disciplinam ou como organizam as atividades de sala podem dizer muito mais do que suas palavras. Resiliência, todavia, não é vacina contra o sofrimento, nem mesmo um estado adquirido e imutável, mas um processo, um caminho a ser percorrido. Caminho pedregoso, com provações, e que exige a elaboração dos conflitos, pois só assim se permite retomar a estrada, apesar de tudo. ²⁷³ Mas para enfrentar os infortúnios da existência:

Será preciso recorrer a todos esses meios de defesa, pois há previsões de que no século XXI as exclusões irão se agravar. Quando uma criança for expulsa de seu domicílio por um problema familiar, quando for colocada numa instituição totalitária, quando a violência do Estado se estender ao planeta, quando ela for maltratada por aqueles que são encarregados de protegê-la, quando cada sofrimento resultar de um outro

²⁷² CYRULNIK, Boris. **O murmúrio dos fantasmas**. São Paulo Martins Fontes, 2004, p.209-210.
²⁷³ **Os patinhos feios**. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.209-210.

sofrimento como uma avalanche, será preciso agir sobre todos os momentos da catástrofe: o momento político para lutar contra os crimes de guerra, o momento filosófico para criticar as teorias que as preparam, o momento técnico para reparar os ferimentos e o momento resiliente para retomar o curso da existência.²⁷⁴

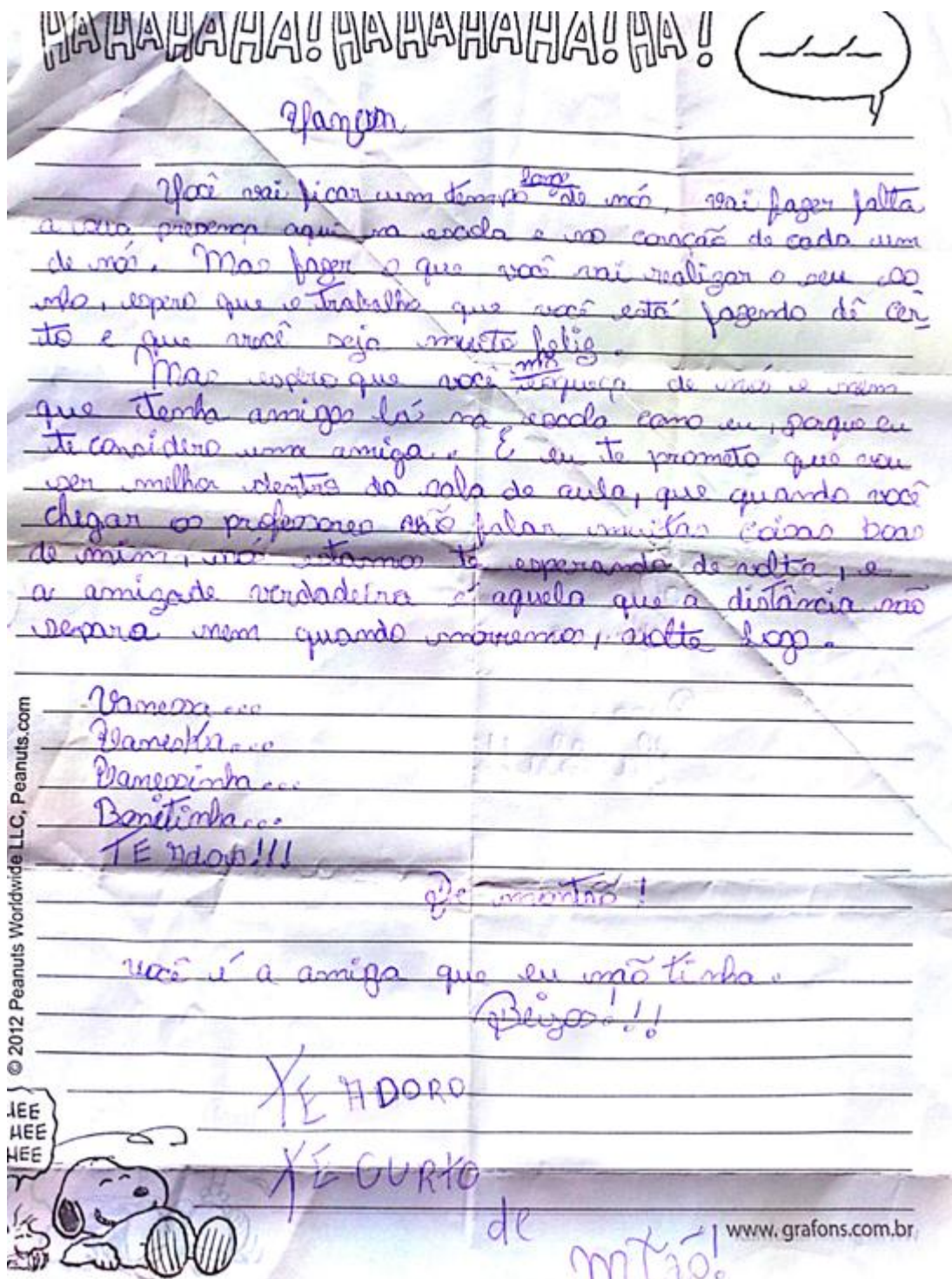
Mas nem sempre os momentos corriqueiros e cotidianos da escola nos permitem um olhar político, filosófico, técnico e resiliente diante dos sujeitos com os quais lidaremos no decorrer do ano escolar. A quantidade de obrigações que fazem parte do ofício de cada profissional da escola, os resultados pedagógicos que se esperam alcançados, as inúmeras responsabilidades de convivência com a comunidade escolar, por vezes, sufocam as tentativas de se elaborar e aplicar uma proposta ou, mesmo, uma intervenção que perpassasse todos estes momentos elencados por Cyrulnik. Contudo,

Não podemos dizer que a escola massacra as crianças ou as salva. Os dois casos coexistem. Mas, quando a agressão é extrafamiliar, os tutores de resiliência serão intrafamiliares (...). Quando uma agressão é intrafamiliar, é no ambiente que é preciso procurar os tutores de resiliência: tio, tia, avós, vizinhos, escola, bairro e organizações culturais.²⁷⁵

A maioria das crianças que compartilharam suas narrativas não possui tutores de resiliência no contexto intrafamiliar. E, talvez, a única instituição com a qual poderão contar será a escola e seus profissionais. Se compartilhar os sentimentos traumáticos e sofridos traz alívio a quem os narra, faz de quem escuta um ser privilegiado. A carta que se segue é de um adolescente de onze anos. Ele não conhece o pai e a mãe estava presa desde quando ele tinha três anos. Mesmo depois de ter saído da prisão, a mãe não o procurou mais. Atualmente ele mora com a tia. Breno se sente, às vezes, sozinho, e não consegue conversar com seus familiares. Breno é agressivo com colegas e professores. Está atravessando um momento difícil, descobrindo sua homossexualidade. Depois de longas conversas escutando suas narrativas, contadas na ambiência da escola, Breno me escreveu uma carta:

²⁷⁴ Ibid. p.210.

²⁷⁵ Ibid. p.82.



“Você é a amiga que eu não tinha”. A expressão sincera de Breno evidencia a importância da figura de apego. Privilégio dos que se animam a sê-la.

CAPÍTULO 3: O CÁRCERE SUBJETIVO

A prisão começa bem antes de
suas portas. Michel Foucault²⁷⁶

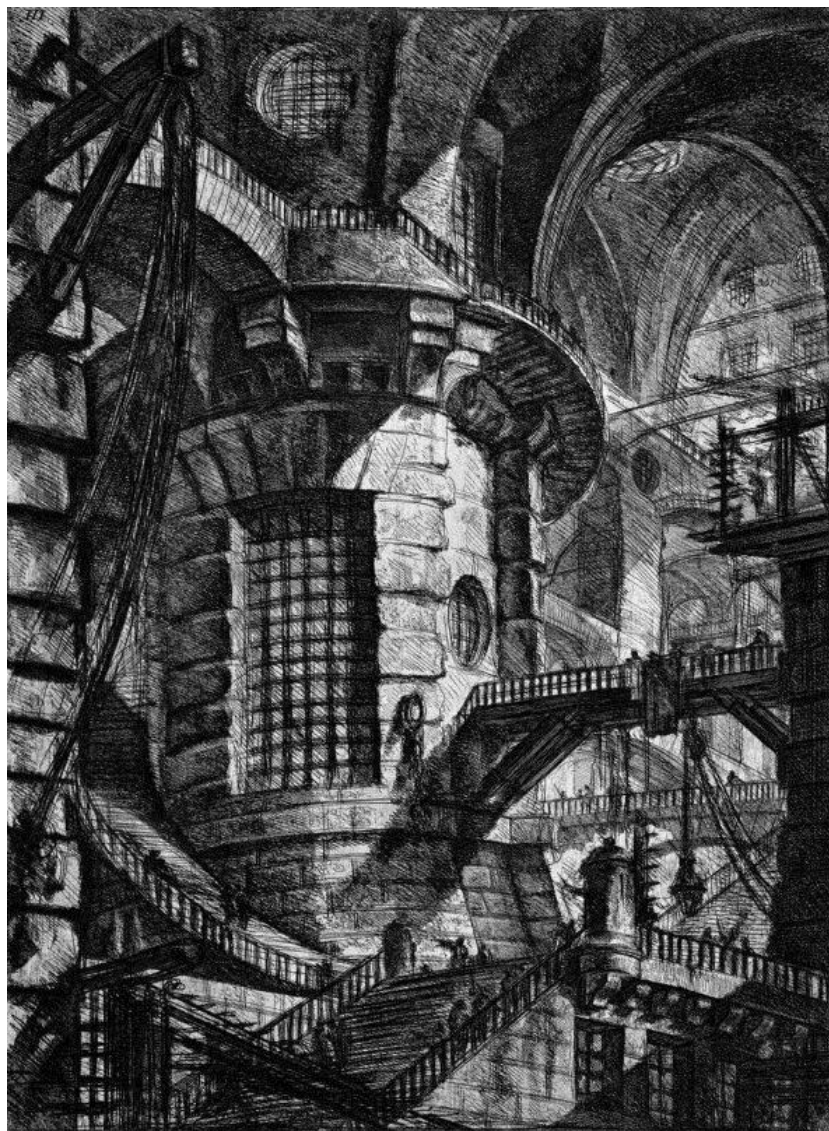


Figura: Carceri, de Piranesi – Prancha III – A Torre Circular, 1761

²⁷⁶ FOUCAULT, Michel. A prisão em toda parte. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, p.26.

3.1 Piranesi e Kafka: um diálogo possível sobre as prisões metafísicas/subjetivas

Em 1949 Aldous Huxley escreveu *Piranesi's Prison*²⁷⁷. Neste artigo, Huxley relaciona a série de gravuras *Carceri*, de Piranesi, com algumas obras literárias, dentre elas a de Franz Kafka. O “diálogo” que Huxley estabelece entre o artista e o escritor é de uma magnífica criatividade, uma vez que Piranesi e Kafka nunca se conheceram e nem mesmo viveram na mesma época. Todavia, tanto um quanto o outro foram capazes de representar o desespero humano, a anulação do indivíduo pelo aprisionamento. Apesar de abordarem a temática da prisão em contextos histórico-sociais diferentes, a semelhança se estabelece no sentimento de desespero e perda.

Piranesi retrata em suas gravuras o tema do presídio: as prisões são fantásticas e o tom escuro e sombrio de sua obra traz um sentido de opressão, tristeza e sofrimento. Para Huxley, as dezesseis pranchas do arquiteto são representações do aprisionamento visto pelo prisioneiro, ou seja, a prisão que está para além das algemas e correntes, que ultrapassa as celas concretas e adentram no mundo interior, na alma acorrentada que escapa à compreensão. Trata-se de uma “prisão metafísica”: expressão criada por Huxley ao se referir à realidade psicológica do indivíduo que se encontra oprimido e preso. As prisões metafísicas encontram-se além das instituições prisionais, referem-se aos calabouços da alma atormentada na prisão. As prisões metafísicas referem-se, portanto, a lugares – na realidade ou na mente – que operam no indivíduo como forças maiores do que ele mesmo. Tais forças encarceram mais que a existência corpórea e, por isso, quando chegam a afligir o corpo podendo levá-lo até à morte, já se criou uma tensão *a priori* entre o indivíduo e as forças metafísicas que o aprisionam.

Kafka, por sua vez, nos seus contos, cria desenhos de uma prisão que também existe fora dos limites da *physis*, conforme sentido dado por Huxley. Na maioria de seus contos, Kafka cria personagens fictícios para representar a realidade de sua própria existência acorrentada. Os absurdos ficcionais kafkianos são os absurdos da própria vida – uma vida oprimida e aprisionada pela burocracia, pelos problemas cotidianos, pela época angustiante que sufoca o homem moderno e pela impossibilidade de compreender e resolver as aflições por causa das poucas forças da personagem.

Em *A metamorfose*, Kafka conta-nos uma história sombria sobre transformação. O começo da história é surpreendente: “Quando certa manhã Gregor Samsa acordou dos

²⁷⁷ HUXLEY, A. *Piranesi's Carceri d'Invenzione*. Londres: Trianon Press, 1949.

sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso”.

²⁷⁸ A personagem kafkiana – Gregor Samsa – é um jovem caixeiro-viajante. Vive com seus pais e sua irmã, e seu trabalho é para sustentá-los. Mas, de um dia para outro, sua vida muda: ele se metamorfoseia num inseto repugnante. Como todos os insetos, Gregor Samsa passa a se esconder atrás de móveis e a se alimentar de restos de comida. Seus pais, compartilhando também os sentimentos de nojo e repulsa, o encerram no quarto. Só a irmã lhe tem consideração, por algum tempo, levando-lhe comida todos os dias. Certa vez, Gregor Samsa entra na sala e é enxotado pelo pai, o qual lhe lança uma maçã, esmagando-lhe o dorso, ferindo-o e deixando-o fragilizado, até chegar à morte.

Neste conto narrado em tom amargo e melancólico, Kafka não explica nada, apenas informa secamente acerca da transformação e deixa aos leitores a responsabilidade para interpretá-lo. Como uma parábola, o conto kafkiano não tem nenhum compromisso, nem com o tempo nem com o espaço, mesmo que sejam parábolas com componentes autobiográficos, uma vez que a maioria do que escreve é uma representação da própria vida. Transformar-se num inseto monstruoso de um dia para outro, ver-se enclausurado em si mesmo e repugnado pelo seu entorno, incluindo seus próprios familiares, é uma metáfora interessante para simbolizar a tortura “metafísica” dos que se encontram, de alguma forma, aprisionados por prisões não demarcadas, que não exigem algemas ou correntes: seus prisioneiros caminham livres na prisão insustentável de sua realidade.

O homem kafkiano surge no século XIX, quando as prisões reais já haviam deixado de ser suplício do corpo para se transformar em cárcere da alma, conforme interpretação de Foucault, ao privá-la de sua liberdade. Não só o espaço prisional é controlado, afastado e vigiado, mas o interior do homem por meio de saberes, discursos, opressões, doutrinamentos, vigilâncias, punições, regras, restrições, disciplinamento e ordenamento. São muitos os “Samsas” que vão surgindo, alienados, assimilando a posição em que são colocados, impedindo-os de compreender aquilo que os oprime. Tornam-se indivíduos sem individualidade, pessoas sem rosto, assumindo, de uma hora para outra, uma nova identidade, como Samsa, que dormiu homem e acordou inseto.

Apesar de Gregor Samsa ser a personagem central do conto *A metamorfose*, não se pode deixar de observar como seu entorno – pai, mãe e irmã – também acaba assimilando a nova rotina do ex-caixeiro-viajante, agora metamorfoseado em inseto, prisioneiro de si mesmo que também aprisiona os que com ele convivem, por terem de se habituar à nova

²⁷⁸ KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.13.

“identidade”. A primeira mudança é a que afeta a rotina, os hábitos, as miudezas que tecem o dia a dia da família. Todos os dias Samsa, seus pais e irmã faziam as mesmas coisas. Mas quando Samsa acorda e não vai para o trabalho – como acontecia todos os dias – há um espanto, uma surpresa. O caos se instala. A família precisa agora cuidar do sustento, pois antes o trabalho do caixeiro-viajante garantia o provimento. Samsa não pode trabalhar por causa da prisão metafísica em que se encontra. Seu pai precisa de um novo trabalho, a mãe se organiza para ganhar um pouco mais de dinheiro com a costura e até alguns cômodos do apartamento são alugados para ajudar nas despesas.

Todos são afetados emocionalmente. De início, a irmã se compadece, a mãe rejeita a possibilidade de vê-lo e o pai o repudia e o insulta. Samsa passa a ser um estigma para todos da família, ao ponto de ninguém de fora poder saber da metamorfose que o atingira. Aos poucos a família foi-se habituando à condição de Samsa, deixando de dar a ele a atenção e cuidado. Ele passou a sentir-se

cheio de ódio pelo mau tratamento e, embora não pudesse imaginar nada que lhe despertasse o apetite, fazia no entanto planos sobre como poderia chegar á despensa para ali pegar tudo o que lhe era devido, mesmo que não tivesse fome. Agora, sem pensar mais no que pudesse agradar a Gregor, a irmã, antes de correr de manhã e ao meio-dia rumo à loja, empurrava com o pé para dentro do quarto, na maior pressa, uma comida qualquer, para ao anoitecer, não importa se esta tinha sido apreciada ou – caso mais frequente – sequer tocada, arrastá-la para fora com uma vassourada. A arrumação do quarto, que ela agora providenciava sempre à noite, não podia ser feita com maior rapidez. Estrias de sujeira percorriam as paredes, aqui e ali havia novelos de pó e lixo. Nos primeiros tempos, à chegada da irmã, Gregor se colocava em cantos que indicavam isso de modo especial, para com essa posição de certa maneira censurá-la. Mas teria certamente podido ficar ali semanas inteiras sem que ela tivesse se corrigido.²⁷⁹

Com a mudança na vida de Samsa, a família também se viu aprisionada, e cada um dos seus membros foi assimilando, de maneira diferente, a nova situação de reclusão do prisioneiro. A mãe não quer vê-lo transformado em monstro, impossibilitado de dar segmento à vida. O pai o repulsa e, além disso, o enxota. Com o passar do tempo, o sentimento de clausura e o cansaço se instalam na família e o choro rompe em desespero e raiva. Abandonar Samsa é uma alternativa rápida, de alívio imediato para resolver os problemas que surgiram no contexto familiar após a metamorfose. Por que não deixar o inseto monstruoso assumir sozinho o cárcere em que se colocou? Kafka não explica em seu conto as razões por que a família mantém Samsa vivo, alimentado, seguro, ainda que

²⁷⁹KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.66-67.

sofrendo o desprezo e a repulsa. Mas podemos interpretar o misto de sentimentos na estrutura familiar que a impedem de dar fim à vida do ex-caixeiro viajante, metamorfoseado subitamente, inserido numa masmorra existencial, prisioneiro de si mesmo, impelindo sua família, de alguma forma, a também partilhar a sua prisão.

3.2 A prisionização secundária

A história kafkiana mostra que quando nos enclausuramos – seja de maneira real ou metafísica, todo o entorno se modifica, se reconstrói ou se adapta. Em qualquer tipo de prisão, levamos para junto de nós os vínculos familiares (afetivos ou não) que construímos no decorrer da vida. Megan Comfort²⁸⁰ nomeou esse acontecimento como uma prisionização secundária. Conforme escrito na introdução da tese, este conceito refere-se a um fenômeno de assimilação das práticas prisionais pelos sujeitos que mantêm uma relação mesmo indireta com a prisão, de modo especial os familiares, os quais passam a experienciar as práticas prisionais em razão das novas maneiras de viver que a prisão impõe a partir do encarceramento de seu parente.

A prisão passa a gerenciar e a controlar não só o preso como também sua família e todos os envolvidos no processo prisional, diminuindo, assim, a capacidade de resistência frente aos diversos dispositivos de poder criados também para alcançá-los. Um tipo de prisão metafísica, uma vez que não enclausura corporeamente a quem a ela se submete, mas, muito mais que isso, aprisiona a alma por meio de práticas prisionais assimiladas depois que um membro da família é preso. Além da assimilação de tais práticas, essas famílias passam a ser também estigmatizadas, vistas como desviantes, uma ameaça ao controle institucional da prisão, pois esses familiares serão os intermediários entre o sistema penal e a vida além dos muros.

Segundo Comfort²⁸¹, os familiares dos presos assumem um status de quase-condenados, uma vez que experienciam o contato com a instituição prisional, adentram seus muros, conhecem parte da rotina dos detentos, vivenciam constrangimentos pessoais e humilhações, percebem as relações entre presos, agentes penitenciários, advogados e todos os que, de forma direta ou indireta, participam da rede de dispositivos que compõe o sistema prisional. Para Comfort, apesar de a prisionização secundária ter um impacto mais

²⁸⁰COMFORT, Megan. *In the Tube at San Quentin. The 'Secondary Prisonization' of women visiting inmates.* **Journal of Contemporary Ethnography**, Vol 32 (1): 77-107. 2003.

²⁸¹ Ibid.

fraco sob os familiares, ainda sim é um impacto persuasivo, de vigilância centralizada e de uma limitação corporal constrangedora e controladora. Quando mantêm o vínculo com a prisão pelas visitas periódicas, esses familiares passam a mudar suas rotinas para adequá-las às regras da instituição prisional. É comum assumirem a identidade do preso e criar sentimentos de proximidade e pertencimento.

Todavia, os atos cometidos pelos que foram para a prisão são diversos e seguem juízos diferentes para cada membro da família. Juízos que dependem não só do crime ou delito cometidos, mas da história construída com o seu familiar, muitas vezes desprovido de afetividade ou qualquer outro vínculo. Para alguns, o fato de ter um familiar na prisão traz tormento, tristeza, humilhação, vergonha, raiva, ressentimento e, por isso, acreditam que, se puderem se manter afastados de qualquer vínculo com o parente, terão paz e tranquilidade para continuarem suas vidas. Segundo Gideão, um dos líderes religiosos do Centro de Atendimento a Missões – CEAMI²⁸², nem todas as famílias recebem bem o seu parente que está em situação de reclusão:

São muitos os familiares que vêm aqui magoados com seu parente. Tem família que tá irada demais da conta. Tem família que o aluno fica aqui um ano; ela mora aqui no Canaã tão pertinho e ela não vem visitar de tanta raiva. Uma mãe chegou a falar pra mim no telefone que preferia ter um câncer do que ver o filho de novo. E por que ela está magoada, irada? Porque ele roubou tudo lá dentro de casa e bateu nela. Mas ela não pode agir assim porque só vai piorar. Hoje eu já consigo trazer essa mãe aqui. Eles estão tentando fazer as pazes, mas está difícil. Ela não esquece das coisas que o filho fez com ela. Eu faço o que eu posso, mas o meu tempo é pouco, eu não tenho tempo só pra isso.²⁸³

Para outros, apesar de esses sentimentos também serem compartilhados, desejam manter o vínculo com o parente recluso, mesmo que para isso tenham de se submeter aos processos de vigilância e controle, sendo expostos, na maioria das vezes, a humilhações e estigmatizações. As mulheres têm um papel fundamental na manutenção ou estreitamento do vínculo afetivo com o preso. Elas, ao contrário dos homens que têm suas mulheres ou companheiras reclusas, fazem mais do que suportar a prisão: “elas partilham-na. No seu

²⁸²CEAMI – Centro de Atendimento a Missões - é uma organização não-governamental evangélica que presta diversos serviços sociais e religiosos à sociedade. Um de seus ministérios é o atendimento a detentos do sistema prisional Prof. Jacy de Assis que sejam dependentes químicos. Ao invés de cumprirem pena no presídio cumprem na ONG, situada numa chácara na cidade de Uberlândia, nas proximidades do bairro Canaã. Estes detentos ficam em reclusão em regime fechado no mínimo oito meses, e são evangelizados cotidianamente, devendo cumprir as normas que regem a casa de recuperação. Para maiores informações sobre a ONG: <http://www.ceamimissoes.com.br/>. Acessado em 19 mai/2013.

²⁸³ Gideão, pseudônimo de um dos líderes religiosos que coordena o trabalho na CEAMI.

pensamento, no seu coração, na sua carne, na sua vida como mulheres.”²⁸⁴ Elas enfrentam os estigmas e, por vezes, até se expõem em comunidades de redes sociais e páginas que elas mesmas elaboram para discutir a sua situação. Nessas comunidades virtuais, palavras de incentivo, de força, de fé, de esperança e de superação são oferecidas àqueles que também compartilham da experiência “secundária” da prisão. Não raro, os sentimentos relacionados ao parceiro preso são levados a público e divulgados em redes sociais criadas por familiares de presos que desejam expor, não mais de “boca a orelha” como propôs Foucault, mas de uma forma bem mais rápida e eficaz: o compartilhamento na rede mundial de computadores – a internet.

Antes de julgar o que acontece nas unidades prisionais do Brasil, procurem se informar melhor e saber da verdade, ouvir o que os detentos têm a dizer sobre as opressões, torturas e diversos abusos de autoridades, maus tratos, abandono e descaso que acontecem, tanto com eles quanto com seus familiares quando vão visitá-los. Essa é a nossa realidade penitenciária. Este governo incompetente e mentiroso é o culpado de tudo o que acontece. Os detentos querem apenas um tratamento digno e seus direitos mantidos e respeitados. Não querem nada demais, apenas o que já está no papel.²⁸⁵

São muitos os sites de discussão criados por familiares de presos, bem como as comunidades de redes sociais, especialmente a Orkut²⁸⁶, formadas por mulheres ou companheiras de presos. Segundo pesquisa realizada por Duarte²⁸⁷, as comunidades mais visitadas são: “Liberdade pro meu amor”; “ Eu amo uma vida loka e daí”; “ Eu amo um presidiário”; “ Guerreiras de fé”; “ Ninguém fica preso para sempre”; “ Presas pelo coração”; “ Meu marido/namorado está preso”; “ Amor que ultrapassa as grades”; “ Tamo junto até o fim”; “Periculoso ou não é meu marido”; “ As grades vão se abrir”; “ Chega logo liberdade”; “ Saudade machuca”. Essa exposição virtual é um fenômeno novo, fruto da modernidade globalizada. Há uma infinidade de assuntos discutidos

²⁸⁴ MAKSYMOWICZ, Duszka. *Femme de parloir*, Paris, L’Esprit Frappeur. In: COMFORT, Megan. **Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades.** Análise social. Vol. XLII (185): 1055-1079. 2005.

²⁸⁵ Comunidade da rede social Orkut “Sou contra opressão carcerária”. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=18354093>. Acessado em 13 mai/2013.

²⁸⁶ A rede social Orkut foi criada em 2004, cujo objetivo é promover a interação entre pessoas e ser um ponto de encontro de amigos. Para aprofundamento da temática, ver BEZERRA, M. A. A. e ARAÚJO, E. A. Reflexões epistemológicas no contexto do Orkut: ética da informação, sociabilidade, liberdade e identidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Volume 16. n. 2, Belo Horizonte, 2011.

²⁸⁷ DUARTE, Thaís Lemos. **Além das grades: análise das narrativas dos familiares de presos sobre o sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

nessas redes sociais, onde as pessoas encontram uma oportunidade para expressarem sentimentos, opiniões, pensamentos, frustrações, intimidades e, sobretudo, para ser um ponto de encontro entre aquelas que compartilham da angústia de terem seus amores na prisão, como a maioria das mulheres assim se expressa:

Comunidade criada especialmente para nós, GUERREIRAS FIÉIS E ORIGINAIS que estamos na caminhada pelos nossos maridos e namorados... Para todas aquelas que sofrem todo final de semana na fila da visita, na revista, viajando com ou sem filhos para visitar seus amores... Para quem batalha e sustenta sozinha sua casa, seus filhos e que se priva de muito para dar um pouco do tempo pro ente querido que se encontra privado de sua liberdade... Para quem tem FÉ EM DEUS que os dias de lamento terão fim e que a vitória é certa, mesmo que a batalha pareça interminável. Quero desejar a todas guerreiras muita FORÇA, FÉ e AMOR no coração pra conseguir superar as dificuldades, pois sei como essa vida é difícil. FÉ EM DEUS.²⁸⁸

Essas redes sociais tornam-se um lugar político, pois essa ambiência virtual possibilita uma visibilidade de maior alcance para apresentarem e discutirem os problemas relacionados ao sistema prisional e os sentimentos que dele emergem:

Essa comunidade foi criada para unir todos os familiares que vão visitar os seus filhos, seus maridos, seus irmãos. Pra todos que sofrem todo final de semana na fila da visita, na revista, e muitas vezes o parente está preso em um local longe e fica mais dificultada a visita, mas mesmo assim não deixam de estar lá para dar força, carinho e amor pro ente querido que está privado da liberdade. Pra todos que tem FÉ EM DEUS que os dias de dificuldade e de lamento terão fim, e que a vitória é certa. Mesmo que a luta pareça interminável temos que ter força, pois eles precisam de nós mais do que nunca! *Eu sei que um dia a liberdade dele vai chegar, chega liberdade, chega! Saudades machuca o coração.* HUMILDADE E DISCIPLINA - PJJ²⁸⁹

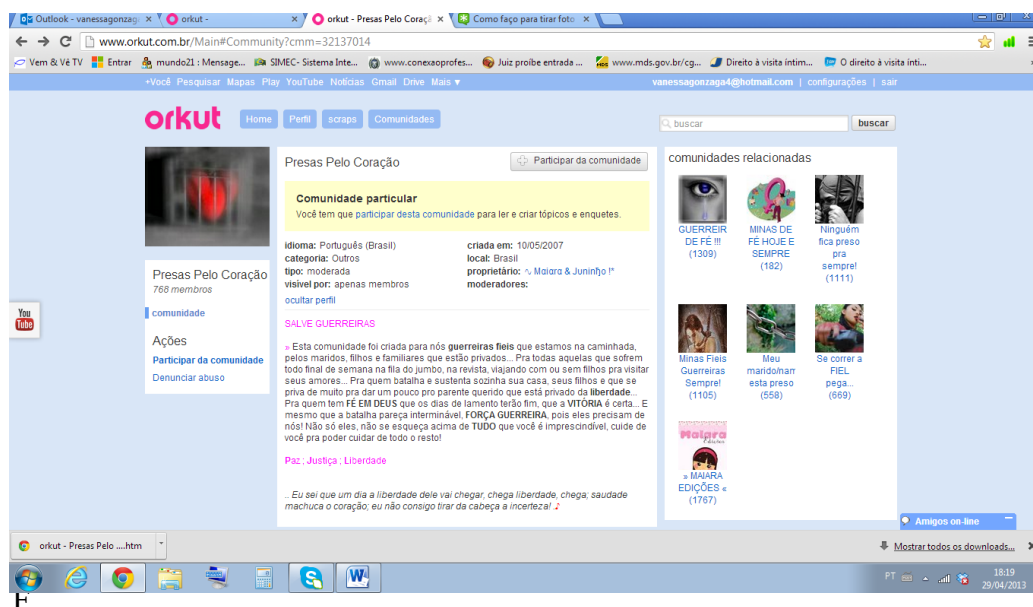
Os testemunhos expostos nas redes sociais são compartilhados por muitos membros. Há comunidades com mais de mil participantes, e é pela exposição virtual que essas mulheres conseguem trocar experiências relacionadas ao sistema prisional. Neste espaço virtual, a internet se torna um confessionário universal e uma rede de solidariedade estampada por mensagens carinhosas, redes de discussão, testemunhos de quem já conseguiu a liberdade de seu parente, palavras afirmativas que estimulam a perseverança e a coragem. Nessas redes sociais o crime cometido não é exposto, mas apenas o fato de o

²⁸⁸ Comunidade com cento e trinta e cinco membros: “Periculoso ou não, é meu marido”. Disponível em <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=115613762>. Acessado em 29 abr/2013. As palavras em tacha alta são do texto original.

²⁸⁹ Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=11110853>. Acessado em 29 abri/2013.

companheiro ou o cônjuge estarem reclusos. As declarações de amor pelo parceiro são uma forma de sublimar o delito ou crime cometido.

Imagem – Página da internet da Comunidade “Presas pelo coração”



Fonte: Internet – Comunidade Presas pelo coração²⁹⁰

Fazer das redes sociais um espaço político é o objetivo de quase todas as comunidades criadas pelos familiares dos presos. A maioria só aceita mulheres como membro, e só elas podem se pronunciar, debater, argumentar, expor ideias e sentimentos. A intimidade de quem se torna membro da comunidade é exposta e partilhada na internet, transformando-se em narrativas de reivindicação, resultando no que se chama de ciberativismo, ou seja, uma ferramenta utilizada por internautas “não só para promover revoluções e derrubadas de regimes ditatoriais, mas também para mobilizar multidões em todo o mundo para causas diversas, principalmente ecológicas e de direitos humanos.”²⁹¹ Na blogosfera, a identidade coletiva é construída de acordo com as causas reivindicadas, invertendo a invasão de privacidade por forma de resistência e proteção. Nessa inversão, coloca-se em precariedade as distinções modernas entre as esferas do privado e do público, constituindo-se, assim, uma nova maneira de se fazer política:

²⁹⁰ Comunidade “Presas pelo coração”, da rede social Orkut. Disponível em: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=32137014>. Acessado em 29 abr/2013.

²⁹¹ Disponível em http://www.usp.br/anagrama/AnheSantos_ciberativismo.pdf. Acessado em 03 jun/2013.

Comunidade criada em 28 de janeiro de 2007 para os devidos fins de debates, troca de informações, conhecimentos de familiares de presos. Aqui somos todas pelo mesmo ideal; vocês estão livres para postar suas ideias, desabaços, alegrias, fatos e tudo que acontece em suas vidas. Só será aceito mulheres na comunidade para evitar constrangimentos, e só será banida aquela que for suspeita de ter intenções que não sejam boas, ou ofender ou faltar com respeito com a comunidade e seus membros. Cada um tem sua opinião, evitem conflitos, lembrem-se de que todos têm seus direitos, façam bom uso da comunidade, criando tópicos limpos e favoráveis. Novas amizades desde que sejam sinceras é sempre bom.²⁹²

Foucault disse, certa vez, na entrevista concedida a C. Angeli, em 1971²⁹³, que embora as famílias dos presos tivessem consciência da condição que lhes fora dada, elas não tinham meios de se expressar; e que embora o conhecimento, as reações, as indignações, as reflexões sobre a situação penitenciária existissem, ainda não era possível aparecer. Por isso Foucault estimulava a circulação de informações sobre a prisão “de boca a orelha, de grupo em grupo”. Para ele, o método poderia surpreender, sendo considerado o melhor meio para a divulgação do que se passava nas prisões. Sabe-se hoje que a internet, pela via das redes sociais, blogs e sites, é a melhor forma de acesso e publicação da informação. Pelo uso da rede mundial de computadores é possível não só informar, mas adentrar num outro espaço – o da intimidade – e conhecer o que Foucault não previu: o compartilhamento instantâneo, interativo, aberto e rápido do que acontece não só dentro da prisão, mas no seu entorno, revelando também o espaço interior dos que, de alguma forma, direta ou indireta, fazem parte dela.

²⁹² Comunidade ‘ Minas fiéis guerreiras sempre!’ Disponível em:

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=27097102>, Acessado em 29 abr/2013.

²⁹³ FOUCAULT, Michel. Inquirição sobre as Prisões: Quebrems a Barreira do Silêncio. In: **Coleção Ditos e Escritos**. Vol. IV 2006. Trad. Manoel de Barros Motta (Org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006, p.7.

3.3 A reinvenção da presença no contexto de reclusão e isolamento

Manter-se casada ou ter um vínculo amoroso com o preso se constitui, segundo Comfort, um desafio às convenções contemporâneas ocidentais²⁹⁴, tendo em vista que na sociedade em que vivemos a relação conjugal ou entre pessoas que se assumem como casal exige a partilha doméstica e privada do lar. Nesse sentido, dividir a privacidade com um sistema de controle e vigilância ininterrupto como o prisional é um grande desafio para aquelas mulheres que, diferente das que se expõem nas redes sociais, sentem-se violadas ao ter sua intimidade, até mesmo sexual, invadida por uma rede de dispositivos criados para este fim.

Não há estudos que expliquem por que as mulheres, mais do que os homens, assumem para si a cumplicidade do cárcere. Partilhar do encarceramento do esposo, companheiro ou filhos é um ofício quase exclusivo das mulheres. Sujeitar-se à adaptação das regras prisionais, à vigilância centralizada e à limitação corporal é um sacrifício que as mulheres – mais do que os homens – estão dispostas a fazer. Elas criam táticas para motivarem o cônjuge/companheiro ou a si mesmas a continuarem a relação. Essas táticas incluem, segundo Comfort,²⁹⁵ a participação em jogos de fantasia, recebimento e troca de encomendas, telefonemas, visitas pessoais e o arranjo criativo para manterem os vínculos familiares, principalmente entre pais e filhos, “mesmo que estas atividades impliquem a perda da sua privacidade pessoal, esgotem os seus escassos recursos e ameacem o seu bem-estar emocional”.²⁹⁶

A escrita de cartas é uma das formas de manutenção do vínculo apontadas por Comfort como aquela que mais “engrandece a devoção romântica e o desejo na relação”, podendo até propiciar que o encarceramento contribua, paradoxalmente, para a renovação do vínculo amoroso. Para tanto, a criatividade, a ousadia e a inovação dessas mulheres constituem elementos imprescindíveis na manutenção do contato com seu familiar, de modo especial seu cônjuge/companheiro. Escrever cartas é uma das formas que encontram para partilharem momentos, trocarem informações, dividirem as responsabilidades e,

²⁹⁴ COMFORT. Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. *Análise Social*. Vol. XLII (185): 1055-1079, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acessado em 29 abril/2013.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Ibid, p. 1056.

sobretudo, servirem, segundo Comfort²⁹⁷, como instrumento para enriquecer as relações, combater a sensação de isolamento do recluso e promover a imaginação como antídoto contra a apatia e a insanidade. Para as mulheres que estão intensamente envolvidas com seus cônjuges/companheiros, essas cartas adquirem um papel muito importante:

tornam-se substitutas do corpo, prolongamentos tangíveis da pessoa, constituindo a única parte física do ente amado que elas podem abraçar e desfrutar sozinhas em casa, longe do olhar e dos ouvidos das autoridades. [...]. As mulheres transformam o papel em pele, adornando e perfumando as suas cartas, construindo um substituto corporal permitido nas áreas restritas do estabelecimento correccional e que penetra no espaço íntimo do recluso²⁹⁸.

Para Comfort, enquanto as cartas são para as mulheres uma espécie de “oferenda literária aos seus companheiros”,

o papel recíproco dos homens nesta troca adquire um significado particular, já que o envio de correspondência é a única forma de interação que eles têm que não implica a participação física ou financeira da mulher. Deste modo, uma epístola assume declaradamente o valor de pura demonstração de carinho e compromisso que não sobrecarrega quem já vive a dor do sacrifício – um fator que contribui, a par da grande quantidade de horas desocupadas no horário de um recluso, para o elevado número de homens que escreve mais vezes do que as parcerias.²⁹⁹

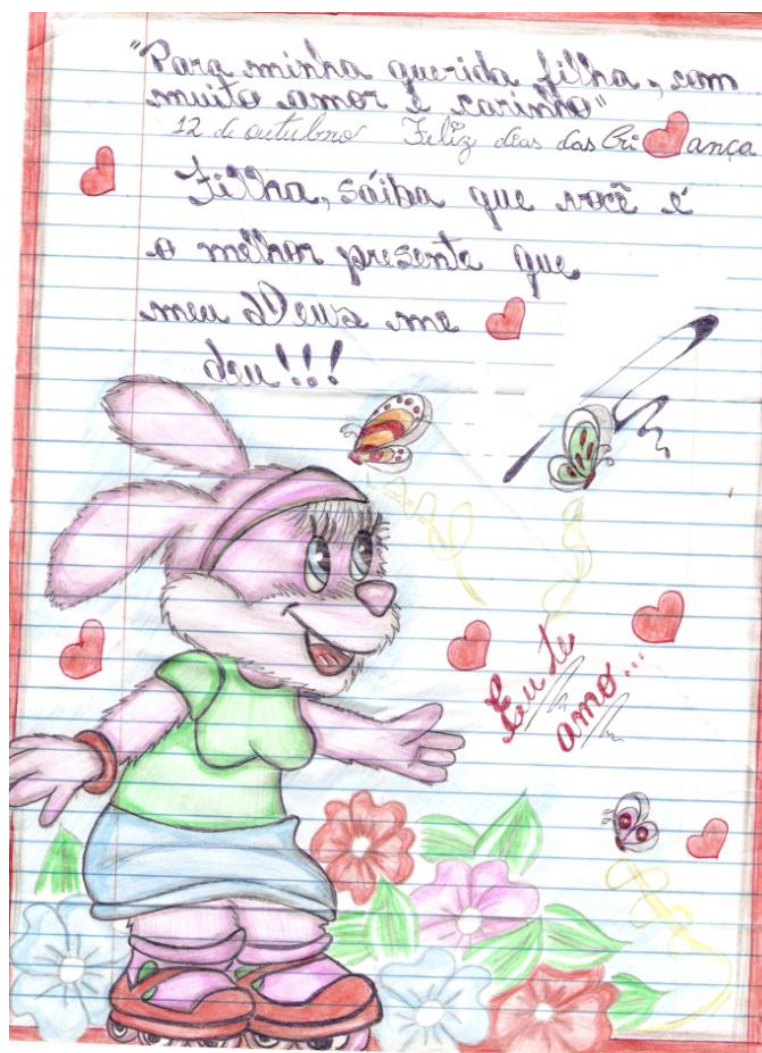
E as cartas são enviadas não só para suas companheiras, como também aos familiares, de modo geral, embora a companheira, a mãe e os filhos sejam aqueles que mais as recebem.

²⁹⁷Ibid, p. 1060.

²⁹⁸ COMFORT. Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Análise Social**. Vol. XLII (185): p. 1055-1079, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acessado em 29 abril/2013.

²⁹⁹ Ibid. p.

Imagem – Carta de um pai que está preso à sua filha



Fonte: acervo pessoal³⁰⁰

Entretanto, as cartas enviadas às esposas têm um significado diferente, até mesmo erótico, simulando cheiros e adornos, em que o papel se torna uma representação corpórea da pessoa ausente. Já a escrita das cartas dos homens em reclusão, segundo a pesquisa realizada por Comfort³⁰¹, contrasta, muitas vezes, com as

³⁰⁰ Carta de um preso à sua filha, em 12 de outubro de 2011.

³⁰¹ Megan Comfort desenvolveu sua pesquisa de doutorado em 2002 buscando compreender o universo íntimo de mulheres cujo marido, noivo ou namorado estavam presos. Seu método inclui a observação da zona de espera destinada aos visitantes da Prisão Estatal de San Quentin, no norte da Califórnia, além de entrevistas com cinquenta mulheres que se dispuseram a falar da sua intimidade. Nessas entrevistas, essas mulheres relatam como a reclusão de seus maridos/companheiros transformam seus mundos pessoais, domésticos e sociais e como fazem para manter a relação, ainda que o preço a ser pago seja invasão ao seu universo interior –inclusive da intimidade sexual. COMFORT, M. (2008a). **Doing time together: love and family in the shadow of the prison**. London: The University of Chicago Press.

atitudes que demonstravam quando tinham o vínculo doméstico. A reclusão, o isolamento, as horas ociosas da prisão são oportunidades que muitos presos usufruem para refletirem sobre seus erros, expiarem suas falhas do passado e pedirem ajuda para prosseguirem na recuperação. Além disso, a escrita é uma das formas de garantir a manutenção do vínculo afetivo:

Nos idílios prisionais, os residentes depositam grande confiança nas companheiras tanto pela compensação emocional como pelo seu apoio econômico. Para alguns casais, estas questões mantêm-se equilibradas, tendo por base um amor profundo, garantia da cumplicidade e que pode ou não incluir a assistência financeira.³⁰²

Todavia, a dependência econômica de muitos presos com aqueles com os quais mantêm uma relação secundária com a prisão – na maioria cônjuge, namoradas ou familiares –, pode levá-los a se utilizarem desse benefício (o contato com essas pessoas por meio das visitas) simulando emoções e promessas que jamais conseguirão cumprir. Muitos fazem de seus familiares joguete para atender suas exigências, caprichos ou necessidades e, muitas vezes, conseguem ser atendidos por meio de ameaças, manipulação ou afetividade extrema que só se manifesta quando vão para a prisão. Para outros, porém,

esta necessidade prevalece, criando demonstrações dissimuladas (muitas vezes, como mencionado atrás, sob a forma de cartas e postais) com intenção de instigar e assegurar a energia emocional necessária para que as mulheres cuidem de seus homens apesar das dificuldades econômicas e afetivas que isso acarreta.³⁰³

Há também aqueles que fazem da prisão concreta um caminho para se libertarem de suas prisões metafísicas, e conseguem isto pelo (re)encontro com a religião, na maioria neopentecostal, e do apoio da família, que se esforça para manter os vínculos afetivos. E são esses vínculos a razão pela qual a prisão é partilhada pelos familiares com uma intensidade que não conseguimos explicar, medir, compreender e nem podemos nos atrever a julgar.

³⁰² COMFORT, Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Análise Social**. Vol. XLII (185): p. 1068, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acessado em 29 abril/2013.

³⁰³ Ibid.

3.4 O sagrado e o profano misturando-se promiscuamente

No decorrer do tempo em que estive como orientadora educacional da Escola Municipal Professora Irene Monteiro Jorge³⁰⁴ não só as crianças chegavam a mim partilhando suas narrativas sobre o fato de terem um parente próximo na prisão. Algumas mulheres também iam à escola para momentos de conversa espontânea e faziam deste tempo uma oportunidade para justificarem suas ausências com o filho ou filha. Isto porque na maioria das vezes não compareciam à escola quando solicitadas, por estarem dividindo o tempo entre o trabalho, os cuidados com a casa e o esposo/companheiro em reclusão.

Foi assim, em momentos como esses, que conheci Abigail – divorciada, mãe de três filhos, evangélica – envolveu-se com um homem bem mais novo que já havia sido preso por tráfico. Saiu da prisão depois de cumprir alguns anos e tornou-se reincidente ao praticar outro crime. Solicitei a ela uma entrevista particular, longe da ambiência da escola, e ela aceitou. Convidou-me para ir até a sua casa no horário em que os filhos não estavam. Assim que cheguei, Abigail me levou até o quarto, fechou a porta sigilosamente e colocou sobre a cama alguns pertences do companheiro: um chaveiro de uma mini Bíblia com alguns versículos, cartas amorosas, roupas de cama que ela reservava para os dias de visita íntima e algumas fotografias. Na cabeceira da cama, um retrato do casal com um pano de fundo falso de paisagem. Tentei compreender a razão pela qual Abigail, antes da entrevista, expôs esses apetrechos com um carinho notável, e fui percebendo que buscar esses objetos, colocá-los próximos ou visíveis, era uma forma de recriar a presença do companheiro – uma maneira de invocá-la “estabelecendo um elo visceral entre a cela e o domicílio, como substituto do corpo da pessoa ausente”.³⁰⁵

Na entrevista, Abigail narra seu processo de prisionização, ou seja, como ela, enquanto companheira fiel e presente, partilha com toda sua força e coragem a prisão do companheiro. Diferente, portanto, das mulheres que se expõem em redes sociais, publicizando sua intimidade com o parente em reclusão prisional, Abigail não se sente à vontade para falar do assunto. O tom evangélico tímido de suas narrativas expõe o

³⁰⁴ Esta escola está mencionada na introdução da tese.

³⁰⁵ COMFORT, Megan. Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades. **Análise Social**. Vol. XLII (185): p. 1074, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acessado em 29 abri/2013.

consolo e a aceitação que ela busca para superar a distância e as situações que vivencia nos ambientes prisionais.³⁰⁶ Situações que, na maioria das vezes, são permeadas de humilhação, constrangimento, sofrimento e apenas a religião ou a religiosidade conseguem oferecer o conforto para conseguir superá-los:

Eu sou evangélica, e meu companheiro também. Eu tô buscando a direção de Deus e seja o que Deus quiser. Eu tenho a opinião que as pessoas têm que ter mais temor a Deus, temos que respeitar mais as pessoas. A gente não passa por isso não é à toa. Então se eu passei foi por causa da permissão de Deus. Mas eu todo dia oro pelas pessoas e sofro junto com elas do jeito que eu sofri, do jeito que tô sofrendo. Só Deus ajuda a gente nessa hora.³⁰⁷

Os sentimentos experienciados por Abigail são um paradigma de muitas outras mulheres que partilham a prisão de seus cônjuges/companheiros ou familiares próximos e encontram na religião uma “âncora” para permanecerem firmes emocionalmente diante de tantos “vendavais”. São muitas as pesquisas, em maior número as de cunho antropológico, que estudam a relação entre prisão e religião³⁰⁸. Tais pesquisas demonstram o quanto o universo prisional é um lugar pobre de alternativas discursivas, mas rico em religião e religiosidade, com ênfase nas cristãs evangélicas neopentecostais. São as palavras de expiação da culpa, da transformação do indivíduo e da aceitação de se ser como se é, mesmo depois do crime ou delito cometidos, quase todas extraídas da Bíblia, que servirão como apoio espiritual para presos e familiares. Ainda que os discursos psiquiátricos e psicológicos circulem também nos ambientes prisionais, é o discurso religioso que se torna o mais privilegiado e possibilitado aos detentos e suas famílias na maioria dos presídios brasileiros. As ações dos grupos

³⁰⁶ São muitas as igrejas localizadas no bairro onde Abigail mora. Em sua maioria, são igrejas simples e constituídas de poucos membros. Conforme depoimento dos moradores, muitos dos pastores que dirigem o trabalho nessas igrejas são homens que se converteram depois de terem passado pela prisão. Esta informação, extraída também em momentos de conversa espontânea com os familiares dos alunos da escola onde atuo como orientadora educacional reitera o que Mariana Cortês expôs em seu livro *O bandido que virou pregador*. Ao buscar compreender as conversões de ex-presidiários numa perspectiva sociológica (a maioria aconteceu dentro das prisões), a autora investiga a carreira emergente de pregadores depois de serem “bandidos”, vislumbrada como saída para os sujeitos pobres, desesperados e criminosos. E são esses estigmas transformados pelo poder da libertação e redenção divinas que esses homens lideram suas igrejas, oferecem apoio espiritual a presos e familiares e se redimem do crime ou delito cometido através da conversão.

³⁰⁷ Esta entrevista foi concedida em abril do ano de 2011.

³⁰⁸ São muitas as pesquisas, especialmente as de cunho antropológico, que estudam a relação entre prisão e religião. Não é intenção dessa pesquisa este estudo, e para aprofundamento da temática ver: Religiões e prisões. Disponível em http://www.iser.org.br/site/sites/default/files/comunicacoes_do_iser_61.pdf. Acessado em 11 de maio de 2013.

religiosos nas penitenciárias e presídios – ou nas instituições religiosas que abrigam presos – distraem os reclusos, oferecem conforto e, na maioria das vezes, são as únicas “atrações” disponíveis simultaneamente a presos e familiares.³⁰⁹

Nelson é um pregador que se converteu na prisão e vive a sua nova vida a testemunhar sobre a sua transformação depois de se tornar evangélico:

Sempre na prisão havia alguém com uma bíblia, pregando a Palavra de Deus. Eu ficava só ouvindo, mas eu nunca quis uma mudança. Mas lá na cadeia, ia o padre, a assistente social, ia o crente com a bíblia. Eu não queria nada. Mas no final de 98 uma pessoa leu Isaías 59³¹⁰ pra mim. E naquele momento não tive outra opção, eu recebo o Senhor Jesus. Depois de sair da prisão, eu voltei pra casa da minha mãe, e eu fiz um propósito com Deus, que se ele me restaurasse em todos os sentidos, enquanto eu vivesse aqui na terra eu ia trabalhar, independente

³⁰⁹ Em muitos presídios do Brasil a presença evangélica é marcada por encontros familiares mediatizada por cultos e celebrações e se constitui como um dos únicos momentos em que a família e o preso podem ficar próximos. Além dos momentos juntos na prisão, efetivada por meio de louvor e pregação, presos e familiares se beneficiam das doações de cestas básicas e apoio espiritual para suportarem a separação e as dificuldades de se estar em reclusão.

³¹⁰ “Eis que a mão do SENHOR não está encolhida, para que não possa salvar; nem agravado o seu ouvido, para não poder ouvir. Mas as vossas iniquidades fazem separação entre vós e o vosso Deus; e os vossos pecados encobrem o seu rosto de vós, para que não vos ouça. Porque as vossas mãos estão contaminadas de sangue, e os vossos dedos de iniquidade; os vossos lábios falam falsidade, a vossa língua pronuncia perversidade. Ninguém há que clame pela justiça, nem ninguém que compareça em juízo pela verdade; confiam na vaidade, e falam mentiras; concebem o mal, e dão à luz a iniquidade. Chocam ovos de basilisco, e tecem teias de aranha; o que comer dos ovos deles, morrerá; e, quebrando-os, sairá uma víbora. As suas teias não prestam para vestes nem se poderão cobrir com as suas obras; as suas obras são obras de iniquidade, e obra de violência há nas suas mãos. Os seus pés correm para o mal, e se apressam para derramarem o sangue inocente; os seus pensamentos são pensamentos de iniquidade; destruição e quebrantamento há nas suas estradas. Não conhecem o caminho da paz, nem há justiça nos seus passos; fizeram para si veredas tortuosas; todo aquele que anda por elas não tem conhecimento da paz. Por isso o juízo está longe de nós, e a justiça não nos alcança; esperamos pela luz, e eis que só há trevas; pelo resplendor, mas andamos em escuridão. Apalpamos as paredes como cegos, e como os que não têm olhos andamos apalpando; tropeçamos ao meio-dia como nas trevas, e nos lugares escuros como mortos. Todos nós bramamos como ursos, e continuamente gememos como pombas; esperamos pelo juízo, e não o há; pela salvação, e está longe de nós. Porque as nossas transgressões se multiplicaram perante ti, e os nossos pecados testificam contra nós; porque as nossas transgressões estão conosco, e conhecemos as nossas iniquidades; Como o prevaricar, e mentir contra o SENHOR, e o desviarmo-nos do nosso Deus, o falar de opressão e rebelião, o conceber e proferir do coração palavras de falsidade. Por isso o direito se tornou atrás, e a justiça se pôs de longe; porque a verdade anda tropeçando pelas ruas, e a equidade não pode entrar. Sim, a verdade desfalece, e quem se desvia do mal arrisca-se a ser despojado; e o SENHOR viu, e pareceu mal aos seus olhos que não houvesse justiça. E vendo que ninguém havia, maravilhou-se de que não houvesse um intercessor; por isso o seu próprio braço lhe trouxe a salvação, e a sua própria justiça o susteve. Pois vestiu-se de justiça, como de uma couraça, e pôs o capacete da salvação na sua cabeça, e por vestidura pôs sobre si vestes de vingança, e cobriu-se de zelo, como de um manto. Conforme forem as obras deles, assim será a sua retribuição, furor aos seus adversários, e recompensa aos seus inimigos; às ilhas dará ele a sua recompensa. Então temerão o nome do SENHOR desde o poente, e a sua glória desde o nascente do sol; vindo o inimigo como uma corrente de águas, o Espírito do SENHOR arvorará contra ele a sua bandeira. E virá um Redentor a Sião e aos que em Jacó se converterem da transgressão, diz o SENHOR. Quanto a mim, esta é a minha aliança com eles, diz o SENHOR: o meu espírito, que está sobre ti, e as minhas palavras, que pus na tua boca, não se desviarão da tua boca nem da boca da tua descendência, nem da boca da descendência da tua descendência, diz o SENHOR, desde agora e para todo o sempre. “ Isaías 59:1-21, Escrituras Sagradas.

de hora, financeiro e tudo. E Ele fez a parte dele. Ele restaurou a minha vida em todos os sentidos.³¹¹

O testemunho de Nelson evidencia o discurso religioso que o ajudará a se “redimir” diante de Deus e dos homens. Mesmo na prisão, Nelson tinha oportunidade de exercer sua religiosidade ou professar sua religião. Este direito à assistência religiosa é fundamentada na Declaração dos Direitos Humanos³¹² e garantida pela Lei de Execução Penal, que estabelece as regras necessárias para sua prestação. Essas normas que regem sobre a assistência religiosa foram padronizadas através da resolução nº 8 de 9 de novembro de 2011³¹³ em todo território nacional. Antes da lei, cada unidade prisional tinha autonomia para regulamentar a entrada dos religiosos e o tipo de religião que poderia circular nos presídios. Segundo várias pesquisas, as religiões de matriz africana dificilmente conseguiam entrar. Esta nova regulamentação sobre assistência religiosa ampliou os direitos dos presos e o acesso de qualquer grupo religioso³¹⁴ a exercer a capelania. Atualmente, o grupo religioso que atende o preso passa a ser mais que um prestador de serviços, exercendo também um poder político na gestão carcerária. Até o ano passado (2012), existiam celas especiais destinadas aos presos evangélicos em várias prisões e a suspensão da revista íntima para os capelães ainda vigora no Código Penal. Além disso, muitos presos podem cumprir sua pena em casas de reabilitação, em parceria com o Presp – Programa de Reintegração Social de Egressos do Sistema Prisional – o que não deixa de ser um privilégio:

³¹¹ Nelson é um ex-dependente de drogas que, segundo ele, começou com a maconha e a cocaína e terminou no crack. Concedeu uma entrevista a mim, em março de 2010. Hoje é um dos líderes religiosos da CEAMI.

³¹² Segundo o Artigo XVIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.” Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acessado em 19 mai/2013.

³¹³ Disponível em <http://www.criminal.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/2011resolucaoCNPCP08.pdf>. Acessado em 17 mai/2013.

³¹⁴ Atualmente, são vários os grupos religiosos atuantes nas prisões. Dentre eles destaca-se a Igreja Católica, a mais tradicional, representada pela Pastoral Carcerária. Além da prestação da assistência religiosa, a entidade tem como característica a fiscalização do Estado através da atuação de agentes que prestam serviços sociais, jurídicos e psicológicos, promovendo a justiça social. Eles também atuam por meio de denúncias que envolvem a violação dos direitos humanos dentro dos presídios. Nos anos noventa, a Igreja Evangélica passou a apresentar um expressivo crescimento. De acordo com Edileuza Santa, doutora em antropologia pela PPCIS/UERJ, o movimento crescente dos evangélicos se refletiu nas prisões e sua militância tem provocado algumas transformações no cotidiano das penitenciárias. A Igreja Evangélica, segundo a pesquisa, está mais presente nas unidades socioeducativas atualmente, atendendo cerca de noventa e quatro por cento (94%) da população menor infratora. Disponível em http://www.iser.org.br/site/sites/default/files/comunicacoes_do_iser_61.pdf. Acessado em 17 mai/2013.

Eu tenho esse convênio com o Presp, e as famílias vão lá no Presp. A família vai lá e fala dessa pessoa que está presa lá dentro. E o Presp vai ver junto a justiça a possibilidade do benefício de tirar a pessoa lá de dentro. Enfim, eu vou e emito uma declaração que tenho uma vaga. A família leva pro Presp, o Presp encaminha pro advogado e o juiz vai e libera pra vim pra cá. Todos são, sem exceção, dependentes químicos. O que fuma pedra, cheira cocaína ou então maconha, ou bebe ou fuma. Mas aqui no Ceami a gente recebe todo o tipo de pessoa. E em alguns casos a igreja assume, ajuda o custeio dele aqui, não o total, porque o total é caro. Mas para o prisioneiro vir ele tem que vir voluntariamente. Ou ele pode ficar na cadeia ou ele pode vir pra cá. Então a opção melhor é vir pra cá. Tanto é que tem uns que chegam aqui às cinco horas da tarde e vão embora às seis. Ele foge. Meu portão é aberto. Não é porque eu recebo preso que eu tenho que ter chave, cerca elétrica, guarda. A justiça sabe meu jeito de trabalhar aqui. Ele tem que vim pra cá porque ele quer. Só que ele é avisado. Quando ele desce a viatura aqui eu chamo e digo: deixa eu falar um negócio pra você: você está tendo a oportunidade, agora se você não quiser e fugir, com 30 minutos tá preso de novo. Eu comunico por telefone, fax. E aquele benefício que a lei dá ele perde. Aí o juiz coloca lá embaixo “sujeito irrecuperável”, devendo cumprir pena em regime fechado absoluto. E se ele tiver dez anos, vai cumprir dez anos fechado mesmo.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que os discursos religiosos atravessam as mais variadas intenções, tanto dos presos, de seus familiares quanto dos líderes das instituições religiosas que promovem ajuda espiritual e material a esses envolvidos com a prisão: podem se apresentar como um mecanismo de sobrevivência para acalentar as dores e os sofrimentos causados pelo encarceramento; um instrumento de normatização, de vigilância e de controle do corpo e da consciência e/ou uma tática utilitarista e oportunista para beneficiarem-se da assistência religiosa na intermediação entre presos e familiares e dos privilégios na prisão que muitos passam a ter depois da “conversão”. Nesse sentido, a religião passa a se constituir em uma das muitas práticas discursivas de onde se produz efeitos de poder-saber, conforme abordagem foucaultiana, fazendo dessas famílias alvos de sujeição e de controle:

Em Uberlândia, há algumas organizações não governamentais confessionais que acolhem presos do sistema carcerário em suas chácaras de reabilitação, mas também tiram proveito da reclusão. Segundo depoimento de um ex-funcionário de uma dessas ONGs:

Os reclusos ficam aqui em regime fechado, mas quando é conveniente, eles saem para ajudar a fazer reparos e reformas em algumas igrejas que a organização tem parceria. Então, se ele não pode sair porque é perigoso, porque ele sai para trabalhar? Isso está errado, sem contar que ele não ganha nada pra isso. Eles acabam explorando o trabalho deles, porque isso não tem nada a ver com a sua reabilitação. Tem associação, para ser bem direto, que só quer se envolver com política. Que Deus tenha misericórdia da minha língua, mas eu vejo pura política naquilo ali. Não vejo nenhum interesse em querer ajudar o preso e a sua família. Vejo o seguinte: nós queremos uma subvenção mensal pra nós trabalhar com as famílias, e o dinheiro da subvenção vai me satisfazer, vai satisfazer as minhas necessidades. E as famílias, último plano. Eu falo isso com muita propriedade com tudo o que eles propuseram até agora. Eu não vi nada até agora de concreto pra ajudar as família se sim pra eles aparecerem nos holofotes.³¹⁵

O depoimento em tom de denúncia evidencia o lado obscuro das instituições religiosas que também se beneficiam da reclusão, assim como muitos dos familiares - sujeitos de táticas e astúcias que se ancoram na religião e em suas instituições para amenizarem seus conflitos, suportarem os estigmas e o preconceito causados pelo encarceramento de um parente e receberem apoio material para o sustento da casa. É evidente que nem todas as instituições religiosas são corruptas e desviam as verbas que são destinadas para acolher e “recuperar” aquele que se encontra em reclusão. Em entrevista concedida a mim em fevereiro de 2011, outro líder religioso, colaborador em outra organização não governamental, assim se pronunciou:

Não tenho carteira assinada, não tenho salário. Se eu precisar de cem mil e a ONG tiver, ela me dá, se precisar de dez centavos e ela tiver, ela me dá também. Eu trabalho pela fé, eu sou um homem que trabalho pra Deus e não abro mão disso pra nada. E nós damos toda assistência à família do preso que está aqui com a gente. Não adianta você ir lá na casa do familiar e ler o livro de Mateus inteirinho e a panela dela não ter um grão de arroz. Mateus não vai encher a barriguinta dela. Então você prega o evangelho pra ela e leva um saco de arroz também, uma latinha de óleo...³¹⁶

A fala de João, colaborador da ONG, evidencia o que durante os anos em que estive em convivência com dezenas de mulheres que tinham seus filhos ou

³¹⁵ Esse depoimento foi feito em entrevista concedida em maio de 2010.

³¹⁶ João, pseudônimo de um líder religioso de uma importante casa de recuperação em Uberlândia que acolhe presos do sistema prisional Prof. Jacy de Assis.

cônjuges/companheiros reclusos percebi: a presença da religião era marcante e determinante na produção de consolo e aceitação da situação em que se encontravam. Muitas dessas famílias têm vínculo com alguma instituição religiosa – quase sempre evangélica de matriz neopentecostal. Essas igrejas oferecem assistência espiritual e material aos seus membros, mesmo também sendo privada de recursos para sustentar o trabalho religioso. Seus fiéis buscam os filhos daqueles que estão privados de liberdade e os levam à Escola Bíblica Dominical, que são cultinhos especiais para as crianças, com músicas, brincadeiras, histórias bíblicas e um lanche para atrair a frequência à igreja. O testemunho de uma criança de dez anos, cujo pai está preso, mostra o significado do trabalho religioso para as famílias que tem um parente recluso:

Todos os meus irmãos, menos a mais velha frequenta a igreja. O pastor e a mulher dele buscam a gente aqui em casa. Às vezes a mãe leva e vai com a gente, mas outras vezes ela prefere deixar a gente ir sozinhos. Eu nunca falto. Mas o pastor não quer mais levar meus irmãos porque eles chutam, mordem e não querem obedecer. Eu vou porque aprendo sobre Deus e o lanche é muito gostoso.³¹⁷

Nessas igrejas não importa a vida passada de quem a frequenta, mas a nova identidade que ganham depois da conversão. Uma identidade que “salva” dos estigmas da vida bandida que, na linguagem dos evangélicos, é conhecida como “nova criatura”.³¹⁸ Nessas instituições religiosas, os louvores cristãos são ensinados às crianças e estes passam a ser um estímulo para os parentes reclusos quando recebem visitas de seus filhos:

Quando os meninos vão visitar o pai eles ficam com ele, cantam louvores. Eu vejo que as lágrimas correm no olho dele. Eu vejo que ele tem a necessidade de saber que alguém se interessa por ele. Os meninos também cantam os louvores para os presos que não recebem a visita da família. Muitos também choram. Mas eu não gosto que os meninos visitem o pai, porque na hora eles ficam felizes, mas depois, quando a gente tem que se preparar para sair, eles abraçam o pai e ficam perguntando por que ele não pode vir com a gente. Eles andam no presídio, conversam com todo mundo, conhecem outros presos daquele bloco que fica o pai, mas quando têm que ficar quietos perto do pai eles

³¹⁷ Esse testemunho de uma menina de dez anos foi feito em situações espontâneas na ambiência da escola, em outubro de 2012.

³¹⁸ Para os evangélicos, ser nova criatura significa confessar a Jesus como único Senhor e Salvador, ou seja, quando ela entende, por revelação de Deus, que Jesus é a encarnação do próprio Deus. Crendo nisso ela passa a ser outra pessoa, a ganhar uma nova identidade porque se torna “filha de Deus”. Na Epístola aos Coríntios há um versículo que fundamenta essa profissão: “E, assim, se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas.” 2 Coríntios 5:18

choram. E quando vão embora daqui pra casa, eles ficam agressivos demais. Eu vejo que essas visitas fazem bem para o pai, mas não fazem para os meninos. E quando eu levo os meninos lá, eles me dão muito mais trabalho do que quando eu não levo. Eu fico sofrendo demais com isso, e não sei até que dia Deus vai me dar forças para continuar levando os meninos.

319

Todavia, muitas das narrativas da maioria dessas mulheres com as quais convivi na ambiência da escola eram permeadas de jargões evangélicos, mas com uma diferença notável: a religião ou as expressões de religiosidade se fundiam a uma explicação para a criminalidade. Foram muitas as frases ouvidas e registradas no período de 2007 a 2012, dentre elas: “Graças a Deus meu filho não é usuário, ele só trafica”. “Deus vai me ajudar a conseguir um celular pro meu homem, pois fico muito sozinha quando não converso com ele.” “Pedi a Deus pra eu não ser pega. Introduzi a droga na vagina com *insufilm*, mas tremi de medo porque fiquei com medo dela cair. Graças a Deus deu tudo certo.” “Eu sou viúva, mas sou evangélica, e acredito que Deus sabe de todas as coisas. E Deus falou assim pra mim: eu vou preparar esse homem pra você cuidar dele até o fim. Eu estou com ele para o que der e vier, e oro todos os dias para os colegas de cela não descobrirem que ele era vigilante antes de cometer o 157³²⁰. Porque se descobrirem, ele morre.”

Essas narrativas compartilhadas por mulheres (mães ou esposas/companheiras de presos) mostram a intensidade do discurso religioso atrelado às ilegalidades, fazendo com que o sagrado e o profano se misturem promiscuamente. Quase todas as igrejas que acolhem essas mulheres são neopentecostais, e os templos ou comunidades se distanciam num diâmetro muito curto umas das outras e, algumas delas, são na mesma rua e quase de frente uma da outra.³²¹ As imagens abaixo foram tiradas do entorno

³¹⁹ Este testemunho de Rosely, mãe de um casal – uma menina de oito anos e um menino de sete, foi feito a mim, em abril de 2012, na escola, em situações de acompanhamento escolar. As crianças, às segundas-feiras, apresentavam comportamentos agressivos na escola, o que demonstrava ser um reflexo das visitas ao presídio aos domingos. Nessas visitas, segundo a mãe dos meninos, os presos eram muitas vezes violentados na frente de seus próprios familiares.

³²⁰ **Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2336378/art-157-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acessado em 13 maio/2013.**

³²¹ O pesquisador João Fernandes da Silva, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia tem-se dedicado ao estudo de um fenômeno interessante no município uberlandense: a expansão do número de igrejas evangélicas que, segundo os dados do estudo, a média de crescimento é maior do que a média nacional. Segundo o censo do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de 2011, 25,23% da população de Uberlândia se declara evangélica. Em todo o país são 22,2%. No cadastro da Prefeitura Municipal de Uberlândia existem 890 templos registrados, mas, segundo o pesquisador,

prisional do CSEUB e do presídio Prof. Jacy de Assis, ambos situados no setor leste da cidade de Uberlândia.

Imagem --: Igrejas evangélicas neopentecostais do setor leste de Uberlândia



Fonte: acervo pessoal³²²

Apesar de muitas mulheres serem coniventes com as ilegalidades de seus filhos, maridos ou companheiros, outras não compactuam do caminho percorrido por seus familiares na trilha do banditismo, da violência e da vida desregrada que escolheram levar. As narrativas dessas mulheres revelam não só o que se passa no interior das prisões, mas no interior de suas próprias prisões. Mulheres enclausuradas metafisicamente, prisioneiras de um destino que nem sempre desejaram ou escolheram participar. Ao narrarem o que se passa em suas subjetividades, revelam sentimentos

existem, pelo menos, 1000. Um dado interessante da pesquisa refere-se ao fato de que o crescimento dessas igrejas acontece, principalmente, na periferia – um fenômeno atípico, segundo o pesquisador Roberto Lobato Corrêa (UFRJ), tendo em vista que, nas grandes cidades, as igrejas são instaladas estrategicamente nas principais avenidas, onde o fluxo de pessoas é bem maior. Enquanto que na Avenida Rondon Pacheco, com aproximadamente sete quilômetros de extensão, há três templos, na Avenida Solidariedade – localizada na região leste da cidade onde esta pesquisa se desenvolveu e que se configura como a principal avenida, cortando os bairros Joana Darc e São Francisco - são quinze templos ao longo dos 1600 metros. Disponível em <http://www.dirco.ufu.br/sites/dirco.ufu.br/files/142.pdf>, Acessado em 12 jul/2013.

³²² Fotos tiradas em junho de 2012 da favela Celebridade e favela Prosperidade, no setor leste de Uberlândia.

que têm o poder de enclausurá-las ou libertá-las. Alguns dos sentimentos que enclausuram são a humilhação e o ressentimento. Os que libertam são o perdão e a esperança como possibilidade de recomeçar.

3.5 Sentimentos que enclausuram

A humilhação

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 215 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, artigo V, “ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. Este direito universal sempre é trazido à tona nos discursos judiciais e prisionais. Todavia, para a sociedade moralista, a pessoa que comete crime ou delito e que desrespeita o próprio direito universal do próximo não se torna digno de recebê-lo. Assim sendo, o preso nem sempre consegue fazer valer os direitos humanos universais, que também caberia a ele, pois ainda vivemos o “olho por olho, dente por dente”. Caolha e banguela, a sociedade ainda insiste na ideia de que se deva pagar com mesma moeda, e quem cometeu crime ou delito merece sofrer de modo intenso e cruel.

A crítica não está no fato de que as pessoas que estão na prisão não devam cumprir com a penalização que lhe fora imputada, mas na retribuição que fere os direitos humanos universais em forma de castigos, humilhações e torturas de quem se tornou “merecedor” de recebê-los, como é o caso das pessoas em situação de reclusão prisional. Para a maioria da sociedade, humilhar os que cometeram crimes ou delitos acaba por ser um dispositivo de poder, ainda que subjetivo. Nesse sentido, a humilhação se justifica pelo viés do merecimento. Quando a humilhação se torna pública, como no caso das pessoas que estão cumprindo pena de prisão, outros sentimentos a acompanham: vergonha, revolta e ressentimento. Mas o que diferencia a humilhação desses outros sentimentos?

“Humilhação é um sentimento moral, fruto de uma relação assimétrica de comportamento depreciativo por parte de quem humilha, que fere a autoestima de quem vivencia a experiência dolorosa de ser tratado com desprezo. Humilhar significa depreciar o outro, afirmar a posição inferior e subalterna do outro. A humilhação é um rebaixamento moral que afeta o bem-estar psicológico e físico, atinge o amor-próprio e viola os princípios de respeito e de dignidade humana. A humilhação atinge a identidade moral do indivíduo e causa impacto sobre o seu autoconceito. E o sentir-se ofendido é a pedra-de-toque da honra, sentimento e modo

de conduta ligados à afirmação de si e à preservação da sua personalidade moral. A honra se vincula à exigência do respeito à própria dignidade quando esta está sob ameaça. Ela significa a recusa em pactuar com o rebaixamento provocado por uma situação de humilhação. Quando a dignidade é afrontada, a honra é afetada.”³²³

São várias as situações em que alguém pode se sentir humilhado. No caso dos familiares de sujeitos aprisionados, esta humilhação acontece de maneira indireta, tendo em vista que é pelo delito do outro que se irá sofrer. Assim como existe a prisionização secundária, pode-se dizer que, da mesma forma, existe a humilhação secundária. Pessoas que foram humilhadas porque o seu entorno agiu de maneira amoral e criminoso tem sua dignidade afrontada e, por conseguinte, sua moral afetada, conforme prescreve Ansart. A partir do momento que a pessoa querida ou membro da família vai para a prisão, a humilhação acontece porque a situação de enclausuramento já é, em si mesma, vergonhosa. Ainda mais quando se sabe dos abusos cometidos por agentes penitenciários e pela mídia sensacionalista que violam qualquer princípio de respeito e de dignidade humana, não só com o preso, mas também com seus familiares. Ao ganharem a nova identidade do parente encarcerado – filho do traficante, mãe do assassino, mulher do bandido – esses parentes ou cônjuges/companheiras vão assimilando as situações humilhantes e, muitas vezes, reivindicam para si uma reputação que em nada condiz com as práticas criminosas daquele que foi preso.

Todavia, não é sempre que essa reivindicação acontece, tendo em vista que, conforme Ansart, os sentimentos de humilhação “são obscuros e de difícil discernimento”³²⁴. Ao contrário de outros sentimentos, exteriorizados com estardalhaço pelos vencedores, a humilhação é discreta, silenciosa e a localização de suas fontes são “eivadas de dificuldades”.³²⁵ Segundo o filósofo,

para o historiador preocupado com a reconstituição dos fatos, dos comportamentos, as condições de um malogro ou de uma derrota revelam o desenrolar dos acontecimentos, suas razões, e isso é convincente; mas lhe é infinitamente mais difícil reconstituir os sentimentos de humilhação dos vencidos. [...]. São

³²³ LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O respeito de si mesmo: humilhação e submissão. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (Org). **Sobre a humilhação**. Uberlândia, EDUFU, 2005, p.247-264.

³²⁴ ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (orgs). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos palavras**. Uberlândia, EDUFU, 2005.

³²⁵ Ibid. p.17.

fundamentalmente obscuros pois são, com frequência, pouco declarados e pouco exteriorizados”.³²⁶

A dificuldade de localizar as fontes da humilhação está no fato de que este é um sentimento vergonhoso, constrangedor e produtor de outros carregados de um signo, na maioria das vezes negativo, como o ressentimento. Na perspectiva de Pierre Ansart, a situação humilhante acontece quando um sujeito fere, ultraja uma vítima sem dar a ela a possibilidade da reciprocidade. É, portanto, a ausência da reciprocidade, na não reparação da ofensa sofrida, no confronto contrário à expectativa e aos desejos da vítima que acontece a humilhação. A humilhação é um sofrimento e “uma das experiências da impotência.”³²⁷ Ser humilhado

é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado. O humilhado se vê e se sente diminuído, espoliado de sua autonomia, na impossibilidade de elaborar uma resposta, atingido em seu orgulho e identidade, dilacerado entre a imagem que faz de si e a imagem desvalorizada ou difamante que os outros lhe infligem. [...]. O indivíduo humilhado se sente como tendo sua afirmação vital negada, rejeitada, destruída, se sente excluído da relação de reciprocidade, experimentando vergonha de si mesmo. Por outro lado, seu sofrimento aumenta ao sentir que o outro, o agente ativo de sua humilhação, não percebe sua dor ou tem satisfação com ela.³²⁸

Nessa perspectiva de Pierre Ansart, a característica marcante da humilhação está na não reciprocidade. As mulheres que têm seus filhos ou maridos/companheiros na prisão, ao se expressarem no espaço da blogosfera, por exemplo, criam momentos para a reciprocidade, ou seja, inventam formas de reivindicação, de luta, de desabafo e indignação e, assim, transformam a tentativa de humilhação em oportunidade de se fazer política. Quando a ofensa é metamorfoseada em revolta ou protesto, não há humilhação. Todavia, muitas pessoas não conseguem agir diante da ofensa. Interiorizam-na, consentem-na. Mergulham tão profundamente na emoção da vergonha sentida que se aprisionam num cárcere subjetivo, alimentado pelo desprezo daqueles que “não percebem sua dor ou tem satisfação com ela”.

³²⁶Ibid. p.17.

³²⁷Ibid. p.15.

³²⁸ ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (orgs). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos palavras. Uberlândia, EDUFU, 2005. p.15.

Algumas mulheres, companheiras ou mães, no período em que esta pesquisa se desenvolveu, compartilharam, em tom de desabafo, os sentimentos produzidos a partir do encarceramento de seu parente. Em todas as conversas, a palavra humilhação apareceu. Palavra pronunciada timidamente, de maneira constrangida e vergonhosa.³²⁹ As mulheres e outros membros que realizam a visita aos entes encarcerados reclamam do tratamento dispensado por alguns agentes penitenciários, inferem que o tipo de tratamento recebido é o mesmo para animais, protestam dizendo que "não são bicho e merecem respeito". Para estas pessoas, um tratamento adequado se traduz no respeito à sua condição de mães, esposas e irmãs de cidadãos, por mais que os mesmos estejam em conflito com a lei. Essa relação com esses profissionais, a quem o Estado atribui poderes coercitivos e controladores, parece gerar elementos que contribuem para a produção de uma identidade nos familiares.

Essa hipótese tem fundamentação em depoimentos informais, feitos em tom de desabafo, de mães e esposas quando se referem aos agentes penitenciários responsáveis pelas rigorosas e invasivas vistorias nos dias de visita. É possível perceber nesses depoimentos que esses familiares sentem o corpo marcado como se saíssem das visitas carregando uma marca gerada pela relação com aqueles profissionais. Essa espécie de marca invisível, mas que adquire visibilidade na produção de sentimentos, como vergonha e humilhação, parece “moldar”, de certa maneira, comportamentos e atitudes.

Marta é empregada doméstica, mora no bairro São Francisco, na cidade de Uberlândia, há onze anos. Ao me conceder uma entrevista, relatou a dificuldade em expor o fato de ter o marido na prisão:

É muito difícil contar para as pessoas que meu companheiro está preso. Apesar de conhecerem a minha índole, de saber quem eu sou, quem são meus filhos e tudo, mesmo assim é difícil. Eu acho que no meu caso é mais fácil nessa questão do preconceito. Mas eu vejo que a maioria das pessoas tem preconceito com essas mulheres que tem alguém na prisão. Elas sofrem muito. Mãe que não pode falar no emprego que tem que depositar a sacolinha com os produtos de higiene, que madrugam lá na porta da cadeia pra depositar a sacolinha porque a patroa não pode saber. Esposas que perdem até mesmo o íntimo³³⁰, porque a patroa segurou elas até mais tarde e elas não podem falar que tem que sair mais cedo porque perde o emprego. E nesse momento o que elas precisam, todas nós precisamos, é de apoio, de conforto. Não vou falar de caridade, da pessoa dar isso, dar aquilo. Mas nós precisamos é do

³²⁹ Ibid. p.15.

³³⁰ Visita íntima.

respeito, porque nós temos que ser respeitadas e não podemos ser crucificadas pelos erros dos nossos queridos, porque somos pessoas dignas, e não precisamos dessa humilhação.³³¹

Numa sociedade marcada cada vez mais por um Estado Penal, em que o desejo de punição se exacerba e o desprezo social expõe cada vez mais a situações humilhantes as pessoas que têm uma relação direta ou indireta com a prisão, a humilhação acontece enclausurando metafisicamente, pois extrapolando o lado de fora das prisões, é na interioridade que o processo de humilhação se instala, toma corpo, se agiganta e transforma a autoimagem num desvalor. A humilhação de Marta é diferente da que é sofrida pelo seu marido. Ela experimenta a vergonha de si mesma, não por causa de suas ações, mas por estar em convívio com alguém que cometera desvios e práticas criminosas. Esta mulher também leva a culpa e os estigmas e, por extensão, outras formas de punição.

Quando alguém da família vai preso, todo mundo da casa passa a ser humilhado – pelos vizinhos, pela sociedade. Lá na visita a gente é humilhada mais ainda. E não tem como fazer nada. Porque lá dentro é assim, mata gente ali dentro, eles batem em todo mundo. Na visita que a gente vai, o pessoal fuma droga com a gente ali dentro. Eles espancam uns aos outros com a gente ali dentro. Agora, você imagina quando não tem visita, quando não tem testemunhas ali, quando não tem ninguém ali dentro o que aquilo vira. Então, eu vejo que o meu sentimento de esposa é doído, porque não é só eles que sofrem com essa humilhação toda, a gente também sofre. Eu me acho muito forte, eu converso, falo, mas tem hora que eu não aguento. Do nada eu começo a chorar. Eu não quero chorar naquele momento, mas eu vejo as pessoas sofrendo, e tem pessoas que sofrem mais do que eu, que são as mães. Como aquelas mães são humilhadas, são sacrificadas ali na porta, principalmente na porta do presídio. É mãe que desmaia e eles não saem de lá pra dar um apoio, pra dar uma ajuda pra gente. É debaixo de sol, é debaixo de chuva. Não pode entrar pra dentro, fica ali fora tomando toda aquela chuva, tomando todo aquele sol. O sol a gente tira de letra, mas a chuva é muito duro. São mães velhinhas que eu vejo que era hora delas estarem deitadas numa rede, sentadas numa cadeirinha de balanço, recebendo tudo nas mãos, porque elas já sofreram tanto pra educar os filhos, na peleja do dia a dia, até mesmo de trabalhar pra poder criar os filhos, e hoje, ali, naquele sofrimento, naquela humilhação toda e não ser respeitadas. Porque os agentes não respeitam ninguém. Eles usam a autoridade deles com brutalidade, com desprezo, como se a pessoa não fosse ninguém, só ele que fosse gente. Eu sei que eles têm que fazer o trabalho deles, mas pode fazer isso com respeito. Não falo nem com amor, mas com respeito. Tem mulheres agentes que não

³³¹ Dona Marta, companheira de um homem que está em reclusão, cedeu este testemunho em abril de 2011, em uma entrevista concedida a mim, em sua própria casa, no horário em que os filhos não estavam.

querem nem saber. Mandam agachar qualquer uma. Tem velhinha de setenta, oitenta anos que vai lá, que custa a agachar, porque tem que agachar no espelho três vezes para entrar lá dentro. Então, a pessoa custa a agachar e elas não têm paciência, são ásperas, grossas, e a gente tem que ficar calado. Porque se nós falarmos alguma coisa, aí eles suspendem as visitas, não podem depositar a sacolinha e fora o que acontece com o preso que tá lá dentro, porque nós fomos indisciplinadas.³³²

A humilhação sofrida por Marta invadiu a sua interioridade e pode se metamorfosear em ressentimento – um sentimento entendido por Maria Rita Kehl³³³ como sendo uma mágoa que não se supera ou uma constelação afetiva composta por mágoa, raiva, inveja e desejo de vingança reprimida. E quando esta constelação se instala pela via das machucaduras, das decepções, das repetições desagradáveis, pode fazer da pessoa ressentida prisioneira de si mesma, expandindo sua amargura e agregando elementos que justifiquem sua autocomiseração.

O ressentimento

Estar à sombra do encarceramento, como sugere o próprio título desta pesquisa, significa, entre outras coisas apontadas na tese, vivenciar as marcas deixadas pelos sentimentos capazes de enclausurar, aterrorizar, perseguir e perturbar a subjetividade das pessoas que partilham a prisão com seus parentes ou cônjuges/companheiros. Na tentativa de compreender as motivações que levam esses familiares a se aprisionarem pela “constelação de afetos”, chamada ressentimento³³⁴, esta pesquisa entremeará as análises de diferentes áreas com os depoimentos e narrativas de alguns familiares que, no tempo da pesquisa, disseram e demonstraram estar ressentidos pelos que “impossibilitaram” esquecer a ofensa ou agravo sofridos.

³³² Depoimento de Dona Marta, em entrevista concedida em abril de 2011.

³³³ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

³³⁴ Até a segunda metade do século XIX, a palavra elaborada especialmente para expressar a ideia de ressentimento ainda não havia sido cunhada na língua alemã. Nietzsche lançará mão do termo francês *ressentimento*, o qual remonta ao século XVI, derivado do verbo *ressentir*. Apesar de ter uma conotação neutra, significando apenas a ação de sentir novamente, reviver um sentimento ou uma sensação experimentada anteriormente, ou até mesmo um significado positivo, considerando a possibilidade de se reviver um sentimento ou uma sensação agradável, na maioria das vezes este termo possui um acento negativo, pois significa uma renovação de um mal sofrido, de uma dor que se resente, ou a persistência de um sentimento suscitado por uma injúria, uma injustiça, acompanhado de um desenho de vingança. Essa conotação negativa tem a ver com a recordação com amargor ou o desejo de se vingar de um mal sofrido.

David Konstan³³⁵ oferece algumas indagações interessantes sobre a história do ressentimento da sociedade ou psicologia das antigas Grécia e Roma e a compara com a noção moderna. O autor enumera três conotações para o termo ressentimento: a psicológica, a social e a existencial. Para a conotação psicológica, o ressentimento tem sua proximidade com a raiva ou a irritação perante uma desfeita, mas não é fugaz, é duradouro, cultivado e acalentado. Para a conotação social, embora não teorizado explicitamente pelos filósofos antigos, o ressentimento acontece pela estigmatização de classe ou pela percepção de uma injustiça contra a qual não se tem o poder, ao menos no momento, de reagir.³³⁶

O ressentimento existencial, todavia, é duradouro “não por ser um sentimento de impotência diante de um superior, mas porque se volta contra tudo e contra nada em particular”. Konstan cita Scheler em seu artigo, mostrando que, para o autor, “o ressentimento não está associado a objetos específicos – como a inveja e o desejo de vingança estão – mas, ao contrário, surge sem um motivo claro e definido.”³³⁷ Esse traço moderno do conceito dado ao ressentimento traz um estatuto difuso e generalizado.

Segundo o filósofo Pierre Ansart, a tentativa de compreender o ressentimento é uma evocação da parte “sombria, inquietante e frequentemente terrificante da história”³³⁸. Seu estudo traz muitas reticências, uma vez que os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento associam-se a outros, como os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte³³⁹. O ressentimento, todavia, não é um conceito específico da história, da psicanálise, da teologia, da literatura ou da filosofia, mas perpassa por esses campos do conhecimento, (re) configurando-se de uma maneira criativa em todos eles. Por esta razão, quem ousa escrever sobre este tema precisa estar às bordas dessas diferentes áreas para não fazer deste sentimento um reduto onde só alguns podem compreendê-lo.

Dostoiévski é um dos primeiros escritores que contribuíram para o entendimento acerca deste mecanismo psicológico chamado ressentimento. Até Nietzsche, Kafka e Freud foram influenciados pela escrita do romancista russo. Em *Memórias do Subsolo*, o protagonista é, sem dúvida, a encarnação literária do tipo “ressentido”: incógnito,

³³⁵KONSTAN, David. Ressentimento, história de uma emoção. In: In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia. **Memória e (re) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicap, 2004, p.59-81.

³³⁶Ibid. p.67.

³³⁷Ibid. p.68.

³³⁸ANSART, Pierre. Memória e História dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia. **Memória e (re) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicap, 2004, p.15-36.

³³⁹Ibid.

pessimista, sem nome, de uns quarenta anos, magro e baixo, funcionário público com um excesso de consciência de si mesmo; vai até o subsolo da sua existência para encontrar-se com a verdade. Em suas amargas reminiscências, este rancoroso homem subterrâneo expõe os sentimentos que o enclausuraram ao ponto de deixá-lo atormentado, incapaz de dar vazão aos seus ímpetos rancorosos e vingativos. Sente-se facilmente ofendido. Sua fragilidade psíquica é revelada na sua dificuldade em lidar com as situações ásperas do cotidiano em que se sentiu por demais prejudicado.

Este protagonista ressentido da novela *Memórias do subsolo* sentia-se excluído pelos colegas de trabalho e interpretava os olhares de repugnância vindo deles. Tímido, embora confessasse seus esforços para integrar-se, não tinha êxito em sua tentativa de socialização, pois ainda se considerava invisível, humilhado, derrotado, insignificante, pior do que um inseto e, por isso, odiava os seus opositores. Sua vida era “*lúgubre, desordenada e ferozmente solitária*”. A melancolia o corroía, ele sentia náuseas e febres. Em um momento interessante da narrativa, o protagonista está numa taberna, assistindo a uma partida de bilhar, posicionado de maneira inconveniente ao ponto de atrapalhar os que participavam da jogatina. Um oficial, incomodado pelo protagonista, afasta-o de maneira brusca da mesa para que ele não continue a estorvar e, assim, tirar a atenção dos jogadores. O modo abrupto como o oficial o lança para outro lugar, como se ele fosse um qualquer, um insignificante, causará transtornos em sua interioridade, transformando-o numa figura ressentida, humilhada pelo vexatório causado não por uma covardia física, mas moral. Não é a superioridade corporal que bloqueou a impossibilidade da revanche frente ao desafeto, mas a impotência psicológica de reagir adequadamente a ele. Essa fraqueza existencial o fará ressentido, com sentimentos raivosos, rancorosos contra a pessoa do oficial, ansioso por uma reparação que, no seu entender, era justa.

É a partir dessa elucubração sobre a possibilidade de se vingar que o protagonista passa a cogitar nas diversas possibilidades de reparar a ofensa, tais como um duelo ou um assassinato. Desiste, ao pensar nos transtornos que esse ato revanchista poderia acarretar na sua vida. Os sentimentos raivosos e rancorosos alimentados por longos dois anos de espera por reparação fará com que o protagonista sofra com a espera da tão desejada vingança. Neste ínterim, elucubra a vingança contra seu “inimigo”: traz à memória o lugar onde a elite da sociedade de São Petersburgo costumava passear: um trecho estreito, oportuno para as pessoas se esbarrarem – local ideal para efetivar seu intento. Assim que o oficial vem em sua direção, no afã de se vingar, ele vacila, de tal forma que não consegue cumprir

com o que intencionou, tornando-se mais ainda atormentado psicologicamente pela ruminação de seus afetos rancorosos.

Contudo, numa nova tentativa, depara-se mais uma vez com o oficial pela passagem estreita e, dessa vez, não fraqueja: passa com a mesma desenvoltura, de igual para igual e não se intimida em esbarrar com certa força no flanco do oficial. É neste momento que o ressentido se redime temporariamente, uma vez que é incapaz de fazer com que suas experiências desagradáveis sejam digeridas e esquecidas:

Lá, em seu subsolo abjeto e fétido, nosso rato, ofendido, abatido e ridicularizado, rapidamente afunda-se num rancor frio, venenoso e principalmente, eterno. Por quarenta anos seguidos irá se lembrar até dos menores e mais vergonhosos detalhes da sua ofensa, e, além disso, a cada vez acrescentar por conta própria detalhes ainda mais vergonhosos, maldosamente provocando-se e irritando-se com sua própria fantasia. Ele próprio haverá de se envergonhar de sua fantasia, mas mesmo assim continuará lembrando, remoendo, inventará para si um monte de histórias, sob o pretexto de que elas também poderiam acontecer, e não perdoará nada. Talvez comece a querer se vingar, mas de maneira inconstante, com ninharias, por detrás do fogão, incógnito, sem crer nem em seu direito de vingar-se, nem no êxito de sua vingança, e sabendo de antemão que por todas as suas tentativas de vingar-se sofrerá ele mesmo cem vezes mais do que aquele de quem quer se vingar, enquanto o outro talvez nem sequer se importe. No leito de morte novamente se lembrará de tudo, com os juro acumulados depois de todo esse tempo e...

É essa recusa ao esquecimento que faz deste camundongo – o protagonista ressentido – um alguém atribulado, decadente, envenenado pelos seus desejos não realizados. A descrição feita por Dostoiévski sobre esse sujeito do ressentimento leva Nietzsche a considerá-lo como um dos mais profundos psicólogos já existentes, capaz de conhecer as coisas mais entranhadas numa mente perturbada pelos afetos reativos.³⁴¹ Abastecido pela produção literária do romancista russo, Nietzsche se torna o grande teórico do ressentimento³⁴², cujo conceito será elucubrado a partir da ascensão da moralidade cristã no ocidente. Uma moralidade que transformará os valores da cultura

³⁴⁰ DOSTOIÉVSKI, Fiódor. 1821-1881. **Memórias do subsolo**. São Paulo: Hedra, 2013, p.29.

³⁴¹ NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo: 2006, p.95.

³⁴² Nietzsche não inaugurou o uso da palavra ressentimento. O que ele fez foi ampliar o significado do termo, levando-o a abranger a ideia de uma fraqueza fisiológica, de uma indigestão psíquica e também de um problema social. Com Nietzsche, o conceito ressentimento ganhou novos contornos e um papel muito peculiar em sua filosofia.

greco-romana – a qual exalta o homem virtuoso a partir da imanência da corporeidade, pela valorização da beleza e da força – em manifestações pecaminosas.

Esse sujeito cristão, incapaz de concorrer com a vitalidade e a beleza do homem virtuoso idealizado pela cultura greco-romana, insatisfeito com a valorização da corporeidade, irá se esforçar para consolidar como virtudes mais elevadas as que se associam ao mundo inteligível, suprassensível, ou seja, as virtudes da consciência, da interioridade em oposição às que enaltecem o corpo, a exterioridade, a aparência. A impossibilidade de convivência dessas virtudes faz do ressentido “um homem invejoso, incapaz de aceitar a existência da diferença de qualidades e características, assim como da beleza e saúde manifestada por pessoas criativas, que conseguem superar suas limitações individuais, ampliando o nível de potência de agir em suas estruturas orgânicas”.³⁴³

O sujeito ressentido, ao se vê como alguém incapaz de competir com as virtudes enaltecidas pela vitalidade do corpo do homem forte, abdica de qualquer intento de disputa, pois sabe que irá ser derrotado. Por isso, o fraco³⁴⁴ tenta destilar o sentimento de culpa na consciência do homem forte e fazer com que este abdique de sua instintiva capacidade de agir. Assim, “quanto mais o indivíduo ‘fraco’ se ressent, por causa da sua incapacidade de transformar o seu estado de inércia numa atividade efetiva, mais ele se entristecerá, degradando-o moralmente por tal circunstância.”³⁴⁵

O termo ressentimento, na perspectiva nietzschiana, irá corresponder a um problema fisiológico, de um organismo sem forças para reagir à intempéries da vida e incapaz de digerir os sentimentos ruins. Estes sentimentos ruins farão com que o sujeito adquira consciência de sua fraqueza, e ao tornar-se consciente, ficará frustrado por sua incapacidade de reação. Isso gerará um rancor, um desejo de ferir e produzir sofrimento naquele que o detratou, mas que sua fraqueza o impede de vingar.

São estes os sujeitos ressentidos da ética nietzschiana, que tendem a transferir sua própria culpa para fora de si, para o “outro”, estigmatizando-o como o iníquo, o responsável pelos seus próprios males existenciais, aquele a quem se deve odiar, perseguir

³⁴³ BITTENCOURT, Renato Nunes. A tipologia do ressentimento em Dostoiévski e Nietzsche. **Revista Húmus**, ma/jun/jul/ago. 2011. No 2. Disponível em: <http://www.humus.pro.br/201127391.pdf>. Acessado em 4jul/2013.

³⁴⁴ O ressentimento, para Nietzsche, é uma característica dos fracos. A ética nietzschiana não contrapõe os bons e os maus, mas os fortes e os fracos, aqueles que lutam pelo que desejam e aqueles que se submetem.

³⁴⁵ BITTENCOURT, Renato Nunes. A tipologia do ressentimento em Dostoiévski e Nietzsche. **Revista Húmus**, ma/jun/jul/ago. 2011. No 2. Disponível em: <http://www.humus.pro.br/201127391.pdf>. Acessado em 4jul/2013.

e se vingar – ainda que seja uma vingança imaginária e eternamente adiada. Para Nietzsche, o ressentido “vê em tudo aquilo que o oprime ou fere, o ‘mal’ no sentido moral, e em contrapartida elabora a imagem de si mesmo como ‘bom’. Assim, o ressentido, em vez de fortalecer-se e lutar, sente-se moralmente autorizado a demandar do seu opressor *que não seja forte*.”³⁴⁶ Na filosofia nietzschiana, o ressentido se impede de esquecer o agravo e, por isso, não se entrega ao fluxo da vida presente e sofre porque se dá conta de que deixou de viver o que o momento lhe oferecia para acusar os fortes dos prejuízos pelo qual ele é o único responsável.³⁴⁷ O ressentido é esse envenenado afetivamente pelo rancor, um alguém que abrigou na sua interioridade doentia o (des) afeto sofrido. Nessa interiorização afetiva:

Todos os instintos que não se descarregam pra fora, voltam-se para dentro – isto é o que eu chamo de interiorização do homem: é assim que no homem cresce o que depois se denomina sua “alma”. Todo o mundo interior, originalmente delgado, como que entre duas membranas, foi se expandindo e se estendendo, adquirindo profundidade, largura e altura, na medida em que o homem foi inibido em sua descarga para fora.³⁴⁸

É na interioridade, no subsolo da existência que o ressentimento se instala e os lixos emocionais e afetivos são depositados. Quanto mais acumulados, mais fétidos se transformam. E é na impossibilidade (ou recusa) em descarregar para fora os sentimentos que geram o ressentimento que os mesmos se voltam para o interior do homem, pois não foram digeridos e, por isso mesmo, continuam sendo re-sentidos. O ressentimento rememora o sentimento já extinto – ao menos externamente – pois na sua interioridade, no subterrâneo de sua subjetividade, continua produzindo seus efeitos.

O que se percebe, ao buscar compreender o conceito ressentimento, é que em todas as abordagens – filosófica, histórica, literária, teológica, psicanalítica – há o sentido de ruminação dos (des) afetos ou sentimentos, uma indisposição para o esquecimento, para o perdão e até mesmo para a vingança. Entretanto, há traços específicos no ressentido que o diferencia do magoado ou do vingativo. Para Maria Rita Kehl, escritora e psicanalista, enquanto a mágoa refere-se a uma ferida aberta que ainda não parou de sangrar, uma espécie de luto que requer recolhimento e incapacita a pessoa de prosseguir com o curso da

³⁴⁶ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.26.

³⁴⁷ Ibid., p. 27.

³⁴⁸ NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral** – uma polêmica. Trad. De Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.73.

vida temporariamente – até a dor passar e a ferida se cicatrizar – o ressentimento cristaliza-se no tempo e eterniza-se na subjetividade. Assim, ressentimento faz do ressentido não um alguém incapaz de esquecer ou de perdoar; mas “um que não quer se esquecer, ou que quer não se esquecer, não perdoar, não deixar barato o mal que o vitimou”.

Outra característica do ressentido apontada por Kehl revela que ele seja tão incapaz de vingar-se quanto é impotente em reagir aos agravos ou injustiças sofridos. Prefere vitimar-se, culpar o outro, desincumbir-se moralmente de qualquer responsabilidade pela situação que o ofendeu e, assim, colocar-se numa posição passiva em que o outro reconheça o mal que lhe causou. Sua reivindicação é clara: “ele não luta para recuperar aquilo que cedeu e sim para que o outro reconheça o mal que lhe fez”.³⁴⁹ O ressentido é alguém que se mantém num adiamento eterno da resolução do que lhe causou a mágoa, e não se permite vingar-se nem perdoar a ofensa. É um escravo da sua própria moral, julgando-se sempre melhor do que o outro e, por isso, é incapaz de reconhecer seus erros ou perdoar as falhas de quem possa ter-lhe ofendido.

Assim como a humilhação acontece na não reciprocidade, conforme Ansart, o ressentimento também cresce e se fortalece na subjetividade a partir da impossibilidade (ou recusa) de ação frente ao que se considerou a razão de se estar ou permanecer ressentido, uma vez que “o ofendido não se atreve, ou não se permite, responder à altura da ofensa recebida”.³⁵⁰ Embora a palavra ressentimento indique o retorno da mágoa, a reiteração de um sentimento, a repetição mantida ativamente por aquele que foi ofendido, não se trata de uma reação posta em ato, pois se a tivesse posto, ainda que por um ato de palavra, o sentimento de injúria ou agravo seria aplacado, amenizado, mitigado.³⁵¹

Desta mesma forma, falar em ressentimento de pessoas que culpam seus familiares por suas angústias, suas não-realizações por causa da atitude criminosa do outro não é uma tarefa simples. A constelação de afetos e sentimentos que cercam aqueles que se sentiram prejudicados porque o outro agiu de maneira incorreta, imprudente, egoísta e criminosa, conduz o ressentimento a outros contornos em sua compreensão. Essa ruminação das memórias que causam sofrimento combinada à recusa em esquecer ou perdoar se somam à mágoa transformada em amargura. Algumas mulheres com as quais convivi no período desta pesquisa, cujos filhos, cônjuges/companheiros ou algum parente próximo estava na

³⁴⁹ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.20.

³⁵⁰ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.12-13.

³⁵¹ Ibid. p.12.

prisão, diziam estar ressentidas. Sentiram-se traídas por não saber, ou por muito saber, mas sem atitude para modificar ou interferir nas escolhas que o outro fez.

Diana é uma dessas pessoas. Vive em condições miseráveis com o marido e duas filhas. Depende do auxílio Bolsa-família e de alguns bicos que o marido faz como pedreiro quando não está muito doente. Seu filho, hoje com dezoito anos, quando menor de idade, cometeu alguns delitos para manter o vício do crack. A mãe diz que ele entrou nas drogas porque o pai era alcoólatra, sempre o envergonhava na frente de familiares e colegas e era muito violento. Espancava qualquer um da casa em situações de alcoolismo. Este menino, com apenas dez anos, saiu de casa e passou a viver nas ruas. Depois de cometer alguns delitos, foi encaminhado para o CSEUB e ficou preso por oito meses nesse centro socioeducativo para menores infratores.

Ao adquirir a maioridade, teve várias passagens pela polícia, ficando preso algumas vezes. Por causa do vício, Paulo, como o chamarei, também se tornou violento, inclusive com a mãe e as duas irmãs. Quando precisava de dinheiro para manter o vício, assaltava ou entrava na casa da mãe para roubar qualquer coisa que lhe rendesse algum trocado para comprar a droga. Quando a mãe ou as irmãs interviam, eram brutalmente agredidas. Essas meninas estudam na escola onde atuo como orientadora educacional e em alguns momentos elas me procuravam para contar como estavam tristes porque o irmão havia voltado para “atazanar a vida de todos”. Por causa dessa situação, Diana se tornou uma mulher ressentida. O marido, devido ao alcoolismo, estava bastante doente e debilitado. Sempre que tocava no nome do esposo, Diana dizia desejar a morte dele. E sorria quando falava “daquele traste”.

O Paulo ficou desse jeito por causa do pai dele. Esse homem é um traste, e eu quero ficar livre dele porque ele foi a desgraça da minha vida. Hoje ele tá doente, tá fraquinho, fraquinho. Parou de beber, mas eu não tô nem aí mais. Eu não perdoo ele, e também não perdoo o Paulo, porque ele escolheu esse caminho. Por que as irmãs dele não foram fumar o crack? Hoje ele fuma, rouba, não sei nem se já matou, mas eu não quero ele aqui nunca mais. Se ele entrar aqui de novo pra me bater ou pra me roubar, eu chamo a polícia. Já chamei e eu não quero nem saber. Hoje eu também sou doente, vê... olha o tanto que eu tô feia. E eu não sou velha não... Isso é tristeza. E foi maldade o que o pai e o Paulo fizeram comigo. Mas Deus sabe o que eu passei e ainda passo. Eu oro a Deus para que o Paulo encontre a Jesus. Quando ele era menor, ele ia à igreja, gostava de louvar. E você sabe que quanto mais a gente conhece, mas a gente se condena. O Paulo sabe o que é o inferno. O inferno é pra quem não recebeu Jesus. E no céu não vai entrar ninguém que rouba, que agride mãe, que vive igual bicho. Eu não sei nem se eu

tenho amor mais. Pode uma mãe falar que não sente amor? Eu tenho mais raiva do que amor.³⁵²

Diana é uma mulher que não está apenas magoada, mas ressentida. Expressa esse ressentimento na narrativa em tom de desabafo, mas negava ajuda de vizinhos, amigos e profissionais da escola quando percebiam as marcas da violência em seu corpo. Quando perguntada sobre o porquê de não ter se separado do marido quando os filhos ainda eram pequenos, uma vez que ele sempre a agredia fisicamente, a justificativa era a de que não tinha família na cidade e que não era possível trabalhar deixando as crianças sozinhas em casa. E é esta situação que coloca Diana e tantas outras mulheres numa zona cinzenta – utilizando-me novamente da metáfora de Primo Levi – em que se tornam vítimas e ao mesmo tempo algozes de suas sinas ou de suas escolhas.

Esta mulher, situada neste hiato existencial metaforizado como zona cinzenta, vive miseravelmente com um homem que não a respeita, a violenta e com um filho que se desfigurou como humano depois de se tornar dependente do crack. Ela aceita, se adapta, acostuma-se e faz suas próprias concessões para sobreviver; é a tipificação da *vida nua* de Giorgio Agambem. Podemos, então, pensar nesta mulher como alguém que não quis ou não desejou enfrentar a ofensa, o agravo sofrido? Assim como os sobreviventes dos campos de concentração de Auschwitz, Diana também não poderia reagir em situações em que qualquer reação a colocaria em risco. Kehl, ao se apropriar do conceito de Giorgio Agamben sobre a *vida nua*, assim afirma:

Não se pode chamar irrefletidamente de ‘vingança’ as convulsões sociais que põem fim aos regimes totalitários nem de ‘ressentimento’ o abatimento de escravos e prisioneiros impelidos à força do exercício de sua liberdade. O ressentimento não se confunde com revolta silenciada nem com a resignação forçada que se produz sob regimes totalitários ou em sociedades fortemente estratificadas. A vida nua não produz ressentimento; ela é a vida humana desprovida de condições de humanidade, limitada à reprodução de concentração ou em situações de extrema miséria. Não é humana a vida que decorre em função da mera satisfação de necessidades, desprovida das condições que possibilitam aos homens criar alguma forma no novo, escreve Hannah Arendt.³⁵³

³⁵² Em setembro de 2011 Diana, de 39 anos, me concedeu uma entrevista na ambiência da escola. Foram momentos rápidos em que foi possível registrar algumas falas importantes para a compreensão de alguns sentimentos experienciados por familiares de presos.

³⁵³ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.19.

Essa *vida nua* na qual a (des) humanidade de Diana se inscreve produz “uma espécie grave de abatimento e resignação”³⁵⁴, mas não necessariamente o ressentimento. Ela só se torna ressentida quando deixa de se identificar como derrotada, prejudicada, magoada para se assumir como vítima inocente:

É no lugar da vítima que se instala o ressentido, cujas queixas e acusações dirigidas silenciosamente a um outro funcionam para assegurar sua inocência e para manter sua passividade. A manutenção ativa do ressentimento faz par com a posição passiva que ele ocupa diante do Outro; com isto, a suposta vítima obtém o ganho secundário de desimcumbir-se moralmente de qualquer responsabilidade pela situação que o ofendeu. [...] as manifestações de ressentimento referem-se a um prejuízo pelo qual o sujeito foi co-responsável – no mínimo por ter cedido a um outro, sem lutar, sobre algo que dizia respeito a seu desejo.³⁵⁵

Diante desta compreensão, a questão que se coloca é: até que ponto Diana precisa ou deve sentir-se co-responsável pelos atos de seu filho, que ainda pequeno saiu de casa, entrou para o mundo das drogas e da criminalidade, despojou-se de sentimentos de afeto para com os seus, não demonstra dor ou remorso em causar sofrimento àqueles que deveriam ser seus protetores, mas não o foram; em meio a tudo isso, este menino encarnou tão cedo a *vida nua*, desumanizada? A resposta só Diana pode dar. Mas na perspectiva apresentada pelo *homem do subsolo* e pela teoria nietzschiana, sentir-se ressentida é uma questão de escolha, é uma recusa ao perdão e ao esquecimento. É tomar veneno e culpabilizar o outro pelo efeito. É a decisão de se auto-enclausurar, com todos os seus paradoxos e desdobramentos. E quando se acrescenta ao ressentimento o elemento religioso, especialmente da religião cristã, a complexidade acerca desse sentimento se amplifica tornando-se mais difícil a sua compreensão.

Diana não esquece, não perdoa, mas atribui a Deus o dever de perdoar. Como há a recusa pelo esquecimento e pelo perdão, Diana transfere esse ato para uma esfera metafísica, transcendente ao mundo, mantendo, todavia, em sua dimensão psíquica, a ruminação dos afetos que prejudicam a manutenção saudável de sua vida. Se, então, ressentir-se é uma questão de escolha, é uma recusa ao perdão, como um sujeito, imbuído em suas crenças evangélicas, pode se dizer ou se sentir ressentido? Se para Jesus deve-se perdoar setenta vezes sete a mesma ofensa, cometida no mesmo dia, qual o paradoxo em se sentir ressentido professando esta crença? De novo, a mistura promíscua entre o sagrado e o profano acontece, sob a égide de uma moral totalmente oposta de uma *práxis* crística,

³⁵⁴ KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.

³⁵⁵ Ibid. p.19.

desprovida de ressentimento. Como Diana se vê incapaz (ou se recusa) ao perdão, atribui a Deus o único com poder de julgar, e acrescenta o inferno como local de expiação da maldade – “uma das mais grotescas criações do espírito de ressentimento contra a divergência axiológica, contra todo tipo de ação que vai de encontro aos interesses e valores teológicos instituídos dogmaticamente pela estrutura dominante dos sacerdotes”.³⁵⁶

Não nos devemos deixar enganar: “Não julguem” [Mateus, 7,1] dizem eles, mas mandam ao inferno tudo o que lhes fica no caminho. Fazendo com que Deus julgue, eles próprios julgam; glorificando a Deus, glorificam a si mesmos; promovendo as virtudes de que são capazes – mais ainda, de que têm necessidade para ficar no topo -, dão a si mesmos a grande aparência de pelejar pela virtude, de lutar pelo predomínio da virtude.³⁵⁷

É o sentimento de justiça, segundo Nietzsche, que leva o cristão a desejar a punição do outro, estigmatizado como “pecador”. Esta mãe, enclausurada em seus sentimentos negativos, cuja multidão de afetos nocivos denominou-se ressentimento, quer uma reparação do dano sofrido causado pelo marido e pelo filho. Como não vê a justiça sendo feita pelo viés das leis humanas, materializadas na confissão, na prisão ou até mesmo na dor física, Diana transfere a justiça para a esfera espiritual, por meio da crença na existência de um Deus juiz, cuja justiça fará prevalecer a sua terrível autoridade sobre os pecadores.

O ressentimento, apesar de sua conotação negativa, não deixa de ser um sofrimento, e faz dos sofredores, segundo Nietzsche, pessoas que “revolvem as vísceras de seu passado e seu presente, atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se em uma suspeita torturante, e intoxicar-se de seu próprio veneno de maldade – eles rasgam as mais antigas feridas, eles sangram de cicatrizes há muito curadas, eles transformam em malfetores o amigo, a mulher, o filho e quem mais lhes for próximo”³⁵⁸

Esta assertiva transforma-se em um dos mais terríveis desdobramentos do entrelaçamento da religião com o ressentimento. Como esta mãe, devota, se vê incapaz de reagir, ou melhor, de agir criativamente diante da ofensa sofrida, ela encontra nos códigos morais da religião cristã o seu álibi para continuar potencializando corrosivamente as

³⁵⁶ BITTENCOURT, Renato Nunes. Nietzsche e a decifração do mecanismo psicofisiológico do Ressentimento. **Ensaio Filosóficos**, Volume 11 - outubro/2010.

³⁵⁷ NIETZSCHE, F.O **Anticristo**; Ditirambos de Dionísio. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.52.

³⁵⁸ _____. **Genealogia da Moral** – Uma polêmica. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 117.

experiências ruins ou o dano sofrido. Esta moralidade cristã, ao invés de promover um desejo pela libertação desse mal-estar chamado ressentimento, ao contrário, cria nesta mãe-devota a expectativa da punição divina para seu filho, caso este – o filho-ofensor – não cumpra os desígnios morais estabelecidos.

É na expectativa da punição futura, alimentada pela moralidade religiosa cristã, onde se amalgamam as mais destrutivas ações do ressentimento. Um paradoxo terrível para os que se enclausuraram não apenas por causa dos sentimentos nocivos depositados no subterrâneo da subjetividade, mas também, pela religião moral adoecida que se infelicitava com a afirmação crística de que os pecados de um outro homem estão perdoados. Mas isto torna-se escândalo para a moral religiosa cristã, posto que ela mesma se julga a detentora do poder de dizer quando pecados devem ser perdoados. Um prato cheio para religiosos ressentidos que se recusam ao exercício da liberdade!

Em contraposição, quando a experiência – religiosa ou não – se sustenta por um código extra-moral, há a possibilidade de suprimir da afetividade os traços ressentidos por meio da assimilação de vivências afetivas produzidas pela potência ativa do esquecimento. Contudo, para Nietzsche,

esquecer não é uma simples *vis inertiae* [força inercial], como creem os superficiais, mas uma força inibidora ativa, positiva no mais rigoroso sentido, graças a qual o que é por nós experimentado, vivenciado, em nós acolhido, não penetra mais em nossa consciência, no estado de digestão (ao qual poderíamos chamar “assimilação psíquica”), do que todo o multiforme processo da nossa nutrição corporal ou “assimilação física”. Fechar temporariamente as portas e janelas da consciência; permanecer imperturbado pelo barulho e a luta do nosso submundo dos órgãos serviais a cooperar e divergir; um pouco de sossego, um pouco de tabula rasa da consciência, para que novamente haja lugar para o novo, sobretudo para as funções e os funcionários mais nobres, para o reger, prever, predeterminar (pois nosso organismo é disposto hierarquicamente) – eis a utilidade do esquecimento, ativo, como disse, espécie de guardião da porta, de zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta: com o que logo se vê que não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem o esquecimento. O homem no qual esse aparelho inibidor é danificado e deixa de funcionar pode ser comparado (e não só comparado) a um dispéptico – de nada consegue dar “conta”.³⁵⁹ (Nietzsche, 2000: 47-48).

³⁵⁹NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral** – Uma polêmica. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 47-48.

Este processo digestivo das experiências danosas produzido pelo esquecimento está intrinsecamente entrelaçado ao exercício do perdão – esse esforço do ofendido em se libertar dos efeitos corrosivos do ressentimento. Entretanto, no decorrer da escrita desta tese, a maioria das pessoas decidiu não se enclausurar diante da ofensa sofrida.

3.6 Perdão: o sentimento que liberta

Falar de perdão é arriscar-se na difícil tarefa de lidar com a incomensurabilidade da dor humana. Tentar compreendê-lo é quase um gesto de profanação. E são muitas as linguagens que incitam o tema: ele aparece nas narrativas bíblicas, nas canções de amor, no cinema, no teatro, nas obras de arte, nos diálogos, nas confissões, nos atos cerimoniais além de estar presente nos discursos como o jurídico, o político, o ético, o religioso, o psicanalítico etc. As reflexões sobre a *Shoah*³⁶⁰, a literatura de testemunho dos genocídios do século XX e deste século e, especialmente nesta tese, a experiência dolorosa de ter um parente na prisão com todas as nuances que acompanham este acontecimento – tais como a humilhação, a vergonha, a mágoa, a violência, a punição – constituíram-se em campos profícuos para se pensar o perdão.

Além de estar presente nas linguagens e nos discursos, o perdão se inscreve nos gestos, na consideração, no dom, no reconhecimento, na confiança, na conversão, na metanoia, na memória feliz. O perdão pode propiciar que o ofendido se encharque de coragem para fazer reparações e reestruturar laços outrora esgarçados pela falta³⁶¹ cometida. Ele se situa no campo minado das feridas subterrâneas da subjetividade, mas também se inscreve no terreno da fé, na ambiguidade do distanciamento e da proximidade. Ele rompe com a lei da dívida.

³⁶⁰Shoah é o termo da língua iídiche usado para definir o holocausto judeu.

³⁶¹Em *A memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricoeur apresenta, na seção final, o epílogo sobre o tema do perdão, cujo pressuposto existencial está na falta. A equação que constitui esta relação é: “embaixo da confissão da falta, no alto o hino do perdão”³⁶¹. Segundo o filósofo, a falta carrega a estrutura da imputabilidade de nossos atos. Só existe perdão porque é possível acusar alguém, presumi-lo ou declará-lo culpado. É na região da imputabilidade – capacidade, aptidão, em virtude da qual ações podem ser levadas à conta de alguém – que a falta, a culpabilidade deve ser buscada. “A falta consiste na transgressão de uma regra qualquer, de um dever, que envolve consequências apreensíveis, a saber, fundamentalmente, um dano causado a outrem. É um agir mau e, nessa condição, condenável em termos de apreciação negativa”.

Para buscar respostas (nem sempre possíveis) para as questões sobre o perdão, as reflexões de Paul Ricoeur, Jacques Derrida e Hannah Arendt tornam-se imprescindíveis. Ricoeur por causa das relações estabelecidas entre a filosofia e seus encontros com o discurso bíblico, além da sua experiência nas Comissões de Verdade e Reconciliação na África do Sul; Derrida por promover a discussão da anistia, da impunidade, da atitude social diante dos crimes – especialmente os crimes contra a humanidade – além de ter sido, como Ricoeur, um militante da luta contra o *apartheid*, quando ainda não se cogitava o fim do segregacionismo sul-africano; e Hannah Arendt por outras razões: por ser a “ fonte inspiradora” dos dois filósofos, por causa de suas experiências com o totalitarismo e por reconhecer a importância dos ensinamentos de Jesus acerca do perdão, a saber: os homens precisam perdoar as dívidas uns dos outros, assim como Deus perdoa as nossas ofensas; é dever perdoar porque as pessoas não sabem o que fazem; é preciso perdoar setenta vezes sete a mesma ofensa (no mesmo dia); só o amor tem o poder de perdoar; o poder de perdoar procede de fé; só perdoamos porque Deus nos perdoou primeiro.

Começando por Paul Ricoeur, a problemática do perdão é a da culpabilidade e da reconciliação com o passado. Seu mistério está na possibilidade de separação entre o sujeito e seus atos: algo impossível na perspectiva jurídica, em que a ação e o sujeito que a comete são indissociáveis. Nessa perspectiva, Ricoeur apresenta-nos, com base na obra de Olivier Abel³⁶² os dilemas do perdão, os quais acontecem na confrontação de dois atos de discurso: “o do culpado que enuncia a falta cometida, à custa de um tremendo trabalho de formulação do dano, de uma penosa composição de intriga, e o da vítima supostamente capaz de pronunciar a palavra libertadora de perdão.”³⁶³ Os dilemas referem-se, então, às condições dessa troca de palavras – “ eu te peço perdão”, “ eu te perdoo”.

Segundo o filósofo, o perdão “é tão difícil de se dar e de se receber quanto de se conceituar.”³⁶⁴ É no abismo da profundidade da culpa e nas regiões abissais do sofrimento que o perdão pode surgir. É no fundo tenebroso de traumas, de traumatismos, de ferida e de vulnerabilidade que o perdão propõe cura. Em seu ensaio *O perdão pode curar?* Ricoeur busca um sentido terapêutico do curso do perdão,

³⁶² OLIVIER, Abel. Tables du pardon. Géographie des dilemmes et parcours bibliographique. In: **Le Pardon**. Briser la dette et l’oubli, Paris. Autrement, série “ Morales”, 1992, p.208-236.

³⁶³ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain Francois [et.al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

³⁶⁴ Ibid. p.465.

explorando seu cruzamento com a memória, o esquecimento, seus excessos, faltas e a reconciliação com o passado. Nesse sentido, o lugar do perdão estaria num ponto de convergência entre o trabalho de lembrar e o trabalho de luto, ou seja, no trabalho que começa na região da memória e prossegue na do esquecimento.³⁶⁵ Para fundamentar suas reflexões, Ricoeur recorre aos textos de Freud, publicado em 1914, intitulado *Repetição, lembrança e transelaboração*.³⁶⁶

Segundo Freud, o maior obstáculo à cura psicanalítica e do trabalho de interpretação está na compulsão de repetição, ou seja, no fato de o paciente repetir em vez de lembrar. Algo tomou o lugar da lembrança esperada. Esta resistência à lembrança ocasiona um trabalho profundo a ser iniciado, em que o terapeuta pede ao paciente que cesse de gemer ou de se esconder de si mesmo, num estado mórbido, e “encontre coragem de fixar sua atenção sobre as manifestações mórbidas, de olhar a doença como um adversário digno de estima, como uma parte dele próprio, como um fundo no qual conviria que ele tomasse preciosos recursos para a vida ulterior.” Caso isso não ocorra, segundo Freud, não será possível produzir a reconciliação com o recalado.³⁶⁷

Seguindo esta linha freudiana, Paul Ricoeur se apropria da noção de *trabalho de lembrar*, oposta à compulsão de repetição e sugere um *uso crítico da memória* por meio da narrativa. É na narrativa que a memória é trazida à linguagem; é por meio dela que se exerce o primeiro trabalho da lembrança e é também pela ação de narrar que se torna possível atribuir outro sentido ao que aconteceu. Embora os fatos passados sejam inapagáveis, é possível reelaborá-los, dar-lhes outras interpretações e novos olhares, mudar a sua carga moral, seu *peso de dívida*, por *conversão do sentido mesmo do passado*. É neste esforço para *contar de outra maneira e do ponto de vista do outro* os acontecimentos da experiência pessoal ou comunitária que a ação retroativa da perspectiva do futuro sobre a apreensão do passado encontrará apoio. A narrativa também, além de permitir a reelaboração do passado, filtra, seleciona entre os acontecimentos aqueles considerados mais significativos ou importantes para a história que se conta.

³⁶⁵ Para fundamentar suas reflexões, Ricoeur recorre aos textos de Freud, publicado em 1914, intitulado *Repetição, lembrança e transelaboração*. Ver FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: **Edição Standart Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**- ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.14.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid. p.125.

Na compulsão da repetição, analisada por Freud, Paul Ricoeur compreende-a como sendo um esquecimento de fuga – uma estratégia de evitamento, um procedimento, muitas vezes de má-fé, que faz do esquecimento passivo-ativo uma empreitada perversa. É nessa perspectiva que Ricoeur chama a atenção para o não-saber com obstinação, aquela atitude de quem não se informa, não quer saber, não se interessa, finge que não vê, que não acontece. Há, então, dois tipos de esquecimento: o de fuga e o libertador. Para o filósofo, não existe perdão no esquecimento de fuga. Não se pode perdoar o que foi esquecido. O que deve ser saldado, quebrado, é a dívida, não a lembrança, como diz Olivier Abel.³⁶⁸ O perdão acompanha o esquecimento ativo, ligado ao trabalho de luto, ou seja, ao trabalho de se desligar, segundo Freud, por etapas, do objeto de amor, o qual é também o objeto de ódio – até o ponto no qual ele poderá ser de novo interiorizado, num *movimento de reconciliação*, semelhante ao que se opera em nós pelo trabalho da lembrança. Quando o perdão acompanha o esquecimento ativo, ligado ao trabalho de luto, ele pode curar. E por que ele cura? Paul Ricoeur responde:

Porque ele traz, não sobre os acontecimentos cujos traços devem ser protegidos, mas sobre a dívida cuja carga paralisa a memória, a capacidade de se projetar de maneira criativa no futuro. E é toda a dialética do passado e do futuro que é posta em movimento, o projeto potente nos recursos imersos das promessas não cumpridas pelo passado. Perdão não se resume à soma trabalho de lembrar/trabalho de luto. Ele está presente em um e outro, ele se acrescenta em um e outro. E, acrescentando, ele traz o que nele não é trabalho, mas dom.³⁶⁹

Nessa perspectiva, Ricoeur mostra que o importante do perdão é *quebrar a dívida*, mas não o esquecimento. E é nesta relação que reside a generosidade do ato de perdoar. O perdão enquanto dom, que suplanta a lógica da reciprocidade da justiça:

Quem se põe no caminho de pedir perdão deve estar pronto para receber uma palavra de recusa. Entrar no domínio do perdão é aceitar se defrontar com a possibilidade sempre aberta do imperdoável. O perdão pedido não é perdão concedido. É no preço destas reservas que a grandeza do perdão se manifesta. Nele se descobre

³⁶⁸ ABEL, O. **Le Pardon**. Briser la dette et l'oubli. Paris: autrement (Série 'Morales') 1992 p.232.

³⁶⁹ RICOEUR, Paul. **Le pardon peut-il guérir?** Esprit, Revue Internationale. Paris: n.3-4, março-abril de 1995, p.81.

todo o entendimento do que é a economia do dom, caracterizada pela lógica da superabundância que distingue o amor de reciprocidade da justiça.³⁷⁰

A pergunta de Paul Ricoeur, que deu origem ao título de seu ensaio *O perdão pode curar?* é a questão que se coloca ao final desta tese: é possível ter no perdão um ato de cura para danos sofridos, memórias dolorosas e sentimentos marcados pela mágoa e pelo rancor? Como as famílias, especialmente mães, cônjuges/companheiras e filhos lidam com a questão do perdão quando um parente vai para a prisão? Em que momento ou em quais circunstâncias o perdão é exercido, liberado? Que tipo de ofensa ou falta esses encarcerados cometeram para serem perdoados, uma vez que já foram castigados ou punidos? Ainda que não peçam perdão, são perdoados pelos seus familiares? Fazer justiça ou cumprir com as leis impostas pelo Direito é o mesmo que perdoar?

Muitas questões, e um trabalho de compreensão que não se finda. O perdão é muito difícil não só do ponto de vista da ação, mas também de sua reflexão. No decorrer desta pesquisa, na convivência com essas famílias de encarcerados, foi possível perceber, por meio dos testemunhos e entrevistas, que o perdão, apesar de difícil, não é impossível. Todavia, quando ocorre o *esquecimento de fuga*, ele não acontece: foram muitas as conversas, principalmente com mães e esposas/companheiras que diziam não saber o motivo de o marido ou familiar estar na prisão. Distorciam os fatos, atribuíam a outros a responsabilidade pelo crime que seu parente havia cometido. Esta estratégia que Ricoeur chamou de *evitamento*, uma atitude de má-fé que faz deste tipo de esquecimento uma “empreitada perversa” está bastante presente entre os familiares de presos. Segundo os testemunhos e depoimentos espontâneos dessas pessoas, o não-saber também é uma tática de sobrevivência, uma espécie de camuflagem para não se comprometerem com os atos criminosos de seus parentes ou cônjuges que estão na prisão. Se não conseguem reconhecer a falta, demonstrando uma passividade frente aos atos delituosos de seus parentes, não há o que perdoar. Só há perdão onde existe o reconhecimento da falta.

O perdão, todavia, só acontece pela via do *esquecimento ativo*, o qual foi vislumbrado nas vozes de muitos familiares, e perceptível em algumas ações que me

³⁷⁰ Ibid. p. 82.

foram possíveis acompanhar pelo viés da escola de onde eu atendia filhos e familiares de quem estava com um parente na prisão:

Já faz três anos que meu filho foi para a prisão. Ele deve sair no ano que vem. Foi muito difícil pra mim pensar em tudo o que ele fez comigo, quando chegava drogado e me batia, roubava meu dinheiro e sumia por muitos dias. Ele me machucou demais. Um dia eu tentei prender ele aqui dentro, ele quebrou a porta e me espancou. Olha aqui esse braço. Esse furo foi uma facada que ele tentou me dar quando eu segurei ele pra não me bater. Mas mais difícil ainda é imaginar o que ele está vivendo lá na cadeia. Não sei o que dói mais. Mas eu o perdoei. Ele estava louco por causa das drogas. Ele sempre foi um menino bom. Eu não gosto de lembrar o que aconteceu, mas hoje eu olho pra trás e consigo perdoar. Deus me deu o entendimento de que eu precisava perdoar. Não sinto mais raiva. Depois disso eu parei com a minha depressão. Tomo só um comprimido pra poder dormir, porque às vezes eu fico muito ansiosa pensando nele lá na cadeia. Mas hoje eu estou muito melhor porque consegui perdoar ele.³⁷¹

O perdão, declarado em tom de desabafo, traz alívio para a mãe. Um perdão incondicional, pois não houve promessas de mudança nem confissão de arrependimento. Esta mãe se libertou do enclausuramento subjetivo em que ela havia se colocado antes de fazer o exercício de esquecer, não das ofensas, dos espancamentos, da violência da polícia em sua casa ou da ausência de qualquer afetividade por parte do filho. Mas esquecer a dívida, a falta – o que Paul Ricoeur denominou de esquecimento libertador.

Nessa perspectiva do perdão incondicional Derrida traz uma contribuição que o distingue de Ricoeur. Enquanto para este o perdão é difícil, para Derrida ele é impossível, ou seja, só é possível perdoar o imperdoável. Para justificar seu pensamento, Derrida menciona o exemplo de uma mulher sul-africana, cujo marido havia sido preso e torturado e, na Comissão de Verdade e Reconciliação disse: “Uma comissão ou um governo não pode perdoar. Só eu, eventualmente, poderia fazer isso. Mas não estou pronta para perdoar”. Assim, Derrida afirma: o corpo anônimo do Estado ou de uma instituição pública não pode perdoar. O Estado pode julgar mas o perdão não tem relação com o julgamento, nem mesmo com o espaço público ou

³⁷¹ O testemunho desta mãe foi dado no ano de 2011, numa conversa informal, na ambiência da escola onde suas duas filhas estudam.

político. Ainda que fosse “justo” o perdão não teria nenhuma correlação com a justiça judiciária ou com o Direito.

Para Derrida, perdão condicional se distingue do perdão incondicional. Tanto um quanto o outro estão presentes na nossa tradição judaico-cristã. No primeiro caso, o perdão só tem sentido se aquele que cometeu a ofensa o pede. Nessa trajetória de petição, o ofensor reconhece o seu erro e se arrepende. Há uma troca. No segundo caso, o perdão é concedido qualquer que seja a atitude do culpado, ainda que este não reconheça sua falta ou peça o perdão. Não há exigência para confissões ou arrependimentos. Perdoa-se o culpado enquanto culpado. Nesses termos o perdão verdadeiro acontece quando não depende de condições, de troca, de barganhas. Perdoar o perdoável é fácil. Mas perdoar o imperdoável, para Derrida, é divino, ainda que pelo exercício humano. Segundo o filósofo, quando o perdão está a serviço de uma finalidade, seja ela nobre ou espiritual, como a redenção ou a reconciliação, ou seja, cada vez que ele tenciona restabelecer uma normalidade, social, nacional, política ou psicológica, por um trabalho de luto ou terapia, não é puro. Por isso ele só é puro quando é extraordinário, colocado à prova o impossível, como se ele interrompesse o curso ordinário da temporalidade humana.

Perdoar, para Derrida, não é esquecer – e nisso ele se aproxima do pensamento de Ricoeur. Perdoa-se mantendo viva a memória da ofensa, exigindo-se a recordação do indelével. Suplanta o trabalho de reconciliação ou de recuperação:

O bom senso nos lembra que o perdão não é o esquecimento, e em todo lugar onde o esquecimento, sob uma ou outra forma, por exemplo, sob a forma da transformação, da reconciliação, do trabalho de luto, pode se infiltrar, o perdão não é puro. O perdão deve supor de alguma maneira uma memória integral.³⁷²

Em Hannah Arendt, o perdão se inscreve em uma das grandes capacidades humanas e, talvez, uma das mais ousadas ações humanas, uma vez que busca alcançar o aparentemente impossível – desfazer o que foi feito – e tem êxito em instaurar um novo começo onde tudo parecia ter chegado ao fim. É liberdade. É milagre.³⁷³ A filósofa parte

³⁷² DERRIDA, J. Pensar a desconstrução. In: Nascimento, E. (Org). São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.135.

³⁷³ Para Arendt, milagre é uma palavra com muitas acepções no Novo Testamento e de difícil compreensão, mas que adquire um poder de ser sempre interrupções de uma série de qualquer

dos ensinamentos de Jesus de Nazaré sobre o perdão, considerando a importância do cristianismo na análise da questão, tanto na esfera individual quanto política. É na matemática do amor – perdoar setenta vezes sete – que Jesus trata o assunto. O perdão na linguagem crística é um ato de graça. É oferecer ao outro uma memória sem os registros das mágoas ou dos ressentimentos. Em Cristo, perdoar é um dever pelo fato de todos os humanos terem recebido, *a priori*, o dom divino do perdão. Perdoamos porque Deus nos ensinou a perdoar. Perdoar é decisão. E esta decisão implica em apagar os temas do ressentimento como ilustração em nossa memória. Em Hannah Arendt, esses ensinamentos adquirem implicações filosóficas importantes, subestimadas no pensamento político, uma vez que foram pronunciados numa esfera religiosa. Todavia, Arendt assevera que não é pra se levar menos a sério seu ensinamento, pois é na figura do Cristo que se aprende que cabe também ao homem o poder de perdoar.

O perdão não tira a nossa memória dos fatos, mas tira a emoção deles, e, além disso, mata o fato/passado como argumento para a vida contra a pessoa. Ninguém é obrigado a ficar com ninguém mesmo depois de perdoar o ofensor. Aliás, até para que duas pessoas se separem é essencial que se perdoem. No entanto, se decidem continuar perdoadamente juntos, então, que o tema da ofensa não volte nunca mais. Cada ofensa é uma ofensa. Quem perdoa lida com cada uma, não com o montante das ofensas, pois, se a cada nova ofensa tudo voltar é porque perdão nunca houve. Jesus mandou perdoar até setenta vezes sete o mesmo indivíduo em um só dia... Mas a cada perdão não se deve trazer a multidão dos outros para o encontro com a verdade... Ou, então, melhor é não dizer que se perdoou. O grande desafio do perdão é desistir da ofensa do outro como direito nosso contra ele! Quem perdoa não perde a memória, mas desiste do direito de acusar ou de reter a memória como raiva ou crédito. Por isto o perdão é um ato de fé e não de emoção. Pela emoção ninguém perdoa ninguém. Somente pela fé que antes olha para o próprio perdão que se recebe de Deus todos os dias é que alguém pode praticar o perdão como decisão de graça e como privilégio. Se perdoar não se tornar um privilégio, creia: ninguém perdoa. Somente quem diz de verdade “é meu privilégio perdoar” é que de fato perdoa de modo perdoado mesmo. Mas enquanto perdoar é um fardo e uma obrigação, todo perdão será apenas sacrifício. Perdão é vida quando se torna privilégio em fé!³⁷⁴

acontecimento, de algum processo automático, em cujo contexto constituam o absolutamente inesperado. ARENDT, Hannah. ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.217.

³⁷⁴ ARAÚJO FILHO, Caio Fábio. **Perdão para hoje**. Disponível em <http://www.caiofabio.net/conteudo.asp?codigo=05225>, Acessado em 19 jul/2013.

A temática do perdão não se esgota e não é intenção desta tese aprofundar nas reflexões desse assunto, pois, como já foi dito, esgotá-lo em sua compreensão é o mesmo que profaná-lo. Entretanto, é importante registrar que foi no âmbito do discurso religioso que a maioria dos familiares de encarcerados compreendeu a linguagem do perdão. No tempo de tessitura desta tese, tive a oportunidade de conhecer muitas dessas famílias que estiveram *à sombra do encarceramento*. Assim como iniciei a pesquisa com a metáfora da sombra, com ela eu a encerro. Se a sombra se forma quando a luz encontra em seu caminho um objeto opaco – que não permite a propagação da luz através de si – eliminá-la é o mesmo que destruir, apagar, liquidar este objeto que a impede de ser refletida. Este objeto é a falta, utilizando-me da abordagem de Paul Ricoeur, cuja capacidade está na produção de sentimentos negativos que interrompem a vida. Cabe ao perdão destruí-lo ou, se impossível, enxergá-lo sem as marcas que fizeram deste “objeto” uma triste lembrança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Urdindo, tramando, tecendo...

A feitura de uma tese de doutoramento perpassa, inevitavelmente, por labirintos de incertezas, questionamentos, ambiguidades e paradoxos que circundam o pesquisador em seu complexo e, muitas vezes, solitário ofício. Por isso, foi muito importante o tempo com professores e colegas para compartilhar, interagir, dialogar, apontar caminhos, por em movimento conceitos analisados e inseri-los na temática a que me propus investigar. Esses momentos permitiram um diálogo interdisciplinar profícuo com linhas de pesquisa diferenciadas e propostas de trabalho tão diversas quanto singulares. A troca, as conversas informais, o cafezinho no final da tarde com alguns colegas da turma preencheu parte do vazio deixado por este caminhar em solitude e em melancolia e ajudou-me a pensar outros caminhos, os quais seguem em aberto, não engessado, atento a tudo que pôde contribuir de maneira significativa para a tessitura da tese.

A Filosofia da Composição de Edgar Allan-Poe trouxe-me inspiração. Escrevo, apago, recomeço, volto, sigo. Nos bastidores da escrita, no *modus operandi*, busco também a “transpiração” necessária. Como na montagem de um filme, em que cor, música, enredo, clímax e efeito são imprescindíveis para captar a atenção e a emoção do espectador, assim também busco a orquestração entre autores, pensamentos, ideias e sentimentos: elementos importantes à reflexão e a uma pretensa mudança interior – *mudanças estruturais que ocorrem em nós de maneira contingente com a história de nossas interações*.³⁷⁵ Escrever/apagar, refazimento constante, planejamento minucioso foram exercícios convidativos ao despojamento de vaidades, como sugere o poeta, permitindo que se dê *uma olhadela, por trás dos bastidores, para as rudezas vacilantes e trabalhosas do pensamento*.³⁷⁶

Muitos autores, de diferentes campos do conhecimento, foram postos em diálogo no decorrer da escrita da tese. Este diálogo da História com outras disciplinas constituiu-se numa polifonia que contemplou vozes com linhas melódicas distintas,

³⁷⁵ MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Linguagem, emoções e ética nos afazeres políticos, p.36-79.

³⁷⁶ ALLAN-POE, Edgar. **A filosofia da composição**. Tradução da UFRGS, disponível em http://www.ufrgs.br/proin/versao_2/poe/index65.html. Acessado em 13 out/2009.

como a Antropologia, a Geografia, a Literatura, a Pedagogia, a Psicanálise, a Filosofia, mas nem por isso, desarmônicas ou menos audíveis. Neste âmbito, o projeto inicial de pesquisa intitulado “*Sentir a prisão e seus efeitos, a experiência de familiares com seus entes encarcerados*” recebeu um novo olhar, uma nova abertura, outras perspectivas e variadas contribuições e um novo título: *À sombra do encarceramento - o entorno das prisões*.

As problemáticas formuladas inicialmente para o desenvolvimento dessa pesquisa surgiram a partir de minha atuação profissional como supervisora pedagógica e orientadora educacional em uma escola da rede municipal de ensino. A escolha dessa temática passou a ser delimitada de acordo com os anseios, os questionamentos, as frustrações, as angústias pessoais pelas quais pude enfrentar ao conviver com famílias (pais, mães, esposas, irmãos e filhos) de encarcerados pelo viés da escola. Uma escola situada em uma região miserável e invisível da cidade de Uberlândia conhecida como Grande Dom Almir, ou Grande Morumbi.

Em meio a essa convivência, vendo de “fora”, a partir das famílias dos presos e, sobretudo a partir do ambiente social do qual tais pessoas em geral são oriundas, percebi a existência de experiências tecidas pela via da prisão, as quais fazem com que essas famílias construam aprendizagens, adaptações e assimilações - tudo isso possibilitado por um novo contexto de vida, ao ter um parente aprisionado. Estar dentro de uma escola situada ao redor de um presídio (Presídio Professor Jacy de Assis) fez-me perceber que, por atender um número significativo de alunos, filhos de presidiários, toda a dinâmica escolar passa a receber interferências da prisão, mesmo que indiretamente: as vivências dos alunos, os valores que interiorizam, o vocabulário que utilizam, a rotina de vida de suas famílias, os domingos na prisão em visita modificam as estratégias do trabalho pedagógico e configuram novas experiências escolares.

Assim, quando expressei o desejo de compreender esses grupos – famílias de encarcerados – , fiquei tranquila por pensar que as fontes de que lançaria mão para a feitura da tese seria facilitada pelo fato de a instituição escolar na qual atuei ter no corpo discente um número significativo de filhos de aprisionados e, inevitavelmente, teria o contato com suas famílias. Todavia, muitos obstáculos foram superados para que me fosse oportuno o momento da escuta. Foi preciso despojar-me de meus preconceitos, abrir mão do medo da violência, superar a retaliação de muitos por causa da temática escolhida e encorajar-me a me humanizar, a me misturar no outro, torná-lo tão próximo

a mim que, nessa proximidade, já não me fosse possível saber quando começava o eu e o outro, o eu e o eles”.³⁷⁷

Conviver com essas pessoas, mesmo que em um contexto “escolar”, possibilitou-me “adentrar” na intimidade de algumas dessas famílias e perceber suas angústias, seus sofrimentos, o preconceito social que enfrentam e as preocupações em momentos de rebeliões, motins e morte. O contato que mantive diariamente com esses familiares me fez perceber nos “desabafos” de mães, irmãs, irmãos e filhos dos presos sentimentos que nem sempre são facilmente perceptíveis, mas informam que a vida dessas pessoas é reorientada em função do problema com que passam a conviver. É como se fosse um verdadeiro “incômodo”, uma “sombra maldita” que os perseguem e deles não afastam. Por isso é que esses sentimentos são determinantes na construção de experiências que as (re)orientam a novas vivências.

A prisão ganha um novo sentido para os familiares, os quais se prisionizam secundariamente ao assimilar as práticas prisionais partilhadas com seus parentes, especialmente se forem pobres. Isto mostra que, ao longo da história, a prisão inventada para o controle dos pobres, dos “escombros sociais” do mundo feudal, conforme apontado por Nilo Batista em entrevista à Revista Nova Democracia³⁷⁸, ainda cumpre seu papel: conter os “grandes contingentes humanos, a parte excedente da força de trabalho, os supérfluos ao sistema”.³⁷⁹ Nossas prisões são instituições que abrigam, principalmente, os pobres, e que se empobrecem mais ainda quando se encarceram.

Nesse sentido, a pretensão – digo, de antemão, ousada – desta pesquisa em oferecer uma visibilidade a esses empobrecidos que vivem no entorno de uma prisão, a saber, os familiares de encarcerados, teve suas dificuldades. Falar de um tempo presente, inacabado, portador de uma singularidade - conviver com testemunhos vivos, ser testemunha ocular de um processo que ainda se desdobra e não se conhece o término, cujos acontecimentos ainda estão a se desenvolver, da qual não se conhece o fim e as consequências,³⁸⁰ e, por isso mesmo, comporta dúvidas e riscos, eis o grande desafio!

³⁷⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: Edusc, 2007.

³⁷⁸ Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/no-27/570-penitenciarias-e-estado-criminoso>. Acesso em 19 jul/2013.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ PESAVANTO, Sandra Jatay. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonten Autêntica, 2005, p.93.

É por isso que o tema pesquisado bem como as problemáticas que dele suscita é um convite a todo leitor para que pense para além dos limites de um trabalho acadêmico, constituindo um grande desafio tornar visível a experiência dessas famílias “invisíveis”, pois o “movimento visível quebra o silêncio sobre ele, desafia noções prevalecentes e abre novas possibilidades para todos”.³⁸¹

Espectar e/ou participar da História da qual se escreve, vislumbrar junto ao sujeito/objeto situações de desespero, de tragédia, de inconformismo; ser “cúmplice” de certos ilegalismos; compadecer-se pelos meninos e meninas, mães e esposas em situações de desabafo; chorar em meio a tanta desesperança e miséria “pode colocar o historiador no centro do processo vivido, tornando-o míope para avaliar aquilo que vive, com todo curso de paixões e posicionamentos que acarreta, prejudicando a distância que se deve guardar com relação ao objeto”.³⁸²

Entretanto, participando desta História do Presente, tecendo uma pesquisa com as tintas do inconformismo e da melancolia, foi impossível não ver como a brutalidade, a intolerância e o horror cometidos, por parte de povos e indivíduos sobre outros, ainda existam e continuem a deixar suas marcas nos arquivos e no testemunho de quem passou pela tragédia. Todos os tipos de governo no mundo, em todas as épocas históricas, experimentaram a arbitrariedade, o medo e a ilegalidade em suas formas de dominação.

A pergunta de Hannah Arendt sobre como foi possível, durante a Segunda Guerra Mundial, nazistas terem cometido tamanha brutalidade e horror contra um povo específico; como foi possível acontecer tamanha tragédia, compreendida como totalitária, que ultrapassou os limites da tirania, das formas de autoritarismo, de controle social, que suplantou o poder total do líder e se legitimou na própria origem da legalidade positiva? –faz-se atual, tendo em vista a constatação de que, em pleno século XXI, a intolerância, a brutalidade e a irreflexão continuam a imperar sobre o cotidiano dos cidadãos.

“O que havia acontecido? Por que havia acontecido? Como pôde ter acontecido?”³⁸³ Essas três perguntas que Hannah Arendt faz no prefácio da terceira parte de seu estudo sobre o totalitarismo, que recobre o campo de suas preocupações, instigou-a a buscar o sentido daqueles acontecimentos, levando-a ao questionamento do

³⁸¹ SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**. São Paulo (PUC-SP), n.16, 1998.

³⁸² Ibid.

³⁸³ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 339.

que era dado como certo, abrindo a possibilidade de encarar a realidade com novas interpretações. Na perspectiva de Arendt, apesar do ineditismo³⁸⁴ do totalitarismo, a política das pretensas democracias liberais também está impregnada de elementos totalitários, sendo gradativamente despolitizada e transformada apenas numa atividade administrativa e burocrática de necessidades sociais, vazia de reflexão. Muito além dos fatos que catastroficamente marcaram o extermínio desses milhões de seres humanos, a pergunta de Arendt é um alerta a qualquer ameaça tirânica, totalitária, arbitrária ou ilegal que venha a assolar um indivíduo, um povo ou uma nação, em qualquer época, em qualquer momento histórico, em qualquer forma de governo, inclusive nos democráticos.

Mesmo que para Arendt os campos de concentração fossem a representação máxima da investida totalitária, cujo objetivo do concentracionismo tenha sido o de “reduzir o homem ao seu mínimo denominador comum natural, privando-o de seus direitos políticos, deportando-o e encarcerando-o em laboratórios infernais, para não simplesmente dizimá-lo”³⁸⁵, é certo também que, nos dias atuais, estejamos vivendo muitos dos horrores que caracterizaram o totalitarismo pensado (e vivenciado) por Arendt. Os campos de concentração são agora substituídos por espaços de segregação onde o isolamento e a solidão também passam a se constituir como experiências, antes limitadas à novidade totalitária.

Esta pesquisa é um grito, um alerta, uma expressão de indignação diante da invisibilidade que a sociedade ainda insiste em dar aos familiares de encarcerados. Finalizo esta tese compartilhando das palavras de Foucault acerca de sua intenção de escrita no Prefácio de História da Loucura:

Gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível, entre tantos outros, se recopiasse, se fragmentasse, se repetisse, se simulasse, se desdobrasse, desaparecesse enfim sem que aquele a quem aconteceu escrevê-lo pudesse alguma vez reivindicar o direito de ser seu senhor, de impor o que queria dizer, ou dizer o que o livro devia ser. Em suma, gostaria que um livro não se atribuísse a si mesmo essa condição de

³⁸⁴ O ineditismo do totalitarismo, para Hannah Arendt, está no fato de esse fenômeno ter se constituído como uma nova forma de opressão, distinta das tiranias tradicionais, por erigir instituições que minam as próprias tradições políticas, sociais e legais dos países nos quais floresceu. Portanto, diferentemente das tiranias, a essência do totalitarismo não está na ilegalidade ou na questionável legitimidade, mas no terror total, entende-se aí por “total” “o terror que não funciona apenas para suprimir a oposição mas que “independente de toda oposição; reina supremo quando ninguém mais lhe barra o caminho”. (ARENDR, Hannah, **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 517)

³⁸⁵ DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

texto ao qual a pedagogia ou a crítica saberão reduzi-lo, mas que tivesse a desenvoltura de apresentar-se como discurso: simultaneamente batalha e arma, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível.”³⁸⁶

Que este também lhe seja o convite, caro leitor!

³⁸⁶ FOUCAULT, Michel História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, Prefácio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABEL, O. *Le Pardon*. Briser la dette et l'oubli. Paris: Autrement (Série 'Morales') 1992 p.232.

ADORNO, Sérgio. *A experiência precoce da punição*. In: O massacre dos inocentes. São Paulo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta em Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo, Boitempo, 2008, p.17.

_____. *O que é um dispositivo? In: O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009, p.28

_____. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, trd. Henrique Burigo, 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 .

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz. *História: redemoinhos que atravessam os monturos da memória*. In: História: a arte de inventar o passado. Bauru/SP: Edusc, 2007.

ANSART, Pierre. *História e memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Uberlândia: Ed. Da Unicamp, 2001.

_____. *As humilhações políticas*. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (orgs). *Sobre a humilhação: sentimentos, gestos palavras*. Uberlândia, EDUFU, 2005.

ANTONIAZZI, Adriane Scomazzon; DELL'AGLIO, Débora Dalboscoand BANDEIRA, Denise Ruschel. *O conceito de coping: uma revisão teórica*. Estud. psicol. (Natal) [online]. 1998, vol.3, n.2 [cited 2010-09-08], pp. 273-294.

ARENDT, Hannah. *Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão*. In: Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios) 1930-54. São Paulo: Companhia das Letras: Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 347-380.

_____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.217.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 339.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)* Assmannn. São Paulo: Boitempo, 2008.

BACHELARD, Gaston. *Os devaneios voltados para a infância*. In: A poética do devaneio. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p.130.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p.126.

BENJAMIM, Walter. *O narrador* (1936). In: **Walter Benjamin – obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNAL, Elaine Maria Bueno. *Arquivos do abandono: experiências de crianças e adolescentes internados em instituições do Serviço Social de Menores de São Paulo (1938-1960)*. São Paulo: Cortez, 2004, p.14

BEZERRA, M. A. A. e ARAÚJO, E. A. *Reflexões epistemológicas no contexto do Orkut: ética da informação, sociabilidade, liberdade e identidade*. Perspectivas em Ciência da Informação. Volume 16. no 2 Belo Horizonte, 2011.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A tipologia do ressentimento em Dostoiévski e Nietzsche. Revista Húmus, ma/jun/jul/ago. 2011. No 2. Disponível em: <http://www.humus.pro.br/201127391.pdf>. Acessado em 4jul/2013.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Infância e Maquinarias*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34/Edusp, 2000.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *A Prisão*. São Paulo: Publifolha, 2002.

CASATI, Roberto. *A descoberta da sombra: de Platão a Galileu, a história de um enigma que fascinou as grandes mentes da humanidade*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.41.

CERVINI, Raúl. *Incidencia de las “mass media” en la expansión Del control penal em latinoamerica*. Revista brasileira de ciências criminais, São Paulo, ano 2, n.5, p. 37-54, janeiro-março 1994.

CLEMMER, Donald. *The prison community*. New York: Rinehart, 1958.

COMFORT, Megan. *In the Tube at San Quentin. The ‘Secondary Prisonization’ of women visiting inmates*. Journal of Contemporary Ethnography, Vol 32 (1): 77-107. 2003.

_____. *Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades*. *Análise Social*. Vol. XLII (185): 1055-1079, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n185/n185a06.pdf>. Acessado em 29 abril/2013.

_____. (2008a). *Doing time together: love and family in the shadow of the prison*. London: The University of Chicago Press.

CORAZZA, Sandra Mara. *História da Infância: a vida, a morte e mais-valia de uma infância sem fim*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação, POA, BR – RS, 1998 (Tese de Doutorado).

CYRULNIK, Boris. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins fontes, 2004, p.152.

_____. *O murmúrio dos fantasmas*. São Paulo Martins Fontes, p.54.

_____. *Falar de amor à beira do abismo*. São Paulo: Martins fontes, 2006.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. IV. São Paulo: Editora 34, 1997.

DERRIDA, J. Pensar a desconstrução. In: *Nascimento*, E. (org). São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.135.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Memórias da Casa dos Mortos*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. 1821-1881. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Hedra, 2013, p.29.

DUARTE, André. *O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DUARTE, Thaís Lemos. *Além das grades: análise das narrativas dos familiares de presos sobre o sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FOUCAULT, Michel. *Coleção Ditos e Escritos*. Vol. IV 2006. Manoel de Barros Motta (org.). Rio de Janeiro, Forense Universitária.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976) Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. In: *Edição Standart Brasileira das obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*- ESB, Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.14.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBBS, E. J. *Bandidos*. Trad. De Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

HÜGEL, Carlos. *La patología de la comunicación o el discurso sobre criminalidad en los medios masivos*. In: FONT, Enrique A.; GANÓN, Gabriel E. H.;

HUXLEY, A. *Piranesi's Carceri d'Invenzione*. Londres: Trianon Press, 1949.

JUNQUEIRA M. F. P. S. & Deslandes, S. F. (2003). *Resiliência e maus-tratos à criança*. Cadernos de Saúde Pública, 19: 227-235.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.13.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KRISTEVA, Julia. *Sol Negro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p.15.

KONSTAN, David. *Ressentimento, história de uma emoção*. In: In: BRESCIANI, Stela e NAXARA, Márcia. *Memória e (re) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicap, 2004, p.59-81.

KUHMAN JR. Moisés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O respeito de si mesmo: humilhação e submissão. In: MARSON, Izabel e NAXARA, Márcia (Org). *Sobre a humilhação*. Uberlândia, EDUFU, 2005, p.247-264.

MAKSYMOWICZ, Duszka. *Femme de parloir*, Paris, L'EspritFrappeur. In: COMFORT, Megan. *Partilhamos tudo o que podemos: a dualização do corpo recluso nos romances através das grades*. Análise social. Vol. XLII (185): 1055-1079. 2005.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. Editora HUCITEC, São Paulo: 1997, p.1

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Linguagem, emoções e ética nos afazeres políticos, p.36-79.

MORRISON, Toni. *Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination*. New York: Vintage Books, 1990.

NASCIMENTO, Maria Lívia do e SCHEINVAR, Estela. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estudos de Pesquisas em Psicologia*, v. 5, n. 2, Rio de Janeiro, dez.2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812005000200007&script=sci_arttext. Acessado em 30 mar/2013.

NEVES, Anamaria Silva. ***Família no singular, histórias no plural***: a violência física dos pais e mães contra filhos. Uberlândia, Edufu, 2008, p. 26.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. Trad. Paulo César de Souza. Companhia das Letras: São Paulo: 2006, p.95.

_____. *Genealogia da Moral – uma polêmica*. Trad. De Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das letras, 1999, p.73.

OLIVIER, Abel. *Tables du pardon. Géographie des dilemmes et parcours bibliographique*. In: *Le Pardon*. Briser la dette et l'oubli, Paris. Autrement, série “Morales”, 1992, p.208-236.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PESAVANTO, Sandra Jatay. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.93.

PESCE, R.P; Assis, S. G.; Avanci, J.Q. ; Santos, N. C.; Malaquias, J. V.; Carvalhaes, R. (2005) Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. Cad. Saúde Pública, 21: 436-448.

PRIORE, Mary Del. (Org). *História das crianças no Brasil*. [São Paulo](#): Contexto, 2004, p. 17.

RAMALHO, José Ricardo. *O mundo do crime, a ordem pelo avesso*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain Francois [et.al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Le pardon peut-il guérir?* Esprit, Revue Internationale. Paris: n.3-4, março-abril de 1995, p.81.

RODRIGUES, Henrique. Revista Em Extensão, Uberlândia, v.7, n.2, p.41-51, 2008.

SALIBA, Maurício Gonçalves. *O olho do poder: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p.24

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira & RAMIRES, Júlio César de Lima. Percepção espacial da violência e do medo pelos moradores dos bairros Morumbi e Luizote de Freitas em Uberlândia/MG. Sociedade & Natureza, 21 (1): 131-145, Abr 2009.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História. São Paulo (PUC-SP), n.16, 1998.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.3.

SINAIS - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 276-289. Acessado em 23/11.2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SUDBRACK, U. G. (2004). *O extermínio de meninos de rua no Brasil*. São Paulo em Perspectiva, 18 (1): 22-30.

THOMPSON, Augusto F. G. *A Questão Penitenciária*. Petrópolis: Vozes, 1979.

TOWNSEND, P. *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993

VICENTE, C.M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: REVAN, 2005, 2ed., p.15.

WOLF, Maria Palma. *Antologia de vidas e histórias na prisão: Emergência e Injunção de controle social*. Rio de Janeiro: Lúmem Juris, 2005, p.34.

YUNES MAM, Szymanski H. *Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas*. In: Tavares J, organizador. *Resiliência e educação*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.

Endereços eletrônicos:

<http://www.caiofabio.net/conteudo.asp?codigo=05225>, Acessado em 19 jul/2013.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-24/governo-reajusta-salario-minimo-para-r-678-partir-de-janeiro>. Acesso em 18 jun/.2013.

<http://www.institutoelo.org.br/site/>. Acessado em abr/2011.

<http://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a09.pdf>>. Acesso em 22 mai/2012.

http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1460.pdf. Acesso em 17 abr.2012.

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/especialistas-contestam-a-inexistencia-de-favelas/>> . Acesso em 23 abr 2012.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2051>. Acesso em 23 abr 2012.

<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/especialistas-contestam-a-inexistencia-de-favelas/>> Acesso em 23 abr 2012.

<http://nelmezzodelcamin.blogspot.com.br/2012/05/resenha-patio-de-exercicios.html>.
Acessado em mai/2012.

<http://www.prisonstudies.org/info/worldbrief/wpbcountry.php?country=214>>. Acesso em 23 nov. 2011.

<http://portal.mj.gov.br/depen/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>, acessado em 23 nov.2011.

<http://www.comunidadessegura.org/pt-br/node/82>>. Acessado em 28 fev. 2012.

http://cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm23_186.pdf. Acessado em 18 jun/2013.

http://www2.correiodeuberlandia.com.br/texto/2011/01/02/50988/menor_e_morto_por_bala_perdida.html>, Acessado em 19 jun/2012.

<http://www.infoescola.com/drogas/cracolandia/> Acessado em 18 jun/2013.

Revista do Departamento de Psicologia. UFF, vol. 18 no 1. Niterói Jan/Jun 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232006000100011>. Acessado em 27 jun/2012.

http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf

Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/subjetivacao/espaco/jogos-de-verdade.html>.
Acessado em 01 abr/2013.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/L8213cons.htm>>, Acesso em 14 dez.2011;

http://www.senado.gov.br/noticias/radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=145224, Acesso em: 28 dez.2011.

http://www.senado.gov.br/noticias/radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=&COD_AUDIO=145224

<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE7CD13B5ITEMID2565B3B35976460E90DA50F35BD61402PTBRNN.htm>>. Acesso em 28 dez. 2011.

<http://georgelins.com/2010/09/02/trafico-privilegiado-art-33-%C2%A74o-da-lei-de-drogas/>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

http://www.unicef.org/brazil/pt/siab03_1.pdf

<http://agendasaudeudi.wordpress.com/2011/10/23/bem-social-casa-da-familiacras-morumbi-%E2%80%93-secretaria-de-desenvolvimento-social-prefeitura-municipal-de-uberlandia/>>. Acessado em 27 jun/2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 20 jan.2013.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812005000200007&script=sci_arttext. Acessado em 30 mar/2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acessado em 20 jan.2013.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.. Acessado em 20 jan.2013

http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/bolsa_familia/13.html. Acessado em 08 abr/2013.

<http://rubemalves.locaweb.com.br/hall/wwwpct3/newfiles/escutatoria.php>. Acessado em 11 abr/2013.

: <http://www.ceamimissoes.com.br/>. Acessado em 19 mai/2013.

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=18354093>. Acessado em 13 mai/2013.

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=115613762>. Acessado em 29 abr/2013.

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=11110853>. Acessado em 29 abr/2013. Disponível em http://www.usp.br/anagrama/AnheSantos_ciberativismo.pdf. Acessado em 03 jun/2013.

<http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=32137014>. Acessado em 29 abr/2013.

http://www.iser.org.br/site/sites/default/files/comunicacoes_do_iser_61.pdf. Acessado em 11 maio de 2013

http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acessado em 19 mai/2013.

<http://www.criminal.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/2011resolucaoCNPCP08.pdf>. Acessado em 17 mai/2013.

http://www.iser.org.br/site/sites/default/files/comunicacoes_do_iser_61.pdf. Acessado em 17 mai/2013.

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2336378/art-157-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>. Acessado em 13 maio/2013.

<http://www2.nbc4i.com/news/crime/reports>, Acessado em 07 out. 2011.

http://www.ufrgs.br/proin/versao_2/poe/index65.html. Acessado em 13 out.2009.

